

Ministério da Educação e Cultura

ANUÁRIO DO MUSEU IMPERIAL

Vol. XVI



PETRÓPOLIS
1955

Índice

Cartas de D. Pedro II a Manzoni – *Lewis H. Gordon*, **5**

Ainda sobre a Tenture des Indes – *J. de Sousa Leão*, **29**

Viagem do príncipe Maximiliano ao Brasil em 1860 – *Francisco Marques dos Santos*, **35**

Vicissitudes da 1ª estrada de ferro brasileira – *Cláudio Ganns*, **47**

Índice dos volumes do Anuário, **213**

Noticiário, **247**

CARTAS DE D. PEDRO II A MANZONI

Cartas de d. Pedro II a Manzoni

A correspondência trocada entre d. Pedro II e o grande romancista italiano Alexandre Manzoni evidencia o elevado conceito que formava o imperador estudioso do autor romântico, tido em tão alta conta por Goethe, Lamartine e outras notabilidades do século XIX. Encontram-se hoje essas cartas em bibliotecas assaz distantes uma da outra: as de d. Pedro II foram trazidas, em 1948, para o Museu Imperial, em Petrópolis, procedentes do castelo d'Eu, na Normandia – onde estavam conservados os papéis do imperador, desde sua morte em 1891. Este palácio francês foi propriedade até pouco tempo dos descendentes dos condes d'Eu.

Por amável intermédio do meu prezado colega professor David James, da Brown University (correspondente do Museu Imperial), e contando com a generosa colaboração do saudoso Alcindo Sodr , primeiro diretor do museu de Petrópolis, pude obter as fotocópias das cartas de Manzoni a d. Pedro II, as quais, com a gentil permissão daquele historiador brasileiro, foram publicadas, devidamente comentadas, em *Itálica*, boletim editado pelo professor Joseph Guérin Fucilla, no vol. XXVIII (1951) pp. 185-196.

* * *

Os anos que se seguiram imediatamente à queda de Napoleão I, trouxeram a Europa de volta ao *statusquo*, sendo porém um período rico em expressões de ideais, tanto tangíveis como intangíveis. Durante os anos de 1815-22, vários congressos, reunindo as mais esclarecidas na es da Europa, proibiram o tráfego de escravos, que, no entanto, como   óbvio, perdurou ainda, em certa escala: ilícito para os europeus, mas franco para os povos do hemisfério ocidental. Nesse período alcançou fama Alexandre Manzoni (1785-1873) grande filantropo, idealista e poeta liberal, produzindo o *Inni Sacri* e duas tragédias: *Conte di Carmagnola* e *Adelchi*.

D. Pedro II, último imperador do Brasil, nasceu em 1825. Teve sua infância dirigida para o estudo das línguas e da poesia, na adolescência já lia tanto os clássicos quanto os escritores italianos seus contemporâneos, como Manzoni. Em suas primeiras leis, inicia d. Pedro II, esclarecido legislador, um movimento pela libertação dos escravos, que serviu de impulso à grande República do continente setentrional. Seguiu Manzoni, europeu-liberal, esses movimentos com um apaixonado interesse. Menciona Margarida di Giovanni em seu artigo: *Os amigos italianos de Longfellow*¹ a discussão travada sobre a escravatura entre Manzoni e o visitante americano George Ticknor (1791-1871), vindo à Itália em 1836. Salienta aí que o professor emérito da Universidade de Colúmbia em Nova York, Giuseppe Prezzolini, em seu livro, *Come gli americani scoprirono l'Italia*² – “diz-nos que Manzoni, ardente abolicionista, sugerira mesmo a Ticknor que os Estados do Norte da União americana se teriam separado dos do Sul a fim de ficarem livres de sua corruptora influência”.

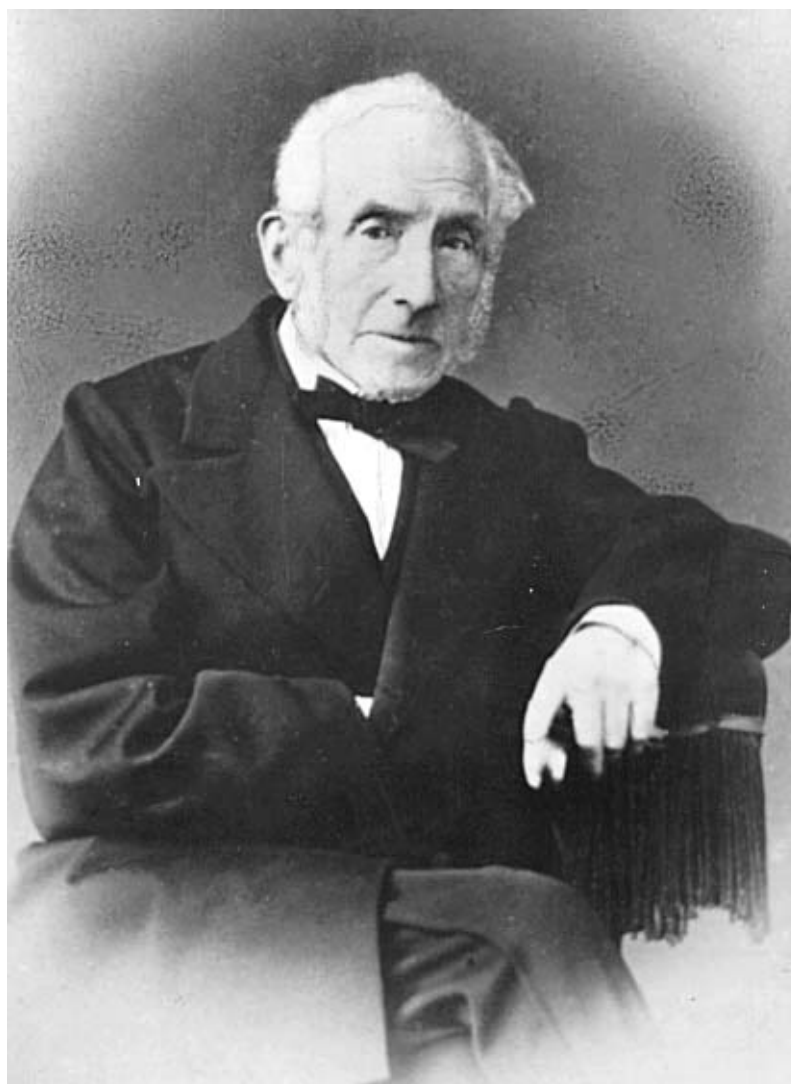
A respeito de uma iniciativa liberal de d. Pedro II enviou-lhe Manzoni a opinião sincera na sua primeira carta aqui publicada, datada 18 de maio de 1852³. Figurou ela na Exposição Manzoniana de Brera, no outono de 1951, organizada e catalogada pelo professor Fausto Chisalberti, de Milão. Nesse catálogo aparece a dita carta arrolada na p. 124, item nº 328. Quando o autor destas linhas esteve, pela primeira vez, com o professor Ghisalberti, em junho de 1951, não havia ele ainda encontrado esta carta. Posteriormente, em junho de 1953, entregou-me a bibliotecária dra. Giovanna Alloisio, encarregada da Sala Manzoni, a cópia desse documento aqui novamente publicado. Atualmente, todas as cartas de Manzoni a d. Pedro II estão por mim publicadas em *Itálica*, vol. XXVIII (1951) pp. 190-4 e vol. XXX (1953), (186-8) p. 188.

Aproveito a oportunidade para agradecer ao professor Joseph G. Fucilla, da universidade americana de Evanston, Illinois, a amabilíssima permissão para reimprimir todo e qualquer material

1. Publicado em *Itálica* – boletim trimestral da Associação Americana de Professores de Italiano – que tenho a honra de presidir atualmente – vol. XVII. dezembro de 1940, 144-7, p. 145.

2. Milano – Treves, 1933; pp. 141-5.

3. Lettere Autografe, scalfale X, scatola I, nº 5, na Sala Manzoniana da Biblioteca Brera de Milão. Encontra-se o original no arquivo do Museu Imperial, doc. 5.825.



Retrato de Manzoni enviado a d. Pedro II, existente no Arquivo do Museu Imperial. (Doc. 7.443 M. 160 POB).

do documentário acima citado. O princípio de um esboço de minuta da segunda carta de Manzoni, aqui igualmente incluído, foi extraído de um trabalho da professora Bárbara Reynolds-Thorpe, da Universidade de Cambridge, Inglaterra ⁴.

Da terceira carta de Manzoni, também publicada neste estudo, já apareceram dois parágrafos centrais em *Epistolario di Alessandro Manzoni* de Giovanni Sforza ⁵.

Devo à gentileza da dra. Maria Schellimbrid Buonanno, bibliotecária-chefe de Brera, a permissão para copiar e publicar, como inéditos, tanto os rascunhos de Manzoni quanto as cartas que a ele dirigiu d. Pedro II – e que se encontram na citada biblioteca. Desejo aqui agradecer sinceramente essa gentileza.

* * *

Em 1821 faleceu em Santa Helena Napoleão I. Escreveu Manzoni então, no auge de sua fecundidade literária, a ode-elegia *Il Cinque Maggio*, cuja publicação agitou profundamente os literatos da Europa, e muito aumentou sua fama na América. Várias edições do poema imediatamente apareceram. Verteu o moço Lamartine para o francês; prontamente traduziu-o Goethe para o alemão e Longfellow para o inglês. Foram essas e outras traduções, na sua maioria já publicadas, reunidas por Carlo Attilio Meschia, na coletânea: *Ventisette traduzioni in varie lingue del “Cinque Maggio” di Aless. Manzoni*, ⁶ Mário Gasperini: *Traducciones espagnolas del “Cinco de Mayo” de Aless. Manzoni* ⁷ e na obra de J. G. Fucilla: *La traduzione del “Cinque Maggio” di Ramon de Palma y Romay* ⁸. Sobrepuja porém a todos esses trabalhos o folheto, de cuja existência informou-me o professor Fucilla, e por ele encontrado na Biblioteca de Coimbra: “*Cinco de Maio*” – *Ode heróica de Alexandre Manzoni e três versões portuguesas* por d. Pedro II, G. Ramos Coelho e F. A. Varnhagen ⁹. Além dessas existe ainda uma edição da qual tive no-

4. *Italian Studies* vol. III (1947-8), (181-94), p. 191. Lett. Autogr. n.º 5, Scaffale X, Scatola I, Bibl. Brera, Sala Manzoni.

5. G. Sforza – *Ep. de A. Manzoni* – Milano, Libreria di Educazione e d’Instruzione di Pablo Carrara, 1833; vol. II, pp. 228-9.

6. Foligno. Stabilimento Feliciano Campitelli, 1883.

7. Edizz. di Storia e lett. Roma, 1948.

8. In *Comunicazioni ed Appunti in Giorn. stor. d. lett. ital.* Vol. 128 (1951), 173 fls.

9. Rio de Janeiro, Tip. Moreira Maximino & Cia., 1885.

tícia pelo meu estimado colega professor David James, correspondente do Museu Imperial: *Poesias completas de D. Pedro II com um prefácio de Medeiros e Albuquerque*¹⁰.

Fiel aos seus sentimentos de cavalheiro e de erudito, solicitou o imperador, na primeira carta sua aqui divulgada, uma cópia do texto da *Ode*, e a permissão para traduzi-la. Enviou-a Manzoni, com a resposta, aqui também reproduzida. Esta cópia da *Ode* será utilizada pelo professor Irineu Sanesi, de Pavia, na sua edição, em preparo, das *Poesias de Alexandre Manzoni*. Também a imperatriz Eugênia, tempos depois, dirigia-se ao poeta, solicitando-lhe um autógrafo. Manzoni, então preocupado com a intervenção de Napoleão III na Itália, em 1859, respondeu com uma cópia autógrafa do *Cinco de Maio*¹¹. O texto da *Ode*, do próprio punho de Manzoni, enviado a d. Pedro II, encontra-se hoje no arquivo do Museu Imperial. Na citada carta que o acompanha, demonstra Manzoni aparente desconhecimento das edições indevidas de sua *Ode* e salienta, especialmente, uma variação de texto. E dissuade o imperador de levar avante o seu propósito de enviar-lhe uma condecoração.

A respeito das três anteriores oportunidades de ofertas de condecorações, aludidas na carta 3, recusou Manzoni várias honrarias de soberanos seus contemporâneos, conservando intactas sua humilde conduta cristã e suas idéias liberais. Orazio Premoli¹² cita, a respeito, uma carta, recentemente descoberta, do arquiduque Maximillano ao imperador Francisco José, na qual trata do desejo deste de conferir a Manzoni uma condecoração, que ele recusou, e cita o próprio poeta: “Che si sarebbe mostrato molto commosso, dichiaró che aveva rifiutato ordini già dal granduca di Toscana, da Luigi Filippo e dal re di Prussia, e che sovrani che non avrebbe accettato ami onorificenze.” Aceitou Manzoni, entretanto, o título de membro correspondente da Academia della Crusca de Florença, por proposta do arquiduque Leopoldo II, grão-duque da Toscana, a quem era muito afeiçoado, e também a cadeira de senador em Turim, na nova Itália recentemente unida. Em comunicação àquele mesmo arquiduque, que procurou convencê-lo a aceitar a honraria, descobre-se a reação de Manzoni às

10. Rio de Janeiro, Edit. Guanabara, 1932, pp. 42-7.

11. Cf. Orazio M. Premoli. *Vita di Aless. Manzoni*, parte III – La Vecchiaia 1848 – 73. Roma, Editrice F.I.U.C., 1926, p. 39 (La Piccola Raccolta, n^{os} 1925 – 14, 18, 19).

12. Idem, idem.

atenções do rei de França, como bem relata Ezio Flori em seu *Alessandro Manzoni e Teresa Stampa* ¹³:

“Il Granduca di Toscana ha scritto ad Alessandro una lettera tutta amicizia, affetto e venerazione. L’invita a andar a Firenze...: ‘Venga, gli dice, dove è tanto desiderato e dove è tanto venerata la memoria d’una visita ch’Ella fece a questa città, non mi rammento le precise ultime parole che siano così appunto, appunto appunto, sai? Por gli dice per ultimo: – Mia moglie e i miei figli vogliono esserle rammentati, ecc. ecc. e cento altre cose poi dice prima cui Promessi Sposi, e por tocca l’argomento della decor.[azione]. Pare, che se ha risaputa l’*ordonnance* di Luigi Filippo, abbia por anche saputo che Alessandro non aveva accettato, perchè non ne sapeva nulla, e che, avutone notizia, non ne fece atente, come non aveva fatto niente ricevendo l’ordine suo di Comm.[endatore]. Queste cose in gran segreto da te a me; benchè t’avverto che Rossari sa tutto, come ogni cosa mostra del nome tuo, e mostra del nome M[anzoni].”

Fornisce a professora Bárbara Reynolds, da universidade inglesa de Cambridge, mais uma contribuição a respeito, em nota a seu artigo: *Alessandro Manzoni e Leopoldo II*, adiante transcrita ¹⁴. Eis a citação: “Victor Cousin (1792-1867) havia visitado o poeta em Brusuglio, no outono de 1820, levando uma carta de apresentação de Claude Fauriel.” (Era então Cousin ministro da Instrução Pública da França e Fauriel o famoso erudito de literatura provençal e da primitiva poesia francesa, e que havia sido muito chegado a Manzoni nos anos de juventude passados em Paris.) Explica bem o assunto a carta de Manzoni a Leopoldo II, extraída do artigo da professora Reynolds ¹⁵:

A. I. e R.

Per quanto la Bontà di V. A. m’abbia, se oso servirmi di questa espressione, avezzato male, non ha però potuto farmi sconoscere nè dimenticare che è una Bontà, a che tutto ciò che da Essa mi viene, non è altro che un dono. Dopo essermi preso la libertà d’usurpare i momenti di V. A., com una mia lettera, avrei dovuto esser contento che questa libertà mi fosse condonata (*illeg.*). V. A. si degna, non solo di rispondermi direttamente ma di parlarmi di cagioni del ritardo. (*illeg.*). Io ero bem lontano dal supporre una così dolorosa. Voglia il Signore rendere efficaci le cure umane,

13. *Aless. Manzoni e Teresa Stampa, dal carteggio inedito di donna Teresa*. Milano, Hoepli, 1930, pp. 135-36.

14. In *Italian Studies*. Manchester, vol. 3 (1946-48), pp. 191-2, n° 23.

15. *Leit. Autog.* n° 62, collocaz I. Lettera VII dell’Ediz. Reynolds, pp. 191-2.

e con le tante preghiere che si faranno certamente per una così cara salute, ascoltar quella ancora di chi, desolato (per) per la (della) perdita recente (d'un) d'un ottima ed amatissima figlia, tanto più subitamente implora che un tal colpo sia risparmiato al cuore paterno di V. A. Un altro prezioso segno (della) di codesta spontanea ed instancabile Bontà (Sua) riconosco, con umile gratitudine, nel parlarmi (che) V. A. d'un argomento, nel quale non avrei ardito entrar di nuovo, e sul quale però mi pesava il silenzio: voglio dire della circostanza, per me penosissima, in cui la giustizia verso me medesimo m'impose il dovere di privarmi (d'una distinzione) d'un onere che sapevo e so di non meritare. Profito dunque dell'adito che (me n'è) mi vien così benignamente dato, per esprimere di nuovo, e più vivamente, se fosse possibile, il mio dolore, non mal scompagnato dalla più riverente e (cordiale) sincera riconoscenza, e nello stesso tempo, per parlare all'A. V. (di cosa) d'una altra (circostanza) cosa che non (avró) avevo osato da me. Pensando che V. A. poteva essere informata d'un decreto che mi nominava membro della Legion d'onore (e in questo caso ho avuto un buon preservativo contro ogni tentazione di vanità, nel sapere che ciò non era ò dovuto che alla mia antica amicizia con chi era allora ministro dell'Istruzione pubblica in Francia) m'era parso che potesse essere un dovere per me il (renderLe conto esser *ileg.*) renderLe conto ch'io m'ero scansato. Ma parendomi (dall) da un'altra parte che potesse anche essere una libertà indiscreta e vana il venire a parlar (Le) di me, e in cosa nella quale V. A. non poteva aver dubbio sulla deliberazione ch'io fossi per prendere, scelsi il partito del silenzio, come il più ritenuto. Che se avessi mancato allora, o m'avanzassi ora troppo, confido che l'A. V. saprà compatire un errore che non può mai esser dell'intenzione.

Profittando pure del grazioso permesso avuto da V. A. ho l'onore di farLe pervenire, con questa lettera, i (f) quindici fascicoli usciti finora della nuova edizione de Promessi Sposi. Ho cercato, con tutti i mezzi ch'erano in poter mio, di renderli sudditi di V. A., e toccherei il cielo col dito se lettori toscani potessero trovarli toscani, se non nativi, almeno naturalizzati. Non parlo del Giudizio che avrei più (ambito) potuto ambire; giacché sarebbe presunzione intollerabile il pensare che V. A. possa dare ancora un'occhiata a un libro già troppo onorato dell'alta Sua attenzione...

É o oferecimento do rei da Prússia esclarecido por uma carta, para a qual chamou-me a atenção o professor James:

(Alexandre Manzoni à Humboldt)

Milan 6 décembre 1844.

Monsieur le Baron,

Je n'avais pas hésité à exprimer ma confiance dans une auguste et parfaite bonté; mais au lieu d'une juste confiance c'eût été de ma part une présomption impardonnable que d'oser prévoir sous quelle forme ingénieusement aimable cette bonté daignerait se manifester. J'ai donc acquis une seconde fois le droit précieux (on me ferait presque oublier que c'est un devoir sacré) de prier Votre Excellence de mettre aux pieds de votre noble

rei l'humble tribut d'une reconnaissance, devenue, s'il est possible, plus vive et plus pretende. Et, dussé-je paraître indiscret, je ne puis renoncer à saisir cette occasion de renouveler le respectueux hommage des voeux que, comme habitant de ce monde, et, à ce titre, *nihil humani a me alienum putans*, j'avais depuis longtemps dans mon coeur. Cet hommage cesserait d'être pur, et perdrait ainsi son unique prix s'il entraînait le plus léger sacrifice de ma conscience catholique, c'est-à-dire de ce qui est l'âme de ma conscience. Mais grâce à Dieu, il n'en est pas ainsi, car, parmi les caractères et les signes de la haute destinée que je salue de loin avec une joie respectueuse, il m'est donné d'admirer et d'aimer le développement de l'oeuvre la plus excellente de la justice, qui est la liberté du bien.

Mon admiration pour vous, monsieur le baron, quand même elle ne se contenterait pas d'être le simple écho d'une si grande renommée, ne doit pas vous surprendre; car si, comme j'entends toujours dire, il n'y a pas de savant qui n'ait quelque chose à apprendre de vous, il est peu d'ignorants à qui vous n'ayez appris quelque chose. A ce propos, et au risque d'abuser, de votre indulgence, je ne puis vous taire mon espérance d'avoir un souvenir de Humboldt, souvenir moins précieux sans doute que je dois à sa bien veillance, mais qui aura aussi son prix. Mon concitoyen, le comte Alexandre Lito Modignani, dans un voyage qu'il a fait, guidé surtout par vous, dans l'Amérique méridionale, a été chercher sur la montagne de Quindiu, les magnifiques céroxylons à l'époque de la maturité des fruits, en a fait abattre un, et a bien voulu, à son retour, me faire part des semences qu'il en avait recueillies. Mises en terre le printemps passé, aucune n'a encore levé, mais les ayant visitées dernièrement, je les ai trouvées toutes saines, et il y en avait deux où l'on voyait un léger renflement à la base. Je serais heureux, et même un peu fier de posséder quelque individu, et assez rare, je crois, du peuple ancien et nouveau, que vous avez conquis à la science.

C'est avec le plus profond respect, et, permettez-moi d'ajouter avec cette affection qu'on éprouve toujours pour un grand homme et qu'on souhaite tant de lui exprimer, que j'ai l'honneur d'être, de Votre Excellence, le très-humble et très-obéissant serviteur.

ALEXANDRE MANZONI

A carta põe fim a um velho tema e passa em seguida a demonstrar ignorância sobre os modernos prosadores. Quanto ao interesse de Manzoni por *la lingua*, expressa ele, eventualmente em 1868, sua opinião em: *Dell'unità della lingua italiana e del mezzi di diffonderla*. O interesse demonstrado pelo trabalho de Rosmini foi adquirido desde quando se encontraram mais seguidamente em Lesa, nos anos de 1849-50 (cf. *Carteggio Manzoni-Rosmini*).

16. *Lettres de Alexandre de Humboldt à Varnhagen von Esse*. Paris, 1860, pp. 151-2. Nota de Humboldt: "Carta escrita a Humboldt, por ocasião da recusa de Manzoni em aceitar a Ordem do Mérito que lhe havia sido conferida. Fui encarregado de escrever-lhe que conservaria a plena liberdade, que não seria obrigado a usar a condecoração, mas que um tão belo e grande nome, como o seu, devia permanecer na lista dos cavaleiros."

Quanto à carta 8, obsequiosamente emite o professor Irineu Sanesi, da Universidade de Pavia,¹⁷ sua opinião de que a frase: “tanti altri stati di codesta parte del mondo” deve referir-se às guerras do hemisfério ocidental – a Guerra Civil americana (1861-67) e “le guerre e le rivoluzioni dei paesi d’America” (Sanesi). Seguem-se, naturalmente, as guerras de 1869-70, na própria Itália e na França.

Findas as guerras, o Doze de Setembro tornou-se uma data histórica; o cerco de Paris terminara. D. Pedro e d. Teresa Cristina, cujo irmão havia sido rei de Nápoles, viajaram para a Europa, oficialmente por motivo da saúde da imperatriz. O imperador, estudioso que era, apreciava sobremodo o convívio com artistas, escritores, bem como com estadistas e políticos. Em Brindisi, antes de embarcar para o Egito, pagou uma visita a Manzoni, já muito idoso, em Milão. A srta. Margarida Di Giovanni, em *Amigos italianos de Longfellow*,¹⁸ refere-se ao interesse de Manzoni pelo problema da escravidão. Longfellow visitou Manzoni em 1869, logo depois da Guerra Civil americana. Sua figura, como representante de uma nobre nação, deve ter-se apresentado agigantada aos olhos de Manzoni e o mesmo se deve ter dado com relação a d. Pedro II, pelo 28 de setembro de 1871, data em que passou, no Parlamento brasileiro, a lei do Ventre Livre, que libertava, ao nascer, todas as crianças filhas de pais escravos. A abolição da escravatura foi a causa da ruína de d. Pedro II como imperador.

Confirma a carta 10 a gratidão de Manzoni pela visita imperial, no decorrer da qual o escritor deve ter-se sentido orgulhoso por ouvir de S. Majestade as seguintes palavras: “Sono io che mi onoro di essere stato ricevuto da voi: i secoli ricorderanno Alessandro Manzoni, mentre gli anni avranno fatto perdere la memoria di d. Pedro d’Alcântara”...

Tendo chegado ao Egito e visto, a 5 de novembro, a pirâmide de Ghizeh, junto à qual três quartos de século antes, dissera Napoleão a suas tropas: “Soldados! Do alto destas pirâmides quarenta séculos vos contemplam!”, d. Pedro, já munido de uma cópia da ode *Il Cinque Maggio* (recendendo a história e tão bem inspirada naquele local) iniciou imediatamente a tradução da obra para português. De Nápoles, na volta à Itália, envia o imperador ao poeta uma cópia do seu trabalho, o que Manzoni agradece na carta 14.

17. Está preparando uma nova edição das *Poesie* de Manzoni, prestes a aparecer.

18. In *Italica*, XVII (1940) pp. 145-6.

Vejamos agora a correspondência trocada entre os dois importantes personagens.

I

“Mi sarebbe oltremodo gradevole d’ottenere qualche strofe dell’immortale oda al Cinque Maggio scritta dalla sua dell’autor dei Promessi Sposi, la di cui disire dar fa sempre

Non lar trequa coi vili: il santo Vero
Mai non tradir, né proferir mai verbo,
Che p. lauda ai vizio o la virtù donata

Rio 16 giugno 1851.
D . PEDRO.”

II

“Nell’ubbidire all’inaspettata e troppo onorevole richiesta, che gli viene così da alto, temerebbe il sottoscritto di cedere a una soddisfazione della sua povera vanità, se non si patisse predominare nell’animo una più nobile consolazione, quella cioè di vedersi aperto l’adito e, in certa maniera concessa la facoltà d’offrire le sue vivissime congratulazioni alla Persona a cui il Signore volle dare una parte così essenziale e così felice in una santa e veramente gloriosa vittoria, e d’esprimere insieme il lieto augurio, che codesta medesima Augusta Persona sia destinata all’imporla ancora più gloriosa di far cessare la schiavitù in un vastissimo territorio. Impresa difficile lunga, ma che non è vano sperare dal potere vinto a una ferma e prudente volontà del bene, e da una giovinezza già illustre e benedetta dal cielo.

ALESSANDRO MANZONI

Milano 18 maggio 1852.”
(M. 117 Doc. 5.825 do arquivo do M. I.)

III

“Veramente mi dispiace turbare una volta ancora il suo dolce *procul negotiis*, quando, libero dall’importunazioni della fama, vive di nobili speranze, che, infelicemente, gli uomini, in generale, non son degni, por ora, d’effettuare; ma bisogna che i motivi della mia condotta gli siano palesi.

La mia richiesta, che doveva, come era da sperare, sorprenderlo, fu meramente una debole prova dell’interesse, che, resse stessa tenera età, mi destarono i suoi lavori letterarii, e, già lungo tempo, nodriva il desiderio che gli arrivasse questa dimostranza di stima, da un paese così lontano, dove, può dirsi tutto è nuovo, e dunque men difficile il trionfo della ragione e della giustizia.

Forse già tardi mi rammento che oltrepassai la mia insenzione, non rispettando la vera modestia, e, per più facilmente dimenticare il mio fallo, mi farà il favore d'ispiegarmi certi dubbii, che mi suggerà la lettura della sua ode, che gli ringrazio moltissimo d'aver copiata tutta interamente.

Mi riferisco a qualche versi differenti di quelli che leggo nelle due edizioni, che (p. 2) ne posiedo – I quattro poeti italiani ora pubblicati, secondo l'edizione del 1833, da A. Battense, Parigi presse Lefèvre librajo, Baudry librajo. 1836 – *Opere complete* d'Alessandro Manzoni con un discorso preliminare di N. Tommaseo ed aggiunte osservazioni critiche, Parigi Baudry 1843.

Potrebbe scoprire i motivi di tali alterazioni; ma, come a rispetto di due di loro debbo giudicare che abbia avuto inganno nella primiera, e nella seconda posso sospettare inavvertenza, nulla di meno giustificabile per la rapidezza dell'espressione – Dal Manzanarre al Reno – E'sparve! e i di nell'ozio – e quanto all'altre, appressando la maggior forza o esattezza dei vocaboli impiegati, non mi lascia, per ciò, la poesia di risonare mono piacevolmente, ed in quella – Serve, pensando al regno – de brilla il verso dall'antitesi, sua resta cosi bello per la proprietà e l'energia del verbo, potendo di più di questo essere attribuita all'imperfezione della lettera, che, tutti visi, non è iguale a quella stessa che si credo altrove, non voglio fondare un'opinione (p. 3) che si arrischerà a contrastar di tal maniera il pensamento dell'autore.

Ecco i versi e spero che l'attenzione che gli questi sarà bastantemente ricompensata dal piacere d' esporre le proprie idee

Serve pensando al regno
Due volte sull-altar
E'sparve! e i di nell'ozio
L'onda s'avvolve e pesa
E l'avvió, pei floridi.

Se un di le belle lettere gli dovrebbero un nuovo titolo di loro benefica influenza, mi lusingo di che si ricorderà d'una persona, che sarà ben felice di possederlo nella sua libreria.

Rio de Janeiro, 13 agosto 1852.

D. PEDRO 2^o.”

IV

“Sire,

La profonda e rispettosa e, oso aggiungere, affettuosa riconoscenza destata in me dalla lettera che la Maestà Vostra si degnò d'indirizzarmi, e dall'onore da Essa benignamente destinatomi, è pur troppo accompagnata da un vivo rammarico, poichè l'accettar questo onere m'è rosa impossibile da un motivo del quale, nella Sua Bontà e Saggezza, saprà valutare la forza. Già sono molt'anni, un Principe, troppo indulgente anch'esso verso di me, volte decorarmi d'uno de' Suoi Ordini; ma una repugnanza invincibile a ricevere un pregio non meritato mi costrinse, con mio dolore, a scusarmene. Nella stessa

dispiacentissima necessità mi sono poi trovato due altre volte; e in questi casi, a quel primo pur troppo valido motivo si sarebbe aggiunto, se ce ne fosse stato bisogno, il doveroso riguardo a chi aveva già avuta verso di me una tal degnazione. Queste ragioni e l'esperimentata Bontà della Maestà Vostra mi fanno ardito a esprimere la fiducia di non esser privato d'un Augusta Benevolenza, alla quale so bene di non avere altro titolo, che l'altissimo prezzo in cui la tengo. Non potendo serbare presso di me il Diploma che n'era un troppo splendido attestato, e non parendomi conveniente il rimetterlo di mia volontà in altre mani, per quanto degne e rispettabili, oso pregare la Maestà Vostra di farmi conoscere i Suoi ordini, nella maniera che sarà di Suo piacere.

Non so anche come esprimerLe la mia riconoscenza, mista pur troppo d'orgoglio, per l'attenzione che S'è degnata di date ad alcuni miei poveri versi. Il cenno gentile che mi dà d'averli conosciuti fino dalla tenera età, mi spiega in parte un tale eccesso d'indulgenza. Anch'io, vecchio come sono, conservo per de' versi che furono quasi la mia prima lettura, o almeno il mio primo studio letterario, una simpatia invincibile, quantunque sia costretto di confessare a me medesimo, che il pubblico non ha avuto torto di lasciarli andare in dimenticanza. Dopo nella stessa maniera la fortuna toccata a' miei mantenere al loro autore un piccolo, ma sempre glorioso posto nella graziosa memoria di Vostra Maestà.

Sono poi mortificatissimo di non poter darLe le spiegazioni che ha la soruma Bontà di desiderare, e mi fa l'onore di chiedermi, intorno a quasi tutte le lezioni differenti d'alcuni versi dell'ode di cui ha voluto gradire con tanta degnazione una mia copia. Le due edizioni di cui mi fa cenno, io non le ho mal viste, e non potrei procurarmele, avendo io medesimo fatta istanza perchè non fosse permessa l'entrata all'edizioni straniere de' miei scritti. La sola variante che mi sia nota, è quella del *Ferve* sostituito al *Serve*. E, per non mancare all'usanza de' poeti, difenderò arditamente la mia lezione, e per il merito dell'antitesi, accennata dalla Maestà Vostra, e perchè il sentimento che sarebbe espresso dal *Ferve* è già toccato implicitamente nelle parole *ansia* e *indocile*, del verso precedente. Avrei di crie vergognarmi di tiattenere Vostra Maestà di tali miserie, se il pensare crie ubbidisco in ciò a un Benigno Comando, non me ne facesse in vece una tentazione di superbia.

Devo finalmente presentare alla Maestà Vostra le mie umili scuse per non avere, com'era mio felice dovere, e mio vivo desiderio, risposto prima d'ora alla preziosa Sua Lettera. Una malattia non pericolosa, ma ostinata e un lungo malessere che la segui, ne furono la cagione. E in ultimo oso esprimere di novo la speranza e la preghiera, che i miei mancamenti, certo involontari, non rendano disgraditi alla Maestà Vostra i sentimenti del profondo e riconoscente ossequio, col quale ho l'onore di dirmi,

Dell'Imperiale Maestà Vostra,

umilissimo devotissimo e ubbidientissimo servitore

ALESSANDRO MANZONI

Milano, 15 aprile 1853.”

(M. 119, Doc. 5.892 do arquivo do M. I.)

V

“La vostra lettera pio vale di dentro [*sic?*] vi assicura ancora alla sua benevolenza, se può chiamarsi di tal modo il mio giusto sentimento verso di voi, ed, apprezzando la delicatezza dei vostri scrupoli, vi prego di conservar il diploma e la decorazione come un testimonio *solamente* dell’interesse che gli scritti *del Manzoni* mi destami anch’oggi che posso riconoscere le loro bellezze.

Ho letto con dispiacere crie non possedete le due edizioni da me accennate, nè vi sarà possibile procurarvele, e, se non fosse il timor di parer mattere in dubbio la giustizia dei vostri richiami d’autore, altamente mi gradirebbe offrirvi quelle stesse che emano la mia libreria e che felicemente per l’istruzione e l’onesto diletto dei Brasiliani no son malta difficili di sostituirne. Non è il desio, scusabile per altro di meritar il vostro assentimento ad alcune delle mie riflessioni che mi fà trattenermi di questo soggetto; ma bene la soddisfazione che mi causa questa corrispondenza (p. 2) in che potremmo ragionar dell’altre opere vostre che certamente varanno ancor più stimate dalla posterità.

Il ritardo della risposta doppiamente mi affliggeva, e pel piacere che ne sperava e pel malo stato della vostra salute che già gran tempo mi era noto; tutti gl’impedimenti [*sic!*] son dunque spariti, e spero dovervi brevemente un altro ossequio.

Mentre in critici, frà i quali mi è così dolce riandar [*riveder?*] le gioie vereconde della famiglia, rendono per me lo studio della bella lingua italiana senza un diletto; mai dopo il compimento di tutte le mie obbligazioni peço tempo mi resta, e ne farei una più utile applicazione se non lo perdessi spesso com lettura d’alcuni prosatori, principalmente modemi, poi chè il loro scritti sono meno generalmente conosciuti; questa difficoltà potrebbe appianarsela l’autore dei Promessi Sposi, il creatore della letteratura contemporanea d’Italia, e le sue sagge indicazioni, ne confidenza [*sic!*] (p. 3) non mancheranno a chi non ne già svoltare [*sic!*] che pur troppo la necessità.

Rio de Janeiro 13 settembre 1853.

D. PEDRO 2^o.

VI

“Sire,

Non trovo parole bastanti per esprimere alla Maestà Vostra la mia umile e viva riconoscenza per l’ingegnosa bontà, con la quale ha voluto mantenermi come un prezioso donociò che m’aveva destinato come una pubblica onorificenza. E oso aggiungere che il sentimento prodotto in me da Codesta Augusta Bontà, m’è tanto più caro, in quanto non posso temere che veruna compiacenza d’orgoglio in faccia al mondo ne usurpi, anche mio malgrado, una parte.

Poichè div’esser lento di farlo contrabbando a sè medesimo, non mancherò di procurarmi le duo edizioni crie la Maestà Vostra m’ha fatto l’onore d’indicarmi, e mi farò anche coraggio a dire il mio parere (por quanto sia possibile di farlo imparzialmente in causa propria) sulle varie lezioni alle quali S’è degnata di fare attenzione.

A rischio di parer barbaro nel mio paese, la verità m'obbliga a confessare la somma scarsità delle mie cognizioni in fatto di prosatori moderni italiani. Ma devo confessar di più, che, quand'anche ne avessi una cognizione pienissima, non saprei da che parte rifarmi per indicare una scelta. Perchè, prescindendo anche dalla giustissima diffidenza che avrei del mio giudizio, come fondarne uno intorno agli scrittori, principalmente di prosa, d'una ragione, dove è in questione la lingua medesima, e lo è fino dal momento che comparve nel mondo come lingua letteraria? Nondimeno, per non lasciare affatto inesequito un ordine, oso dire, caro non meno che venerato, ul'avventurerò a nominare, non tanto come scrittore, quanto come autore, uno solo, l'abate Antonio Rosmini. Non mi maraviglierei che questo nome fosse quasi sconosciuto costì, giacchè, e in Europa e in quest'Italia medesima, è ben lontano ancora (l'indulgenza di Vostra Maestà mi rende ardito a sentenziare) da quella celebrità che gli è dovuta, e che non gli può mancare dal tempo. I venti volumi che l'abate Rosmini ha pubblicati finora, contengono, la più parte, de' trattati filosofici, ognuno de' quali può riguardarsi come compito, rispetto alla sua materia speciale, ideologia, logica, metafisica, psicologia, morale propriamente detta, diritto, politica; ma che sono altrettante parti d'un sistema universale di filosofia. Ne mancano ancora alcune, e le più elevate, l'ontologia, la cosmologia e la teologia naturale; le quali, rendendo di tanto più vasta la materia, devono anche compirne l'unità. E ardisco dire che l'opere già pubblicate bastano a far presagire un tale effetto; giacchè perfetta e continua consentaneità che regna tra di esse, e anche tra le meno affini in apparenza, non potrebbe venire da altro che dall'unità e dalla verità d'un primo e universale concetto.

M'accorgo di dover rinnovare le mie scuse per un sentenziare così franco, del quale però è cagione in parte la brevità impostami dal riguardo di non abusare dell'indulgenza di Vostra Maestà con una loquacità indiscreta. Ma se la Maestà Vostra conosce, come desidero, l'opere di cui mi sono presa la libertà di parlarLe, o se la mia debolissima voce fa l'ufficio, che sarebbe spettato alla fama, d'invogliarLa a conoscerle, confido d'essere assolto.

Mi vergogno di dovere anche questa volta aggiungere delle scuse per il ritardo, del quale Vostra Maestà conosce e ha la bontà di compatire la cagione. Ciò che posso dire con sicurezza è che nulla è più vivace e più pronto del mio desiderio d'attestare, quando posso e come posso, alla Maestà Vostra la mia riconoscenza per una Bontà non meritata, ma profondamente sentita, e la mia ammirazione per le virtù che illustrano il trono dove la Provvidenza l'ha collocata. Così voglia il Signore accordare ad esse anche quella ricompensa temporale, che è la sola desiderabile davvero, cioè il bene di molti. E così voglia anche ascoltare i poveri, ma ardenti e sinceri voti, che unisco a quelli di tanti, per ogni più vera prosperità della Maestà Vostra, e della Sua Augusta Famiglia.

Dell'Imperiale Maestà Vostra

L'umilissimo e ossequiosissimo

Servitore

ALESSANDRO MANZONI

Milano, 14 giugno 1854".

(M. 120 – Doc. 5.980 do arquivo do M. I.)

VII

“Molto mene girava; il mi dono restarà nelle vostre mani come una prova della sincerità dei miei sentimenti verso di voi, e quando rileggerò adesso le vostre opere la ferma credenza che vi è intimamente conosciuto il prezzo in che sempre mi sono state come il loro autore radoppierà il godimento di questa mia, davvero, più dolce occupazione litteraria.

La mia amichevole premura già si lusingava della vituria, ma la piacevolezza della vostra promessa ne accresce il valore, facendomi sperar le più istruttive riflessioni non solamente sopra le varie lezioni dell’ode come intorno alla letteratura italiana attuale.

Temo che la vostra modestia e la delicatezza del vostro carattere ne siémo offese dalla mia insistenza in ottener la vostra opinione sopra autori contemporanei; mi, avendo letto di così lontano, e per curiosità unicamente, le pagine degne d’attenzione, per lo meno, di Cesare Cantù, Carlo Troya, Tommaso Grossi, la cui morte doveva essere, non è molto, un colpo dolorosissimo per la vostra antica amicizia di Orsini, d’Azzeglio, [*sic!*] e d’altri il mio silenzio sarebbe più ch’ingiustificabile; poichè invocando sempre, e da vicino, il vostro nome i più celebri cultor della bella lingua dove (p. 2) il di sona la riconoscenza, uno del più nobili sentimenti del core umano, non può che rivegliarsi nel vostro, e fra gl’amici la riconoscenza non ha che sospettare dall’imparzialità.

Non conosco che per i miei studj l’importanti opere dell’abate Rosmini, e non le trovando qui, sebbene impiegni tutta la possibile diligenza per riuscire, ciò che hà ritardati questa mia risposta, dove già voleva parlarvi dell’impressione che m’avrebbe fatta la loro lettura, le ho comandate con istanza.

Nulladimeno non dimenticai i miei autori italiani, trattenendomi questi giorni col’appreziazione d’un’opera non [meno?] vera storica che letteraria, e che mi pare assai interessante: l’Arnaldo da Brescia di Niccolini mi à fatta passar alcune ore senza accorgermene; ma come negli stessi più belli fiori scopronsi talune qualche petali appassiti così oserò rilevar in questa tragedia un poco di gravezza e d’oscurità nello stilo.

Desiderandovi più prospera salute vi ringrazio sinceramente i vostri voti per la mia felicità e quella dei Brasiliani, e solamente domando al Signore, come la ricompensa di tutte le mie vigilie, ch’Egli voglia sempre permettermi di viver, mentre ch’io viva, la realtà di questa servanza d’eterna giustizia

le vittoria e il regno

E nel felice che ai concordi impera

D. PEDRO 2º

Rio de Janeiro, 13 ottobre 1854.”

VIII

“Sire

La certezza apportatami dall’ottimo Padre Caccia, che il mio povero nome è ancora vivo nell’indulgente memoria della Maestà Vostra, è stata per me una di quelle consolazioni che hanno la forza di rianimare anche

una estrema vecchiezza. L'onore che mi viene da una così Augusta benevolenza non tiene che un secondo luogo in questa consolazione, a fronte del valore della benevolenza medesima; e più che al Monarca, godo di dovere una viva e devota gratitudine all'Uomo, che, in qualunque condizione fosse stato collocato dalla Provvidenza, avrebbe, con l'esimie doti dell'ingegno e del core, fatto nascere ne' suoi conoscenti il desiderio che esse potessero venire impiegate in beneficio di molti. Ora, con gran ragione, si benedice questa Provvidenza, dell'aver dato alla Maestà Vostra il mezzo d'impiegarle in beneficio di moltissimi, preservando una vastissima regione dai sanguinosi e sterili conflitti che hanno desolati tanti altri stati di codesta parte del mondo, e preparando ad essa una crescente prosperità e un'uguale giustizia a tutti i suoi abitanti.

E se, dietro a così gran cose, non è una presunzione ridicola il far menzione di me, posso anch'io benedire gli umili scritti, ne' quali la Maestà Vostra ha saputo discernere, e S'è degnata ricompensare, col Suo alto e benevole suffragio, delle rette intenzioni.

Voglia la Maestà Vostra accogliere con una uguale degnazione le proteste del profondo e riconoscente ossequio, con cui ho l'onore di professarmeLe

Umilissimo devotissimo servitore
ALESSANDRO MANZONI.”

(M. 166 – Doc. 7.634 do arquivo do M. I.)

IX

“Royal Danieli Venice

Signore

In un viaggio così rapido non posso che scriverle poche righe.

Il 17 sarò a Milano, e nella mattina del seguente giorno le farò una visita nella sua visita, [= villa] dove spero trovarlo godendo d'una prospera vecchiezza.

Sono certo che mi riceverà nella sola qualità di uno di lei attaccatissimi, e sarebbe molto felice di far aflora la conoscenza d'altri amici suor.

Ho ricevuto delle novelle sue a Londra per l'abbate Caccia, e, nella ansietà di vederlo e di parlarle, pregolo di credermi sempre

Il di lui affezionato
D . PEDRO D'ALCANTARA .

12 ottobre 1871.”

X

“Sire,

La gioia da me tanto desiderata e così poco sperata, di potere, a viva voce esprimere alla Maestà Vostra i sensi d'una antica e riconoscente devozione, mi sarebbe guasta in parte dal trovarmi impedito da abituali [sic!] alfezione di nervi dal prevenire il disegno ispiratoLe da una troppo indulgente degnazione e dal pensare che a questa vada aggiunto anche un Suo

incomodo; se l'eccesso medesimo di essa non facesse, per compenso, prevalere nell'animo mio il giocondo sentimento d'una ancor più viva e più umile riconoscenza.

Ho intanto l'alto onere di potermi dite, col più profondo e, oso aggiungerle affettuoso ossequio

Dell'Imperiale Maestà Vostra,
Brusuglio, il 16 ottobre 1871,

L'umilissimo e devotissimo servitore
ALESSANDRO MANZONI."

(M. 160 – Doc. 7.443 do arquivo do M. I.).

XI

“A Sua Maestà L'Imperatore Don Pedro II;
con la rinnovata espressione del più profondo ossequio, e della più viva e umile riconoscenza,

Brusuglio 19 Ottobre 1871,
fausto giorno onomastico,

ALESSANDRO MANZONI."

(Idem, idem).

XII

“Hotel de la Ville Milano
Signore

Nessuna visita poteva essermi più grata di quella della efígie di Beccaria; del nonno di Manzoni; dell'uomo che tanto sforzossi di convincere la società di non essere la pena capitale né necessaria, né utile.

Ringraziandolo di così grande testimonianza di affezione nel mio giorno onomastico, spero che non sarò accusato che di non osar confidar troppo nella di lei benevolenza, riservando per un poco più tarde l'invio della mia traduzione dell'ode del Cinque Maggio.

Incoraggiato dalle rimembranze di Brusuglio credo che riuscirò assai bene in questo piccolo lavoro che non avrà tuttavia veramente che il merito dei sentimenti coi quali raccomandandomi alla di lei graziosissima famiglia, e pregierommi sempre di essere

Il suo attaccatissimo
D. PEDRO D'ALCANTARA

19 ottobre 1871.”

XIII

“Signor Manzoni

Rinvenuto alla bella Italia mi fo' premura d'offrirle il piccolo lavoro letterario, di cui le ho parlato. L'unico suo merito é il sentimento verso di

A sua Maestà l'Imperatore Don Pedro II,
con la rinnovata espressione del più profondo ossequio,
e della più viva e unanime riconoscenza,
Brasilia 19 Ottobre 1871,
fausto giorno onomastico,

Alessandro Manzoni

Carta de Manzoni a d. Pedro II. (Doc. 7443 M. 160 - POB
do arquivo do Museu Imperial)

lei che l'ha ispirato, e forse la veduta del superbi e vetustissimi monumenti dell'Egitto vi hanno sparso un poco della loro ombra poetica.

Ringraziandola ancora benché la sua gentile famiglia della di loro accoglienza di Brusuglio spero che mi favorisca di due fotografie di lei colla sua famiglia fatte in Brusuglio; una per me e l'altra per mia moglie crie se le raccomanda ed ugualmente alla sua famiglia come

Il di lei attaccatissimo

D. PEDRO D'ALCANTARA

Napoli 15 Novembre 1871."

XIV

"Sire.

Devo, prima di tutto supplicare la Maestà Vostra d'accettare le mie umili scuse di questo così tardo rispondere alla benigna e venerata lettera che mi fece l'onore di scrivermi da Napoli. Essa mi pervenne quando, già fatti i bauli e, per dir così, con un piede in carrozza, non m'era possibile l'ubbidire sul momento all'ordine tanto onorevole per me, espresso in quella. Arrivato a Milano, le giornate nuvolose vennero a frapporre un novo ritardo. Posso finalmente trasmettere alla Maestà Vostra, in ubbidienza a quell'indulgentissimo desiderio, le fotografie che sarebbe stata presunzione l'offrirLe di mio proprio impulso. E se qualcosa poteva aggiungere un novo valore a un tal desiderio, era l'esserne partecipe l'Augusta e Ottima Imperatrice, a Cui questo mi dà un titolo prezioso di far prevenire la viva e profonda riconoscenza mia e della famiglia del mio figliolo primogenito associata con me a un tanto onore.

Vorrei poter rendere alla Maestà Vostra grazie adeguate alla degnazione di fare e di comunicarmi la traduzione dell'ode *Il cinque maggio*. La consanguinità delle due lingue supplisce alla mia ignoranza della portoghese, almeno quanto basta per farmi scorgere in codesto nobile lavoro, non solo la fedeltà necessaria, qualunque sia l'originale, ma una facile spontaneità.

Fu, in questo frattempo, e per me e per la mia famiglia fortunata partecipe della bontà della Maestà Vostra, una gioia quotidiana il seguire col pensiero e col core, il Suo viaggio in Italia, e veder riconosciute e ammirate per tutto le doti dell'ingegno e dell'animo Suo, e manifestata, a ogni passo, la simpatia tra due oggetti della nostra venerazione e del nostro affetto, la patria e un tal Amico di essa.

Si degni la Maestà Vostra d'accogliere, unitamente a questi sentimenti, il profondo e oso aggiungere, cordiale ossequio, con cui ho l'onore di rassegnarmele.

Milano 15 dicembre 1871.

Umilissimo, devotissimo servitore

ALESSANDRO MANZONI."

(M. 160 – Doc. 7.443 do arquivo do M. I.)

XV

“Signore

Mia simpatica venerazione per lei è divenuta ancor più viva dopo la visita a Brusuglio, e l'imperatore del Brasil e doveva sentirne gl'effetti; Spero dunque ch'ella voglia, al meno, conservarne il pegno che tengo l'intima soddisfazione d'offerirgli.

Sarà un nuovo ricordo delle relazioni di tanti anni, quantunque io non dubiti che il mio nome si udirà quiche volte nelle conversazioni di lei colla gentilissima famiglia a chi vorrà certamente raccomandarmi ed anche la mia, che tanto desiderebbe conoscere personalmente, l'amabile accoglienza del salone e l'ombra amica degl'alberi di Brusuglio.

Guardo nello stesso istante la fotografia dove ella e la sua famiglia han dato una delle più gradevoli pruove di rimembranza al

Di lei attaccatissimo
D. PEDRO D'ALCANTARA.”

XVI

“Sire,

Ricevetti ieri, unitamente al magnífico dono della Maestà Vostra, la lettera, in cui, tempo la, ebbe la somma benignità d'annunziarmelo, com caratteri della Sua augusta mano.

Come potrei trovare de' termini adeguati a esprimerLe l'aumento d'un'umile riconoscenza, già antica e sempre viva nell'animo mio? Vostra Maestà, come dimentica dell'alto onere che deve fare una tanta degnazione, usa il linguaggio d'un privato, parla al core, e rammenta quelli che furono alti onori, come memorie di puro affetto. Questo mi fa ardito, e quasi m'impone di corrisponderLe nel modo che Le è più accetto, e di offerirLe semplicemente i miei ringraziamenti, e quelli della parte di mia famiglia, che fu felicitada dalla Sua presenza e d'offerirLe i nostri auguri per la lunga durata d'una prosperità, che è insieme quella d'un popolo fortunato. E unendo a questi i più rispettosi e sinceri voti per l'Imperiale Famiglia, passo a protestarmi, cal piú profondo e oso aggiungere cordiale ossequio,

Della Maestà Vostra,
L'umilissimo e devotissimo servitore
ALESSANDRO MANZONI

Milano 15 gennaio 1873.”

(M. 166 – Doc. 7.603 do arquivo do M. I.).

Escreveu Manzoni a d. Pedro II em 15 de janeiro de 1873, respondendo-lhe o imperador, em italiano, em abril do mesmo ano:

XVII

“Signore: Mia figlia e mio genero parton domani per un viaggio in Europa. La bella Italia non sarà certamente dimenticata, e probabilmente la visiteranno in Ottobre.

Quando saran arrivati a Milano s’affrettaran di comunicarle il giorno e l’ora di loro visita a Brusuglio, dove tanto desiano conoscerlo e la sua gentilissima famiglia.

Ho letto con vera gioia che i suoi ottanta se’ anni si son felicemente compiuti, e giungo ai voti di vostri amici quer di

Vostro ben affezionato

D . PEDRO D’ALCANTARA

Rio 16 Aprile 1873".

(M. 166 Doc. 7.634 do arquivo do M. I.)

Morreu Manzoni a 22 de maio seguinte, não vivendo o bastante para receber os imperiais visitantes. D. Pedro II foi exilado em 1889 e morreu em Paris em 1891. Todos os seus papéis foram posteriormente remetidos para o castelo d’Eu, na Normandia, propriedade do príncipe Gastão de Orleans, casado com sua filha Isabel.

* * *

Fontes de consulta

As cartas de d. Pedro II, existentes na Biblioteca Brera, e citadas neste trabalho, trazem a seguinte catalogação: Sala Manzoniana: Colloc. XVIII, 22.

As de Manzoni, conservadas no arquivo do Museu Imperial (documentos da Casa Imperial) trazem os seguintes números: M. 117, Doc. 5.825; M. 119, Doc. 5.892; M. 120, Doc. 5.980; M. 160, Doc. 7.443; M. 166, Docs. 7.603 e 7.634. Dessa coleção existe um *Inventário* impresso pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (Vols. 54 e 55 dos Anais) confeccionado por Alberto Rangel, devidamente autorizado pelo príncipe do Grão-Pará, neto do imperador, e então depositário do mencionado arquivo.

Sobre d. Pedro II foram consultadas as seguintes obras:

1. Pedro Calmon: *O rei filósofo*. Comp. Ed. Nac., S. Paulo, 1938 (p. 247).
2. Georges Raeders: *D. Pedro II e os sábios franceses*. Atlantic ed., Rio, 1944 (pp. 16-17).
3. Idem: *D. Pedro II e o conde de Gobineau*. Comp. Ed. Nac., S. Paulo, 1938 (pp. 60 e 402).
4. G. B. Lantana (Veneza): *D. Pedro ed Aless. Manzoni in Carteggio I*, p. 8, nº 1.

5. M. W. Williams: *Dom Pedro the Magnanimous, second emperor of Brazil*. Chapel Hill, Univ. N. Carolina Press, 1937 (p. 161).

6. Anfrísio Fialho: *Biographical Sketch of D. Pedro II, emperor of Brasil* (trad. M. A. Henry), in Annual Report of the Smithsonian Institution showing the operations, expenditures, and condition of the Institution for the year 1876, Washington, Government Printing Office, 1877 (pp. 173-204).

7. José Antônio de Azevedo Castro: *Contribuições para a biografia de D. Pedro II* (parte I, p. 581).

8. Nogueira da Gama: *Minhas memórias*, Rio, 1893 (p. 184).

Para uma sucinta bibliografia do *Cinque Maggio* vide:

Guido Manzoni: *L'ottocento*, 3ª ed. Milão, Fr. Vallardi, 1938 (parte I, p. 324) na série: *Storia Letteraria d'Italia*.

Vittorio Cian, *Cinque maggio in Saggi di umanismo cristiano*. Pavia, vol. I, dezembro 1950.

E ainda:

Convivium, ed. pelo saudoso professor Carlo Calcaterra, de Bolonha. Vol. correspondente a 1947, pp. 255-8.

Sobre as relações entre Manzoni e Rosmini, ver: G. Bonola, *Carteggio fra A. Manzoni, Antonio Rosmini*. Milão, 1900.

Devo à extrema gentileza da comunicação do professor Fausto Ghisalberti, a identificação do padre Caccia:

“Carteggio Manzoni-Rosmini a cura di Giulio Bonola (Milano, 1901), a p. 314 trovo che il Manzoni, dopo la morte del Rosmini, scriveva in data 25 aprile 1856 al rosminiano Padre Vincenzo De Vit: *Ho visto con vero piacere l'ottimo Padre Caccia*. E in una nota illustrativa a p. 348 il Bonola stesso informa del “*Don Carlo Caccia por prevosto di San Satiro in Milano, e in seguito membro dell'Istituto rosminiano della Carità, era stato da principio segretario del Card. Gaetano Gaysiuk (1796-1846), arcivescovo di Milano.*”

Concluindo, quero agradecer, muito cordialmente, à dra. Teresa Lodi, diretora da Biblioteca Laurenciana, de Florença; ao prof. Irineu Sanesi, de Pavia; ao prof. Fausto Ghisalberti, de Milão e Cremona; e ao professor Plínio Carli, de Pisa; bem como ao professor David James, da universidade americana de Brown, meu prezado colega; professora Bárbara Reynolds-Thorpe, da universidade britânica de Cambridge e a sra. Kenneth Mc. Kenzie, de New Haven, Conn. – e principalmente à direção do Museu Imperial, a gentileza para comigo.

Lewis H. Gordon

Os personagens citados na carta 7 são:

1. Cesare Cantú (1804-1805), romancista lombardo e historiador, um dos mais diligentes partidários do partido clerical.
2. Carlo Troya (1784-1858), jornalista liberal napolitano, autor de trabalhos a respeito dos propósitos ocultos da *Divina Comédia*, de Dante, e da História da Itália na Idade Média.
3. Tommaso Grossi (1791-1853), poeta que residiu por muitos anos na casa de Manzoni, em Milão.
4. Orsini. Seria Felice Orsini, autor de um atentado contra a vida de Napoleão III em 1853, e que escreveu as *Memórias Políticas?*
5. Massimo D’Azeglio (1798-1866), autor de romances históricas e patriota italiano. Genro de Manzoni.
6. Abade Antonio Rosmini (1782,1861), sacerdote amigo de Manzoni e notável filósofo seguidor de Vico.
7. Giambatista Niccolini (1782-1861), crítico literário que muito auxiliou Manzoni na revisão do *I Promessi Sposi*.
8. Arnaldo di Breggia (1100?-1155), filósofo religioso italiano da Idade Média.

AINDA SOBRE A TENTURE DES INDES



LE ROI PORTE (Anciennes Indes)

Lit. B. da "Description des tableaux que le Prince Maurice de Nassau a offer au Roi Louis XIV"

Le tableau representant comme les principaux nègres en Angola se font porter dans un hamaque.

Toute sorte de passions au naturel.

Seigneur Nègre avec ses armes et le parasol, orné en dehors avec toute sorte de belles plumes naturelles.

Des esclaves qui le portent couverts avec des peau.

Une Changade, ou trois pièces de bois joints avec quoi les N^gres vont en mer pour pescher, et ce bois est si léger qu'un garçon peut porter les tous trois.

Les nids des oiseaux qu'entrent et sortent par le bout.

Un fruit qui s'appelle Millié.

Des Moutons, qu'ont la queue si grosse, qu'on la mange comme un des quartiers.

Un Mouton (bode), dont il y a une grande quantité en ce pais-lá.



Tapeçaria da série "Anciennes Indes", segundo o modelo de Eckout



LA REINE PORTÉE (Nouvelles Indes)

É o mesmo quadro de lit. B do Inventário. Pequenas diferenças aparecem, acrescentados de tucanos, os patos e um urubu-rei. O bode virou cabra. A figura principal, de brincos e cruz ao pescoço, não parece realmente fermudado de sexo, mas os peixes e crustáceos numa e noutra tapeçaria. Assinada Desportes

Ainda sobre a *Tenture des Indes*

Na admirável exposição *France et Brésil*, realizada em 1955 no Hotel de Rohan, com o apoio financeiro do senador Assis Chateaubriand, foram incluídos alguns dos desenhos e óleos da autoria de François Desportes ¹, que serviram de estudos para os oito cartões da segunda série das tapeçarias intituladas *Les Indes*, que, desde a primeira, havia constituído uma das maiores *réussites* dos teares parisienses dos Gobelinos.

Provinham os mesmos de um grande lote – cerca de 250 – vendido em 1748, cinco anos depois da morte do pintor, seu sobrinho, Nicolas Desportes, ao conde d’Angivillers, que a destinou a Sèvres, para servirem de modelos, e hoje se acham distribuídos entre os museus de Compiègne, da *Vénerie*, em Senlis, e a célebre fábrica de porcelanas.

A aparição desse material pôs novamente em foco a controvérsia sobre se a primeira *Tenture* fora diretamente tecida dos quadros presenteados a Luís XIV por Maurício de Nassau em 1679 ou de *cartons* pelos artistas da Manufatura Real. Num artigo inserto no Anuário do Museu Imperial ² propusemos a tese de que os primeiros jogos reproduziam os originais que Eckhout divergindo da opinião sustentada por Michel Benisovich em trabalho publicado na Revista do Patrimônio ³.

Já suspeitava Fenaille no seu monumental *Etat Général de la Manufature des Gobelins* que o primeiro jogo, em baixo liço (inverso dos modelos), fora executado “d’après les tableaux originaux donnés au Roi et non d’après des modèles arrangés par Desportes”.

1. N^{os} 73 a 91 do catálogo da Exposição *France et Brésil*. Paris, 1955.

2. Vol. V, 1944, p. 67.

3. Sphan N^o VII, 1943.

Data esta primeira série de 1687-88, uns quarenta anos depois de pintados aqueles. Pelo menos quatro vezes haviam sido eles encaixotados: da Haia para Berlim, em 1652 (parte de uma coleção de raridades vendida ao Eleitor de Brandeburgo), de Berlim para Cleves e de Cleves para a Haia (ida e volta) em 1667, ao serem os mesmos reavidos por Nassau para uma primeira tentativa em tapeçaria realizada por Van der Gucht. Assim, quando Mr. de la Chapelle, “Controleur du Roi aux Gobelins”, deu finalmente ordem para passá-los aos teares, estavam necessitados de restauração. Desempenharam-se do encargo Hovasse e Bonnemer, mediante a remuneração de 1.550 e 552 libras, respectivamente, sendo o custo desse primeiro jogo de 14.205 libras. Repetiram-no em 1689-90 sem modificações.

Só em 1692, ao encomendar-se uma terceira série – desta feita aos ateliês de alto liço – é que o jovem François Desportes, em colaboração com Hovasse e Fontenay, foi encarregado de *retoucher* os animais, o segundo as plantas e flores e o terceiro as figuras. Hovasse recebeu 650 libras, Fontenay e Desportes 1.200 cada um. O preço dessa série saiu mais elevado: 25.987 libras.

Notam-se ligeiras variantes entre as duas primeiras versões e da terceira, todas, porém, aparentam-se no estilo e *mise en page* aos grandes quadros etnológicos de Copenhague firmados por Eckhout. Se os originais apresentavam claros e se estes foram recheados – exigência peculiar à arte da tapeçaria – não há porque imaginá-los sensivelmente modificados pela equipe de Lebrun. Na verdade, nuns e noutros, deu Eckhout mostras do mesmo sentido decorativo. O modelo do *Roi Porté*, que conserva relativamente em bom estado o *Mobilier National* e foi levado à Exposição *Maurits de Brasiliaan* (Haia, 1953), poderia pertencer à série do *National Museet*. Soube criar o artista composições monumentais com motivos exóticos, que, multiplicadas pelos teares já afamados dos Gobelinos, justamente que aspirava o príncipe, constituíram os jogos da *Tenture des Indes* tantas vezes repetidos durante século e meio.

Foi, portanto, injusto Nassau para com a realização do seu pintor, a menos que desejasse lisonjear os franceses, quando a queria melhorada “par qui se cognoit en quelle façon on est accoutumé de peindre les modèles de tapisseries”.

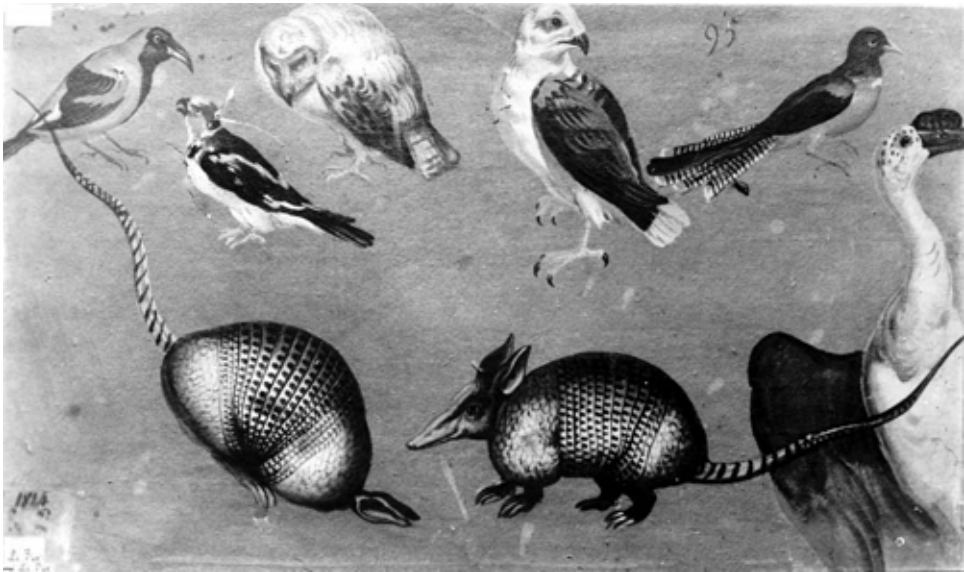
Seja porque se deteriorassem os cartões em oito passagens sucessivas pelos teares, seja por imposição do gosto, foi Despor-



Le cheval Rayé - Anciennes Indes - A. Eckhout.



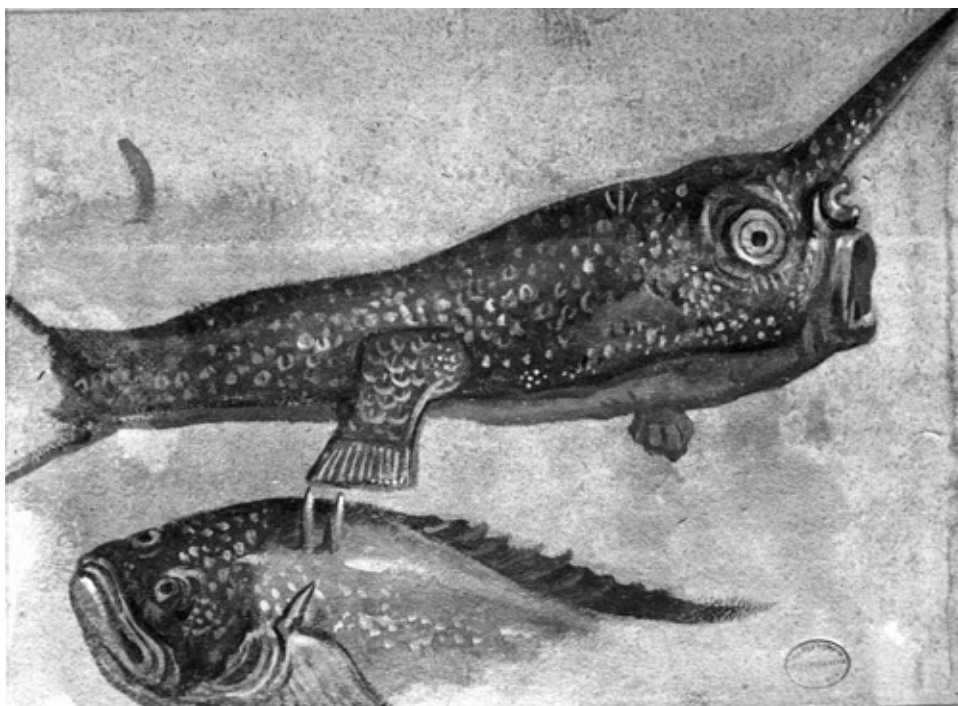
Le Roi Porté - Anciennes Indes - A. Eckhout.



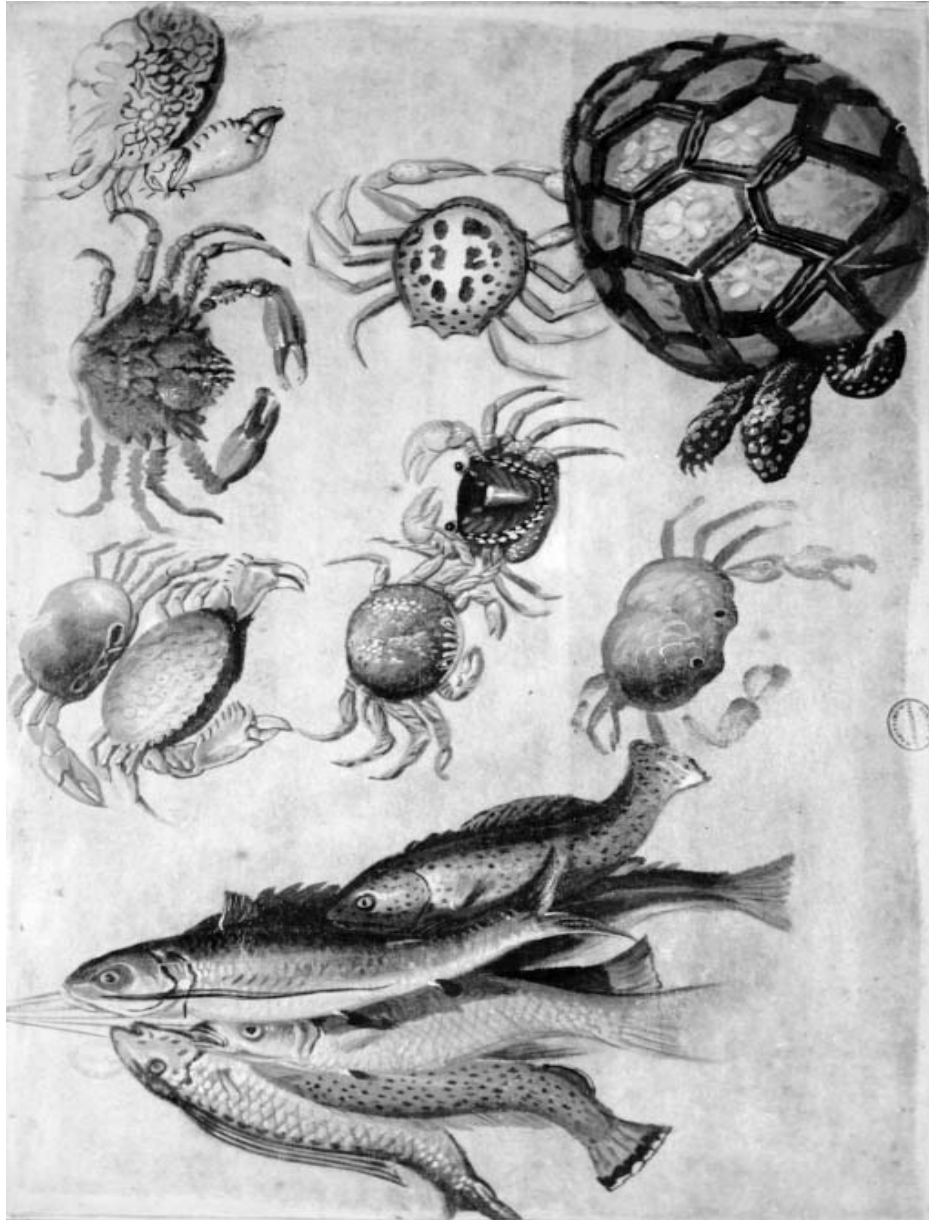
Desportes (Alex. François) 1661-1743. Hute sur papler colle sur carton - Man. Nat. de Sevres - Carton - Quadrupèdes, n° 122.



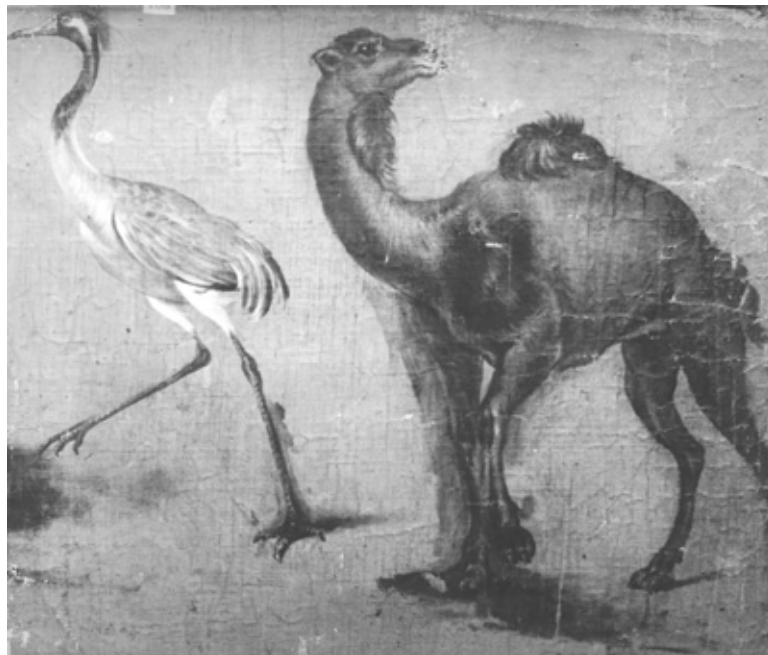
Desportes (Alex. François) 1661-1743 - Cheval rayé, rhinocéros, canne a sucre. Peinture à l'huile sur papier, collé sur carton, avec encadrement, 32 x 50.5. Man. Nat. de Sevre, Carton Quadrupèdes, n° 12 - Exposé France-Brésil, 1955 - n° 77 do catálogo.



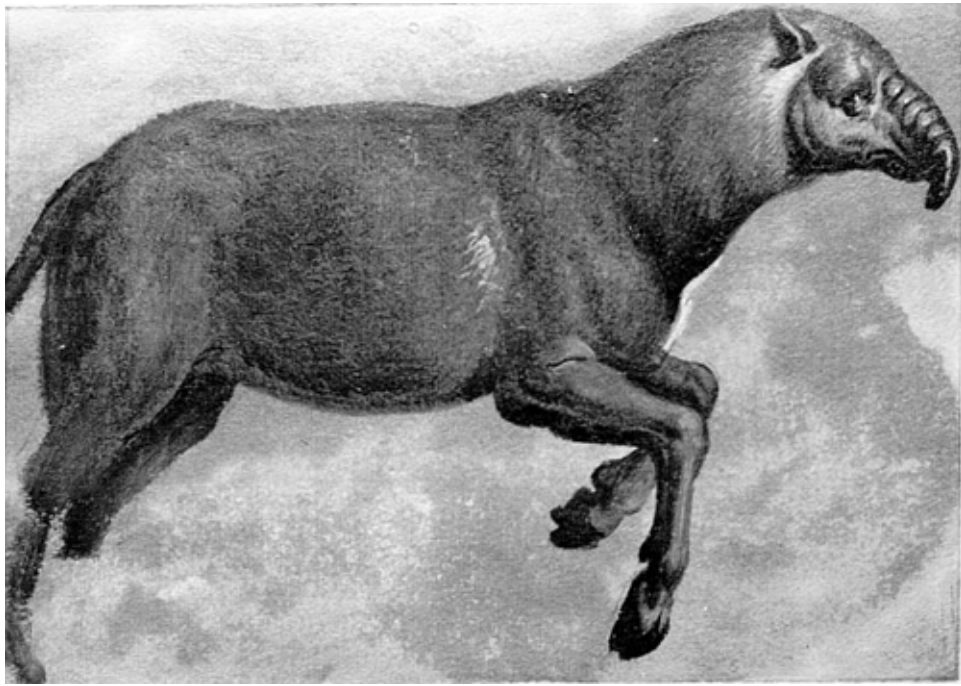
Desportes (Alex. François) 1661-1743 - Peinture à l'huile sur papier collé sur carton léger, avec encadrement. - 18,5 x 23 - Man. Nat de Sevres, Carton Diceaux, n° 14 - Exposé France-Brésil, n° 75 do Catálogo - Paris, 1955.



Desportes (Alex. François) 1661-1743) - Poissons, crabes, tertue. Peinture à l'huile sur papler collé sur carton, avec encadrement. 23 x 31,5 - Man. Nat. de Sèvres - Carton Oiseaux, n° 47. Exposé France-Brésil cat. n° 76 - Paris, 1955.



Desportes (Alex. François) 1661-1743) - Peinture sur toile 450 x 56 cm Man. Nat. de Sèvres.



Desportes (Alex. François) 1661-1743) - Tapis - Peinture à l'huile sur papier collé sur carton, avec encadrement. 18,5 x 23,5. Man. Nat. de Sèvres - Carton Quadrupèdes, n° 119.5 - Exposé France-Brésil, Paris 1955 - N° 82 do catálogo

tes em 1735 pela segunda vez convocado e, desta feita, para os *rajeunir*. Introduziu ele animais e plantas de outras procedências. São, na verdade, novos modelos os que apresenta aos salões anuais de pintura.

Dos *Livrets des salons* consta a sucessiva aparição desses grandes quadros do *Conseiller Desportes*: dois medindo 16 pés por 12 de alto (*Cheval rayé* e *Deux taureaux*); dois de 14 pés por 11 ½ de alto (*Reine portée* e *Chasseur Indien*); um de 12 pés por 11 ½ de alto (*Combat d'animaux*). Seis, pelo menos, foram expostos entre 1738 e 1740, com a indicação de que seriam executados em tapeçaria para o rei na manufatura dos Gobelinos, estando acompanhados de longa descrição nos respectivos catálogos. Três se encontram hoje em museus provinciais: Gueret, Reims e Marseille.

Para diferenciar as novas das primeiras séries, ficaram elas sendo conhecidas como *Nouvelles Indes* em oposição as *Anciennes*. Ganharam, sem dúvida, em elegância e equilíbrio. Em vez de duas larguras, passaram a ter os oito panos dimensões mais homogêneas, variando entre quatro e cinco metros de largo por cerca de quatro de alto. Cada um foi pago à razão de 2.000 libras. O primeiro jogo, tecido entre 1740 e 1744 (Ateliês Gozette e Leblond), saiu por 28.503 libras.

Os estudos de Desportes – uns a lápis e giz, outros a óleo sobre papel ou tela – são de formatos diferentes e na maior parte pequenos. Representam animais, plantas, aves e peixes e levam títulos provavelmente da mão do sobrinho. Entre eles, os há que são idênticos aos motivos das *Anciennes*; vários, finalmente, não se encontram nos modelos de Eckhout. Como é natural, em *esquisses* e trabalhos inacabados, não revelam a mestria do grande animalista que foi François Desportes e ficam aquém da obra dos tecelões, quer na perfeição do desenho quer no brilho do colorido.

A presença nesse todo homogêneo de motivos pertencentes às *Nouvelles Indes* não só permite datar os desenhos, como vem corroborar a presunção de que somente para essas é que Desportes se preparou, com a diligência de que o número é testemunha e como exigia a amplitude da tarefa.

Confrontados tais desenhos com os do *Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae*, da Biblioteca de Berlim, e as duas coleções com as peças idênticas que figuram nas tapeçarias, ressalta a fidelidade com que as *Anciennes Indes* reproduzem os originais de

Eckhout, aqueles quadros grandes, sob letras únicas, descritos pelo príncipe no inventário que fez para o *Roi Soleil*.

É também desta opinião madame Jarry, do *Mobilier National*, que em estudo definitivo, apresentado por ocasião da exposição nassoviana, organizada no Mauritshuis (Haia, 1933), concluía: “Il faut donc laisser à Eckhout la responsabilité entière de la composition des cartons des tapisseries des Indes.”

Nem os preços pagos aos pintores dos Gobelinos (Bonnemer, Hovasse e Baptiste) em 1688 – 2.100 libras – ou em 1691 (Hovasse, Fontenay e Desportes) – 3.060 libras – admitiriam a hipótese de se tratar então de modelos novos; como vimos, Desportes pela *Nouvelles Indes* receberia ao todo 16.000 libras, isto é: praticamente, por quadro, o que os outros somados receberam pelos oito.

Modificadas sensivelmente as composições primitivas, Desportes assina a sua obra sem escrúpulos, como criação pessoal que passou a ser, ainda que diretamente inspirada do holandês.

Juntamente com alguns dos estudos inéditos de Desportes, apresentamos o modelo, também inédito, de Eckhout, para o *Roi Porté*, lado a lado, com as correspondentes peças do primeiro jogo das *Anciennes Indes* e de uma das *Nouvelles*.

J. de Sousa Leão

**VIAGEM DO PRÍNCIPE MAXIMILIANO
AO BRASIL EM 1860**

Viagem do príncipe Maximiliano ao Brasil, em 1860

Chegada à Bahia

Na manhã do dia 11 de janeiro de 1860 aportava à cidade do Salvador a corveta austríaca *Elisabeth*. Logo se propalou a notícia de achar-se a bordo o arquiduque da Áustria, Maximiliano de Habsburgo, cuja vinda fora anunciada não só pelos jornais, mas também oficialmente, desde começo de dezembro de 1859¹. S. A. procedia diretamente da ilha da Madeira, onde ficara, por motivos de saúde, a arquiduquesa Maria Carlota, princesa da Bélgica, sua esposa.

O arquiduque Maximiliano era um príncipe distinto por sua alta hierarquia, por sua inteligência e por seu caráter generoso e nobre. Irmão do imperador Francisco José da Áustria, era muito estimado na Europa, gozando de merecido renome, além de ser homem ilustrado e estudioso naturalista. Com tal, seus olhos e sua inteligência encontraram, de relance, no Brasil tesouros inapreciáveis.

Ex-governador do reino lombardo-veneziano, S. A. Imperial recomendou-se aos italianos pelas disposições modestas e conciliadoras, pelo desejo constante de introduzir, no governo daqueles

1. Por duas cartas existentes no arquivo do conselheiro Paulo Barbosa da Silva, das quais nos cedeu cópia o dr. Américo Jacobina Lacombe, vê-se que, pouco antes, o imperador em excursão às províncias do norte, aguardava, no Recife, a chegada do primo Maximiliano. As cartas em apreço são do dr. Antônio d'Araújo Ferreira Jacobina – professor da Escola Central – ajudante de mordomo da Casa Imperial, mordomo itinerante de S. M. o Imperador – e dirigidas a dona Francisca de Paula Barbosa da Silva, (mulher de Paulo Barbosa):

“Recife, 10/12/1859. Agora estamos à espera do arquiduque Maximiliano da Áustria que vem aqui estar oito dias com a mulher, filha mais velha do rei da Bélgica.”

“18/12/1859. O imperador designou-me para ficar à espera do arquiduque que já se demora desde o dia 16. Creio que não terei a *chance* de o ver chegar quando eu estiver só.” (O imperador partira naquela data para Santo Antão) – “o que como sabe me daria um certo *relief* que não faz mal a um moço”.

domínios da Áustria, um sistema mais tolerante, mais liberal, em harmonia com as idéias e com a civilização do século.

Desde muito o ilustre príncipe era conhecido entre nós; por sua reputação científica, tinha o seu nome inscrito no quadro social do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ¹.

Herculano Ferreira Pena, presidente da província da Bahia, cumprindo as recomendações do governo imperial, dirigiu-se imediatamente a bordo, a fim de cumprimentar o arquiduque e oferecer-lhe hospedagem em palácio. Sua Alteza, porém, guardando rigoroso incógnito e evitando todas as formalidades e etiquetas, já tinha desembarcado, com alguns oficiais, a fim de percorrer os diversos bairros da cidade.

No dia 12, às duas horas da tarde, o capitão Tegethoff, ajudante-de-campo de S. A., dirigiu-se ao palácio do governo, acompanhado pelo cônsul da Áustria, a fim de cumprimentar o presidente da província e da parte de S. A. Imperial, agradecer a visita que s. ex^a. lhe fora fazer a bordo da *Elisabeth*.

Naquela entrevista o presidente renovou por si e em nome do governo imperial, o oferecimento de todos os serviços e obséquios que o arquiduque se dignasse aceitar, mas não teve a satisfação de prestá-los, porque Sua Alteza resolveu guardar sempre rigoroso incógnito, a fim de observar com maior liberdade, no curto tempo de sua estada na capital baiana, o que ela oferecesse de mais interessante.

No dia 14 o presidente recebeu outra visita do comandante da corveta *Elisabeth*, acompanhado pelo cônsul de Hamburgo sendo-lhe então participado que o príncipe pretendia partir no dia seguinte em direção ao Rio de Janeiro, tocando em alguns dos portos ao sul da Bahia, o que lhe facultaria observar as matas virgens, a natureza do Brasil.

Efetivamente, partiu a *Elisabeth* na madrugada de 15, em direção à vila de Ilhéus, onde foi curta a sua demora.

O arquiduque levou também ao conhecimento do presidente a intenção de tocar na Bahia no seu regresso para a Europa e o desejo de encontrar-se com S. M. o Imperador.

1. No presente artigo outra finalidade não temos senão fazer um resumo a respeito do que lemos nos jornais, de janeiro e fevereiro de 1860, relativamente à breve excursão do príncipe austríaco pelo Império nos dois meses daquele ano. Não temos outra idéia senão despertar interesse sobre o assunto, na expectativa de que algum estudioso o desenvolva, quiçá, dando maior amplitude às nossas informações.

Também constava que o príncipe teria de ir ao Pará; mas que desistira desse intento, preferindo rumar para a ilha da Madeira, onde deixara a esposa.

O *Diário* (da Bahia) de 14, dizia o seguinte a respeito do príncipe:

“Antes de ontem passeou por várias ruas desta cidade e dirigiu-se até o Bonfim um personagem moço, louro, trajando toalete branca, em um carro puxado a quatro cavalos, acompanhado do cônsul austríaco e de outro representante da Áustria, segundo afirmavam.

Trazia no chapéu fino do Chile, uma fita azul clara e denotava pelos ares e maneiras uma origem altamente aristocrática, pelo que parecia e diziam todos, era Sua Alteza o sr. arquiduque Maximiliano, que conservava o incógnito para poder, fora de todas as etiquetas e honras devidas à sua alta posição, viajar e apreciar os lugares por onde passa.

Consta que Sua Alteza principiou ontem seus passeios pelo nosso recôncavo, para o que fretara um dos vapores da *Companhia Baiana* que o devia transportar a diversos lugares.

E como o público talvez deseje ter alguma notícia biográfica e genealógica a respeito de Sua Alteza, aqui transcrevemos do *Almanaque de Gota* do ano passado o seguinte trecho:

O sr. arquiduque é irmão do atual imperador da Áustria, Francisco José. Sua Alteza o arquiduque Fernando Maximiliano José nasceu a 6 de julho de 1832; é filho do arquiduque Francisco Carlos José; é governador geral do reino lombardo-veneziano; vice-almirante e comandante-em-chefe da Marinha imperial, patrono do Regimento dos Ulanos Austríacos nº 8 e chefe do 3º Regimento dos Dragões Prussianos.

Casou-se a 27 de julho de 1857 com a arquiduquesa Maria Carlota, nascida a 7 de junho de 1840, filha do rei dos belgas.

Consta-nos que Sua Alteza viaja com o fim de instruir-se, pois é cultor apaixonado de história natural.

Em sua permanência na Bahia o príncipe aceitou apenas um baile na casa do cônsul austríaco e no dia 14 à meia-noite seguiu no vapor *Elisabeth* para Ilhéus, donde rumou lentamente para o Rio de Janeiro.”

Chegada ao Rio de Janeiro

Na noite de 26 de janeiro entrou no porto do Rio de Janeiro a corveta conduzindo a seu bordo o arquiduque Maximiliano.

Cedo, na manhã de 27, apenas a corveta fundeou foi S. A. Imperial cumprimentado a bordo pelos senhores João Lins Vieira de Sinimbu, ministro dos Negócios Estrangeiros, senhores ministro e cônsul da Áustria, chefe-de-esquadra Joaquim José Inácio e outras pessoas.

Sua Alteza agradeceu, declinando o oferecimento, a galeota e o estado da Casa Imperial que foram imediatamente postos à sua disposição, quer para desembarcar, quer para percorrer a cidade.

Embarcou na sua gôndola veneziana, com o ministro da Áustria e desembarcou a uma hora da tarde no Arsenal de Marinha, seguido pelo estado-maior, que o acompanhara em um escaler. S. A. trajava paletó branco e chapéu-do-chile.

Entrando então em um carro com os senhores ministro e cônsul da Áustria, pela rua Direita para o largo do Paço, dirigiu-se para a Santa Casa da Misericórdia, percorrendo todo o edifício, mostrando-se bem impressionado com a ordem e o asseio lá encontrados.

Subiu, depois, o morro do Castelo e dali rumou para a Glória e Botafogo, onde visitou o hospício de Pedro II; de regresso, dirigiu-se ao Campo de Santana. Às seis horas jantou no Hotel da Europa.

No dia 30, partiu para Petrópolis, onde chegou às nove horas e três quartos da manhã, hospedando-se no hotel Oriental. Fora até Mauá na linda galeota dourada imperial a vapor ¹.

A idéia do oferecimento da galeota imperial teria sido, além de delicadíssima cortesia, aliás bastante merecida, uma bela de-

1. O ministro de Estrangeiros, Sinimbu, providenciou sobre a ida do príncipe a Petrópolis, escrevendo a Paulo Barbosa a carta seguinte:

“Il.^{mo} ex.^{mo} sr. conselheiro Paulo Barbosa da Silva.

Acaba de sair desta sua casa agora mesmo (11 horas) o sr. de Sonnleithner, e veio confirmar a resolução em que está o príncipe Maximiliano de ir depois de amanhã (segunda-feira, 30 do corrente) fazer uma visita a Suas Altezas. O príncipe embarcará pelas 6 horas da manhã no Arsenal de Marinha na galeota imperial; vou providenciar para que as 7 um trem especial espere na estação do Caminho de Ferro de Mauá.

Agora peço a v. ex.^a que a essa mesma hora; 7 da manhã do dia 10, tenha duas carruagens na estação oposta (Raiz da Serra) porquanto a comitiva do príncipe será de 6 a 7 pessoas. O sr. Sonnleithner mandou preparar aposentos para o príncipe no hotel Oriental, mas ontem assentei em conferência com meus colegas do ministério, que não podíamos, sem faltar à civilidade, deixar de oferecer um alojamento para o príncipe no próprio Palácio de Petrópolis. Previno portanto V. Ex.^a de que é possível que esse oferecimento seja aceito (somente para a pessoa do príncipe) e que basta que o aposento que lhe for destinado conste de duas peças. Sua Alteza pretende regressar na quarta-feira, e seu regresso se fará do mesmo modo. Disse-me o sr. Sonnleithner que o príncipe deseja muito visitar o palácio de S. Cristóvão, antiga residência de sua tia, assim como orar sobre o túmulo desta. — “Peço a V. Ex.^a que dê suas ordens para que o príncipe tenha facilidade em satisfazer aquele desejo. V. Ex.^a pode ordenar que a pessoa que suas vezes faz se entenda diretamente comigo.

É o que tenho por agora a acrescentar à outra que com este vai. Sou de vossa excelência amigo e obediente servo *João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu*”.

monstração ao príncipe itinerante, que assombrara a Guanabara com a sua linda galera veneziana, a recordar o *bucentauro* de um doge no Adriático tranqüilo.

Assim, aludiremos à galeota dourada, usada depois de 1857, pelo imperador nos passeios ao interior da Guanabara, nas viagens à enseada da Estrela, quando se dirigia a Petrópolis, fazendo 11 milhas por hora e cuja máquina, ao que nos informou o almirante José Maria Penido, fora oferecida ao imperador pela rainha Vitória.

Sua figura de proa em madeira dourada representava um dragão de largas dimensões, lançando-se sobre um florão, também dourado, que terminava à linha-d'água. Da proa até a popa, nos dois bordos, estavam adaptados dois verdugos, um na tabica e outro no corrimão da borda, simulando dois cabos de ouro, paralelos. As caixas das rodas, com ramos de fumo e de café, moldurando raios dourados cravados em uma elipse de 19 estrelas, em cujo centro figurara a sigla *P. II*. Os topos dos portalós, em pau-cetim, destacavam golfinhos em belo relevo, contornando duas âncoras cruzadas sob a coroa imperial. Os cabos dos portalós de seda verde e amarela. Sobre a tolda e o convés três meias-laranjas indicando as descidas para as câmaras das damas, dos ministros e do comandante.

Era encantadora a perspectiva da galeota, vista de proa, o conjunto das meias-laranjas amarelas, das balaustradas douradas do passadiço e das escadas, projetando-se a um tempo na grega dourada que cercava o tombadilho e na frente do camarim, pintado, dourado e guarnecido de vidros de cores.

O camarim imperial, cujo pavimento inferior estava a dois pés abaixo da tolda, dividia-se em três compartimentos. O primeiro constituía a antecâmara. O segundo era a câmara e o terceiro subdividia-se em dois, por um anteparo a meia-nau. Em cada um destes últimos estava uma cama, uma toailete e uma secretária. Por ante a ré ficavam os compartimentos com instalações sanitárias.

Os caixilhos das janelas dos compartimentos eram de subir e descer, tendo cada janela uma dúplice ordem de caixilhos de vidros de cores venezianas.

Rica, sem dúvida, era a decoração interna da galeota, com reposteiros, tapetes, sofás, cadeiras douradas, mesas, *étagères*,

aparadores, relógios, divãs, camas, cortinados, floreiras, objetos de toalete em prata de lei.

Não viera da Ásia todo esse esplendor, mas da Ponta da Areia, do risco do então primeiro engenheiro naval, Napoleão Level; fora executado sob a administração do sr. Correia de Aguiar. Da indústria estrangeira havia a bordo do vaporzinho, – da galeota dourada – a máquina e a mobília, isso por luxo, porque não nos faltavam bons marceneiros e as nossas oficinas de máquinas, então dirigidas pelos srs. Matos e Braconnot, dispensavam encomendas de maquinismo para os vapores do estado.

Voltando à visita do arquiduque Maximiliano a Petrópolis, é de notar que muitas famílias foram esperá-lo na Vila Teresa, acompanhando-o até o hotel.

Lá, SS. AA., as princesas d. Isabel e d. Leopoldina, que não haviam acompanhado seus augustos pais na viagem ao norte do Império, convidaram o príncipe, seu primo, a jantar no palácio, onde houve, à noite, uma pequena reunião íntima, presidida pela condessa de Barral.

O príncipe demorou-se apenas dois dias em Petrópolis ¹, seguindo no dia 5 de fevereiro para a província do Espírito Santo, a fim de aí se encontrar com o imperador. Nos últimos dias de sua permanência na corte, também visitou a Imperial Fazenda de Santa Cruz.

Chegada ao Espírito Santo

No dia 7, às sete horas da manhã, a esquadilha imperial, composta do vapor *Apa*, – tendo a bordo SS. MM. Imperiais e comitiva – e dos vapores *Amazonas*, *Paraense* e *Pirajá*, partia de Vitória com direção a Guarapari.

Ao sair a barra, encontrou fundeado um vapor com bandeira austríaca, o qual, apenas avistou a esquadilha embandeirou-se, seguindo nas águas da esquadilha, que festivamente içara a bandeira austríaca.

1. O sr. H. de Sonnleithner, ministro residente da Áustria, depois da partida do príncipe, remeteu a Roberto Milligan, engenheiro-chefe da estrada de ferro de Petrópolis, uma caixa de rapé de ouro que S. A., em lembrança de sua passagem por aquela estrada, se dignou oferecer ao distinto engenheiro.

Fundeou a esquadilha em Guarapari às onze horas da manhã. O imperador seguiu para terra. O arquiduque Maximiliano foi a bordo do *Apa* cumprimentar a imperatriz, sendo recebido pelo conselheiro Luís Pedreira do Couto Ferraz, que teve a honra de levá-lo à presença da mesma augusta senhora.

Voltando de terra, mandou o imperador, de sua parte, o visconde de Sapucaí cumprimentar S. A.

Meia hora depois veio S. A. a bordo, demorando-se por espaço de uma hora.

O imperador, em seguida, mandou entregar-lhe as insígnias de grã-cruz da Ordem Imperial do Cruzeiro, sendo portador o mordomo Jacobina.

Às três e meia horas largou a esquadilha em direção a Benevente, acompanhada pela corveta *Elisabeth*. Às cinco horas, lá fundeavam.

Uma galeota, levando o mordomo, foi buscar o arquiduque, que veio com o seu estado-maior para bordo do *Apa*.

Passando-se todos para o *Pirajá*, saltaram em terra e depois de percorrerem a vila, descansaram na casa destinada à recepção do imperador.

O arquiduque demorou-se até nove e meia da noite, seguindo no *Pirajá* para bordo de seu vapor, sendo acompanhado pelo vice-almirante Joaquim Marques Lisboa, futuro marquês de Tamandaré, e seus ajudantes-de-ordens.

S. A. ostentava então a placa do Cruzeiro.

SS. MM. pernотaram em terra. Às sete da manhã do dia 8 a esquadilha levantou ferros e seguiu para Itapemirim.

A corveta *Elisabeth*, com S. A. acompanhou a esquadilha.

Às nove horas e 50 minutos deu-se fundo em frente à barra.

O imperador, acompanhado dos srs. ministro do Império Almeida Pereira, guarda-roupa conselheiro Melo, médico dr. Abreu, mordomo Jacobina, oficial de gabinete do ministro do Império Dionísio Feijó, capelão cônego Melo, vice-almirante Marques Lisboa, com o chefe de seu estado-maior, capitão-de-mar-e-guerra Pereira Pinto e seus ajudantes-de-ordens, primeiros-tenentes Ponte Ribeiro e Carneiro da Rocha, foi a bordo da fragata austríaca cumprimentar o arquiduque.

S. M. demorou-se a bordo até meia hora depois de meio-dia, voltando para o *Apa*, com S. A. que viera despedir-se da imperatriz.

Retirando-se S. A. para bordo de seu navio, seguiram SS. MM. II. às três e um quarto para a vila de Itapemirim, a bordo do *Pirajá*.

A *Elisabeth* levantava ferros para o norte, quando os vapores da esquadilha imperial, *Amazonas* e *Paraense*, com a maruja nas vergas, davam uma salva de 21 tiros, em cumprimento ao príncipe que, sem outras formalidades, viera conhecer o continente americano, onde um destino atroz o esperava! Das matas e praias do Brasil Maximiliano não poderia ouvir o rugido das feras mexicanas, que o surpreenderiam poucos anos depois!

O ministro da Áustria, que sempre acompanhou S. A., passou para o *Paraense*, no qual voltou para a corte ¹.

Volta à Bahia

O arquiduque Maximiliano, conforme prometera, voltou à Bahia, no dia 11 de fevereiro.

S. A. visitou mais uma vez o recôncavo, fretando para esse fim um dos vapores daquele porto.

Sobre essa visita diz o *Jornal da Bahia*:

“No sábado Sua Alteza foi no *Paraná* percorrer o rio Paraguaçu e desembarcou junto ao convento de São Francisco, onde pernitoou em redes com a sua comitiva no salão que dá sobre o rio e o domina todo. Daí mandou pelo pintor que o acompanhava tirar diversas vistas.

No domingo, ouviram missa e retiraram-se para a Bahia.

Sua Alteza mimoseou todas as pessoas que o obsequiaram aqui, sendo os mimos mais salientes um anel de ouro com as suas iniciais: F. M. (Fernando Maximiliano), formadas por brilhantes e sobre elas uma coroa imperial, também de brilhantes. Ao sr. Tomás Pereira Geremoabo, em cujo

1. “Enquanto enche a maré visitei o arquiduque que me deu suas viagens impressas e prometeu-me um impresso de suas poesias de que vi outro na sua biblioteca, que tem bons livros, sobretudo de viagens e história natural. Mostrou-me os croquis de pintor que já passou pelo Brasil na *Novara* e atestam bastante talento, e vi a miniatura da mulher que deve ser uma moça bonita mas não bela, tendo também em gravura o retrato da imperatriz que muito me elogiou a quem dedicou as poesias por ser poetisa – *Ophir der Dichterinn* – como a chama na dedicatória. Todo o vapor foi construído na Inglaterra tratando-se agora de uma grande oficina de construção de vapores em Trieste. Vi a gôndola – é pequena – do arquiduque girar a roda do vapor assim com o tropina, pequeno batel dálmata, de um só homem que rema e governa com o remo de duas pás. A imperatriz da Áustria diverte-se em remar assim no lago de Schünbrunn. Gostei das idéias do arquiduque, sensatamente liberais, tendo-se dado muito com Manzoni, Cantu, Cárcano e outras quando governou a Lombardia.

Despediu-se de mim, tendo vindo comigo para o *Apa*, pouco depois das 2 da tarde.”
Diário de d. Pedro II (M. 37 v. D. 1.057 caderneta nº 6. Arquivo do Museu Imperial).

engenho esteve na sua passagem para o sul, ofereceu um relógio com as iniciais e coroa de brilhantes; um correntão e um broche de brilhantes a sra. Lohmann, e um alfinete de brilhantes ao sr. Lohmann, cônsul austríaco.

“Além disso, Sua Alteza deu 100\$ ao feitor do sr. Geremoabo, 50\$ ao mestre de açúcar e 5\$ a cada escravo.

O príncipe ficou enamorado dos arredores e do recôncavo da Bahia, como disse, achou em tudo o tipo da América.”

Chegada em Pernambuco

Na manhã de 14 de fevereiro a corveta austríaca chegava a Pernambuco. O dr. Luís Barbalho Muniz Fiuza, apenas teve notícia desse fato, apressou-se em ir a bordo, a fim de pôr o palácio do governo à disposição de S. A., oferecendo-lhe os meios de percorrer comodamente a cidade e arrabaldes. Acompanharam s. ex^a., o chefe da estação naval e outras autoridades; quando chegaram a bordo não encontraram o príncipe, que havia desembarcado, seguido de várias pessoas que, como ele, trajavam de branco e chapéu de palha.

O presidente fez os seus oferecimentos ao comandante do *Elisabeth*, para que os transmitisse ao ilustre viajante.

S. A., guardando o incógnito com que desembarcou, esteve no Hotel Inglês, de onde saiu à tarde para percorrer os arrabaldes da cidade.

No dia 15, foi até os Apipucos; no imediato dirigiu-se a Santo Amaro.

A *Elisabeth* entrou no dia 16, entre 10 e 11 horas da noite, para o Mosqueiro. Nessa ocasião as águas a impeliram contra um recife que havia entre as bóias da barra, de que resultou um princípio de encalhe.

O chefe da estação naval, tendo prévia notícia de que a corveta teria de entrar, por precaução mandou colocar na barra uma lancha do brigue-barca *Itamaracá*, pronta a prestar-lhe o auxílio, de que porventura viesse a carecer. Não satisfeito com esta providência, esteve no mar por toda a noite, a fim de evitar qualquer incidente.

Pela capitania do porto tomaram-se providências análogas.

No dia 17 saiu S. A. para a ilha da Madeira, onde fora reunir-se à sua formosa esposa.

“S. A. o arquiduque Maximiliano, que esteve nesta corte, chegou a Trieste no dia 2 de abril, tendo estado antes em Tetuan. O príncipe ia partir para Viena, chamado, segundo asseveram algumas folhas, à presidência do Conselho do Império.” Foi esta a última nota que retiramos de jornal do Rio de Janeiro (*Correio Mercantil*, de 3 de maio de 1860), para a elaboração do presente artigo ¹.

Francisco Marques dos Santos

Fontes consultadas: *Jornal do Comércio*, jan. 25, 27, 28, 30 e 31. fev. 5, 17, 22-23. *Correio Mercantil*, jan. 25, 28, e 31. fev. 6, 9, 12, 27, todos de 1860.

1. A propósito da visita de Maximiliano ao Brasil existe ainda uma referência na seguinte carta que, do México, dirigiu a Pedro II:

“Monsieur mon frère et très cher Cousin.

C'est avec empressement que j'ai saisi l'occasion de vous renouveler l'assurance de ma sincère amitié et du désir que j'éprouve de conserver personnellement avec Votre Majesté les meilleures et les plus affectueuses relations. Les souvenirs qui me restent du beau voyage que j'ai fait au Brésil ne s'effaceront jamais de ma mémoire et c'est avec un vif intérêt que je vois le développement rapide et soutenu de la prospérité de Votre bel Empire. Grâce à l'impulsion vraiment libérale que Votre Majesté sait donner à son gouvernement le Brésil, dans un état de paix qui porte envie au nouveau-monde, travaille activement à l'accroissement de la richesse publique et de son bien être général.

Le succès par Votre Majesté en soutenant avec dignité et énergie ses Droits méconnus par l'Angleterre a eu un grand retentissement en Europe. Souvent je pense à la similitude qui règne entre nos deux pays et tout mon désir en suivant la voie tracée par Votre Majesté, serait d'obtenir d'aussi beaux résultats.

En me rappelant au bon souvenir de l'Impératrice et de Vos aimables Princesses, je Vous prie agréer la nouvelle assurance de la haute estime et de l'inaltérable attachement avec lesquels je suis: Monsieur mon frère et très cher Cousin de Votre Majesté Impériale le bon frère et cousin Maximilien. México ce 8 Août 1864”.

(M. 84 – Doc. 6.584 do Arquivo do Museu Imperial)

**VICISSITUDES DA PRIMEIRA ESTRADA
DE FERRO BRASILEIRA**

Vicissitudes da primeira estrada de ferro brasileira *

Venho hoje cumprir aqui um antigo compromisso. É uma dívida que desejo resgatar com um morto.

Aí por volta de 1940, quando ainda era vivo Alcindo Sodré, o devotado secretário da Comissão do Centenário de Petrópolis, sabendo do meu parentesco com o visconde de Mauá e das pesquisas que fazia para mais ainda levantar-lhe a figura que Alberto de Faria, já soerguera em corpo inteiro, sugeriu-me que estudasse a sua famosa iniciativa, ligada a Petrópolis, isto é, analisasse a criação e o desenvolvimento que teve, em suas mãos, a pequenina estrada de ferro, que tinha a glória de ser a primeira fundada no Brasil.

Respondi-lhe, naquele ensejo, que só o poderia fazer quando ele mandasse copiar, na Biblioteca Nacional, todas as 63 atas ali existentes, em um volume encadernado, da *Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis*, que vão desde a sua fundação, a 29 de maio de 1852 até 15 de fevereiro de 1881 ¹.

Imaginava que confrontando esses velhos documentos manuscritos, com alguns dos relatórios anuais, que foram impressos, da referida empresa, pois, infelizmente, não existem todos, mas há um razoável número deles na coleção Teresa Cristina, do Instituto Histórico, e o que o próprio Mauá diz na sua *Exposição aos Credores*, fácil seria recompor a vida de grandeza e decadência, ou melhor, historiar as vicissitudes da primeira estrada de ferro nacional.

Alcindo Sodré cumpriu, muito mais tarde, a sua parte naquele compromisso, mandando, realmente, copiar os referidos documen-

*. Conferência realizada no Instituto Histórico de Petrópolis.

1. Classificados na seção de manuscritos da Biblioteca Nacional. Catálogo 1-8-2 nº 57.

tos arquivados na Biblioteca Nacional. A contribuição que seria para o Centenário de Petrópolis, passaria assim para o Anuário do Museu Imperial, de que ele foi o fundador diligente e o incomparável diretor.

A promessa não se resgatou enquanto ele foi vivo. Por isso é que acedi agora ao Instituto Histórico de Petrópolis, de que me honro de ser sócio, em vir falar daquele tema, não porque o tivesse certamente preparado completamente, mas com o propósito de assim também poder pagar a dívida para com aquele morto, cuja ausência aqui, nesta hora, ainda me aperta o coração.

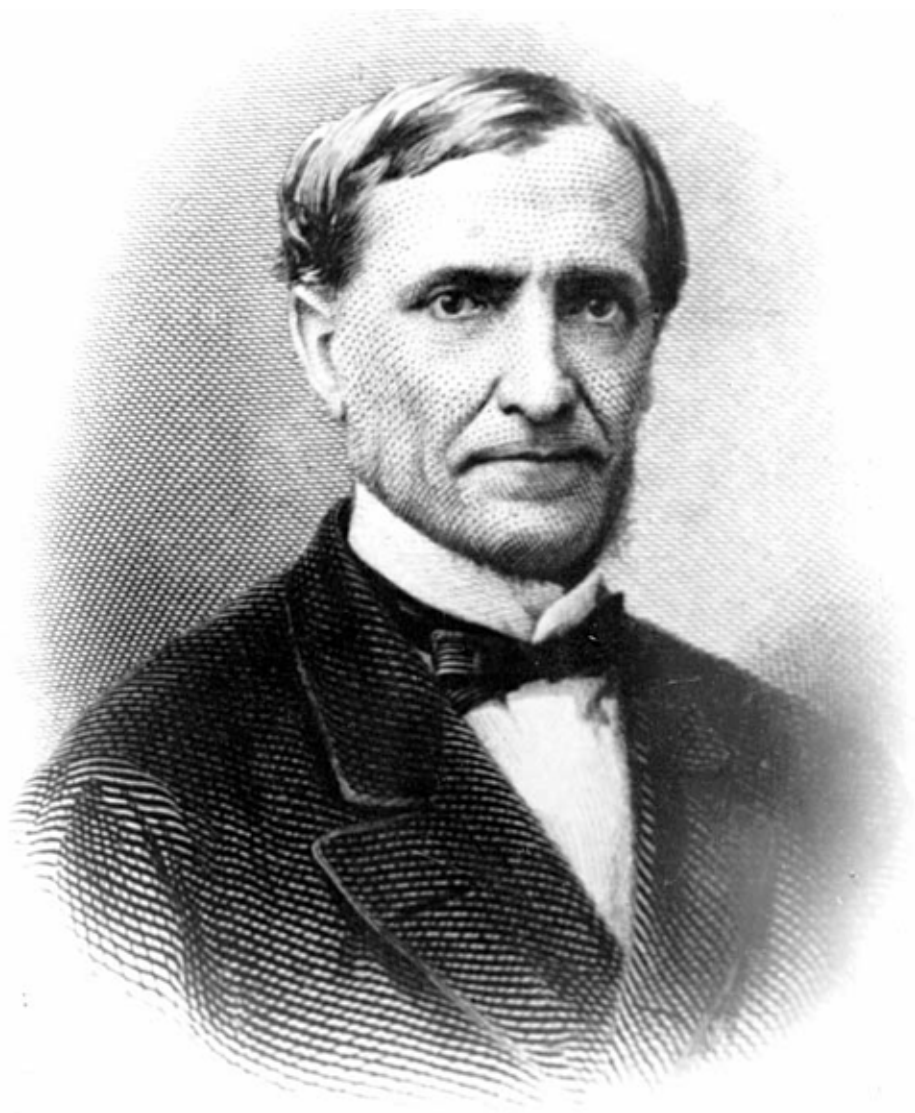
Adiantaram-me ainda os promotores do congresso, que a solenidade coincidiria, mais ou menos, com o centenário da estrada. Aproximadamente concordo, porque, neste passo, há várias datas a fixar: há, por exemplo, os que não gostam de ter sido Mauá o pioneiro neste setor, como o engenheiro José do Nascimento Brito²; e, para obscurecer a iniciativa do intrépido gaúcho, argumentam que a primeira concessão de estrada de ferro brasileira não é sua, mas de Tomás Cockrane³.

Bem sabemos disso. Ao publicar-se em 1942 e 1943, as duas edições da autobiografia do visconde de Mauá, que não é mais do que aquela famosa *Exposição aos Credores* de 1878, seguida de notas, já se acentuava no prefácio, que apesar da lei geral de 1835 (decreto nº 101, de 31/10/1835) com privilégio exclusivo por 40 anos, referendado por Limpo de Abreu, não houvera quem se animasse a empreendê-la apesar dos esforços de Barbacena, em Londres, coadjuvado por Feijó.

“A segunda tentativa, dizia-se ali, agora interna, é do doutor Tomás Cockrane, em 12 de novembro de 1840, embora não conste o decreto de concessão da coleção de atos oficiais, mas se lê no *Jornal do Commercio* nº 299 e está publicado na *Memória Histórica da Estrada de Ferro Central do Brasil* (p. 5), de Miguel F. Figueira, onde também se lê o respectivo contrato (páginas 5 a 8).”

2. Ver conferência: “A origem da estrada de ferro no Brasil” in *Revista do Clube de Engenharia*, nº 94 e 97, junho e setembro, 1944.

3. Talvez também não fosse Cockrane, mas Fonim, o primeiro concessionário da estrada no Brasil. (Ver: Garcia Redondo: *A 1ª concessão de estrada de ferro no Brasil*. Outro concessionário em 1838, foi João Batista Midosini, na província do Rio de Janeiro – 1ª lei de Paulino de Sousa, nº 8 de 24/04/1838.



Irineu Evangelista de Sousa - barão de Mauá. Gravura da época.

O caminho de ferro seria entre a corte e São Paulo, e valeria por 80 anos. Caducou, porém, em 1843, por não haverem começado as obras.

Revalidado o privilégio em 02/01/1849, foi o contrato, entretanto, anulado mais adiante, pelo Poder Legislativo, visto o concessionário pleitear “isenções de direito” e “garantias de juros”, coisas então sumamente difíceis de obter ⁴.

O próprio Mauá, na hora da falência, ao relatar a sua vida, em 1878, referindo-se a Tomás Cockrane, de quem acabaria por ser sócio forçado, no Caminho de Ferro da Tijuca, nobremente comenta:

“O dr. Cockrane, ao organizar-se a companhia que tomou a seu cargo a construção da Estrada de Ferro de D. Pedro II, recebera do governo £. 30.000, compensação que lhe era, inquestionavelmente, devida pela *tenaz perseverança com que lutava durante longos anos pela realização dessa via férrea*, incorrendo em dispêndios de maior ou menor vulto nesse empenho, embora o prazo do contrato se achasse vencido. Para os governos honestos a equidade é sempre justiça e as £. 30.000 foram entregues ao lidador incansável.” ⁵

Como se vê, se a questão é de prioridade da idéia no Brasil, ela também não era de Cockrane, mas de 1835 quando a Regência, debatendo-se, com a falta de comunicações rápidas, em face da Revolução Farroupilha, projetava a ligação ferroviária da corte com Minas, com Bahia e com o próprio Rio Grande do Sul, como o acentua Martinho Garcez no seu *Direito das Coisas* (p. 619).

Mas essa prioridade, ainda assim, seria só brasileira, porque as estradas de ferro nasceram na Inglaterra aí por volta de 1770 (trilhos de ferro fundido) e em 1820, as primeiras locomotivas, sendo que a de Stephenson é de 1829 (entre Liverpool e Manchester).

Também se afirma alhures, certamente por ignorância, que a estrada de Mauá foi a primeira, na América do Sul. Não é exato. Em ordem estritamente cronológica, foi a vigésima primeira do mundo, sendo da América a sexta e da América do Sul a ter-

4. Vide *Autobiografia*: 2ª ed. 1943 pp. 54-55.

5. Vide *Autobiografia*: 2ª ed. 1943 p. 178.

ceira. Antes, já as haviam construído: os Estados Unidos (1829), o Canadá, o México, o Peru (1850) e o Chile (1852). A relação completa está em Castro Carreira: *História Financeira* (pp. 727-28). Coube, sim a Mauá, exclusivamente, a primazia da iniciativa da construção brasileira. Essa ninguém lhe tira; e a parte que cabe a outrem no estudo de projetos e preparação de empresas, ele o reconheceu lisamente, sem precisar de se enfeitar com penas alheias...

*

* *

Mas essas preparações ideológicas e mesmo práticas, como vimos no Brasil, não deram os seus frutos desejáveis, antes de Mauá. É o que este acentua na primeira ata da sua empresa (29/05/1852).

“Congratula-se com os sócios pelos ver ali reunidos para levar a efeito a primeira estrada de ferro, que se vai construir no Brasil, e agradecendo-lhes a coadjuvação que lhe prestavam para tornar efetiva uma obra, que ia marcar uma nova época nos melhoramentos materiais do país.”

A essa primeira reunião, a da fundação da companhia estão presentes, além de Irineu Evangelista de Sousa, seu incorporador, com representação do sr. Ricardo Carruthers, seu velho patrão, já ausente na Inglaterra, Isaac Carruthers, como representante da firma Carruthers & Cia. e como procurador de A. C. Mac Gregor, sócio de Mauá na casa bancária. Compareceram mais o conselheiro José Antônio Pimenta Bueno (futuro marquês de São Vicente), Manuel Augusto Ferreira de Almeida, Manuel Correia de Aguiar, por si e como representante de José Jerônimo Pereira de Mesquita, Bernardo Casimiro de Freitas (futuro barão da Lagoa), por si e como procurador do dr. Cândido Borges Monteiro (futuro visconde de Inhaúma), Porfírio Ferreira Nunes, por si e como procurador de José Maria de Sá, Luís Augusto Ferreira de Almeida, José Antônio de Miranda e Silva, José Maria do Amaral, como representante da firma Amaral & Basto, Manuel Gomes Pereira como representante da firma Gomes & Paiva, João de Almeida Araújo, como representante da firma Joaquim da Fonseca Guimarães & Cia., Antônio Ribeiro de Queiroga, Francisco Antônio de Carvalho Ribeiro, Leopoldo Augusto da Câmara Lima, José Antônio de Santos Xavier, G. H. Weitzmann, Manuel da Costa Faria, como representante da firma de seu nome,

Tomás Fuelding, como procurador de Howden Hewlands & Cia. e Francisco Augusto Mendes Monteiro.

Cito-os todos, reverentemente, porque muitos, embora hoje desconhecidos, são os precursores, os audaciosos daquele tempo, que acreditaram no progresso e sem cujos alicerces Mauá não poderia levar avante a sua arrojada construção.

A concessão inicial da província do Rio de Janeiro, foi-lhe feita individualmente, a 27 de abril de 1852, pelo presidente da província, Luís Pedreira do Couto Ferraz, futuro visconde de Bom Retiro. O único favor que então alcança é o do “privilégio de zona” (lei provincial do Rio de Janeiro, nº 602, de 23 de setembro de 1852): cinco léguas à margem da linha.

Os trabalhos de construção do primeiro trecho, entre a praia da Estrela e a Raiz da Serra, tiveram início, um mês antes, a 29 de agosto de 1852. Não se falava, então, em “garantias de juros” para o capital empregado, embora a lei geral nº 641, de 26 de junho desse mesmo ano, já os admitisse, de 5% para as companhias que se dispusessem a explorar o traçado Rio-Minas ou Rio-São Paulo, como se lê em *Ciro Pessoa – Estrada de Ferro* (p. 4).

A segunda ata que consta do livro referido, é da data do início dos trabalhos (29/08/1852), e traz uma originalidade: foi lavrada na fazenda do comendador Albino José de Siqueira, na freguesia de Inho-mirim. Ali compareceram os imperadores, três ministros de Estado, conselheiros, senadores, deputados e o presidente da província Couto Ferraz.

Ao lado de Mauá, estão os engenheiros da estrada: Guilherme Bragge, Roberto Milligan e o administrador José E. Cliffe.

A estrada foi construída, na bitola de 1,68m a mais larga do Brasil porque, há um século, não havendo a prática de empreendimento dessa ordem, acreditava-se, ingenuamente, que os trens que se apoiassem em trilhos com menor separação, corriam o risco de perder o equilíbrio, descarrilando... Só muito mais tarde (1885) é que essa bitola foi ali mudada para 1,00m.

Como estávamos então longe das últimas conquistas técnicas, quando, segundo me informa um especialista, já existe hoje na Alemanha, trens que circulam sobre apenas um só trilho central, com giroscópios na locomotiva e no último carro, para compensar, nas curvas, a possível inclinação do comboio!...

Após a cerimônia religiosa da bênção, d. Pedro II, segurando simbolicamente uma pá de prata “com ela por três vezes escavou a terra e a lançou num carrinho expressamente feito para esse fim. Depois o imperador passou a pá aos ministros do Império, da Guerra e da Marinha. Cheio que foi o carrinho, S. Majestade se dignou de conduzi-lo até a alguma distância e depois o entregou ao sr. presidente da companhia que o despejou.”

Esse carro de jacarandá e a pá de prata são, hoje, relíquias do Instituto Histórico Brasileiro, a quem Mauá, sentindo logo o seu valor histórico, os doou, dois anos e cinco meses mais tarde, como consta da ata do Instituto, de 29/09/1854.

Nesse carrinho, além das armas imperiais, consta, em legenda de prata, a seguinte inscrição: “O primeiro corte da Estrada de Ferro de Petrópolis por S. M. I. o senhor d. Pedro II, no dia 29 de agosto de 1852. Empresário e presidente da companhia: Irineu Evangelista de Sousa. Encarregado da fatura da estrada de ferro: o engenheiro civil William Bragge.”

O secretário que lavrou a ata, conclui com ufania: “Assim se deu por findo este ato, o primeiro deste gênero que tem lugar no Império do Brasil, e que marca uma era importante, nos seus melhoramentos materiais.”

Outras datas a serem lembradas referentes à Estrada de Ferro de Petrópolis, nesse ano de 1852, tão fértil delas, são as das concessões imperiais: a 1ª do decreto nº 987, de 12 de junho, referendado pelo ministro do Império Gonçalves Martins, futuro barão de S. Lourenço, que concedeu a Irineu Evangelista de Sousa “privilégio exclusivo por dez anos para a navegação, por vapor, entre esta cidade e o porto da praia do município da Estrela, em que começar o caminho de ferro, que ele se propõe a construir no mesmo município até a Raiz da Serra”; a 2ª a do decreto nº 1.088 de 13 de dezembro, ainda referendado pelo mesmo ministro do Império, com “privilégio exclusivo por oitenta anos para a fatura de uma estrada de ferro de Petrópolis até o rio Paraíba, nas mediações do porto denominado Três Barras e, daí até o Porto Novo do Cunha” .

Comentando esse decreto (1088), Alberto Faria, no auge do seu entusiasmo por Mauá, assevera que nos seus contratos com o governo, obrigava-se ele a não admitir o trabalho de escravos nesses serviços. Mauá, por formação gaúcha de homem livre e também como homem da cidade, era de fato contra a exploração

do braço africano; isso ele o diz na *Autobiografia*. Mas a proibição de não empregar trabalhadores escravos não está só no seu contrato, está na concessão paulista de 1838 (viúva Aguiar & Filho) e foi transplantada para a lei geral de 1852 (nº 641, de 26/06/1852, art. 1º § 9º).

Não era, aliás, um sentimento abolicionista, nem qualquer espécie de altruísmo, que obrigava o governo a agir assim. Eram os interesses econômicos da lavoura que, abolido o tráfico em 1850, não queriam ver desviar-se os braços negros para as tarefas industriais. Pura defesa de uma sociedade conservadora, cuja base agrícola estava no escravo.

Como se vê, ainda não concluído o primeiro trecho da construção e já Mauá tratava de, por um lado, assegurar com as famosas barcas a ligação marítima da estrada com a capital do Império; e, por outro lado, ir estendendo a concessão para além de Petrópolis, no caminho, de Minas.

Esses propósitos, Mauá os justifica na assembléia geral de 22 de dezembro (3ª ata registrada), onde é lido o seu 1º relatório, como presidente da companhia. Pensa em ampliar o capital da empresa começada, apenas, com dois mil contos, sendo oitocentos seus, e mil e duzentos de amigos (barão de Andaraí, visconde de Condeixa, Manuel Correia de Aguiar, João Inácio Tavares, amigo da mocidade), para cinco mil contos e acredita que daria um juro mínimo de 12% ao ano. Aí ele diz, enfaticamente: “Tenho a mais profunda convicção de que os lucros da empresa, nada terão a invejar os melhores caminhos dos outros países.”

Aí já compareceram, como novos acionistas, o visconde de Paraná e o conselheiro Cruz Jobim, médico do paço.

A diretoria que era, até aí, composta dele, Mauá, como presidente, o visconde de Condeixa, como vice-presidente e Manuel Correia de Aguiar, como secretário, passa a ter mais três diretores consultivos; sendo eleitos os srs. Antônio Clemente Pinto (172 votos), visconde do Paraná (161) e conselheiro Pimenta Bueno (146). Os dois últimos, julgando-se incompatíveis, pelas funções públicas que exerciam na magistratura, embora acionistas, renunciaram, desde logo, ao honroso mandato, como consta, aliás, da própria ata, sendo substituídos por João Inácio Tavares (128) e José Maria do Amaral (68).

Nessa assembléia, o capital da empresa foi, realmente, elevado para cinco mil contos.

A terceira e última data a ser fixada nesse ano de 1852, seria a de 29 de dezembro (aniversário natalício de Mauá) quando o governo imperial, pelo decreto nº 1.101, resolve aprovar, em conjunto, os estatutos de ambas as empresas, para as quais Mauá passaria as suas quatro concessões particulares, 2 provinciais e 2 gerais.

Já na quarta ata, de 01/12/1853, o presidente anuncia no seu relatório que na fatura da estrada, desde a freguesia da Guia até o Fragoso, já se achavam prontas, 4 milhas de linha férrea, faltando, portanto, 5, sendo possível inaugurar-se o primeiro trecho em março seguinte. Declara que terão início, breve, as estações do Fragoso e a do largo da Prainha (das barcas). Anuncia também pronto o vapor *Guarani*, para o trajeto marítimo, que seria feita “no curto espaço de uma hora”; anuncia mais, quase prontos, os 16 carros “cômodos e leves”, para a estrada, e 2 pequenos ônibus para o “transporte dos passageiros do termo da linha férrea até Petrópolis”; anuncia mais o estabelecimento do telégrafo eletromagnético ao longo da linha, podendo estendê-lo até Petrópolis, se assim o desejar o governo.

A concessão e licença da capitania de portos, para o cais e trapiche da Prainha, foi assinada pelo chefe da divisão, capitão de porto Joaquim José Inácio (depois visconde de Inhaúma), sendo o termo lavrado em 25 de novembro de 1852.

Em 3 de dezembro de 1853, foram aprovadas as plantas para a construção de cais, armazéns e ponte na Prainha, obtendo a empresa para execução desse serviço o alvará de licença da Câmara Municipal, de 30/12 do mesmo ano (in Paula Pessoa: *A Estrada de Ferro Mauá e o Visconde de Mauá*, 1904, p. 24).

Tendo em vista a concretização do trecho de Petrópolis para Minas, Mauá declara também que mandou estudá-lo por técnicos e que o orçamento era de 5.700 contos de réis.

Fala em obter os meios necessários à sua execução, sendo, por sugestão de Mauá, nomeada pela assembleia, uma comissão para estudar o assunto, que ficou composta dos srs. João Manuel Pereira da Silva, o futuro historiador, conselheiro João Paulo dos Santos Barreto e João Pereira Viana de Lima Jr.

Outra assembleia, vinte e um dias após, 22/12/1853, foi convocada para ouvir o parecer da comissão. Desse relatório se acentua que o preço de 5.700 contos da estrada de Petrópolis para Minas é até só a Três Barras (33 milhas), e que daí até Porto

Novo do Cunha (24 milhas) seriam necessários, pelos cálculos dos engenheiros, mais 4.300 contos. Conclui, assim: “que se sobresteja na construção da estrada de ferro de cima da serra”... e “que se solicite novo contrato que contenha garantias e condições análogas às que foram concedidas a alguns capitalistas de Londres”.

Desaconselha a exploração direta dos ônibus, na Serra, que devem ficar em mãos de particulares, condição que Mauá também alvittrara anteriormente, sendo essas e outras sugestões aprovadas.

No ano de 1854 não há ata a comentar, mas há um acontecimento capital: a data de 30 de abril deve ser retida e lembrada pelos historiadores, pois é nela que se inaugura, festivamente, o primeiro trecho da estrada, desde o porto de Mauá, passando por Inhomirim e chegando à estação de Fragoso (14 quilômetros e 500 metros).

Nessa solenidade, após 20 minutos de travessia marítima (e não de uma hora, como fora antes anunciado) Mauá desdobra ao imperador o panorama grandioso do novo meio de transporte, como a antecipação do sistema arterial de circulação das riquezas, subindo a Serra, ganhando os planaltos mediterrâneos, vencendo montes e planícies para atingir, no futuro, lá bem longe, no seu sonho patriótico das grandezas, no coração do Brasil, o vale do rio das Velhas! Naquele tempo e naquelas circunstâncias, frisa o insuspeito professor Edgardo Castro Rebelo – “era um arrojo” (Mauá, p. 47).

O ministro do Império, já então o mesmo Pedreira – conta a tradição familiar, e Francisco Otaviano confirma em folhetim da *Semana* de 01/05/1854, tomando-o do braço, leva-o carinhosamente a ir agradecer ao imperador, o título de barão de Mauá que, por discreta iniciativa dele, Pedreira, só então divulgada naquela mesma data era concedido ao homem teimoso e infatigável, à vista de tão notável melhoramento que acabava, efetivamente, de introduzir no país.

No relatório apresentado à assembléia geral de 12 de fevereiro de 1855, o seu presidente sublinha: “O custo das 9 milhas de caminho de ferro em perfeita efetividade de serviço, eleva-se a 1.300:146\$657”, incluindo a maior parte do material necessário para a estrada chegar até à Raiz da Serra; anuncia um novo vapor: o *Mauá* já em serviço no tráfego da baía.

Alinha a primeira estatística de tráfego ferroviário brasileira; de 30 de abril a 31 de dezembro de 1854 – 19.175 passageiros –

renda 54:814\$800; cargas de 1^o de novembro até 31/12/1854 receita 15:301\$147.

Quanto à “garantia de juros”, para o traçado de Petrópolis ao rio Paraíba, apesar de requerida, ainda não fora deferida pelo governo. Acreditava que, feita a estrada, um dividendo superior a 6% não seria uma hipótese nem uma conjectura, seria um fato.

Já na 7^a ata – a 26 de março de 1856 lê-se o relatório do presidente (o primeiro que foi previamente impresso e distribuído aos acionistas). Nesse relatório Mauá fala, pela primeira vez, nos “planos inclinados”, para subir a serra da Estrela. Alude a experiências que o notável engenheiro Brunel fazia nos terrenos mineiros do País de Gales, com quem ele se correspondia, e pareciam satisfatórias; refere-se por igual a outras experiências que se faziam nos Estados Unidos.

E assinala que o engenheiro da estrada, Mr. Milligan, estudava um projeto de aproveitamento da força motriz na Serra, por meio das quedas de águas ali existentes, cujas experiências assistira e que não eram mais do que a antecipada utilização da eletricidade, a substituir o carvão.

Como Mauá tivesse confessado na sua *Autobiografia*, de 1878, que o traçado da Raiz da Serra a Mauá “fora por ele escolhido, atendendo ao inconveniente da direção à vila da Estrela, que interesses locais apontavam como preferível”, não faltaram então, e mais tarde, críticas de técnicos, invalidando não só esse, como também o projeto de transpor o paredão, pela subida da Serra, uma vez que a linha natural para Minas devia ser a da estrada D. Pedro II, mais suave. Esquecidos os zoilos, que sem os esforços diligentes e perseverantes da engenharia genial, como o de Pereira Passos, não teríamos mais tarde a estrada de ferro do Corcovado, a subida de Santos a S. Paulo, o traçado de Rebouças no Paraná, nem o acesso e a vitória da Mantiqueira, transmontada pela própria estrada de D. Pedro II, alguns anos depois.

Foi eleita a comissão de tomada de contas composta dos senhores Manuel Ferreira Pinto (186 votos), José de Miranda Ribeiro (129) e José Antônio de Miranda e Silva (105).

A 29 de abril desse mesmo ano (8^a ata) a comissão fiscal apresenta o seu parecer, afirmando que “os últimos trilhos da primogênita estrada de ferro do Brasil, já bateu os umbrais da Serra do Mar”. Queixa-se da falta de amparo do poder público, uma vez que a estrada é iniciativa exclusiva do capital privado: o de



Ação no valor de 200 mil réis da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis, com base no decreto n. 2.646 de 19/09/1860, assinado pelo barão de Mauá, presidente da empresa.p

Mauá e o dos seus amigos, os acionistas. E acrescenta este comentário amargo: “O prêmio dos grandes feitos não cabe sempre a seus fautores; chama-se América em vez de Colômbia, a parte do mundo que habitamos.”

Alude ainda o parecer “aos projetos dos planos inclinados” para vencer a Serra, de que Mauá desde aí se ocupa (estamos em 1856), garantindo um dividendo de 7% ao capital e o dos “carros (de ferro) hidráulicos”, para o mesmo fim, de invenção do engenheiro Milligan, cujas experiências foram assistidas por alguns acionistas.

Para a realização do primeiro projeto, Mauá, diz o relatório, acenou então aos acionistas com a “garantia dos seus bens”, e logicamente acrescenta o presidente: “supondo que os melhoramentos projetados serão de vantagem à companhia, ofereceu-se para fazer as experiências à sua custa, no caso de não ter êxito”. Um acionista (Liberato de Castro Carreira) opinou que se adiasse o melhoramento dos “planos inclinados” para quando a companhia estivesse mais “desassombrada” (textual, da ata). O senhor presidente esclareceu que se ofereceria a fazer esses ensaios à sua custa, no caso de se não conseguir o fim desejado. Aprovadas as contas, a sugestão de Mauá foi aceita, sem nenhum agradecimento. Antes, houve um acionista (o dr. Vitório da Costa), que cautelosamente exigiu do secretário: “mencionasse na ata, o compromisso do sr. presidente”.

É nesse ano que Mauá, deputado geral pelo Rio Grande do Sul, desde 1853, à vista dos déficits dos primeiros anos, resolve dar um golpe decisivo. A lei 641, de 1852, já decidira conceder 5% (art. 1º § 6º) às companhias que se decidissem a explorar o traçado Rio-São Paulo ou Rio-Minas. Para a construção da estrada oficial, o governo imperial já garantira ao capital inglês, invertido nas obras, um juro mínimo (contrato de Sérgio Macedo de 09/02/1855). Apresenta, assim, Mauá, na Câmara, em 26 de julho de 1856, na defesa do capital e para assegurar o prosseguimento das obras, visto não ter havido, de início, renda compensadora (os déficits levaram 6 anos!), requerimento, pedindo a necessária garantia de juros de 7%, para um período de 10 anos.

O marquês de Paraná, então chefe-de-gabinete, o poderoso ministro da Conciliação, previamente consultado, pelo seu amigo e compadre e, além do mais, acionista da empresa, opõe-se à iniciativa. Paraná, como Lamartine, na França, e como Bernardo de

Vasconcelos, para só citar figuras eminentes, era cético para essas novidades. Vendo uma vez Mauá discorrer, na intimidade, sobre as estradas férreas, que sobem montanhas, já lhe observara: você pensa que trem de ferro é cabrito maltês! Apesar do parecer contrário do prestigioso amigo, Mauá apresenta o seu pedido à Câmara, de que fazia parte. Aí é que, rebatendo a um orador, o deputado Pereira da Silva (de quem declara, mais tarde, não lembrar-se do nome), sabendo Mauá da impugnação prévia que a medida tivera do monarca (Alberto Faria, *Mauá*, p. 168), apostrofou: “Não era lícito negar-se um pequeno auxílio à primeira estrada de ferro construída no Brasil, no momento em que se pagava a um artista (Tamberlink), 84 contos para se ouvirem as suas belas notas por 4 meses” e, rememora o fato em 1878, na *Exposição aos Credores*.

Apesar de amigo e admirador, de Mauá, Paraná como homem de Estado, era intransigente. Depois o projeto foi posto em ordem do dia a 08/08/1856, atacado por Pereira da Silva e respondido da maneira irônica por Mauá – que era um seu tanto malcriado – resolveu Paraná falar também longa e contrariamente sobre o projeto, na sessão de 12/08/1856. Mauá responde ao chefe-de-gabinete a 16/08. (Essas datas podem verificar-se nos *Anais*, como eu o fiz.)

Mas, desgraçadamente para o país, quando foi o projeto à votação em 20/08, Paraná já estava irremediavelmente perdido, guardando o leito desde 18/08. Nessa luta contra o presidente do conselho, entretanto, de que sai vitorioso, conseguiu Mauá obter o voto de três ministros: Nabuco, Paranhos e Pedreira. “Lembro-me de que nessa mesma tarde – narra Mauá, em 1878 – visitando o sr. visconde do Paraná, me disse ele, no tom de amigável repreensão que às vezes assumia com os seus amigos: Então você teve a habilidade de dividir o ministério com a sua pretensão? – Não, ex.^{mo}, observei – nem uma palavra disse eu a seus colegas a esse respeito. É idéia que triunfa. – E acredita que passará no Senado? – Não sei; é claro que não, se v. ex.^a. se opuser. Eu cumpri o meu dever; e isso é sempre uma satisfação.”¹

Nesse final de ano de 1856 (a 16 de dezembro) efetiva-se, ainda, a inauguração do segundo trecho da estrada – de Fra-

1. Mauá: *Autobiografia*, 2ª ed. 1943 p. 131.

goso à Raiz da Serra, estando assim finda a obra na planície fluminense.

Já a 25 de setembro de 1857 (9ª reunião) foi lido o 5º relatório da diretoria (o 2º que foi impresso).

O relatório faz referências às três locomotivas, de que dispõe a empresa e bem assim aos vapores: *Piabanha*, *Guarani* e *Mauá*, para o serviço marítimo.

Registra, ainda, a primeira estatística de tráfego, que é importante, por se tratar da primeira estrada construída.

1854 (de 01/05 a 31/12)	19.175	passageiros
1855	31.182	passageiros
1856	39.057	passageiros
1857 (1.º semestre)	24.067	passageiros

O barão de Mauá sugere a eleição de outra diretoria, “por ter de ausentar-se, temporariamente, do país e não ser conveniente a sua substituição pelo vice-presidente, por isso que talvez a sua demora fora do país, seja prolongada”. Feita a eleição, foi apurado para presidente: Manuel Ferreira Pinto (205 votos) para vice-presidente: Alexandre Taylor (205) e para secretário, José de Miranda Ribeiro (235). Para diretores consultivos: João Antônio de Miranda e Silva (225); G. H. Weitzmann (215) e Antônio José Domingues Ferreira (181). Para a comissão de prestação de contas, foram eleitos: Antônio Aranagua (185), João Batista da Fonseca (179) e Carlos S. Westwood (133). Vê-se que, na ata desse ano, não há referência à subvenção (garantia de juros requerida). Em 12 de outubro de 1857 (10ª reunião) é lido o parecer da comissão fiscal sobre as contas, que foram aprovadas. A comissão ainda acreditava na possibilidade de aprovação do juro de 7% sobre o capital da empresa, pelo Senado imperial. Ali se repete a reflexão já antiga: “Semelhante medida, se não é de rigorosa justiça, é pelo menos uma bem merecida equidade para com os capitais que se aventuraram à constituição da primeira estrada de ferro do Brasil, a qual chegou a funcionar antes de se ter podido achar uma solução à estrada para o vale do Paraíba.” Propõe ainda um voto de agradecimento a Mauá, por todos os serviços prestados à companhia.

Na assembléia geral de 28 de dezembro de 1858 (11ª reunião), é lido o relatório impresso, que foi distribuído aos acionis-

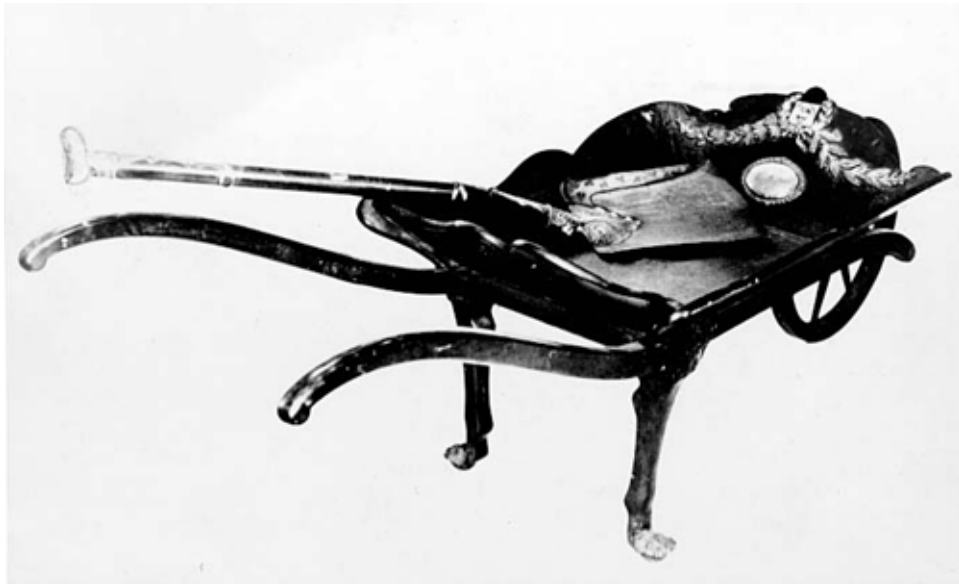
tas. Ainda presente, Mauá sugere que se peça ao Senado imperial, a passagem do projeto sobre garantia de juros, por 10 anos, e mais, “a garantia precisa para melhorar o serviço de viação na Serra – que é o único embaraço à prosperidade da empresa, bem como da Companhia União e Indústria”. Caso fosse impossível obter-se esse auxílio, já aprovado na Câmara dos Deputados – concluía – votava para que se liquidasse a empresa. A comissão eleita para dar parecer, foi composta dos srs. Joaquim da Fonseca Guimarães (153 votos) Bernardo Casimiro de Freitas (130) e Alexandre Wagner (121).

Já na assembléia de 24 de janeiro de 1859 (12^a reunião), o parecer da comissão de contas faz novamente alusão à garantia de juros, concedida pela Câmara, em 1856 e até então sem solução no Senado. “Tendo decorrido quase cinco anos, depois que foi aberto ao trânsito público, o caminho de ferro de Mauá, que morosa se torna a posição de nossos capitais, empregados tanto tempo sem fruir interesses, mormente tendo todas as outras empresas de viação de algum vulto obtido apoio e proteção dos poderes do Estado.” A referência era, certamente, às concessões iniciais ⁷ (1855) para a construção da Estrada de Ferro D. Pedro II, afinal encampada pelo governo; as de Recife ao São Francisco (1852 – juros de 5%, aprovado pelo dec. legislativo nº 670, de 11/09/1852) e mais 2% pela lei provincial nº 153, de 21/09/1854; as da Estrada de Ferro da Bahia (lei nº 725, de 03/10/1853) – 5% de juros garantidos sobre o capital e as de Santos a Jundiaí (lei nº 838, de 12/09/1855) e a lei provincial nº 495, de 17/09/1855 – decreto nº 1.759, de 24/06/1856 – juros de 5% sobre o capital. Interessante é anotar que, numa delas, a influência direta de Mauá para a sua construção foi decisiva e capital (Santos a Jundiaí). Em outras duas (Bahia e Pernambuco) agiu indiretamente a seu favor, como o fez, sem nenhum interesse pecuniário, na estrada de D. Pedro II.

Nesse parecer se encontra a repulsa à iniciativa que tivera a diretoria, estando Mauá ausente, de contratar com o presidente da União e Indústria (o sr. Mariano Procópio) “que se obrigara a dirigir, gratuitamente, os trabalhos de viação da estrada, a fim de harmonizá-los com o da União e Indústria”.

A comissão declarou então, que “no intuito de firmar e definir responsabilidade no serviço de viação que tem as duas com-

7. Contrato do ministro Sérgio Macedo, com o engenheiro Eduardo Price (09/02/1855).



O carrinho e a pá de jacarandá com incrustações de prata que serviram na inauguração dos trabalhos da E. F. Mauá.
(Depositados no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro)

panhias a desempenhar – é preferível que a União e Indústria carregue, com todos os ônus, a responsabilidade do serviço, até entregar os produtos na estação da Raiz da Serra e que, desse ponto fique exclusivamente a cargo da administração da nossa companhia, o trânsito até a entrega dos produtos da estação da Prainha e vice-versa”. Folgava em saber que o sr. Mariano Procópio estava disposto em rescindir o contrato.

Concluía o parecer, depois de recomendar a aprovação de contas, o que foi aceito, que se aprovasse, também, a liquidação da companhia, na base proposta em 28/12/1858, o que faz supor o já conhecimento de haver a Câmara Alta mandado arquivar o pedido de garantia de juros por se haver contra ele levantado “um vulto eminente da nossa política no Senado” – segundo os dizeres do próprio Mauá. Seria Itaboraí – pergunto eu – que se desaviera com Mauá, em virtude de interpelação deste na Câmara sobre os negócios do Banco do Brasil (em 07/05/1857), e que forçou aquele a demitir-se da direção do referido estabelecimento de crédito (em 20/06/1857)?

Mauá, já presente, de regresso da sua viagem, e presente também Mariano Procópio, defende o parecer da comissão, “em todas as suas partes”, sendo, afinal, aprovada a sugestão.

Em seguida foi eleita a nova diretoria, cabendo ao presidente; barão de Mauá (255 votos); ao vice-presidente: Alexandre Taylor (112) e Mariano Procópio (112); ao secretário: José Miranda Ribeiro (104); diretores conselheiros: Joaquim da Fonseca Guimarães (138), João Antônio de Miranda e Silva (116) e Bernardo Casimiro de Freitas (112). A sorte desempatou, entre os vices, decidindo a favor de Alexandre Taylor e contra Mariano Procópio.

Já na ata de 3 de março de 1860 (13ª reunião), a diretoria distribui o seu 6º relatório impresso, e, segundo a sugestão da assembléia anterior, apresenta um projeto de novos estatutos e é eleita a comissão de contas – composta dos srs. Samman (com 81 votos), João Bernardo Rodrigues da Silva (82) e Antônio da Rocha Miranda e Silva (84).

Aos 24 de março de 1860, realiza-se a 14ª reunião da assembléia. No parecer da comissão, se assinala: “É muito para desejar que surta bom efeito a máquina locomotora, novamente descoberta na Europa, e que s. ex.^a, o sr. presidente mandou vir para o fim de trabalhar na Serra.”

Também ali se faz registro de um fato auspicioso: “Trabalhando a nossa estrada a perto de seis anos, ainda não sofreu um desastre.”

Conclui-se pela aprovação das contas, pela aprovação da reforma dos estatutos e que sejam votados louvores à diretoria, o que tudo teve o beneplácito da assembléia. Apenses à ata (14^a) estão os novos estatutos, redigidos e assinados pelo barão de Mauá e datados de 03/03/1860. Esses estatutos foram aprovados pelo decreto imperial nº 2.646, de 19 de setembro deste mesmo ano, ampliando para 30 anos o privilégio de 10 anos e são os a que fazem referência às novas ações da companhia, emitidas em 3 de janeiro de 1861, que estão também assinadas pelo barão de Mauá, como seu presidente.

A companhia, que se iniciara com o capital de 2.000 contos, que o elevara para 5.000, tendo em mira a construção da estrada de Petrópolis até o rio Paraíba, agora era de novo reduzido a 2.000 contos, a vista de haver Mauá já desistido do privilégio de zona da “Estrada além da Serra para Minas”. “Privilégio que abandonei, sem indenização alguma, a pedido do visconde de Paraná, quando foi contratada a primeira seção da Estrada de Ferro de D. Pedro II, e teve de organizar-se a companhia que a tinha de executar” (Mauá – *Exposição aos Credores*, 1878. *Autobiografia*, 2^a ed. 1943, p. 128).

Aqui encontro pela primeira vez alguma aparente contradição entre o que as atas dizem e o que Mauá refere na sua autobiografia. Declara ele que o capital fora reduzido à metade. Se era de 5.000 contos a redução daria 2.500 contos. Mas os novos estatutos, feitos por ele mesmo, assinalam (art. 3^o) que o capital novo, voltaria a ser de 2.000 contos.

O raciocínio que explicará a possível contradição, seria que sendo, inicialmente, de 2.000 contos, passou a 5.000 no papel, “para que se fizessem as obras da nova estrada de Petrópolis ao rio Paraíba”. Sobre esse capital novo, foram feitas algumas chamadas, de 25\$ por ação (1^a na 5^a ata), para cobrir os déficits existentes nos primeiros anos, de sorte que, quando foi votada a redução, o capital seria praticamente, de 4.000 contos e não de 5.000 porque não havia sido ainda, totalmente, integralizado, naquele limite legal.

A 22 de janeiro de 1861, reúne-se a assembléia geral (15^a reunião). Distribuído e lido por Mauá, o relatório impresso da

diretoria, foi eleita a comissão fiscal, composta dos srs. José Peixoto da Faria Azevedo (50 votos), Jordan Crewer (46) e Gustavo Gerber (46).

Na reunião de 28 de fevereiro de 1861 (16^a) a comissão de contas apresenta o seu parecer que novamente acentua – *clama ne cesses!* ser a companhia “a única deste gênero que nasceu e vive sem auxílio alheio”. Eleita a nova diretoria, os votos preferiram: para presidente, barão de Mauá (101 votos) e para diretores consultivos (segundo os novos estatutos), José de Miranda Ribeiro (101) e Joaquim da Fonseca Guimarães (71).

A 29 de janeiro de 1862, realiza-se a 17^a assembléia, apresentando o barão de Mauá o relatório da diretoria, impresso. Aí já se faz referência, pela primeira vez, ao pagamento dos dividendos semestrais, nos dois últimos anos, distribuídos aos acionistas e que foram: o primeiro, a razão de 5%, o segundo, de 8%, o terceiro de 9% e o quarto, ainda de 9%. Também anuncia o privilégio por 90 anos, obtido por ele Mauá, pessoalmente, para o plano inclinado na Serra da Estrela, em virtude do decreto imperial nº 2.834 de 12 de outubro de 1861. Deviam iniciar-se as obras dentro de 6 anos e concluídas num período de outros 6 anos. Na interrupção dos serviços, depois de prontos, por um ano, caducaria a concessão.

Indica, também, que o engenheiro Milligan, de viagem à Europa, ali melhor examinaria as obras semelhantes. É dessa época (1862) a planta existente na Biblioteca Nacional, que inclui os planos inclinados em projeto na Serra da Estrela (Litog. Rensburg). Eleita a comissão de contas, foram para ela escolhidos os srs. Jorge Creuse (166 votos), João Augusto Ferreira de Almeida (62) e José Peixoto de Faria Azevedo (52).

A 27 de fevereiro de 1862 reunida, novamente, a assembléia (18^a ata), a comissão apresenta o seu parecer, que faz alusão “à nuvem que aparece no horizonte do futuro”, isto é, em linguagem menos literária: a concorrência que a estrada D. Pedro II possa vir a fazer à Companhia União e Indústria, tirando desta para aquela, todas as mercadorias. Isso lhes parecia absurdo: “por serem ambas subvencionadas pelos cofres públicos” e assim mutuamente se guerrearem, dirigindo-se ao mesmo ponto, “mormente havendo outras localidades de igual ou maior importância que jazem no isolamento, e para as quais uma destas estradas seria de tão transcendente utilidade e vantagem”. Mauá faz aí uma comu-

nicação: “encontrando discordância entre a novíssima lei de 1860 e o seu respectivo regulamento – hesitava qual a sua verdadeira execução”. Foi eleita a seguinte diretoria: para presidente, barão de Mauá (124 votos), para diretores: Joaquim da Fonseca Guimarães e José de Miranda Ribeiro (94 votos cada um).

A 27 de janeiro de 1863, havendo a reunião anual (19ª ata), o presidente apresenta o relatório que foi publicado nos jornais do mesmo dia e impresso. Esse relatório menciona, agora, que os vapores utilizados pela empresa, no transporte marítimo, são: o *Mauá* (50 cavalos), o *Bonga* (15 cavalos) e o *Petrópolis* (50 cavalos). Foi escolhida a seguinte comissão de tomada de contas: Jordan Crewse e dr. Pennelli (70 votos cada um), José Maria do Amaral (46 votos).

A 21 de fevereiro de 1863, realiza-se a nova reunião (20ª ata) apresentando a comissão fiscal, o seu parecer. É lida a resposta do ministro da Agricultura (Sinimbu) à consulta feita, pela assembléia, relativa à interpretação da lei nº 1.083, de 22 de agosto de 1860; não havendo a diretoria reeleita tomado posse, em face do que dispunha o § 11 no seu art. 2º, respondeu o governo que tal dispositivo não se aplicava à companhia, julgando, portanto, válida a reeleição efetuada. Procedeu-se a seguir a eleição da diretoria, saindo eleitos: presidente, o barão de Mauá (75 votos); diretores, Joaquim da Fonseca Guimarães (75) e José de Miranda Ribeiro (65).

A 29 de janeiro de 1864, realiza-se a 21ª assembléia. Tendo sido publicado e distribuído o relatório da diretoria, foi dispensada a sua leitura. Esse relatório assinala o movimento de passageiros: 1862 – 50.710 e 1863 – 50.046. Eleita a seguinte comissão de contas: José Pereira de Faro (72 votos), José Peixoto de Faria Azevedo (66) e Francisco da Rocha Miranda (54).

A 22ª reunião realiza-se a 29 de fevereiro desse mesmo ano. Foi lido o parecer da comissão de contas.

Registra-se lucro de R\$ 181:984\$ distribuindo-se, apenas, em dividendo R\$ 120:000\$000. O barão de Mauá “cedera 2 veículos da sua propriedade para a condução de passageiros, entre Inhomirim e Estrela, a fim de atingir maior número de viajantes”. O relatório agradece-lhe essa “nova prova de cavalheirismo”.

Eleita a nova diretoria, são designados: para presidente barão de Mauá (64 votos); e para diretores, Joaquim da Fonseca Guimarães (64) e José de Miranda Ribeiro (44).

A 28 de janeiro de 1865, realiza-se a 23ª reunião. Na ausência de Mauá preside Joaquim da Fonseca Guimarães. O relatório da diretoria foi apresentado impresso e dispensada a leitura. A comissão fiscal eleita ficou composta dos Srs. Bernardo Casimiro de Freitas (67 votos), José Correia d'Aguiar (56) e José Peixoto de Faria Azevedo (53). O relatório assinala que “conquanto a nossa companhia não tivesse, até agora, recebido favor algum dos poderes do estado”, tinha a diretoria concordado em oferecer ao governo, transporte gratuito para condução de tropas e artigos bélicos que se destinassem a Minas Gerais. Estávamos na Guerra do Paraguai.

A 24 de março de 1865, realiza-se a 24ª sessão. A reunião, ausente Mauá, é presidida pelo diretor Fonseca Guimarães. O relatório da comissão de contas, lido pelo sr. José Correia d'Aguiar, aprovou a resolução da diretoria, relativa a transportes gratuitos para o governo; não deixa, entretanto, de repisar: “certa de que o governo não deixará de apreciar o patriotismo e generosidade desta empresa que, tendo sido a primeira a resolver o problema do estabelecimento das vias férreas no Brasil, foi criada, e tem sido sustentada sem o menor sacrifício para os cofres do Estado”.

Foi ainda eleita a nova diretoria, colhendo votos – presidente, barão de Mauá (79 votos); diretores, Joaquim da Fonseca Guimarães e José de Miranda Ribeiro (ambos 69). Foi dada autorização ao barão de Mauá para fazer o trespasse da companhia com todos os seus haveres, dentro ou fora do país. Mauá ia de novo viajar à Europa. Essa autorização consta anexa à ata, pela qual se verificam que possuem ações: o barão de Mauá 1.435; Mauá, Mac Gregor & Cia., 2.252; Antônio Alves Ferreira – 100; Antônio Ribeiro Queiroga, José Carlos da Mariz Sarmiento – 10 cada um; visconde de Carvalhido – 70; visconde da Trindade – 20; João Inácio Tavares – 30; Augusto Leopoldo de Noronha Torrezão – 20; Joaquim da Fonseca Guimarães – 100; J. Peixoto de Faria Azevedo – 60; José de Miranda Ribeiro – 245; José Correia d'Aguiar – 25; Bernardo Casimiro de Freitas – 20; Antônio Luís da Silva – 10; M. M. d'Avily Carvalho – 62; Bartlet James – 22; Cristóvão James – 25; Roberto Milligan – 180; Alfredo Basto – 100; Margarida Augusta Pereira Basto – 50; Margarida Carlota Pereira Basto – 50; Amaro Emílio da Veiga – 10; Manuel Augusto Ferreira de Almeida –

100; Ricardo Carruthers – 200; Eduardo Ferreira Braga – 40; Willian H. Holman – 10; Simeão Marcolino Fragoso – 12; Francisco da Rocha Miranda – 40; Ana Leocádia da Cunha Moreira – 80; José Maria do Amaral – 20; Aranaga & Brajan (em liquidação) – 10; Antônio Marques de Sá – 10; Bento Joaquim Alves Pereira – 20; dr. Adolfo Manuel Vitório da Costa – 25; Guilherme Frederico Vitório da Costa – 25; dr. Pennel – 200; João Augusto Ferreira de Almeida – 50; José Antônio Moreira Filho (em liquidação) – 50; James G. Taylor – 30; Guilherme Bragge – 30; José Antônio de Figueiredo Filho – 20; João Antônio Fernandes Pinheiro – 40; Caetano Alberto Soares – 20; José Mendes de Oliveira Castro – 68; F. A. Pecto Lecom Cia. – 25; Cristóvão Reidner – 58; José Teixeira d’Abreu Silveira – 100; Luís Tavares Guerra – 33; Joaquim Pereira Viana de Lima Júnior – 20; Militão Máximo de Sousa – 20; Félix Emílio Taunay – 47; Manuel Ferreira Xavier dos Santos – 20; Mariano Procópio Ferreira Lage – 40; Francisco Antônio de Carvalho Ribeiro (falecido) – 136; José Bernardino Teixeira – 200; Luís Gonçalves da Silva Filho – 110; Manuel Francisco Albernaz – 20; Companhia de E. de Ferro Petrópolis (fundo de depreciação) – 580; total 7.343 ações. É justificada a enumeração fastidiosa, porque se trata dos colaboradores quase esquecidos da primeira estrada de ferro brasileira, embora alguns não sejam de todo anônimos.

A assembléia de 5 de fevereiro de 1866 (25ª ata) foi presidida, na ausência do presidente, pelo diretor Joaquim da Fonseca Guimarães. Distribuído o relatório anual da diretoria, por este assinado, a sua leitura foi dispensada. Eleita a seguinte comissão de contas: José Correia de Aguiar (48 votos), José Peixoto de Faria Azevedo (34) e João Augusto Ferreira d’Almeida (30).

A 13 de março do mesmo ano, realiza-se a 26ª sessão. Presidência de Joaquim Fonseca Guimarães, na ausência de Mauá. O parecer da comissão fiscal louva “os bilhetes mensais para Petrópolis, tornando, assim, mais econômica essa viagem”. Aprovadas as contas, foi eleita a seguinte diretoria: presidente barão de Mauá (116 votos); diretores: José de Miranda Ribeiro (96) e José Correia d’Aguiar (88), sendo chamado para substituir Mauá (ausente), o sr. Alfredo Basto (32 votos).

A 27ª reunião, realizou-se a 18 de fevereiro de 1867, foi presidida por José Miranda Ribeiro. Distribuído o relatório anual,

por este assinado. Fora o movimento de passageiros 50.340 em 1866. Escolhida a comissão de contas, receberam votos: José Peixoto de Faria Azevedo e Joaquim da Fonseca Guimarães (49) e José Maria do Amaral (41).

A 2 de março de 1867 realiza-se a 28ª reunião. Da ata consta o relatório da comissão fiscal, que louva a idéia “de se elevar a 50% o fundo de reserva, continuando a empregar-se um fundo em ações da companhia”, pedindo-se a necessária modificação dos estatutos no seu art. 20, ao governo imperial, para esse fim. Eleita a nova diretoria, foram escolhidos: presidente, barão de Mauá (70 votos); diretores – José de Miranda Ribeiro e José Correia de Aguiar (60 votos cada um). O decreto nº 3.844 de 24 de abril de 1867 aprovou o aditamento feito ao art. 20 dos estatutos.

A 4 de março de 1868 realiza-se a 29ª assembléia. Preside-a Mauá. Distribuído o relatório da diretoria assinado por Mauá. Anuncia o resgate de 4.000 das 10.000 ações da companhia. Escolhida a comissão de tomada de contas, composta de José Peixoto de Faria Azevedo (61 votos), Antônio Alves Ferreira (59) e Gustavo Gerber (41).

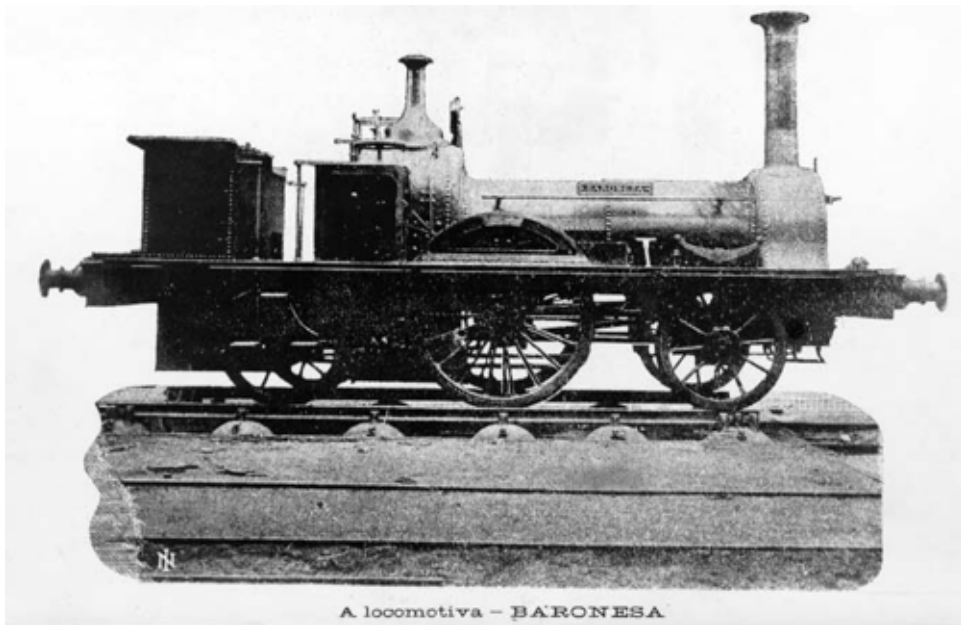
A 1ª de julho de 1868, a 30ª reunião. Presidência de Mauá. A comissão fiscal apresenta o seu parecer. Aí aparece um grave problema. Faz menção “da possibilidade de ser a companhia, forçada a liquidar-se” a que o relatório da diretoria aludira. A causa era de ser cortada em Entre Rios a Estrada União e Indústria pela linha férrea de D. Pedro II; esta atrairia, assim, grande parte do tráfego que alimenta a de Mauá. A conclusão era de que, já tendo amortizado 4.000 ações, com limitado auxílio poderia a companhia subsistir e que esse auxílio fosse novamente impetrado do governo imperial. Eleita a nova diretoria, cabendo votos para presidente a Mauá (60) e para diretores: Alfredo Basto (60) e José Miranda Ribeiro (50).

Em 3 de março de 1869 realiza-se a 31ª assembléia. Presidente: Alfredo Basto. Apresentou a diretoria o seu relatório. O sr. Viana de Lima propõe a suspensão dos transportes, de vez que não se possa obter uma compensação que faça face aos prejuízos. Foi aprovada e enviada à comissão que deve dar parecer sobre o relatório. Eleita a comissão de contas: dr. Adolfo Manuel Vitória da Costa, Ricardo Soares da Costa Guimarães e Antônio Alves Ferreira (com 60 votos, cada um).

Na reunião de 18 de março de 1869 (32ª ata) sob a presidência de Alfredo Basto, a comissão fiscal apresentou o seu parecer. Nele faz referência ao decreto nº 4.320 de 13 de janeiro pelo qual foram concedidos favores à Companhia União e Indústria, “favores que matarão, infalivelmente, a nossa empresa”. Assinala que “a Imperial Companhia de Petrópolis está tão ligada à Estrada União e Indústria que uma não podia viver sem a outra”; “as cargas e passageiros de uma alimentavam a outra”. E prossegue: “agora, porém, seguindo os passageiros e cargas pela Estrada de Ferro D. Pedro II é evidente que a nossa companhia não se pode sustentar”. Esclarece ainda que “a Estrada de Ferro D. Pedro II (está agora) dirigida por um cavalheiro de grande atividade, tenacidade e inteligência e com os meios que possui o governo geral, bem depressa superaria as dificuldades momentâneas, e nós perderemos o resto da carga”.

Pede, assim, que se insista pelo auxílio do governo. E acrescenta, justificando-o: “A nossa companhia foi a primeira que abriu o caminho para esta grande rede de estradas de ferro, que vai felizmente cobrindo a superfície do Império; nunca recebeu favor algum do país, no tempo de 14 anos”. E enumera os favores que já prestou à nação (transportes bélicos). Quereis, agora, naturalmente, saber qual o cavalheiro que dirige a Estrada Pedro II? Mariano Procópio Ferreira Lage, o que construiu e dirigia a União e Indústria. Contratando com a Pedro II a “fusão dos serviços” em data de 13 de janeiro de 1869 (conforme consta do decreto acima referido) já no dia seguinte era nomeado para diretor da Estrada Pedro II, cargo que ali exerceu até 14 de fevereiro de 1872. De um conhecido resumo histórico, consta: “O governo imperial compreendendo as vantagens que resultam para a Estrada de Ferro D. Pedro II, entregando na estação de Entre Rios, todas as cargas pela mesma transportadas da Posse a Juiz de Fora e vice-versa, celebrou com a mesma companhia, o contrato que foi aprovado pelo decreto nº 4.320, de 13 de janeiro.”⁸ Mariano Procópio, lembremos sem malícia, era aquele mesmo notável empreendedor que, 10 anos antes, tentara fazer a mesma fusão entre os serviços da União e Indústria com os da Estrada de Mauá, iniciativa essa que se malogrou porque a assembléia geral de 1859 a repeliu. O parecer ainda vaticina, patética e, no

8. Manuel Fernandes Figueira, *Histórico da E. de F. D. Pedro II*, 1908, p. 143.



A locomotiva - BARONESA

A primeira locomotiva da E. F. Mauá.

fim, erradamente, como se fora uma Cassandra agoureira: “se a companhia cair por falta de auxílio pedido, muita gente da corte, de Petrópolis e de suas circunvizinhanças, perde consideravelmente; e por fim, a nova cidade de Petrópolis desaparecerá”. Por conclusão, se não vier o auxílio que garanta um juro módico de 6% sobre o capital, aconselha que a 31 de março, paralise o serviço; se a decisão imperial for nula, e que, se for contrária “à companhia, liquide imediatamente”. Nessa reunião foi reeleita a diretoria, obtendo votos para presidente: barão de Mauá (112 votos) e para diretores: Alfredo Basto e José de Miranda Ribeiro (102 cada um).

Na assembléia extraordinária de 15 de abril de 1869 (33ª ata), presidida por Alfredo Basto, foi lida uma exposição da diretoria, impressa em folheto, mandada publicar no *Jornal do Commercio* – do dia seguinte (16/04/1869). Mauá, ausente na Europa, aconselhava que se interrompesse o serviço e se levantassem os trilhos. Como não houvesse solução por parte do governo, declarava a exposição, afirmava que o tráfego tinha sido efetivamente suspenso em 31 de março, conforme a resolução anterior, e assim ficaria até 12 de maio seguinte. Proposta longa de Mariano Procópio, escrita e justificada por esse acionista, era para que: 1º) a companhia entrasse em liquidação, com a venda de material que não servisse à travessia marítima; 2º) que o serviço fosse, desde logo, restabelecido, apenas três vezes por semana; entre a Prainha e a Raiz da Serra; 3º) que só dois navios fossem destinados ao transporte de passageiros para Mauá, empregando-se os outros, dentro da baía, para criar renda; 4º) que o serviço se faça por administração ou por empresa. Nessa proposta ainda acrescenta: “que o governo, apreciando o verdadeiro estado da companhia e os sacrifícios a que é obrigada para satisfazer o único serviço que, na atualidade, pode prestar ao público, resolva o que entender de equidade a favor de uma empresa, que construiu a primeira estrada de ferro no Brasil, sem nunca pesar sobre os cofres públicos e antes lhes granjeando assinaladas economias, e que se hoje não é necessária para o tráfego das cargas do interior absorvidos pela Estrada de Ferro de D. Pedro Segundo, nem para o da cidade e município de Petrópolis, que, sem prejuízo do público, pode ser feito pela Estrela, é todavia, indispensável, para o cômodo transporte de passageiros e bagagens entre a corte e

Petrópolis, mormente durante a estação calmosa que presta relevantes serviços à população da corte”.

Em outra proposta escrita, que pediu o seu autor ficasse oculto, no caso de recusa, dispunha-se o mesmo a arrendar a companhia pelo prazo de 10 anos, mas desejava tomá-la, como ensaio por 2, 4, 6, meses. Se fosse acolhida, assinaria um contrato provisório. Mariano Procópio apóia essa iniciativa. Viana de Lima pede a nomeação de comissão para examinar ambas as propostas. O dr. Vitório opina no sentido de ser a própria diretoria quem resolvesse a questão – o que Mariano Procópio também apóia. Tendo o presidente declarado não poder aceitar essa responsabilidade – prevaleceu, afinal, a sugestão Viana de Lima, tendo sido escolhidos para a comissão: srs. Viana de Lima, doutor Vitório e Jordan Crewse. Quatorze dias depois há nova reunião extraordinária (34^a ata) para resolver o impasse, ainda presidida por Alfredo Basto. O parecer da Comissão, que havia sido publicado no *Jornal do Commercio*, dessa data (29/04/1869), conclui: 1^o que antes de liquidar deve a companhia esperar a resolução do governo; e 2^o que a retomada dos serviços só seria possível com a novação do contrato (rejeitada ficava assim a proposta de Mariano Procópio). Quanto ao arrendamento, declarava que só seria possível se a garantia oferecida fosse realizável logo que o déficit se verificasse, o que infelizmente não se daria. Aconselha, porém, a restabelecer só o tráfego de passageiros e bagagens para Petrópolis, por um prazo curto, no intuito de bem avaliar as circunstâncias a que a empresa ficou reduzida “desde que teve execução o contrato celebrado pelo governo imperial com a Companhia União e Indústria”. E conclui que, a título de experiência, no máximo por três meses, poder-se-á restabelecer o serviço, se o governo concordar com a exclusão das cargas; que ao fim desse tempo ou terá vindo o auxílio ou far-se-á uma encampação da empresa. Em voto divergente, o sr. Viana de Lima acrescentou que “a soma a despendar com essa experiência não poderia exceder de vinte contos”. Mariano Procópio é contra a limitação do prazo e da quantia. O presidente declarou que o que excedesse da quantia fixada seria coberto pela diretoria. Mariano Procópio pediu que o prazo fosse aumentado de três para seis meses. Foi aprovado, afinal, o parecer da comissão e rejeitados o voto em separado do sr. Viana de Lima e a última proposta de Mariano Procópio.

Em 27 de novembro do mesmo ano de 1869, há outra assembléia extraordinária (25ª ata) que foi presidida por Alfredo Basto. Anuncia-se o falecimento do diretor José Miranda Ribeiro. O presidente apresentou nova exposição das ocorrências havidas desde a assembléia de abril, publicada no *Jornal do Commercio* desse dia (27/11/1869) conclui que “o serviço tal qual se acha montado já deixa um saldo de receita, que embora tênue, tende a crescer” e acha que o tráfego deve ser mantido nas condições atuais. O conselheiro dr. Vitório propõe que os serviços continuem e “se distribua o dinheiro que está em caixa”. Viana de Lima propõe que se suspendam os trabalhos em 15 de dezembro e que a companhia entre desde logo em liquidação. Jordan Crewse pede que se rateie 6% tirado do fundo disponível. O presidente declara que dos fundos existentes em caixa, 60 contos pertenciam ao fundo de reserva, que na forma do art. 5º nº 16 do decreto número 2.711, de 19 de dezembro de 1860 “é exclusivamente destinado a fazer face às perdas do capital social ou para substituí-lo”, e que dos 96 contos restantes, também não podiam ser distribuídos na forma do § 8º da lei nº 1.803, de 22 de agosto de 1860, por não serem lucros concluídos no semestre; que o lucro líquido era de 1:392\$369 réis; que o dividendo de 6% sobre o capital, importaria em 72 contos (o que faz certo já estar aquele capital então, novamente reduzido a 1.200 contos). Todas as propostas foram assim rejeitadas, salvo a do dr. Vitório para que continuassem os serviços da companhia.

A 19 de janeiro de 1870, realiza-se a assembléia geral ordinária (36ª ata) presidida pelo sr. Alfredo Basto. Relatório impresso da diretoria foi distribuído. Comissão de contas eleita: conselheiro dr. Vitório da Costa (80 votos), dr. Bento José Martins (68) e comendador José Peixoto de Faria Azevedo (48).

Realiza-se a 4 de fevereiro de 1870, a 37ª reunião, sob a presidência do barão de Mauá. O parecer da comissão fiscal aprova as contas, mas é contrário à proposta do sr. Ricardo Hayden, inspetor de tráfego da companhia, que se oferecia para encarregar-se da sua administração. Propõe, ainda, um voto de agradecimento à diretoria “pela cessão que fez da comissão a que tinha direito pelos estatutos”. Mauá faz aí longa exposição, que é o seu *canto de cisne*, a sua despedida da administração da estrada: “Achando-me de passagem nesta corte após prolongada ausência e cabendo-me a honra de presidir a esta assembléia geral, apro-

veito o ensejo para dizer-vos algumas palavras acerca das circunstâncias em que nos colocou o contrato que o governo imperial celebrou com a Companhia União e Indústria a 13 de janeiro do ano passado, a fim de chamar para a Estrada de Ferro de D. Pedro II, a máxima parte do tráfego que alimentava a nossa empresa. Exposições minuciosas que vos foram apresentadas na minha ausência, informaram-vos, cabalmente, das providências que têm sido adotadas para reduzir ao mínimo a despesa de custeio e aproveitar as fontes de renda que nos restam. Conquanto a receita cubra amplamente a despesa, a sobra ainda assim é insuficiente para o dividendo e fundo de amortização indispensáveis, a fim de que o nosso capital não se aniquile. Por essa razão solicitou-se dos poderes do Estado o auxílio a que podia julgar com direito a primeira companhia organizada no Brasil para construir e custear uma estrada de ferro, que depois de seis anos de sacrifícios sem jamais ser pesada aos cofres públicos, soube contentar-se com o módico dividendo de seis por cento para constituir um fundo de reserva que aplicou ao resgate de cinquenta por cento das ações emitidas, e que, prejudicada agora em seus interesses, pede apenas que se lhe garanta, às ações restantes, aquele módico juro. Circunstâncias que vos são notórias obstaram a que esse auxílio nos fosse concedido já, é, porém, minha firme convicção que o obteremos em tempo oportuno, não só pelos títulos que esta companhia tem a algum favor, como porque abandoná-la é aniquilar Petrópolis, onde há valiosos interesses criados na fé de que os poderes competentes jamais deixarão ao desamparo uma povoação fundada sob tão brilhantes auspícios e de que a população desta corte já não pode prescindir, mormente durante a estação cálida. Quando, porém, contra a minha expectativa, não prevalecesse a idéia de conceder-nos a subvenção requerida, sobram meios indiretos de sustentar a companhia criando em Petrópolis asilos, estabelecimentos de instrução e outros que ali se achariam muitos mais vantajosamente colocados e que aumentando o tráfego da nossa empresa lhe restituirão as condições de existência de que foi privada. Um governo esclarecido e justo não pode deixar de compreender a necessidade de medidas que assegurem o futuro de Petrópolis e o desta companhia, tão intimamente ligados entre si; cumpre, porém, que a diretoria desta empresa seja incansável em promover essas medidas e em estudar simultaneamente quaisquer meios conducentes à prosperidade da associação. Quan-

to a mim, sinto profundamente não poder continuar a tomar parte na administração desta empresa, uma das primeiras que me orgulho de haver criado e pela prosperidade da qual farei sempre sinceros votos.” No final é que Mauá pede para retirar-se da direção da empresa. O dr. Bento Martins indica um voto de reconhecimento ao barão de Mauá, “fundador da companhia, à qual, desde a sua fundação prestava relevantíssimos serviços na qualidade de seu presidente”. Por igual, solicita que se assinale o pesar da assembléia, porque ele Mauá, e o seu auxiliar Alfredo Basto, se recusassem à reeleição na diretoria. Foram eleitos – presidente dr. Bento José Martins (110 votos), diretores: Jordan Crewse (90) e José Peixoto de Faria Azevedo (80).

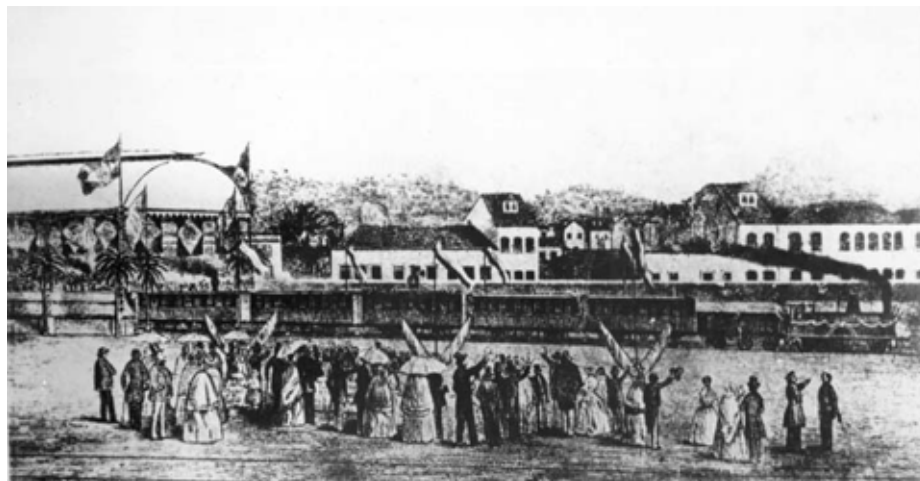
A 13 de fevereiro de 1871, realiza-se a 38ª assembléia, presidida pelo dr. Martins, cujo relatório impresso foi distribuído. Esse relatório transcreve os seguintes e honrosos conceitos do ministro da Agricultura (Joaquim Antão Fernandes Leão) apresentado à Assembléia Geral Legislativa do ano de 1869: “Cumprir não esquecer que a estrada de ferro de Mauá, a primeira empresa de viação férrea organizada no Império, não só contribuiu poderosamente para estabelecer, entre nós a crença na exequibilidade e vantagens deste meio de transporte, mas ainda há prestado grandes serviços ao comércio e à lavoura das províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais”... Faz, também, alusão ao decreto nº 3.844 de 24 de abril de 1867, que elevará o fundo de reserva da companhia a 50% do capital social, modificando-se assim o art. 20 dos seus estatutos, como, aliás, já havia sido sugerido pela comissão fiscal, na 28ª assembléia, de 02/03/1867. Para a comissão de contas foram eleitos: capitão-tenente Antônio Mariano de Azevedo, comendador Manuel José de Bessa (111 votos cada um), comendador José Correia de Aguiar (109).

Na assembléia geral de 7 de março de 1871 (39ª) – presidência de Bento Martins – o sr. Viana de Lima reclama não haver sido incluído na ata anterior o seu protesto contra a compra das últimas 1.000 ações da companhia, feita com o fundo de reservas, em data de 11/01/1870. A comissão fiscal apresenta o seu relatório, que é aprovado. Há um abaixo-assinado de acionistas, requerendo: 1ª que seja modificada a cláusula 3ª do decreto número 987, de 12 de junho de 1852, de modo a reduzir à metade o número de viagens redondas, da corte a Mauá (era de 6 por dia) nos meses de maio a novembro; 2ª que se não vier o auxílio

de 5% para remunerar o capital, dependendo da Assembléia Geral Legislativa, que a companhia entre logo em liquidação. Há outra proposta do sr. Viana de Lima para que sejam desde logo, distribuídos entre os acionistas os Rs. 180:673\$500 existentes nos bancos e que se nomeie nova diretoria liquidadora, para completar a operação em 2 meses. Foi eleita, ainda, uma comissão para dar parecer sobre as propostas, sendo designados os srs. José Correia de Aguiar, Antônio Mariano de Azevedo e Manuel José de Bessa. Escolhida a nova diretoria, sendo eleitos: presidente dr. Bento José Martins (172 votos); diretores: comendador José Peixoto de Faria Azevedo (149) e Gustavo Gerber (37).

A 16 de maio de 1871, realiza-se a 40^a assembléia extraordinária. Pela renúncia do sr. Gustavo Gerber, foi chamado à diretoria o sr. Manuel José de Bessa, imediato em votos. Foi lido o parecer da comissão escolhida na assembléia anterior concluindo pela aceitação da proposta de liquidação “ficando para tal fim a diretoria autorizada a proceder pela forma que for mais conveniente aos interesses da associação” e “convocando-se a assembléia geral dos acionistas para resolver-se sobre o meio, isto é, o modo da liquidação. O dr. Vítório propôs que se aceite o item 7^o da proposta do sr. Viana de Lima – aditivo esse que foi recusado, adotando-se o parecer da comissão.

A 27 de maio de 1871, realiza-se a 41^a reunião da assembléia (extraordinária). Há uma reclamação de Vicente Atanásio Nunes Pinho, encarregado da condução de carga, por três anos, a partir de 01/01/1870 que foi arquivado. No relatório da diretoria declara-se que o novo projeto pendente da Câmara para auxiliar a companhia fora rejeitado, em 2^a discussão, no mesmo dia da assembléia geral anterior (16 de maio). Em conseqüência dessa segunda tentativa fracassada, dever-se-ia entrar em liquidação, conforme o voto anterior. Pondera, porém, o presidente que essa liquidação imediata só traria prejuízos. Declara que há um saldo de Rs. 197:906\$420. O barão de Mauá, presente, declara não ser necessária a liquidação imediata. Acaba apresentando uma proposta para os serviços continuarem por um ano; que se considerem amortizados as 5.000 ações do capital, recolhidos com o produto dos lucros acima de 6%, desaparecendo o fundo de reserva e reduzido o capital social a 1.000 contos; que se realize um dividendo de 30 mil réis por ação, tirado do rendimento acumulado.



Inauguração da estrada de ferro Mauá. Chegada do primeiro trem a Petrópolis (1853).
Gravura de época

Viana de Lima manifesta-se como sempre, pela liquidação. A proposta Mauá foi aceita, dependente de aprovação do governo a parte que importava na modificação dos estatutos. O decreto de nº 4.761 de 24/04/1871 permitiu de fato que a companhia reduzisse o seu capital de 2 mil contos, para mil contos.

A 2 de março de 1872, há nova reunião da assembléia geral (42^a). O relatório da diretoria relativo ao ano de 1871, fora publicado no *Jornal do Commercio* da mesma data. Eleita a comissão de contas: Carlos de Azevedo Cunha (87 votos), Francisco Correia da Conceição (85) e comendador Aguiar (81).

Na assembléia de 26 de março de 1872 (43^a) é lido o parecer da comissão fiscal, favorável às contas, tendo sido as despesas reduzidas de Rs. 15:924\$700. Eleita a nova diretoria, receberam votos, para presidente: o dr. Francisco Cândido de Bulhões Ribeiro (85 votos); para diretores: o comendador Caetano Pinheiro da Fonseca (80) e Rodrigo Delfim Pereira (75).

Em 3 de outubro de 1872, reúne-se nova assembléia (44^a) extraordinária, para considerar a proposta de M. P. Vilas-Boas & Cia. “para tomarem a si o serviço da companhia, mediante contrato por 5 anos, garantindo um lucro líquido de 100 contos de réis por ano”. Foi rejeitada unanimemente.

A 4 de março de 1873, outra reunião da assembléia ordinária (45^a) na qual foi lido o relatório impresso da diretoria. Escolhida a comissão fiscal, composta dos srs. João Martins Cornélio dos Santos, comendador José Correia de Aguiar e Hermann Haupt (87 votos cada um).

Em 3 de abril de 1873, outra assembléia (46^a) se reúne, lendo-se o parecer da comissão de contas. Queixa-se, ali, do decreto nº 4.320 de 13/01/1869, que prejudicou a empresa. Aconselha a empregar o saldo de 60 contos, na compra de novas ações para aumento de fundo de reserva. Reeleita a antiga diretoria: presidente Bulhões Ribeiro; diretores: comendador Caetano Pinheiro da Fonseca e Rodrigo Delfim Pereira (100 votos cada um).

A 26 de fevereiro de 1874, outra assembléia geral (47^a). Apresentado o relatório da diretoria, impresso. Eleita a comissão fiscal, composta de João Martins Cornélio dos Santos (148), Stanley Youle (144) e Francisco Joaquim de Castro (129).

A 16 de abril de 1874, nova assembléia (48^a). Foi lido o parecer da comissão de tomada de contas. Foi declarado haver

sido feito um exame do material da estrada pelo engenheiro, B. Hayden, adiantando que: “não é lisonjeiro – parte precisa ser reparado e parte substituído”. Fala na substituição dos vapores *Mauá* e *Bonga*. Afirma que há 40 contos no fundo de reserva e 100 contos no Banco Comercial. Alude à nova concessão, com garantia de juros de 7%, obtida pelo barão de Mauá, para prolongamento da linha até Petrópolis. Aconselha “aguardar a incorporação da nova empresa que se propõe a construir a estrada da Raiz da Serra até Petrópolis”. (A concessão provincial de Mauá era de 31 de agosto de 1872.) Contas aprovadas. Eleita a diretoria: presidente dr. Francisco de Bulhões Ribeiro (133 votos); diretores: Francisco Joaquim de Castro (143) e comendador Caetano Pinheiro da Fonseca (133). Na assembléia geral de 24 de fevereiro de 1875 (49ª) foi lido o relatório publicado em folheto.

Foi proposta a modificação dos estatutos, a ser feita na assembléia seguinte. Eleita a comissão fiscal: Antônio Joaquim Vieira de Carvalho, Vitorino Ferreira da Silva Júnior e Stanley Youle (109 votos cada um). Por essa época o grande André Rebouças publica o seu estudo técnico sobre as garantias de juros e chama ali a Mauá – o *príncipe dos nossos empresários* – significando promotor de empreendimentos.

Assembléia ordinária de 31 de março de 1875 (50ª). Lido o parecer da comissão de contas. O vapor *Bonga* foi substituído pelo *Bento Martins*. O outro ainda se constrói. Foi lido o projeto de reforma dos estatutos, composto de 22 artigos, datado de 18/03/1875, e pela mesma comissão assinado, sendo a reforma unanimemente aprovada – reforma essa que foi aprovada pelo decreto nº 5.963 de 14/07/1875. Escolhida a nova diretoria: presidente dr. Bulhões Ribeiro (reeleito), por 137 votos; diretores: Francisco Joaquim de Castro (reeleito), com 136 votos, e Antônio Joaquim Vieira de Carvalho, com 127 votos.

A 11 de setembro de 1875, nova assembléia (51ª) extraordinária. É lida uma exposição do presidente que recomenda “o rateio proporcional das ações que compõem o fundo de reserva”. Declara que se gastaram 147 contos na reforma do material e ainda se gastarão 121 contos, ou seja, 263, no total. Por proposta do conselheiro Faria, vê-se que o fundo da reserva então compreende 1.131 ações, e que sejam distribuídas entre as 3.869 ações que estão em circulação, sendo aprovada.

A 26 de fevereiro de 1876, a (52^a) reunião tem lugar. Foi dispensada a leitura do relatório impresso e distribuído. Anuncia o “insucesso” do novo vapor *Príncipe do Grão Pará*, a que faltaram “condições de estabilidade”.

A comissão fiscal eleita foi composta dos Srs. comendador João Batista da Fonseca (85 votos), Stanley Youle e Guilherme Holmann (75 cada um).

Em 4 de abril de 1876, realiza-se a assembléia ordinária (53^a). Foi lido o parecer da Comissão Fiscal, que é aprovado. É sugerido: aumentar-se o capital social e pedir-se ao governo imperial a prorrogação dos privilégios concedidos – que são aprovados pelo decreto nº 6.342 de 29/09/1876. Foi eleito diretor, nos termos dos novos estatutos, o Sr. João Martins Cornélio dos Santos (96 votos). Ao pé dessa ata consta a relação dos acionistas que compareceram com o número de ações que possuíam, a saber: Francisco Joaquim de Castro – 304; dr. Bulhões Ribeiro – 143; dr. Bento Martins – 119; João Martins Cornélio dos Santos – 470; Carlos Tito Calado – 2; Carolina Joancó Calado – 13; Eduardo Calado – 2; Laura Assunção Calado – 2; Luís Antônio Martins – 279; A. O. Pinto – 32; Antônio J. Vieira de Carvalho – 200; Joaquim Pereira de Faria – 58; João Batista da Fonseca – 91; Henrique José Vieira – 130; visconde de Mauá – 130; W. H. Holmann – 200; Stephen Busk & Cia. – 131; Rob. Samuel – 78; M. Bragge – 80; Honório Augusto Ribeiro – 39 e Tomásia Carneiro Leão – 13.

A 28 de fevereiro de 1877, nova reunião da assembléia (54^a). Não foi mencionado o relatório da diretoria. Comissão fiscal escolhida: barão da Lagoa (80 votos); Stanley Youle e Guilherme Finnie Kemp (70 cada um).

A 14 de maio de 1877 (55^a reunião), foi lido o parecer da comissão de contas. Refere-se à economia de 25 contos anuais; indica o custo dos reparos no vapor *Petrópolis* (23 contos).

Foi reeleito diretor o sr. Francisco Joaquim de Castro (76 votos). A 28 de fevereiro de 1878, realiza-se a 56^a reunião. Foi dispensada a leitura do relatório que se acha impresso e distribuído. Escolhida a comissão fiscal, composta dos srs. Stanley Youle (96 votos), Roberto Samuel e comendador João Batista da Fonseca (59 cada um).

A 9 de maio de 1878 realiza-se a 57^a reunião da assembléia geral. É lido e aprovado o parecer da comissão de contas. Re-

fere achar-se em ordem o material e os vapores, sendo que o de nome *Príncipe do Grão Pará* “é lindo e preenche agora, perfeitamente, o fim para que foi destinado”. Aconselha-se a venda do vapor *Mauá*⁹. Sugere indenizar-se os acionistas na base da resolução de 4 de abril de 1876. A diretoria, por seu lado, propõe a emissão parcial de novas ações, correspondentes ao aumento do material da companhia que foi pago com os lucros que deviam ser distribuídos com dividendos; e que essa emissão seja distribuída pelos acionistas atuais, o que tudo foi aprovado. Reeleito novamente presidente da companhia, o sr. Francisco Joaquim de Castro (72 votos).

A 11 de março de 1879, a 58ª reunião. Dispensada a leitura do relatório por se achar impresso. Menciona-se uma proposta dos concessionários da Estrada de Ferro da Raiz da Serra a Petrópolis (deve ser sobre o contrato de construção com M. Calógeras, Pandiá Calógeras e Luís Berrini, firmado em 28/02/1879, visto que o anterior com Mauá, caducara). Essa proposta foi à comissão fiscal eleita composta do comendador João Batista da Fonseca (60 votos), Diogo Grace Taylor (53) e Manuel Moutinho de Avilês Carvalho e Stanley Youle (40 votos cada um), prevalecendo o primeiro, por desistir o último do sorteio para desempate.

A 10 de junho de 1879 (59ª reunião) a comissão de contas apresenta o seu parecer que foi aprovado e igualmente o acordo com os srs. Calógeras Irmãos e Luís Berrini, concessionários da construção na serra e prolongamento de Petrópolis até São José. Foi eleito diretor o sr. Francisco de Figueiredo (90 votos). Francisco Pereira Passos publicando, então o seu estudo sobre estradas de ferro, qualifica a de Mauá: “ela simboliza o *alfa* da nossa viação férrea”.

Nova assembléia extraordinária (60ª ata) de 20 de agosto de 1879, para autorizar subscrição de ações da nova empresa da Serra, em nome da companhia até 100 contos. Os concessionários haviam declarado “que estavam resolvidos a abandonar a idéia da incorporação da companhia se a Estrada de Ferro de Petrópolis não tomasse parte na subscrição das ações devidas”. Dúvidas se suscitaram do lado legal, quanto à subscrição, em vista do impedimento existente no Código do Comércio (conselheiro Faria),

9. Esse vapor, depois de reparado na Ponta da Areia, foi arrendado por Mauá à Companhia Brasileira de Paquetes.

mas a essa objeção a diretoria respondeu com a consulta feita “ao distinto advogado dr. Antônio Ferreira Viana” que assegurava – “poder a companhia subscrever as ações que quisesse”. A subscrição foi ainda aconselhada, para desanimar outras concorrentes, “porquanto era sabido que outras empresas se propõem com destino a Petrópolis e quaisquer que elas fossem viriam prejudicar-nos seriamente”. Essa alusão à concessão da corte a Petrópolis e Águas Claras a favor de Antônio da Rocha Fragoso (decreto nº 5.538, de 31/01/1874 que caducara recentemente a 17/05/1879), e a nova que se preparava para W. Darle Bentley e Charles Collins, da corte a São José, passando por Petrópolis, pelo decreto nº 7.522, de 20/10/1879, que, afinal, também veio a caducar. O dr. Bulhões Ribeiro declara que, em vez de distribuir os 100 contos aos acionistas, já autorizados, que a companhia tomasse ações da nova empresa e as distribuisse aos mesmos acionistas, deixando por essa forma a companhia de figurar como acionista da outra empresa. A proposta da diretoria é que foi aprovada. Em reunião (61ª ata) de 20 de fevereiro de 1880, realiza-se a assembléia geral. Foi dispensada a leitura do relatório, por se achar impresso e distribuído. Pela primeira vez se assinala um desfalque de funcionário (ex-guarda-livros – Rs. 16:943\$870). Foi eleita a comissão fiscal, composta dos srs. comendador João Batista da Fonseca (110 votos), Antônio J. Vieira de Carvalho (80) e João Martins Cornélio dos Santos (70).

A 30 de setembro de 1880 realiza-se outra assembléia (62ª), para leitura do parecer da comissão de contas. A receita fora de Rs. 399:417\$160 e a despesa de Rs. 253:104\$420. Havia saldo de Rs. 110:743\$570, que acrescido ao anterior (1878), eleva-se a Rs. 114:565\$490. E acrescenta: “já sabeis que se fez o rateio das ações correspondentes ao aumento de capital e auferimos um dividendo de cerca de 8% no ano passado, além de 10% em ações beneficiárias, o relatório da diretoria aludira ao protesto que fizera “contra a concessão, feita em outubro último (concessão Bentley e Collins), de uma linha que muito prejudicaria a nossa, se ela se realizasse”. O parecer apóia esse protesto, porque “a supracitada concessão não só impediria o desenvolvimento natural da nossa linha, conforme sempre cogitaram os organizadores da nossa empresa, como também poderia utilizar o que já se acha feito com grande sacrifício” ... Aí também já se fala na organização da *Companhia Estrada de Ferro Príncipe do Grão*

Pará, adiada, porque a concessionária anterior também protestara. Essa contenda estava então na dependência do Conselho de Estado. O parecer concluía: “Seja qual for a solução, está claramente no interesse da nossa empresa auxiliar esse prolongamento, que a nossa própria companhia já teve em mente realizar como indispensável; é evidente que ainda realizando-se o prolongamento com capitais pela maior parte estranhos à nossa empresa, não deixará ela de colher as mesmas vantagens sem os ônus de semelhante cometimento.” “Convém, por isso, unir os nossos aos esforços de que dispõem os organizadores do prolongamento, a fim de promover e alcançar um grande bem público, e consolidar, assim, os nossos capitais que, desde 1874, são avexados por pretensões contrárias.” Aprova-se, também, a pensão de 120 mil réis mensais a um empregado que servira à companhia por 20 anos. Foi, ainda, eleito diretor o sr. Diogo Gracie Taylor (113 votos).

A 15 de fevereiro de 1881, realiza-se a última assembléia, que consta do livro de atas (64^a como ali está) mas é 63^a. Foi dispensada a leitura do relatório da diretoria, por se achar impresso e distribuído.

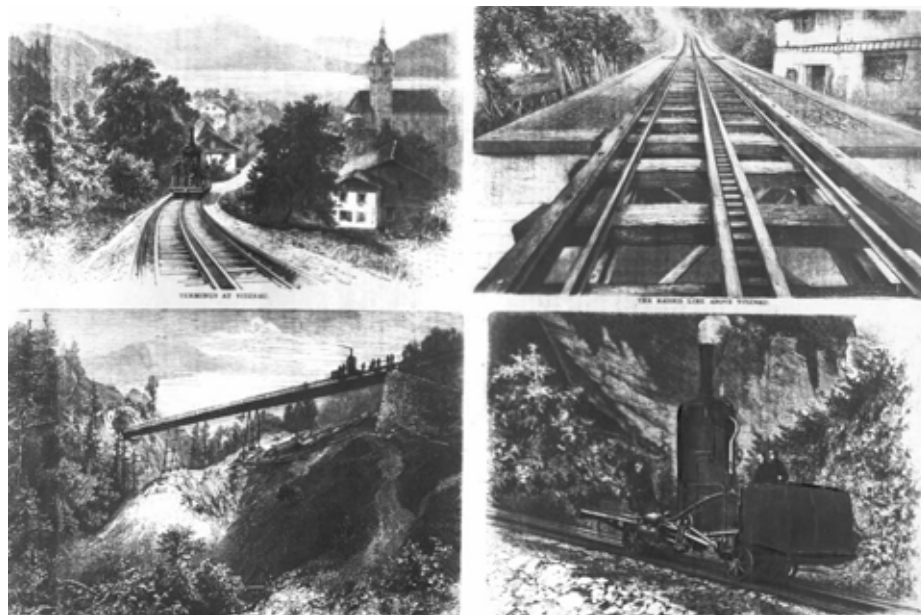
Foi eleita a comissão fiscal composta dos srs. comendador João Batista da Fonseca (88 votos), Francisco Carlos Neylor (86) e João Martins Cornélio dos Santos (56).

Aqui se encerra o precioso livro de atas da *Imperial Companhia a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis*. É o resumo histórico, de ano a ano, da primeira via férrea brasileira até que foi ela encampada pela então denominada Príncipe do Grão Pará (decreto nº 8.120, de 21/05/1881). Como se trata, realmente, de documentos notáveis e inéditos sugiro, aqui, que o Instituto Histórico de Petrópolis, o Museu Imperial, a Biblioteca Nacional, o Instituto Histórico Brasileiro, ou o Clube de Engenharia mandem publicá-los, na íntegra, com as anotações que já lhes fiz.

*

* *

Sobre as vicissitudes desse empreendimento, sobre a sua vida acidentada, vale repetir aqui, à guisa de comentário, o que já se afirmava quando reeditei a *Autobiografia* do visconde de Mauá. “Argumentou-se, recentemente – dizia eu –, não ter havido injustiça no caso da estrada Mauá, justamente a única que não tivera garantias de juros inicial “porque seria um desatino criar vantagens” (Castro Rebelo. *Mauá*, p. 49), para uma estrada



Caminho de ferro Rigi (Suíça) estudado por F. P. Passos, a fim de construir o trecho de cremalheira na serra de Petrópolis

que ia concorrer com a de D. Pedro II, recém-criada (1855), mas cuja inauguração do primeiro trecho até Queimados seria só a 29/03/1858. Parece-nos, ao contrário, uma exceção odiosa. Primeiro – porque a lei de 1852, tendo oferecido juros de 5% para as primeiras estradas destinadas a Minas e São Paulo, o que se devia logo ter feito, uma vez que já existia a estrada de Mauá (desde 1852 – inaugurada em 1854), seria dar a esta exclusividade da comunicação para Minas, ainda porque a concessão da estrada de Petrópolis até Três Barras (no rio Paraíba) e daí até Porto Novo do Cunha já era, com privilégio exclusivo por 80 anos de Irineu Evangelista de Sousa (decreto nº 1.088, de 13 de dezembro de 1852), beneficiando, assim, dos referidos favores, sem ter a outra a lhe fazer concorrência, que rumaria nas mesmas condições, apenas, para São Paulo. Seria o prêmio natural e merecido da sua corajosa prioridade. Parece, de fato, que o rumo natural era procurar S. Paulo, não a zona de Minas que a Estrada de Ferro Mauá ia servir; não chegava o dinheiro para as duas coisas. Itaboraí e Manoel Felizardo estiveram ao lado de Mauá. Foi o imperador que pendeu para o outro lado. (É o que diz Alberto Faria – no seu belo livro *Mauá*, nota p. 180.) Segundo – porque a estrada de rodagem União e Indústria, fundada por Mariano Procópio, que lhe era a alma e A. Oliveira Bulhões, o construtor, prosseguia o seu trajeto de além Petrópolis, para Minas, até Três Barras, no rio Paraíba (S. José do Rio Preto) – era já “excepcionalmente favorecida pelo governo, empréstimo de 6 mil contos, depois perdoado, encampação do seu contrato, com dispêndio de mais 3 mil contos e, afinal, um contrato com a Estrada de Ferro D. Pedro II, por 10 anos que lhe assegurava a recomposição do capital”, como afirma o próprio Mauá, na sua *Autobiografia*, p. 133. Ao menos um regime de igualdade de tratamento, por equidade, poderia ter sido concedido ao pioneiro das estradas de ferro no Brasil. Terceiro – o governo imperial não deveria esquecer que Mauá havia prestado *reais* serviços, na formação da empresa quase oficial, que ia ser concorrente da sua, desde os episódios iniciais da organização dos seus estatutos, feitos a pedido de Paraná, como ainda, os da célebre garantia que dera dias antes, em escritura pública daquele mesmo ano de 1856 (12 de junho), em que se apresentava como fiador entre o empreiteiro inglês Price e Cristiano Ottoni, para que a construção prosseguisse e os trabalhos fossem pagos, empenhado nisso

“os seus bens presentes e futuros”, ele que não era interessado reto na questão, ou melhor, devia ter na realidade o interesse contrário. Essa escritura é a que Alberto Faria, seguindo referências de Mauá, na *Exposição aos Credores*, acabou por descobrir e divulgar. Quarto – pelo abandono, sem indenização alguma, por parte de Mauá, do único privilégio que ainda tinha das 5 léguas laterais (lei provincial nº 602, de 23/09/1852), a pedido do marquês do Paraná (portanto antes de setembro de 1856), no trecho de Petrópolis até Três Barras, para servir ainda à empresa concorrente!

Daí por diante, continua o tráfego para Petrópolis pelas três vias empregadas: a marítima, a férrea e a de rodagem na Serra, até que, com a construção da linha de cremalheira, começada em 01/08/1879, fosse esse último trecho inaugurado 8 km e 857 m (já em outras mãos e com outro nome: *A Estrada de Ferro Príncipe do Grão Pará*), em 20 de fevereiro de 1883, com 25 quilômetros de percurso total. O custo dessas últimas obras atingira a Rs. 1.346:079\$795. Ainda para essa inovação, Mauá contribuiria poderosamente: a concessão é pessoalmente sua (decreto nº 2.834, de 12/11/1861, contrato provincial de 31/08/1872), ao começo incumbido o notável engenheiro Francisco Pereira Passos de estudar o sistema idêntico ao caminho de ferro de Rigi, na Suíça, e depois de projetar e calcular as obras da Serra da Estrela ¹¹.

Essa valiosa contribuição técnica paga inteiramente por ele (30 contos), seria depois cedida, gratuitamente, aos seus felizes executores!...

Perdidos, ao fim de tantos anos de esforços, nessa estrada a primeira do Brasil, cerca de 400 contos do seu capital (porque ele Mauá vendera as suas ações pela metade), que é a contribuição da coragem e das vicissitudes amargas dos primeiros empreendimentos. A lição da experiência adquirida apenas acautelará interesses futuros e vai beneficiar continuadores e imitadores. Como na bela imagem em que o grande poeta Raul de Leoni simboliza a ingratidão da natureza, nas árvores que crescem e “vão dar frutos no pomar alheio!”

*

* *

11. Ver: F. P. Passo. *Estrada de Ferro de Mauá – prolongamento da Raiz da Serra a Petrópolis. Memória descritiva*, 1874; e *As estradas de ferro do Brasil*, 1879.

A cooperação técnica de Francisco P. Passos no estudo e planejamento das obras da Serra é admirável.

Mauá havia obtido em 31/08/1872, do presidente da província do Rio de Janeiro, o contrato para a construção, uso e gozo do prolongamento da estrada de ferro, da Raiz da Serra até Petrópolis. Dentro de seis meses de aprovado pela assembléia provincial, o concessionário deveria apresentar o traçado e o perfil longitudinal da linha, com uma “memória descritiva”. A 21/11/1872 foi renovado o contrato, modificando-se algumas cláusulas. A 29 de novembro de 1873 foi sancionada a lei provincial (nº 1.965)¹¹. F. P. Passos inicia os seus trabalhos em 14 de janeiro de 1874 e os termina a 01/04/1874. Entrementes achando-se em junho de 1872 na Europa, com Mauá, fala no caminho de ferro do monte Rigi (na Suíça) que acabara de visitar, e recebe a incumbência deste para examiná-lo de novo, visitando-o no ano seguinte (junho 1873). Dessas observações *in loco* no estrangeiro e do estudo do terreno, na serra da Estrela, é que saiu o seu notável relatório de 1874 (11 de abril), redigido em Petrópolis. É desse documento precioso que extraí algumas notas. Foi o processo da cremalheira inventado pelo engenheiro N. Riggenbach, em 1863, mas só teve aplicação por outro engenheiro, em 1868 nos Estados Unidos, no monte Washington, em Boston. Em 1869 Riggenbach se associa a outros para a construção da estrada do cantão de Lucerna (Suíça), ficando concluída a 21/05/1871.

A concessão pedida à província do Rio de Janeiro dava somente uma garantia de juros de 7% sobre 600 contos. As obras projetadas por F. P. Passos atingiam, porém, 1.100 contos só na serra, sendo que a remodelação total da estrada ia a 1.520 contos. A altura a vencer seria de 814 metros, a distância em linha reta seria apenas de 4.680m e, pela estrada de rodagem, 13 quilômetros. O traçado de Passos, na serra, dava à linha 5.624 metros de extensão, e de Alto da Serra a Petrópolis, mais 2.150 m. A novidade técnica era que a linha tinha um declive, apenas de 15/100, quando a do Rigi na Suíça, ainda era de 25/100. Sabe-se que o menor declive, diminuindo a força da tração, importava em sensível economia, no custeio do tráfego. Nesse relatório, F. Passos ainda depõe: “Em 1860 pensou-se em substituir, ao menos parcialmente, o motor animal na estrada de rodagem, por máquinas de tração a vapor, que então começaram a ser ensaiadas na

11. José Luís Batista: *O surto ferroviário e o seu desenvolvimento*.

Inglaterra e nos Estados Unidos; e, de fato, o digno presidente da companhia, sempre solícito em promover os meios de melhorar as condições financeiras desta, mandou vir da Europa duas locomotivas, as quais construídas quando esse novo meio de locomoção estava apenas em tentativa, não puderam satisfazer ao fim a que eram destinadas.” A concessão de Mauá caducou porque não foi possível levantar capitais (1.520 contos) para um serviço cuja garantia de juros (7%) era apenas para 1/3 parte. Mas os estudos técnicos ficaram perfeitos e concluídos. Em 1879, um pouco antes da falência de Mauá, já em moratória, é que ele obtém nova concessão da província do Rio de Janeiro, em contrato de 28 de fevereiro, chamam-se Miguel Calógeras, Pandiá Calógeras e Luís Berrini. Esse contrato está publicado num folheto existente na Biblioteca Nacional¹². Deveriam começar as obras dentro de um ano, e concluídas dentro de dois anos e meio, da data do contrato. Também aí se inclui outro “contrato de serviços mútuos” feito com a Companhia Estrada de Ferro de Petrópolis (devidamente autorizada pela assembléia geral de 10/06/79), assinado pelos diretores, Francisco Joaquim de Castro, presidente, W. Henri Holmann e Francisco Figueiredo. Aceitos, salvo detalhes, os estudos técnicos de F. P. Passos, que lhes foram “graciosamente franqueados pelo Sr. visconde de Mauá (afirma o prospeto) a futura construção da Serra que se baseia no sistema de cremalheira (Riggenbach), está já aí aprovada, não só na de Rigi (Suíça), mas oito experiências felizes: as 2 de Rigi – Virman Righi (1871) e Arth Righi (1874), Musssdorf Kallemborg (1874), Schmalenberg (1875), Ostzmuntinguem (1871), Rohzchuch (1875), Rubi (1876) e Wasserlafinguen (1876).

Essa nova iniciativa fracassou (como as duas anteriores de Mauá, em 1861 e 1872). Quem vai executá-la é a *Companhia de Estrada de Ferro Príncipe do Grão Pará*, com estatutos aprovados pelo decreto nº 8.120, de 21 de maio de 1881. A nova empresa adquiriu os privilégios de M. Calógeras, P. Calógeras e L. Berrini, como reza o art. 1º dos mesmos estatutos. A escritura de cessão foi passada em 01/01/81, no cartório de Francisco Pereira Ramos. O decreto nº 8.071 de 07/05/1881 amplia por mais 15 anos o privilégio da companhia.

Em 20 de fevereiro de 1883, já a empresa de Mauá, em outras mãos, o presidente da província do Rio de Janeiro renovou com a

12. B.N. V. 268 – 3.2 – nº 16 Estrada de ferro da Raiz da Serra a Petrópolis.

diretoria da Estrada de Ferro de Petrópolis, o contrato de 27 de abril de 1852, prorrogando-o por mais 70 anos. Em escritura pública de 18 de maio de 1883 (tabelião Catanhede), a Estrada de Ferro Príncipe do Grão Pará faz a aquisição do ativo e passivo da Estrada de Ferro de Petrópolis, pela quantia de dois mil contos, pagando-os em debêntures, ao juro de 6 ½% ao ano. Essa transação é aprovada pelo decreto nº 9.029 de 29/09/1883.

*

* *

Mauá, que não era formado, foi feito, entretanto, membro honorário da *Sociedade de Engenheiros* de Londres. O simples caixeirinho órfão e desamparado, pelas suas iniciativas materiais no Brasil, tem em frente ao porto do Rio, olhando para a serra dos Órgãos, a sua estátua varonil, promovida pelo nosso Clube de Engenharia. “É para que os moços do meu país – disse um dia Tobias Monteiro – saibam que, saindo por de trás de um balcão, pode-se chegar àquela altura.”

A Estrada Leopoldina que encampou a sua antecessora, pôs na sua principal estação o nome de *Barão de Mauá*. E a sua vida admirável, cheia de lances emocionantes, teve merecimento para ser relatada por grandes biógrafos: J. C. de Sousa Ferreira, Alberto Faria, Lídia Besouchet e Anida Marchant (ainda inédita em inglês).

A *Associação Comercial do Brasil* (Casa Mauá) e a de Porto Alegre têm à entrada o seu busto em bronze: obras expressivas de Bernardelli e Caringe. Em Santos, como no Rio e aqui em Petrópolis – existem praças com o nome de Mauá.

Em Montevideu, em plena via pública, está o seu belo monumento, em que colaboraram Bernardelli e Beloni.

*

* *

Para terminar, quero ainda mencionar dois episódios em que Mauá está ligado à história da pequena estrada de ferro que, apesar de legalmente batizada com o nome de Petrópolis, foi sempre conhecida por estrada de Mauá. “Talvez, por tê-la o público crismado com o nome de Mauá, ela era entregue ao extermínio” – disse Mauá, em 1878.

O primeiro desses episódios já foi relatado por Alcindo Sodr , na sua conferência do Instituto Histórico, em 1939¹³. Completada a linha da Serra em janeiro de 1883 (passagem do primeiro trem), o seu nome fora ali lembrado por Cristiano Ottoni, o feliz administrador da D. Pedro II, como o *pioneiro da estrada de ferro no Brasil*. “Os diretores da Companhia Príncipe do Grão Pará, a 30 de abril de 1884, ainda lembra Alcindo Sodr , encontraram oportunidade de prestar sincera homenagem ao visconde de Mauá, comemorando o 30^o aniversário da estrada, e a chegada da linha férrea a Petrópolis, resolveram inaugurar na esta o daquela cidade, o busto do grande homem, e foram buscar o homenageado na discreta residência, onde se encontrava, curtindo o duro e imerecido infortúnio. Realizada a cerimônia, com a presença das autoridades locais e muitos espectadores, o presidente da companhia, João Martins da Silva Coutinho, aliás uma das mais notáveis figuras da engenharia nacional, terminou o seu discurso, dizendo: “Para vencer a serra da Estrela, despendeu o visconde de Mauá avultados capitais em diversas tentativas e ainda foi o primeiro que mandou, estudar na serra, a aplica o do sistema de cremalheira. Dando assim, o mais solene testemunho do apreço em que tem os importantes serviços do visconde de Mauá, a diretoria, não só manifesta seus próprios sentimentos, como também o dos acionistas da companhia que representa. Viva o visconde de Mauá” (*O Mercantil de Petrópolis*).

O outro episódio verifica-se cinco anos depois. Não é de festa, mas de luto. Falecendo no seu retiro de Petrópolis, o dos últimos anos da sua vida de batalhador, o corpo do homem ilustre veio a ser enterrado no Rio. E quem o transportou, da cidade serrana até a corte, é uma composi o da estrada de ferro que ele criara, desde Petrópolis até Mauá (que lhe dera o título) e daí, por mar, no vapor da empresa, até a esta o de Mauá na Prainha. A estrada de ferro que fora objeto das suas iniciativas públicas, prestava-lhe, assim, em retribui o, o derradeiro e caridoso serviço. Era como se Mauá baixasse, na hora da morte, das alturas das suas idealiza es arrojadas, para a planície de lutas e competi es da sua vida, tão entrecortada de amarguras e de glórias.

Cláudio Ganns

13. In *O visconde de Mauá, no cinq enten rio de seu falecimento*. Publica o do Instituto Histórico, 1939, p. 50.

1ª ata

Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de mil oitocentos e cinquenta e dois, em virtude do convite feito pelos jornais, reuniram-se na sala do Banco do Brasil, os seguinte srs. acionistas da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis; o comendador Irineu Evangelista de Souza, por si e como procurador do Sr. Ricardo Carruthers, Isaac Carruthers, como representante da firma Carruthers & Co. e como procurador de A. C. Mac Gregor, o conselheiro José Antônio Pimenta Bueno, Manoel Augusto Ferreira de Almeida, Manoel Corrêa de Aguiar, por si e como procurador de José Jerônimo Pereira de Mesquita, Bernardo Casimiro de Freitas por si e como procurador do sr. dr. Cândido Borges Monteiro, Porfirio Ferreira Nunes, por si e como procurador do sr. José Maria de Sá, Luiz Augusto Ferreira de Almeida, João Antônio de Miranda e Silva, José Maria do Amaral como representante da firma Amaral & Basto, Teófilo Benedito Ottoni, Manoel Ferreira Pinto, Manoel Gomes Pereira como representante da firma Gomes & Paiva, João de Almeida Araújo, como representante da firma Joaquim da Fonseca Guimarães & Co., Antônio Ribeiro de Queiroga, Francisco Antônio de Carvalho Ribeiro, Leopoldo Augusto da Câmara Lima, José Antônio dos Santos Xavier, G. H. Weitzmann, Manoel da Costa Faria, como representante da firma Manoel da Costa Faria & Co., Thomaz Fulding como procurador de Howden Newlands & Co. e Francisco Augusto Mendes Montr.º; representando todos, o *número de mil trezentas e dez ações que constituem maioria*. Em consequência o sr. comendador Irineu Evangelista de Souza, presidente da sociedade, na conformidade dos estatutos, abriu a sessão congratulando-se com os sócios pelos ver ali reunidos, para levar a efeito a primeira estrada de ferro, que se vai construir no Brasil, e agradecendo-lhes a coadjuvação que lhe prestavam para tornar efetiva uma obra, que ia marcar uma nova época nos melhoramentos materiais do país.

Concluído o seu discurso, declarou o mesmo sr. presidente que o fim da reunião, era a eleição de um vice-presidente, e de um secretário, em conformidade dos estatutos, e que para esse fim seria conveniente nomear dois secretários para o ajudarem nesse trabalho, e sendo-lhe indicado, que o mesmo sr. os propusesse, o sr. presidente apresentou os Srs. Manoel Corrêa de Aguiar, e Antônio Ribeiro Queiroga, que foram aprovados e tomaram assento na Mesa. O sr. presidente disse que como muitos dos srs. acionistas, quando assinaram os estatutos, não se tinham dado ao trabalho de os ler; julgava conveniente que se procedesse à sua leitura, por isso (qualquer sr. acionista ainda estava em tempo de fazer qualquer observação, ou mesmo retirar a sua assinatura, senão se quisesse conformar

com eles; e passando-se a ler os estatutos, foram aprovados unanimemente: em seguida proceder-se à eleição do vice-presidente e secretário, recolhendo-se as cédulas encontraram-se vinte e duas a cuja apuração se procedeu, e obtiveram votos, para vice-presidente os srs. visconde de Condeza noventa e nove votos, Ottoni quatro, e Aguiar quatro, foi portanto proclamado vice-presidente o ex.^{mo} sr. visconde de Condeza, e para secretário obtiveram votos os srs. Manoel Corrêa de Aguiar noventa e três, Queiroga dez, e José Maria do Amaral quatro, foi portanto eleito o Sr. Manoel Corrêa d'Aguiar secretário.

E não havendo mais nada a tratar o sr. presidente levantou a sessão, de que eu Manoel Corrêa d'Aguiar na qualidade de secretário lavrei esta ata que subscrevo.

Manoel Corrêa de Aguiar.

Irineu Evangelista de Sousa

Antônio Ribeiro Queiroga.

Carruthers & Co.

P. pro. Howden Newlands & Co.

Thomaz Fielding

Joaquim da Fonseca Guimarães Co.

2^a

Ata da instalação dos trabalhos da estrada de ferro da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis.

Aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano do nascimento de N. S. Jesus Cristo de mil oitocentos e cinquenta e dois, no campo da fazenda do comendador Albino José de Sequeira, nesta freguesia de Inhomirim, dignaram-se comparecer Suas Majestades Imperiais, acompanhadas de seus oficiais de semana, e dos ex.^{mos} srs. conselheiro Francisco Glz Martins, ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, conselheiro Manoel Felizardo de Souza e Melo, ministro da Guerra, conselheiro Zacarias Góes de Vasconcelos, ministro da Marinha, Conselho de Estado – Cândido José de Araújo Viana presidente da Câmara dos srs. senadores acompanhado dos secretários da mesma Câmara os srs. Manoel Mlz Velasquez, e José da Silva Mafra os srs. dr. Francisco de Paula Cândido, e Raimundo Ferreira de Araújo Lima secretários da Câmara dos srs. deputados – conselheiro Luiz Pedreira do Couto Ferraz presidente desta província, veador João Pereira Darrigue Faro, vice-presidente desta província, comendador Joaquim Pinto Neto dos Reis presidente da Assembléia Provincial, Eduardo Isidoro Xavier de Brito, presidente da Assembléia, digo secretário da mesma Assembléia os Conselhos de Estado visconde de Monte Alegre e visconde de Paraná, o chefe-de-divisão Joaquim José Inácio inspetor do Arsenal de Marinha, o comendador Irineu Evangelista de Souza presidente desta companhia os en-

genheiros da mesma companhia Guilherme Bragge, Roberto Milligan, o administrador dr. José E. Cliffe, e muitas outras pessoas de distinção que concorreram a presenciar este ato: e então sendo uma hora da tarde dirigiram-se SS. MM. Imperiais, com todas as pessoas acima mencionadas, ao lugar onde se achava marcada a linha do caminho de ferro, e achando-se aí o reverendo vigário desta freguesia, procedeu ele às cerimônias religiosas, abençoando os trabalhos a que se ia dar começo. Em seguida Sua Majestade o Imperador, recebendo uma pá de prata que lhe ofereceu o presidente da companhia com ela por três vezes cavou a terra, e alancou em um carrinho expressamente feito para esse fim, no qual existe, além das armas imperiais, uma legenda de prata com a seguinte inscrição. “O primeiro corte da estrada de ferro de Petrópolis por S. M. I. o senhor d. Pedro II, no dia 29 de agosto de 1852 – Empresário e presidente da companhia Irineu Evangelista de Souza – Encarregado da fatura da estrada de ferro o engenheiro civil William Bragge.”

S. Majestade o Imperador, passou a pá ao sr. ministro do Império, este ao sr. min. da Guerra, seguiu o sr. ministro da Marinha e assim por diante a todas as autoridades acima referidas; e cheio que foi o carrinho, Sua Majestade o Imperador se dignou conduzi-lo até a alguma distância, e depois o entregou ao sr. presidente da companhia que o despejou. Findo este ato o sr. presidente da companhia deu vivas a Sua Majestade o Imperador, a S. M. a Imperatriz, à Constituição do Império, e à nação brasileira, que foram repetidos com entusiasmo por todos os espectadores, e por todos os trabalhadores que também se achavam presentes. Assim se deu por findo este ato, o primeiro neste gênero que tem lugar no Império do Brasil, e que marca uma era importante nos seus melhoramentos materiais. E para constar lavrei esta ata que subscrevo na qualidade de secretário da companhia.

Manoel Corr.^a d’Aguiar.

3^a

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de mil oitocentos e cinquenta e dois, em consequência do convite feito pelos jornais, reuniram-se na sala do Banco do Brasil os seguintes srs. acionistas da Imperial Companhia de Navegação a Vapor, e Estrada de Ferro de Petrópolis: a saber – o comendador Irineu Evangelista de Souza por si, e como representante da firma Carruthers & Cia. e como procurador de Ricardo Carruthers, o conselheiro José Antônio Pimenta Bueno, Bernardo Casimiro de Freitas, Manoel Corrêa de Aguiar, José Maria de Sá por si, e como procurador de Porfírio Ferreira Nunes, Luís Augusto Ferreira de Almeida, João Antônio de Miranda e Silva, José Maria do Amaral como representante da firma Amaral & Basto, Manoel Ferreira Pinto, Antônio Ribeiro de Paiva como representante da firma Gomes & Paiva, Antônio Ribeiro de Queiroga, Francisco Antônio de Carvalho Ribeiro, João Inácio Tavares, conselheiro José da Cruz Martins Jobim, Venâncio José Lisboa, Francisco Casimiro da Cruz Teixeira por si, e como procurador de Antônio Clemente Pinto, Lucas Claudemiro Dias Bicalho como

representante da firma Bicalho & Cia., G. H. Weitzman & Cia., Andrie Kuenzi & Cia., Francisco José de Melo e Souza por si e como procurador de Joaquim Pinto da Fonseca & Irmão, Sebastião Antônio José Ribeiro, visconde de Condeixa, Militão Máximo de Souza por si e como diretor do Banco do Brasil, procurador de Manoel Augusto Ferreira de Almeida, visconde de Paraná, e Antônio José Domingues Ferreira, representando ao todo, mil quinhentas e vinte e uma ações, e havendo por conseguinte grande maioria o sr. comendador Irineu Evangelista de Souza na qualidade de presidente desta companhia abriu a sessão. O secretário procedeu à leitura da ata da última sessão em 29 de maio próximo passado, que foi aprovada. O sr. presidente leu o seguinte relatório – Srs. acionistas. Tenho em primeiro lugar de comunicar-vos que no dia 29 de agosto pp. S. M. I. se dignou honrar com sua augusta pessoa digo presença os trabalhos da linha férrea; e em seguida cumpre me submeter a vossa consideração o novo privilégio – que alcancei do governo imperial, para a continuação da estrada de ferro, que fez o objeto da organização desta companhia. Desde que me vi colocado à luta desta empresa, pela confiança com que me honrastes, encarei sempre como um dos meus mais importantes deveres, o estudo dos meios conducentes a sua prosperidade; a exploração dos terrenos, cujos produtos têm de alimentar a estrada, assim como a direção desta a um ponto dado do nosso interior que absorvesse em sua direção a máxima parte do tráfico da importante província de Minas, me pareceu de interesse tão transcendente para a sociedade que não hesitei em pôr em movimento, os elementos necessários para alcançar um fim tão importante. Os exames de engenheiros e as informações que a respeito colhi, sendo concordes de que não só vantagens, mas mesmo um brilhante resultado, seria a consequência necessária da continuação da estrada, ao passo que o futuro da nossa empresa estaria ameaçado, se deixássemos que outros projetos bloqueassem a estrada, que de Minas vem ter ao rio Paraíba, entre a vila desse nome, e o porto do Cunha, não hesitei em solicitar do governo imperial, os necessários privilégios, que acabam de ser concedidos. É para mim evidente que os produtos que alimentam a nossa estrada vem ter a ela pela direção mais reta, e é portanto fora de dúvida, que uma vez estabelecendo semelhante tráfico, não pode mais ser desviado, porquanto outra direção será necessariamente mais longa e mais cara. Além do importante tráfico da província de Minas, a que me refiro, descobertas modernas permitem-nos esperar com toda a confiança atravessar um ramal na direção de Cantagalo, o que será de incalculável vantagem para a companhia, podendo dizer-se mesmo afoitamente que conseguido este desideratum, nossa linha é seguramente a melhor empresa desta ordem no Brasil. Não é possível precisar a despesa em toda a linha férrea contemplada, porem o hábil engenheiro em chefe que emprego, que percorreu a extensão, e examinasse a natureza do terreno, me assegura que baseando-se em duzentos e dezesseis contos de réis por légua, para a fatura do caminho, e todo o material necessário ao seu tráfico, estamos dentro dos limites. Isto posto com um capital de cinco mil contos, divididos em dez mil ações, se conseguirá o fim proposto. Srs. acionistas, eu tenho a mais profunda convicção de que os lucros desta empresa, nada terão a invejar aos melhores caminhos de outros países; os produtos já existentes, estabelecem a certeza de um dividendo talvez exce-

dente a 12 ao ano, além de um amplo fundo de reserva, e para quem refletir nos milagres que operam os caminhos de ferro, dando valor a imensos objetos que são desprezados, enquanto não podem aproveitar-se desse aperfeiçoado meio de locomoção, o futuro desta empresa é de tal sorte animador. Que acostumado a basear invariavelmente meus cálculos em uma módica realidade, não ousou exprimir até que ponto julga se elevará a receita da companhia ainda fixando ela o preço dos transportes em 20 para menos do que o designado nas condições com que foi concedido o privilégio; não hesito porém em afirmar-vos que prontificada a linha em toda a extensão projetada é uma impossibilidade moral que os dividendos da companhia se não sustentem acima de 12.

Cabe-me também a satisfação de informar-vos que progridem satisfatoriamente os trabalhos da estrada começada e que até hoje só tenho de felicitar-vos pelos resultados obtidos, que são superiores à minha expectativa, pois de certo eu não contava, que com os defeituosos elementos de trabalho que temos no país conseguido tanto em tão pouco tempo. Foi também um dos meus primeiros cuidados procurar obter do governo imperial, um local arado para o desembarque dos passageiros e gêneros que a estrada transportar, e tenho satisfação de informar-vos que o mesmo governo dignando-se deferir benignamente a petição que a respeito enderecei, concedeu à companhia um terreno espaçoso no largo da Prainha, sobre o qual se elevará em breve um edifício de ferro já encomendado, que aformozeando o referido largo, satisfaça em tudo ao fim útil e proveitoso a que é destinado – em seguida o secretário passou a ler o decreto e condições do privilégio do novo contrato para o seguimento da estrada até o rio Paraíba, e concluída que foi a leitura o sr. presidente propôs se a companhia aceitava o referido privilégio, e não havendo quem fizesse reflexão alguma a assembléia decidiu unanimemente, que o aceitava. Em consequência desta decisão o Sr. presidente declarou a necessidade de se alterar alguns artigos dos estatutos, e propôs as seguintes emendas que foram unanimemente aprovadas. *Art. 1^o* Tem por objeto a realização dos contratos celebrados com os governos geral e provincial, para a construção da estrada de ferro de que tratam os mesmos privilégios, respectiva navegação a vapor. *Art. 2^o* A duração da companhia será a dos mencionados privilégios por mais tempo, se findos os prazos estipulados entrar em novas convenções a respeito. *Art. 3^o* O capital da companhia será de 5.000 contos, divididos em ações de 500\$^{rs} podendo ser este fundo aumentado por deliberação da assembléia geral dos acionistas. Logo que estejam subscritas 6.000 ações, terão andamento os trabalhos relativos ao privilégio constante do decreto nº 1.088. *Art. 4^o* As ações serão realizadas em prestações, sendo a primeira de cem mil réis, e as seguintes de 25\$^{rs} à medida que forem exigidas pela administração da companhia por anúncios publicados com [*ilegível*] de 15 dias pelo menos. *Art. 8^o* Diga-se um 3^o do capital. *Art. 9^o* Diga-se um 5^o do fundo da sociedade. *Art. 10* Diga-se até 10 votos. *Art. 12* Sendo auxiliado por um vice-presidente, um secretário, e mais três diretores consultivos, nomeados na reunião, em que forem definitivamente aprovados estes estatutos: o Sr. visconde de Paraná ofereceu a seguinte emenda ao art. 13 (foi unanimemente aprovada – pelo tempo necessário para a prontificação da estrada. *Art. 15* Ao empresário presidente da Cia. compete uma comissão de cinco por cento sobre toda a despesa que se realizar com a fatura da estrada de ferro, ficando

a cargo do mesmo as despesas de escritório até a prontificação da dita estrada. *Art. 16* Além da reunião da assembléia geral de que trata o Art. 9º o presidente da Cia. a convocará quando tenham de ser abertas ao trânsito público as sessões da estrada, submetendo à consideração da mesma os atos praticados, propondo as alterações nos presentes estatutos que julgar a bem da sociedade para serem submetidos à aprovação do governo, e bem assim os regulamentos que [*ilegível*] forem para o bom desempenho do serviço da Cia. *Art. 17* Diga-se 12 por cento em lugar de 18 por cento.

Considerando-se definitivamente aprovados os estatutos procedeu-se a eleição dos três membros consultivos: obtiveram votos os srs. Antônio Clem.a Pinto 172, visconde de Paraná 161, conselheiro Pimenta Bueno 146, Ferreira Pinto 20, Militão Máximo de Souza 17, João Antônio de Miranda e Sá 16, João Inácio Tavares 5, foram portanto eleitos os srs. Clemente Pinto, visconde de Paraná e conselheiro Pimenta Bueno; porém tendo os dois últimos srs. ponderado que lhes era vedado por lei o aceitarem empregos de administração, em consequência de serem magistrados, procedeu-se a nova eleição a respeito dos dois srs., e obtiveram votos os srs. João Inácio Tavares 128, José Maria do Amaral 68, Militão Máximo de Souza 50, Antonio da Rocha Miranda e S.a 50, Manoel Ferreira Pinto 46, e José Maria de Sá 4, ficando constituída a Adm.am da maneira seguinte: presidente o sr. comendador Irineu Evangelista de Sousa, vice-presidente o sr. visconde de Condeixa, secretário Manoel Correia d'Aguiar. Diretores conselheiros os srs. Antônio Clemente Pinto, João Inácio Tavares, e José Maria do Amaral, e assim se deu por finda a presente sessão. E para constar lavrei esta ata que subscrevo na qualidade de secretário.

Manoel Corr.a d'Aguiar.

4ª

No dia primeiro do mês de dezembro do ano de mil oitocentos e cinquenta e três, em consequência do convite feito pelos jornais, reuniram-se na sala do Banco do Brasil os srs. seguintes acionistas da Imperial Companhia de Navegação a Vapor, e Estrada de Ferro de Petrópolis a saber: o comendador Irineu Evangelista de Souza por si, como representante da firma Carruthers & Cia., e como procurador de Ricardo Carruthers, João Inácio Tavares, Manoel Corrêa d'Aguiar, conselheiro João Paulo dos Santos Barreto, visconde de Condeixa, comendador José Bernardo Teixeira, por si e como representante da firma José Bernardo & Máximo Pereira, Antonio & Francisco Pacheco, Francisco Casemiro da Cruz Teixeira, Oliveira & Bello, Joaquim Pereira Vianna de Lima, Antônio José Ferreira de Faria, João Manoel Pereira da Silva por si, e como procurador do barão de S. Gonçalo e de João Silveira Caldeira, Antonio Alves Ferreira, Antônio Manoel da Fonseca, Dr. Cliffe, G. H. Weitzmann & Co., comendador José Maria do Amaral, Miguel Archanjo de Miranda, Francisco Augusto Mendes Monteiro, Luiz Augusto Ferreira d'Almeida, S & H Sanville, Manoel Ferreira Pinto, Bernardo Casemiro de Freitas, William Bragge, João Augusto Ferreira

d'Almeida, Joaquim Lopes da Silva Bastos, João de Sequeira Dias, Francisco do Vale Guimarães Manoel Ferreira de Faria & Irmão, Henrique Prins, Bento Joaquim Abr.º Pereira, R. Millagan, Antônio da Rocha Miranda e Silva, Antônio Leopoldino Ribeiro, Mariano Procópio Ferreira Lage, Francisco José de Mello e Souza, veador João Pereira Darrigue Faro, João José Ribeiro Silva, general João Crisóstomo Calado, Francisco Antônio de Carvalho Ribeiro, Antônio Ribeiro de Queiroga, Antônio José Domingues Ferreira, Jerônimo José Teixeira, Manoel da Costa Faria & Cia., João Coelho Gomes Júnior, e Bartlet James, representando todos seis mil cento e trinta e sete ações, e havendo portanto grande maioria o sr. comendador Irineu Evangelista de Souza na qualidade de presidente desta companhia abriu a sessão. O secretário leu a ata da última sessão em 22 de dezembro do ano próximo passado que foi aprovada. O sr. presidente leu o seguinte relatório – Srs. acionistas – Usando das atribuições que me são conferidas pelo art. 14 dos estatutos da cia. convoquei-vos extraordinariamente para dar-vos conta dos atos praticados desde a vossa última reunião, e apresentar-vos os trabalhos gráficos, e orçamento da estrada de ferro de Petrópolis até o rio Paraíba, sendo meu fim chamar vossa atenção já sobre os trabalhos efetivamente realizados, e já sobre as conveniências futuras de nossa empresa em presença da grande alteração em um dos elementos de cálculo, que seguramente influiu não pouco na votação de 22 de dezembro do ano próximo passado; quero falar da *estimativa* do custo provável da estrada projetada.

Na fatura da estrada da freguesia da Guia até o Fragoso, encontramos dificuldades práticas, mais graves do que foram contempladas, tendo de realizarem-se extensos e difíceis cortes, como o do morro do Camarão, e outros cujo serviço foi ainda multiplicado por sucessivos desabamentos, em consequência da natureza do terreno, e da estação notavelmente chuvosa, com que tivemos de lutar até fins de maio.

O aterro do terreno pantanoso, banhado pelo rio Bonga, em suas inundações, foi uma tarefa de difícil e penosa execução, que, mesmo com o emprego de esforços os mais extremos, não pôde ser levada ao cabo, se não lentamente, e com muito dispêndio, e custo; felizmente porém acham-se vencidas todas as grandes dificuldades, e prossegue a colocação do lastro e assentamento dos trilhos sobre o leito da estrada, se não com a presteza que era para desejar, ao menos com a rapidez possível digo compatível com os poucos e defeituosos elementos de trabalho que possuímos, achando-se já prontas quatro milhas da linha férrea, e havendo toda a esperança que, pelo correr do mês de março próximo futuro, se abrirá a estrada ao transitto público. Estão em construção as estações da freguesia da Guia e de Petrópolis, tendo S. M. I. dignado-se conceder benignamente à companhia um terreno em frente ao seu palácio no último lugar, para nele levantarem-se os edifícios de que carecer a empresa por enquanto. Vão ter começo por estes dias, as estações do Fragoso e a do largo da Prainha. Esta última, sendo de transcendente importância para a companhia, não está já adiantada por causa das intermináveis delongas com que as repartições secundárias embaraçam, e mesmo às vezes inutilizam as concessões dos altos

poderes do Estado, fatigando até o cansaço, a paciência das partes. Acha-se quase pronto o vapor *Guarani*, que deve ligar a corte com o litoral aonde começa a estrada de ferro. Esta magnífica embarcação, da força de 50 cavalos, de 140 pés de quilha, 15 pés de boca, é de marcha tão veloz, que segundo os resultados obtidos nas experiências já feitas, que nos assegura o trajeto, entre as duas pontes da Cia. na Prainha, e na Freguesia da Guia (13 milhas) no curto espaço de uma hora.

Prontificam-se 16 carros cômodos e leves, e 2 pequenos ônibus para o transporte dos passageiros do termo da linha férrea de Petrópolis. Este material para o serviço da serra, não é sem duvida suficiente para absorver o tráfico que se antecipa. É esta porém uma das tarefas difíceis da administração da Cia. e existindo atualmente um trem importante, pertencente a particulares, que se ocupa no transporte de passageiros que freqüentam Petrópolis, não me pareceu que se devia dispensar sua coadjuvação, mormente nos primeiros tempos, em que a curiosidade pública, ao ver abrir-se o primeiro caminho de ferro no Brasil, fará concorrer à estrada grande número de passageiros; no entanto a administração da Cia. irá praticamente estudando o que lhe cumpre providenciar em face das necessidades do público a respeito, sendo talvez provável que convenha entregar o serviço da Serra a particulares, que dêem as necessárias garantias, mediante condições seguras, e razoáveis. O sr. Guilherme Bragge, 1º engenheiro da Cia., descobriu em um terreno, à margem da estrada, o melhor e mais apropriado barro para o fabrico de tijolos de fogo, e levanta a companhia nesse local, uma olaria em ponto grande, que em breve nos libertará completamente da necessidade de importar esse material que recebemos por alto preço da velha Europa. Não resta dúvida que o capital que se empregar neste estabelecimento, se reproduzirá anualmente com notável vantagem relativa para a Cia.

Considerando que a criação de uma povoação, vila, e mesmo em época mais distante, uma cidade importante, no local em que a Cia. funda a sua estação na freguesia da Guia, é mais que provável, tratei de obter primeiro por um arrendamento por 30 anos, os prédios e terrenos dessa fazenda, e em seguida comprei por módico preço as hipotecas originais que sobre ela pesavam, e seguindo atualmente a causa, os seus termos, mudará em breve a Cia. a sua posse de arrendatária, pela de proprietária desse valioso terreno e prédio, cumprindo advertir que já aparecem numerosos pretendentes a pedaços de terrenos, para edificar, sobre o que porém tenho me absterido de transigir até realizar a definitiva aquisição da propriedade.

Acha-se também estabelecido, e em efetividade de serviço ao longo da linha férrea o telégrafo eletromagnético, dando assim tão bem à nossa Cia. o primeiro passo para a introdução no país dessa por sem dúvida a mais maravilhosa das invenções modernas.

Não é impossível que o governo imperial, reconhecendo a conveniência de uma rápida comunicação com o Palácio Imperial de Petrópolis durante a estação calmosa, em que SS. MM. II. honram aquela amena residência com suas augustas presenças, se proponha a auxiliar a Cia. para estabelecer o serviço do telégrafo elétrico entre Petrópolis e a corte. O balancete, e os livros da Cia. que se acham sobre a mesa vos demons-

tram o dispêndio realizado com a nossa empresa até 31 de outubro próximo passado, e que o saldo existente naquela data era de 90:353\$113 r.^s que será absorvido, e mesmo excedido, nas despesas correntes, e pagamentos a realizar até o fim do ano, sendo indispensável fazer-se uma chamada de 25\$000 por ação, para concluir todos os trabalhos e exigências da linha férrea, embaixo da serra, incluindo as quatro estações, e armazéns da Cia. e mais um vapor indispensável para pôr o trajeto da baía ao abrigo de todas as eventualidades, estando já as máquinas encomendadas aos srs. Miller Ravens & Cia. de Londres.

Vou agora tratar Srs. acionistas, do objeto principal para que fostes convocados, e expor-vos com franqueza a minha opinião sobre essa ponta transcendente. Depois que os srs. acionistas fundadores desta companhia na reunião de 22 de dezembro do ano passado, resolveram unanimemente a aceitação dos novos privilégios solicitados e obtidos do governo imperial, para a fatura da estrada de ferro de Petrópolis até o rio Paraíba, e dali até o Porto Novo do Cunha, de que se seguro o aumento do fundo da companhia, julguei do meu rigoroso dever instituir exames, os mais minuciosos e fazer proceder pelos engenheiros da companhia ao levantamento da planta exata dos terrenos, sobre que tinha de ser traçada a linha projetada, porquanto só esse trabalho completo poderia dar-nos o conhecimento verdadeiro das dificuldades a vencer, e conseqüentemente do custo definitivo da obra. Esse importante trabalho se acha sobre a mesa, bem como os cálculos, e explicações do 1º engenheiro, e por ele se vê que a estrada somente de Petrópolis até o rio Paraíba, se acha orçada em cerca de 5.700:000\$000 de réis, ou na razão de pouco mais ou menos 20:000 £ por milha inglesa, incluindo todo o material necessário para o serviço ulterior da estrada, preço bastante alto sem dúvida, porém que não julgo exagerado, em face das dificuldades do terreno, e na época atual, em que o valor de todos os objetos, tem tido incremento notável; também estou convencido que não será preciso gastar mais, quer a companhia resolva fazer o serviço por meio de contratos (o que eu decididamente aconselharia) quer resolva levá-lo a efeito administrativamente. Este orçamento srs. acionistas, é por sem dúvida bem diverso das primeiras idéias; que me foram ministradas para a realização desta obra; eis o motivo porque resolveu a administração da companhia não dar mais um passo no que toca à extensão da linha, sem ouvir de novo a vossa opinião, em face dos novos elementos de cálculo, em que tem de basear-se a continuação da estrada, se resolverdes levar a efeito tão útil quanto interessante empresa. Sob a base de um dispêndio módico para a realização da estrada, não me parecia necessária a garantia de um mínimo de juros por parte do governo, porquanto mesmo contando só com o tráfico *atualmente existente*, os lucros prováveis da companhia subiam muito acima de qualquer [*ilegível*] que porventura poderá ser solicitado elevada porém aquela base a mais do duplo da idéia originalmente concebida, a questão muda de figura, e não me parece prudente que a empresa marche adiante, sem rever os seus contratos, e sem obter novos e consideráveis favores do governo imperial que assegurem um crédito certo ao capital que tem de ser empregado, enquanto o desenvolvimento infalível das forças produtivas das importantes localidades que vão ser favorecidas com este aperfeiçoado meio de locomoção não fornecem o tráfico neces-

sário para garantir a prosperidade da empresa. Aqui daria eu por findo este relatório srs. acionistas, se não julgasse que não é porventura ocioso fazer algumas reflexões, bem que sucintas sobre a nossa empresa, que tendam a esclarecer a opinião facilmente transviada por espíritos em demasia tímidos, e mesmo por paixões pequenas, que não poucas vezes embaraçam a circulação e a realização das boas idéias, maculando as intenções mais puras e generosas.

Srs. acionistas, cada vez estou mais convencido, que uma estrada de ferro que se dirija pelo *vale do Piabanha ao vale do Paraíba* é o projeto mais racional de quantos se agitam no Império, sobre este importante assunto *em referência aos produtos do país* no que toca a esta província e a de Minas. O exame dos mapas convence à primeira vista, desta verdade a qualquer espírito desprevenido; o rendimento das barreiras mais próximas a esse centro desvanece qualquer dúvida a respeito, e as informações que se podem coligir sobre a natureza do terreno, fertilidade do solo, e estado de sua cultura, estabelecem a convicção de que não é só a atualidade que favorece esta empresa, é também o futuro. Levada esta grande artéria de comunicação às *imediações das três barras no rio Paraíba*, imensos caminhos laterais se abrirão sem demora em busca das estações mais próximas do grande tronco. O sr. Ferreira Lage começará desde logo a sua estrada para carros, em direção aos pontos mais importantes da província de Minas, no local em que haja de terminar a nossa linha, assegurando-nos assim tráfico mais valioso dessa província. Não é pois com duas razões srs. acionistas, que deveis desanimar na realização deste grande pensamento. Obtida a garantia de um mínimo de juros, que risco correm vossos capitais? Enquanto a quantia necessária para o complemento da estrada, além do fundo da companhia concebo facilímo o levantá-la na Europa, ainda em circunstâncias menos favoráveis, entre os amigos e interessados na prosperidade do Brasil, que tomaram seguramente as ações que for conveniente passar. A idéia da outra linha férrea contratada com alguns capitalistas de Londres, é também uma das objeções que se apresentam contra a realização da nossa. Srs. acionistas, os contratadores dessa linha estabeleceram como força maior para não executá-la até o fato de regularem os juros a 4 ½ por cento ao ano, na praça de Londres!! Direi talvez ousadamente, que esse contrato, não obstante ter à sua frente nomes poderosos, não passa de uma especulação, em face do alto conceito de que merecidamente goza o Império naquela praça, se as circunstâncias da Europa melhorarem nada mais certo do que um lucro infalível na venda de ações garantidas pelo governo imperial; senão melhorar a posição monetária da Europa por alguns anos, e não puder portanto haver o lucro que se espera na venda de ações, o que é bem passível mesmo sem se atear a guerra, não terá andamento semelhante projeto; é ele pois quando muito uma eventualidade possível. E devemos nós cruzar os braços no entanto, e continuar o transporte dos ricos e abundantes produtos do nosso interior, pelo modo dispendiosíssimo até agora seguido? Não haverá alguma prata da casa, com que demos o *primeiro impulso* na certeza de que é ele que trará a importação de capitais e de braços? Quando mesmo se tornasse provável a realização da outra linha, num futuro assaz próximo, ficai certos, srs. acionistas, que os ingleses são homens *de exame e de cálculo*. Engenheiros habilitados virão primeiro examinar cuidadosa-

mente as nossas localidades, os trabalhos existentes e traçar o seu caminho; feito isto, quem ousará dizer que essa empresa cometerá o *absurdo* de descer o rio Paraíba mesmo até a vila desse nome, se a linha férrea pelo vale do Piabanha estiver em via de execução, tende a certeza que esse seu ramal não poderá conduzir uma única arroba dos produtos a leste do Piabanha, nem os que vierem pela estrada normal de Minas?

As *condições naturais* de qualquer empresa, srs. acionistas, hão de forçosamente ser respeitadas, e é nessa base sólida que repousa o futuro esperançoso, e brilhante mesmo, da estrada de ferro de Petrópolis.

Poderia eu entrar nesta ocasião com vantagem no desenvolvimento de certos fatos econômicos, e demonstrar a relação que guardam entre si, como causas e efeitos, e a influência que exercem no aumento de produção e da riqueza pública; não o farei porém para não incorrer na censura de espíritos prevenidos, e terminarei propondo-vos que nomeeis uma comissão do vosso seio, que com pausa e refletida meditação, examine todos os fatos relativos a esta importante questão, e colija todas as informações que lhe parecerem necessárias, para que tomeis uma resolução em outra reunião com perfeito conhecimento de causa; não tenho desejo, nem interesse algum em precipitar uma decisão, e conformo-me de antemão com a resolução que tomardes. Agradeço-vos a benevolência com que me ouvistes, e termino aqui, receando abusar demasiadamente da vossa atenção. Em seguida procedeu-se a nomeação da comissão requerida pelo presidente no seu relatório, e obtiveram maioria de votos os srs. dr. João Manoel Pereira da Silva, conselheiro João Paulo dos Santos Barreto, e Joaquim Pereira Viana de Lima e dando se por concluída a presente sessão, para constar lavrei a presente ata que subscrevo na qualidade de secretário.

Manoel Corrêa de Aguiar.

5^a

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de mil oitocentos e cinquenta e três, em consequência do convite feito pelos jornais, reuniram-se na sala do Banco do Brasil os srs. acionistas da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis a saber o comendador Irineu Evangelista de Souza, presidente da companhia por si e como representante da firma Carruthers & Cia., e como procurador de Ricardo Carruthers, conselheiro João Paulo dos Santos Barreto, dr. João Manoel Pereira da Silva, Joaquim Pereira Viana de Lima, Manoel Corrêa de Aguiar, José Justino Pereira de Faria, representando a firma Pantaleão & Faria, Bernardo Casimiro de Freitas, Pedro José da Rocha por si e como procurador de Amaral & Bastos, Miguel Arcanjo de Miranda, G. H. Weitzmann & Cia., visconde de Condeixa por si e como procurador do barão de Entre Rios, Venâncio José Lisboa, João Inácio Tavares, S. & H. Sanville, Guilherme Bragge, Bento Joaquim Alz Pereira, João Carlos Mariz Sarmiento, Manuel Ferreira de Faria & Irmão, Luiz Augusto Ferreira de Almeida, Manoel Ferreira Pinto, Sebastião Antônio José Ribeiro, general João Crisóstimo Calado, Nicolau

Vergueiro, Francisco Casimiro da Cruz Teixeira, Antônio Ribeiro de Queiroga, Militão Máximo de Souza, Francisco Augusto Mendes Monteiro, Francisco José de Melo e Souza por si, e como procurador de Joaquim Pinto da Fonseca & Irmão, Antônio José Ferreira de Faria, João H^{ues} Ubrik; Antônio José Marques de Sá, barão de S. Gonçalo, Antônio Abreu Ferreira, João José Ribeiro Sá, João Augusto Ferreira de Almeida, Ge Frederico Vitório da Costa Azevedo, Bartlet James, João de Sequeira Dias, Oliveira & Belo, João Coelho Gomes Jr., Antônio Joaquim Dias Braga, Henriques Mangion, Francisco do Vale Guimarães e Antônio José Domingues Ferreira, representando ao todo cinco mil setecentas, e noventa e quatro ações e havendo portanto maioria o sr. comendador Irineu Evangelista de Sousa na qualidade de presidente desta companhia abriu a sessão. O secretário leu a ata da última sessão no 1º do corrente mês que foi aprovada, tendo o sr. dr. João Manuel Pereira da Silva reclamado, que em lugar de ter sido procurador do sr. barão de S. Gonçalo, o fora do sr. conselheiro Manoel Felizardo de Souza e Melo. O sr. presidente declarou que a presente reunião era para a comissão nomeada na última sessão dar o seu parecer, e em consequência disso, deu a palavra ao sr. conselheiro João Paulo dos Santos Barreto, como relator da dita comissão, que passou a ler o seguinte parecer: Srs. acionistas. – A comissão por vós nomeada em sessão do 1º do corrente mês de dezembro, para, na conformidade da proposta do honrado presidente desta companhia examinar com pausa e refletida meditação todos os fatos relativos à importante questão que ele aventou sobre a construção da estrada de ferro, que partindo do alto da Serra da Estrela, se dirija a um porto próximo às Três Barras no rio Paraíba, e daí ao Porto Novo do Cunha, na forma do contrato celebrado com o governo imperial, vem hoje apresentar-vos o resultado de seus trabalhos, esperançosa de obter vossa indulgência, atenta a importância do objeto; e para proceder metodicamente seguirá no exame que instituir a mesma ordem de fatos e de idéias que se acham consignadas no relatório que fora lido naquela sessão, sendo este exame acompanhado das considerações e juízo que ela fizer sobre o objeto contido em cada um dos tráficos do mesmo relatório.

Principia o nosso honrado presidente, referindo-nos quais têm sido as dificuldades práticas, que fizeram retardar o complemento da fatura da estrada de ferro da freguesia da Guia, até o Fragoso, e à vista do que ele expõe a este respeito, não se pode deixar de julgar procedente as razões que emite, convindo que sejam empregados os maiores esforços para que esta estrada seja aberta ao trânsito público pelo correr do mês de março futuro, a fim de que possam realizar-se as esperanças que ele nutre a semelhante respeito.

Em seguida declara que se acham em construção as estações da Guia e Petrópolis, tendo S. M. o Imperador, dignado-se conceder benignamente à companhia um terreno em frente ao seu palácio, neste último lugar, para nele levantarem-se os edifícios de que carecer a empresa por enquanto.

Também declara que brevemente terão começo as estações do Fragoso e do largo da Prainha; não estando esta última já adiantada pelos motivos que ele expende, e que a comissão espera em breve desaparecerão.

A comissão aprecia em seu justo valor a necessidade e importância das estações da Guia, Fragoso, e Prainha; quanto porem à de Petrópolis,

poderia ser escusada a não ser a necessidade que na atualidade existe, segundo a opinião do honrado presidente, de providenciar-se a respeito do transporte dos passageiros que pela estrada de ferro forem conduzidos até o Frágoso, os quais grande detrimento sofrerão se não encontrarem neste ponto os indispensáveis veículos que os conduzam acima da serra. Não obstante porém, esta razão que parece valiosa na atualidade, e o emprego de 26:000^{rs} já efetuado na compra de carros e animais, e do que ainda se tem de despende para o completo do material, o que tudo no pensar do digno presidente, montará acerca de 36:000\$ julga a comissão que muito conveniente será aos interesses da companhia subtrair-se o mais breve que ser possa e por qualquer forma à avultada despesa que exige o custeio desta espécie de trânsito deixando-o aos particulares, que necessariamente se apresentarão, tendo a certeza de que a companhia não pretende continuar em tão difícil quão dispendiosa tarefa.

Satisfatória é sem dúvida a comunicação de achar-se quase pronto o vapor *Guarani*, que deve ligar a corte com o litoral, onde começa a estrada de ferro e a comissão compraz-se em persuadir-se que na aquisição desta embarcação foram atendidas não só as qualidades requeridas para esta espécie de transporte em relação à melhor comodidade do público, como à necessária economia e interesses da companhia.

O descobrimento junto à estrada de um terreno de barro próprio para o fabrico de tijolos de fogo é sem dúvida importante para a companhia que, explorando-o convenientemente, pode libertar-se em suas precisões da necessidade de importar esse material, que vem do estrangeiro por alto preço. A compra por módico preço das hipotecas a que se acha sujeita a fazenda da Guia, em cuja posse a comissão julga que poderá entrar a companhia logo que terminada seja a execução a que já se está procedendo, foi indubitavelmente vantajosa, não só quanto à atualidade, como em relação ao futuro.

O estabelecimento do telégrafo eletromagnético, que já funciona ao longo da linha férrea de Mauá, era de reconhecida urgência, como o atesta a prática seguida hoje nas estradas de ferro construídas hoje na Europa, e no norte da América, e a comissão nutre bem fundadas esperanças de que o governo imperial não deixará de fomentar este importante melhoramento, facultando os meios para que sejam acrescentados de um e outro lado os fios daquele telégrafo, a fim de que se possa estabelecer rápida comunicação entre Petrópolis e a corte.

A comissão, à vista do balancete que lhe foi apresentado, conheceu que a despesa realizada até o dia 31 de outubro próximo passado, foi de 925:546\$887 ficando em caixa 90:353\$113, quantia esta que segundo afirma o nosso honrado presidente, será absolvida e mesmo excedida nas despesas correntes e pagamentos a realizar até o fim do ano. Quanto aos trabalhos acham-se feitas quatro milhas inglesas de caminho, e em construção as cinco restantes, e se se atender ao estado da caixa da companhia ver-se-á que não pode suportar as despesas indispensáveis à conclusão da linha férrea embaixo da serra e de todas as mais exigências desta linha, como sejam estações material de transporte pela serra e vapores inclusive o de reserva, cujas máquinas já se acham encomendadas aos srs. Miller Ravenhill & Sal-

keld de Londres, sendo portanto indispensável e urgente a chamada de 25\$ por ação para a conclusão desta primeira empresa que por este modo custará à companhia cerca de 1:200:000\$ dobro da despesa em que fora primitivamente orçada.

Procedendo-se ultimamente ao reconhecimento do terreno, sobre que deve ser traçada a estrada de ferro de Petrópolis ao ponto próximo às Três Barras, e daí ao Porto Novo do Cunha, no rio Paraíba, levantaram os engenheiros a planta daquele terreno, contando o braço horizontal e vertical, segundo a melhor direção que julgaram conveniente dar à mesma estrada, limitando porém o seu trabalho à primeira destas seções na extensão de 33 milhas inglesas de 1.760 jardas cada uma, vindo por este modo a faltar os planos relativos às 24 milhas que decorrem das Três Barras até o Porto Novo do Cunha.

Para que a comissão pudesse emitir juízo seguro sobre a exatidão e exequibilidade dos planos que lhe foram presentes, fora-lhes necessário ir, se para tanto se julgasse habilitada, confrontar e verificar sobre o próprio terreno o desenhado com o natural, e proceder a novo nivelamento, o que de certo lhe não é possível. Confiando porém nas habilitações dos engenheiros incumbidos destes trabalhos, não pode a comissão deixar de reputá-los exatos, e como tais suficientes para sobre eles fazer algumas considerações.

Os declives de 1 por 21, 1 por 30, e 1 por 33, que se observam no traço vertical da estrada, parece algo tanto ásperos para serem admitidos em construções desta ordem: eles têm o duplo inconveniente de incutir receios aos viajantes, e de retardar a marcha dos veículos diminuindo a velocidade, que sendo regularmente de mais de 35 milhas por hora, ficará reduzida a 8 no espaço que se der o declive de 1 por 21, e semelhantemente a respeito dos mais. Talvez que com algumas modificações na direção da estrada se possa conseguir, se não evitar de todo ao menos atenuar a aspereza, de tais declives com o que muito se ganhará.

Do orçamento apresentado conclui-se que para a construção das 33 milhas da primeira seção da estrada, cujos planos existem, são necessários 5.700:000\$ rs. a razão de 20 mil libras esterlinas por milha, e se calcularmos nesta mesma razão, o custo das 24 milhas da segunda seção, será necessária mais a quantia de 4.320:000\$ rs. que somadas estas duas adições, ter-se-á o total de 10.020:000\$000 que entanto deverá importar a construção da projetada estrada contratada com o governo imperial.

Convém srs. acionistas, que atendaís a que os fundadores desta companhia na reunião de 22 de dezembro do ano passado, resolveram unanimemente que para realizar se a construção da estrada de Mauá e da de Petrópolis até o Porto Novo do Cunha, se levantasse a soma de 5.000:000\$000 em dez mil ações de 500\$000 cada uma, por se haver então julgado suficiente aquela quantia para a fatura de ambas as estradas e suas dependências tendo porém agora visto que só para construção da estrada de Petrópolis são necessários 10.020:000\$000, e que a de Mauá importará em 1.260:000\$000 que somados perfazem o total geral de 11.280:000\$000.

Se desta quantia for subtraída a de 5.000:000\$ que representam as 10.000 ações atuais da companhia é evidente que haverá um déficit de

6.280:000\$ a que será necessário ocorrer pela emissão de novas ações, ou por qualquer outro meio.

Desta sucinta exposição conclui-se que, devendo a construção das duas estradas contratadas obrigar a companhia a uma despesa mais que dupla da que fora orçada, imprudente será persistir em tal projeto, sem que previamente se obtenha dos poderes do Estado novo contrato que garanta um mínimo de juros, e outros fatores que possam animar os capitalistas a empenhar-se em que tão transcendente quão dispendiosa empresa, devendo-se portanto sobrestar na construção da estrada de Petrópolis, e solicitar do governo imperial os favores que forem julgados necessários para sua realização. Esta mesma idéia acha-se consignada no relatório examinado, e a vossa comissão pede-vos que aquiesçais a ela por ser este o meio mais convinável na situação em que se acha colocada a nossa companhia.

A comissão não julga conveniente por agora discutir qual seja a influência que sobre a estrada de Petrópolis ao Porto Novo do Cunha possa exercer a que fora ultimamente contratada em Londres; não lhe seria difícil, à vista das cláusulas contidas neste contrato, deparar com valiosas razões que tranqüilizassem o ânimo de algumas pessoas nimamente cautelosas quando se trata de empresas desta ordem, e bem longe de nutrir receios a tal respeito, ao contrário faz fervorosos votos pela breve realização de ambas estas estradas, pois está mais que muito convencida de que elas abrirão uma nova era de população, indústria, civilização e riqueza para as províncias do Rio de Janeiro, Minas, e S. Paulo.

Os fertilíssimos terrenos porque ambas têm de passar, o incremento de produção que progressivamente, e pela ordem natural das coisas adquirem eles, e que com a maior facilidade de transporte verão centuplicar, são elementos que convidam e garantem a construção de estradas de ferro, que criar nova era na historia das nações.

A comissão não aprofundou o exame da receita e despesa da administração, não só por se não julgar autorizada para tanto, como por dever esse exame ser feito em tempo oportuno, quando, concluídos todos os trabalhos da estrada de Mauá e suas exigências, o honrado presidente exhibir o Balanço geral, que necessariamente acompanhará o relatório explícito de sua administração.

Resumindo quanto foi expendido, a comissão sujeita ao esclarecido juízo de seus honrados sócios as seguintes conclusões.

1º Que seja aprovada a chamada de 25\$ por ação para a conclusão da linha férrea de Mauá até o Fragoso e suas exigências, inclusive o vapor de reserva.

2º Que se sobrestaja na construção da estrada de ferro de cima da serra contratada com o Governo Imperial, e que se solicite novo contrato que contenha garantias e condições análogas as que foram concedidas a alguns capitalistas de Londres.

3º Que obtido o novo contrato, seja convocada a assembléia geral dos acionistas para, à vista dos favores concedidos, dos planos modificados, se for isto possível, e de novo orçamento mais detalhado, deliberarem definitivamente o que mais conveniente lhes parecer.

4º Que enquanto a companhia não entrar na posse plena e tranqüila da fazenda da Guia, não se faça cessão de porção alguma de terreno, por qualquer meio que seja.

5º Finalmente que com a maior urgência, pelo meio que parecer menos pesado à companhia se vá dispondo do material destinado ao transporte dos passageiros desde o termo da linha férrea até Petrópolis e vice-versa, deixando-se livre a concorrência, e exonerando-se a companhia de uma difícil e dispendiosa administração especial.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1853 – assinados o conselheiro João Paulo dos Santos Barreto – Joaquim Pereira Viana de Lima Júnior – João Manoel Pereira da Silva.

Pondo-se em discussão as conclusões do parecer, foram aprovadas unanimemente a primeira, segunda e terceira; quanto à quarta, fez o senhor presidente algumas reflexões, alegando que não lhe parecia conveniente aos interesses da companhia a maneira porque estava redigida. O sr. conselheiro João Paulo sustentou o parecer, o Sr. Ulrich falou em favor da opinião do sr. presidente; e o sr. dr. João Manoel Pereira da Silva (membro da comissão) explicou o sentido do parecer, concordando em que a redação não era a do sentido em que ele havia assinado o parecer. Finalmente o sr. conselheiro João Paulo mandou a seguinte emenda – Em lugar de qualquer meio que seja diga-se – por alienação. Foi então aprovada unanimemente. A quinta conclusão foi aprovada unanimemente depois de algumas reflexões sobre as vantagens deste serviço e de sua necessidade. E dando-se por concluída a presente sessão; para constar lavrei a presente ata que subscrevo na qualidade de secretário.

Manoel Corrêa de Aguiar.

6ª

Aos doze dias do mês de fevereiro do ano de mil oitocentos e cinqüenta e cinco, em consequência do convite feito pelos jornais, reuniram-se na sala do Banco do Brasil os srs. acionistas da Imperial Companhia de Navegação a Vapor Estrada de Ferro de Petrópolis a saber barão de Mauá, por si e como representante da firma Mauá M. Gregor & Cia. e como procurador de Ricardo Carruthers, visconde de Condeixa, Manoel Corrêa de Aguiar, Joaquim Pereira Viana de Lima, dr. João Manoel Pereira da Silva, Weitzman, Alexandre Taylor, José Bernardino e Máximo Pereira por si e como procuradores de José Bernardino Teixeira, José Joaquim Maria por si e como procurador de Mariano Procópio Ferreira Lage, João Augusto Ferreira de Almeida, Francisco de Paula Veloso, João Antônio de Miranda e Silva, Augusto Henrique Gonzaga, José Maria de Sá por si e como representante de Porfírio Ferreira Nunes, José Antônio Moreira & Cia., Manoel Ferreira Xavier dos Santos, João Henrique Ulrich por si, e como procurador de José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho, Francisco Antônio de Carvalho Ribeiro, Antônio Ribeiro de Queiroga, marechal João Crisóstimo Calado, por Caetano Alberto Soares, Antônio Alves Ferreira, Manoel da Costa Faria & Cia., Antônio José do Rego Pereira

& Cia., Antônio Machado Dias Liberato de Castro Carreira, Sebastião José Ribeiro, barão de Vila Nova do Minho, Antônio Joaquim Vieira de Carvalho, Francisco do Vale Guimarães, João de Sequeira Dias, Manoel Ferreira Pinto, Bento Joaquim Alv. Pereira, Antônio da Rocha Miranda Silva, José Maria do Amaral como representante da firma Amaral & Basto, Bernardo Casimiro de Freitas, conselheiro Bernardo Belizário Soares de Souza, Antônio Francisco Pacheco, Antônio José Marques de Sá e Luiz Tavares Guerra, representando ao todo seis mil quinhentos e trinta e sete ações, e havendo portanto maioria, o sr. barão de Mauá na qualidade de presidente da companhia abrir a sessão. O secretário leu a ata da sessão de vinte e dois de dezembro de mil oitocentos e cinquenta e três, que foi aprovada. O sr. presidente passou a ler o seguinte relatório – Srs. acionistas – Em cumprimento do dever que me impõem os estatutos desta companhia convoquei-vos para dar-vos contas da minha gestão desde a vossa última reunião. Em 30 de abril do ano pp. foi aberta ao trânsito público a primeira seção da estrada de ferro, unicamente para passageiros, porque os trabalhos acessórios da linha não estavam em posição de se poder começar também desde logo o serviço das cargas. SS. MM. II. honraram esse ato com suas augustas presenças. O serviço da linha férrea tem se feito com regularidade, só espíritos unicamente exigentes, ou menos razoáveis podem desconhecer esta verdade; a estes não é possível satisfazer; felizmente o seu numero é limitado. O serviço da serra, feito pelos empresários a quem vendi o material respectivo, em obediência à vossa decisão, também tende a melhorar diariamente. A estrada acha-se no melhor estado, e desde o 1º de novembro pp. começou o serviço das cargas com regularidade, e notável vantagem proporcional para a companhia; confirmando assim a idéia de que sempre estive possuído de que ainda por muito tempo as cargas fornecerão a maior verba de receita às vias de comunicação no Brasil.

Submeto à vossa inspeção e exame o balanço da companhia em 31 de dezembro pp. e os documentos que o acompanham; esses algarismos nada têm de assustadores; o custo das nove milhas de caminho de ferro em perfeita efetividade de serviço, eleva-se a 1.300:146\$657, incluindo nesta soma o custo da maior parte do material necessário para a conclusão da estrada até a raiz da serra. Uma forte soma se acha empregada em estações, trem rolante, trem marítimo, e outras propriedades da companhia. Direi alguma coisa a respeito destas verbas; elas representam a satisfação de necessidades reais da linha férrea, para o bom desempenho do serviço que a mesma tem de executar; cumpre porém observar que com muito pequeno aumento em tais verbas, a nossa companhia podia, e pode fazer trabalhar uma linha de 60 milhas de extensão!

Por circunstâncias especialíssimas desta linha, foi preciso levantar não menos de cinco estações, e algumas forçosamente de grande dispêndio, para o serviço de pouco mais de 10 milhas de caminho de ferro! Estas propriedades são porém de grande valor, e na eventualidade possível da continuação da estrada de ferro até ao rio Paraíba devíamos contar com um tráfico da maior valia, para o qual cumpria estarmos preparados. Pelo desenvolvimento que vai tendo o serviço das cargas, apenas em seu começo, e tendo de lutar com dificuldades gravíssimas, firma-se minha convicção

e que nada do que está feito é demais, e o que mais se projeta realizar, é o complemento necessário ao bom desempenho do serviço importante, que segundo todas as probabilidades humanas tem de alimentar a nossa estrada para solver o passivo atual da companhia, inclusive o custo do novo vapor *Mauá*, já em serviço, e completar tudo quanto resta fazer-se, a saber: a conclusão dos aterros e estações do Alto da Serra e da Prainha, a estação da Raiz da Serra, os aterros, o nivelamento, e a colocação dos trilhos desde o Fragoso até a mesma, é indispensável uma última chamada de 25\$ por ação, que será provavelmente absorvida em sua totalidade, elevando assim o emprego de capital na fatura da estrada, e suas múltiplas dependências a soma de dois mil contos de réis, quantia forte sem dúvida, porém que hoje com a experiência adquirida, não julgo exorbitante, atendendo-se a tudo quanto foi e é – preciso fazer-se, as dificuldades que tivemos de vencer, e tendo-se em consideração os valores intrínsecos criados. O que sobretudo me tranqüiliza, é o ver claramente que um valorosíssimo tráfico vai brevemente pôr fora de dúvida uma renda suficiente, e infalível ao capital empregado.

Transitaram na linha férrea desde 30 de abril até 31 de dezembro, 10.175 passageiros de todas as classes, para os diferentes pontos que ela comunica, e que produziram uma renda de réis – 54:814\$800. O serviço das cargas que só começou no 1º de novembro, deixa ver uma receita de rs. 15:301\$147 até 31 de dezembro, note-se que nesta parte o tráfico que já existe efetivamente, se fosse todo absorvido pela linha férrea, como tem de acontecer forçosamente, produziria desde já uma receita superior ao duplo desta quantia. Resta saber qual seja o dispêndio propriamente do custeio da nossa linha. Segundo os dados colhidos e rigorosos cálculos a que mandei proceder, julgo poder afiançar-vos que todo o serviço, inclusive a conservação não absorverá quantia superior a 10:000\$ rs. mensais, salvo exigências futuras de extraordinário aumento de tráfico, que trarão consigo amplíssima compensação: existe pois já de fato um excesso de receita de cerca de 5:000\$ mensais, e creio poder afiançar-vos que, prontificada a magnífica estação da Prainha, os vastos armazéns do Alto da Serra, a estação da raiz da mesma, e aumentados consideravelmente pela empresa da serra, os elementos de transporte que se fazem prejuízos, se o governo provincial ativar também a macadamização da serra, como promete fazê-lo; nossa renda sobrando de todo o dispêndio de custeio e deterioração, se elevará ainda no correr do presente ano a mais de 10:000\$ mensais: é pois fora de duvida, que prontificado em todas as suas partes, este primeiro ensaio de caminhos de ferro no Brasil, ele oferecerá aos seus acionistas desde o primeiro semestre de sua existência completa, um dividendo pelo menos de seis por cento ao ano.

Notai srs. acionistas que poucos, bem poucos caminhos de ferro no mundo, tem começado sua vida tão vantajosamente. E se nesses países velhos, onde tudo parecia ter atingido ao maior grau de desenvolvimento, a renda de tais caminhos aumenta anualmente, entre nós, onde a produção está ainda no berço, aonde tudo tem de crescer necessariamente, pela força irresistível das coisas, quer os homens queiram, quer não, como duvidar, que um futuro esperançoso, e brilhante mesmo, aguarda a nossa empresa?

Resta-me informar-vos que em obediência ao mandato que recebi na vossa última reunião, tratei de requerer em 20 de fevereiro do ano passado, a garantia de um mínimo de juros, para podermos realizar a estrada de ferro de Petrópolis até o rio Paraíba, e dali até o Porto Novo do Cunha. Infelizmente nenhuma decisão teve ainda a petição que fiz subir à presença do governo de S. M. Imperial; ultimamente, porém, s. ex^a. o sr. ministro do Império se dignou comunicar-me que o engenheiro empregado pelo governo imperial, o sr. Lanai, seria incumbido sem perda de tempo a um exame das plantas que temos prontas, e do terreno sobre que traçaram os engenheiros da companhia a linha férrea projetada: minha convicção é tão profunda de que este projeto é o mais racional de quantos se agitam no Brasil sobre estradas de ferro, que não posso por um momento duvidar de que nos será concedida a garantia pedida, e que aliás não é necessária para assegurar um crédito ao capital, multiplicando-se por um fácil cálculo aritmético a receita que nossa estrada vai apresentar, na razão de 20 rs. por arroba em cada légua, pela distância que tem de percorrer até o fim da linha projetada, e vice versa a mesma quantidade de produtos, que atualmente transitam pelo caminho ordinário, ficará demonstrado matematicamente que um dividendo superior a 6 por cento ao ano, não é uma hipótese, não é uma conjectura; será um fato, e desde o primeiro dia do semestre em que a linha férrea esteja aberta ao trânsito público: uma vez levada a questão a este ponto, como duvidar que o governo em sua sabedoria dará o devido apoio à única estrada de ferro em via de realização imediata, à única talvez em que desde logo sua garantia é nominal e não real? O país só terá de despender alguma coisa durante a fatura da estrada, e desse adiantamento será prontamente indenizado pelo excesso de receita que a estrada sem dúvida alguma apresentará logo que esteja em efetividade de serviço; disto nem é mais permitido duvidar-se.

Nas circunstâncias atuais, pois, quando em brado unânime do país clama por estradas, quando esta grave questão bate à porta de todos, sob pena de retrogradarmos, não podemos demorar um só dia a satisfação desta clamorosa e indeclinável necessidade, a construção até o Paraíba da grande linha férrea que tem de assentar em menos de vinte anos a mais espaçosa de suas estações no primeiro ponto de comunicação fluvial desimpedida com o alto rio de S. Francisco, não será mais demorada; seria concluir pelo absurdo o supor que hão de continuar os obstáculos à realização deste grande pensamento. A evidencia demonstrada ao clarão dos fatos pela lógica irrespondível dos algarismos, não se resiste. Com energia, com muita energia, e mais um bocadinho de energia, tudo se vence, tudo se consegue mormente quando o que se pretende é só fazer algum bem. Assim pois srs. acionistas, nosso modesto ensaio de caminho de ferro em Mauá foi uma idéia refletida e baseada, e não um vôo de entusiasmo; e uma empresa segura em poucos anos o país todo a bem dirá, e nós colheremos tão bem um redito satisfatório do capital que empregamos em tão transcendente empresa. Concluída a leitura o Sr. presidente disse que não havendo alguém que quisesse fazer algumas reflexões sobre o relatório, entendia que era ocasião oportuna para se nomear a comissão que procedesse ao exame das contas na conformidade do art. 9 dos estatutos. O sr. acionista Gonzaga declarou que como

havia um balanço apresentado, lhe parecia conveniente a nomeação da comissão, alguns outros acionistas porém entenderam que era escusada, e pondo-se esta questão a votos apenas um acionista votou pela nomeação. E dando-se por concluída a presente sessão; para constar lavrei esta ata que assino na qualidade de secretário.

Manoel Corrêa de Aguiar.

7^a

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de mil oitocentos e cinquenta e seis, em virtude do convite feito pelos jornais reuniram-se em uma das salas da casa nº 143 da rua da Quitanda os srs. acionistas da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis a saber. O barão de Mauá presidente da companhia, por si e como procurador de Manoel Augusto Ferreira de Almeida, de Bernardo Casimiro de Freitas, de Ricardo Carruthers, de José Maria do Amaral, de T. B. Dodgson, e de Mauá, M. Gregor & Cia., dr. João Manoel Pereira da Silva, dr. Carlos Antônio de Bulhões Ribeiro, Sebastião Antônio J. Ribeiro, João Augusto Ferreira de Almeida, visconde de Carvalhido, Alexandre Taylor, Cristiano Reidner, José dos Reis Castro Portugal, dr. Luiz Peixoto de Lacerda Werneck, João José de S. Paulo, Luiz Gonçalves da Silva Filho, general João Crisóstimo Calado, Antônio Xavier de Noronha Torrezão, José dos Santos Ferreira, João Inácio Tavares, Militão Máximo de Souza, Manoel da Costa Faria & Cia., João de Sequeira Dias, Manoel Corrêa de Aguiar, por si e como procurador de José Jerônimo Pereira de Mesquita, Bartlet James por si e como procurador de Cristóvão James, Antônio Joaquim Vieira de Carvalho, José Peixoto de Faria e Azevedo, Antônio Ribeiro de Queiroga, Carlos Joaquim Máximo Pereira, Adolfo Manoel Vitório da Costa, dr. Caetano Alberto Soares, Francisco Antônio de Carvalho Ribeiro, G. H. Weitzmann, Alexandre Vasquez como representante de José Maria de Sá, visconde de Condeixa, Antônio José Marques de Sá como representante de d. Maria Inês da C.^a Marques, Gomes F.^o & Sampaio, Bento Joaquim Abreu Pereira, Antônio Damazo Pacheco por si e como procurador de Francisco de Sales Pacheco, Manoel Ferreira Pinto, João Antônio de Miranda e Silva, José Joaquim Maia, Antônio Alves Ferreira e Antônio Joaquim Dias Braga, representando todos seis mil e oitenta e quatro ações e havendo por conseguinte grande maioria o sr. barão de Mauá na qualidade de presidente abriu a sessão O secretário leu a ata da última sessão em 12 de fevereiro de 1855 que foi aprovada. O sr. presidente passou a ler o minucioso e extenso relatório que foi impresso e distribuído pelos srs. acionistas, e concluída a leitura, posto em discussão, não houve quem fizesse sobre ele reflexão alguma e portanto o sr. presidente propôs que se passasse a eleição da comissão de exame em conformidade do art. 9 dos estatutos, ficando a mesma comissão incumbida de dar o seu parecer sobre as idéias por ele enunciadas no seu relatório que tem relação com o futuro da empresa a fim de na próxima

reunião que houver, se deliberar o que for mais conveniente aos interesses da companhia.

Procedendo-se à eleição, e tendo sido convidado o sr. Manoel Ferreira Pinto para coadjuvar a apuração das cédulas, receberam-se trinta e três cédulas, sendo uma prejudicada por não conter o número de ações ou votos; e concluída a apuração obtiveram votos os seguintes srs.: Manoel Ferreira Pinto 186, José de Miranda Ribeiro 129, João Antônio de Miranda e Silva 105, dr. Werneck 63, dr. Vitório 53, dr. Pereira da Silva 47, dr. Caetano Alberto 40, José Joaquim Maia 33, Antônio Joaquim Dias Braga 20, Militão Máximo de Souza 16, Queiroga 12, visconde de Condeixa 10, Reidner 10, visconde de Caralhido 8, dr. Machado 5, e Alexandre Taylor 4, sendo por consequência eleitos membros da comissão de exame os Srs. Manoel Ferreira Pinto, José de Miranda Ribeiro, e João Antônio de Miranda Silva. Não havendo mais nada a tratar o sr. presidente levantou a sessão, e eu na qualidade de secretário lavrei a presente ata que assino.

Manoel Corrêa de Aguiar.

8^a

Aos 29 dias do mês de abril de 1856 em virtude do convite feito pelos jornais reuniram-se na casa nº 52 da rua Direita os srs. acionistas da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis a saber: o barão de Mauá presidente da companhia por si e como procurador de Manoel Augusto Ferreira de Almeida, Ricardo Carruthers, José Maria do Amaral, Bernardo Casimiro de Freitas, Thomaz B. Dodgson e Irineu Evangelista de Souza & Cia., João de Siqueira Dias, Antônio Joaquim Vieira de Carvalho, Luiz Peixoto de Lacerda Werneck, Manoel Corrêa de Aguiar, visconde de Caralhido, José Ferreira Alves, José dos Reis Castro Portugal, Antônio Machado Dias, Manoel Ferreira Pinto, João Antônio de Miranda e Silva, J. H. Weitzman & Cia., dr. Liberato de Castro Carreira, Antônio Ribeiro Queiroga, Alexandre Wagner, José Joaquim Maia por si e como procurador de Mariano Procópio Ferreira Lage, Bernardo Ribeiro de Carvalho, Alexandre Taylor, Adolfo Manoel Vitório da Costa Azevedo, Francisco da Rocha Miranda, Antônio Xavier de Noronha Torrezão, José Teixeira de Abreu Silveira, José Peixoto de Faria Azevedo e Antônio da Rocha Miranda representando todos 4857 ações. O sr. barão de Mauá presidente da companhia abriu a sessão; e sendo lida a ata da sessão antecedente de 26 de março pp. foi aprovada: em seguida o sr. presidente convidou a comissão de exame de contas a apresentar o seu parecer que foi lido pelo Sr. Manoel Ferreira Pinto na qualidade de relatar o seguinte parecer.

Srs. acionistas:

A comissão a quem confiastes a tarefa do exame determinado no art. 9 dos estatutos da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis, e a do estudo dos transcendentos assuntos

tratados pelo muito ilustrado presidente da mesma companhia em seu último relatório vem oferecer-vos o resultado de suas lucubrações, esperando de vossa reconhecida indulgência desculpa à imperfeição de trabalho tão superior à capacidade de vossos eleitos.

Entendo a comissão dever começar a sua tarefa pelo exame da escrituração da companhia, como o cadinho em que se fundiram suas operações levou a esse exame a mais acurada atenção: achou-a feita com a convinável regularidade, e julga-se habilitada para asseverar-vos estar ela de perfeito acordo com os balanços que acompanharam o citado relatório. Estão lançados os últimos trilhos da primogênita estrada de ferro do Brasil. A locomotiva que em abril de 1854 viu em Mauá o sibilo de seu vapor abafado pelas aclamações do patriotismo e do entusiasmo, já bateu aos umbrais da serra do Mar, término de sua carreira. Mas, senhores, quem veio ao seu encontro? Quem lhe deu a boa vinda? É doloroso confessá-lo: – o indiferentismo! Volveu os olhos para o estádio que acabava de percorrer, quis confortar-se com as ovações com que fora saudada no ponto de partida: viu-o deserto! Aquele entusiasmo com que a tinham vitoriado, em que ela fundara suas esperanças, aqueles braços que se agitaram no ar, como os de outros tantos cavalheiros que jurassem defendê-la e sustentá-la a todo transe, tudo havia desaparecido; e pois caiu desfalecida nos braços do homem que a convidara a vir mostrar-se à terra de Santa Cruz, e nos dos que a acompanharam em tão patriótico anelo: caiu nos braços do barão de Mauá, e nos nossos, acionistas e primeiros operários da grande obra de nossa regeneração industrial, de nosso progresso e civilização. O prêmio dos grandes feitos não cabe sempre a seus autores: chama-se América em vez de Colômbia, a parte do mundo que habitamos.

Deixemos porém este quadro: sobra-nos resignação, e esperemos que a recompensa de nossos sacrifícios não se cifrará somente na imparcialidade da historia. Não nos desacoroçoe o caminho que temos andando: fomos os precursores; os apóstolos de uma grande nova: a nós os primeiros espinhos, e após virão os frutos. Vede a calma com que caminha o primeiro vulto industrial deste país, quando nos fala com esse acento da convicção de um próximo futuro de prosperidade: seu nome está ligado a esta empresa, e sua ação continuará sensível onde quer que haja erros a emendar e faltas a punir.

A vossa comissão sente que está longe de ser desesperada a situação desta empresa. Não se diga que as despesas ocasionadas pelas obras de estações e armazéns da companhia poderiam sem dúvida não ter atingido ao subido algarismo em que se acham, mas resta provar que é econômico edificações provisórias para o uso de uma empresa de algum alcance, cuja duração transporá muitos lustros. E demais, senhores, não prestam essas obras serviço estranho ao manejo da companhia? Não são também fontes de rendas que têm de compensar os capitais empregados? Não são aproveitadas sob o ponto de vista com que os particulares fundam iguais estabelecimentos à custa de grossas fortunas?

E pois em vez de censurar a administração da empresa pela fatura de tais obras, entende a comissão que devem ser elas concluídas com a possível brevidade, a fim de produzirem os frutos que podem dar, reco-

mendando-se a nosso ilustrado presidente o emprego de todos os meios a seu alcance a fim de removerem-se os obstáculos que ainda se opõem não somente à conclusão dessas obras, mas ao asseio e salubridade dos sítios ocupados pelos estabelecimentos da companhia e sua vizinhança. A comissão, senhores, tendo já manifestado seu pesar pelo indiferentismo com que nossa empresa é olhada por aqueles em quem mais corre a obrigação de protegê-la, senão pelo reconhecimento de seus serviços, ao menos em honra do país, não pode todavia supor que esse indiferentismo se traduza em hostilidade e pois nutre a convicção de que não será do lado do governo, nem do da municipalidade, que nos verão os embaraços cuja remoção todos anelamos. No ardente desejo de triunfar de todas as dificuldades que encontra nossa empresa para produzir os frutos que dela esperamos, vedes, Srs. acionistas, o afã com que nosso incansável presidente lhes estuda os meios. Escarmentado pelos enormes sacrifícios a que nos levaram os cálculos de engenheiros, ei-lo cauteloso procurando superar essas dificuldades, com as luzes de homens que tem em abono do seu saber a opinião dos povos mais civilizados. É assim que nos quis ele falar do projeto de um plano inclinado na serra, para o serviço exclusivo das cargas; projeto cuja realização lhe parece tão segura, e da qual se derivaram tão incontestáveis benefícios à nossa companhia que não duvida tomar a si sua execução, garantindo-nos um dividendo não menor de 7% ao ano do capital que empregarmos nessa obra, desde que estiver concluída. A exposição deste projeto junta ele a notícia de outro sistema que se estuda, e de cujos felizes ensaios alguns de nós temos sido testemunhas, qual o dos carros hidráulicos da invenção do engenheiro da companhia o sr. Roberto Milligan.

Bem que esses ensaios tenham sido satisfatórios o próprio autor de tão útil descoberta não a dá ainda como perfeita em seus resultados; quer ainda com a prudência que o caracteriza, estudá-la mais profundamente, até que possa sem escrúpulo lhe dar seu nome. Em tais circunstâncias, parece à comissão dever aconselhar-vos que espereis a conclusão desse estudo, pois que dada a possibilidade tão almejada de sua realização, é evidente que deve ser posta em prática tão vantajosa descoberta; se porém forem malogradas nossas esperanças, é forçoso adotarmos o plano inclinado pelo sistema adotado nos terrenos mineiros do País de Gales e nos Estados Unidos, pois que não é possível continuar o até agora praticado no serviço das cargas, por absorver a maior parte das rendas da companhia.

A proposta que nos faz nosso ilustrado presidente, da garantia por seus bens, do dividendo supramencionado, a nenhum de nós por certo pareceu filha de uma especulação mercantil, mas sim de uma convicção íntima da realização das vantagens esperadas desse acréscimo de despesa exigido para a fatura de tal obra: a vós incumbe resolver a este respeito; o júizo da comissão poderia encontrar os de acionistas.

A comissão não concluirá sem pedir-vos um voto de reconhecimento pelo zelo com que nosso ilustrado presidente se tem ocupado dos interesses desta companhia. Rio de Janeiro, 29 de abril de 1856. Manuel Ferreira Pinto, João Antônio de Miranda e Silva.

O sr. presidente agradecendo a benevolência com que era tratado pela referida comissão assegurou que ele empregará todos os meios a seu alcance para vencer todas as dificuldades, e supondo que os melhoramentos projetados serão de vantagem à companhia, ofereceu-se para fazer as experiências à sua custa no caso de não ter êxito. O sr. Carreira opinou que se adiasse o melhoramento dos planos inclinados para quando a companhia estivesse mais desassombrada. O sr. presidente respondeu que talvez não fosse bem compreendido; porém que ele se oferecia a fazer esses ensaios à sua custa no caso de se não conseguir o fim desejado. O sr. Silveira disse que à vista da declaração do sr. presidente lhe parecia que o negócio estava terminado: o sr. presidente fez ainda mais algumas explicações acerca desta proposta, e não havendo quem quisesse fazer mais observações indo a pôr-se à votação o sr. Vitório pediu que fosse posta por partes a votação: 1º o voto de agradecimento; 2º a aprovação das contas e 3º a realização dos estudos. O sr. Ribeiro de Carvalho demonstrou que o parecer na sua opinião se dividia em dois pontos: 1º sobre a aprovação das contas e 2º sobre os estudos dos melhoramentos, quanto a estes tendo o sr. presidente se oferecido a fazer esses ensaios a expensas suas, não havia nada a dizer. Postos por partes à votação, foram todas aprovadas unanimemente. O sr. dr. Vitório pediu que o secretário mencionasse na ata o compromisso do sr. presidente. E não havendo mais nada a tratar levantou-se a sessão e eu Manoel Corrêa de Aguiar na qualidade de secretário mandei lavrar a presente ata que assino.

Manoel Corrêa de Aguiar.

9ª

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de mil oitocentos e cinquenta e sete, em virtude do convite feito pelos jornais, reuniram-se na casa nº 52 da rua Direita os Srs. acionistas da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis a saber: barão de Mauá por si e como procurador de Manoel Augusto Ferreira de Almeida, Pedro José da Rocha, e T. B. Dodgson, e representante da firma Mauá, M. Gregor & Cia., Adolfo Manoel Vitório da Costa Azevedo, Alexandre Taylor, Alexandre Wagner, Antônio Alves Ferreira, Antônio Joaquim Vieira de Carvalho, Antônio José Domingues Ferreira, Antônio Machado Dias, Bartlett James por si e como procurador de Cristóvão James, Bento Joaquim Abreu Pereira, Bernardo Casimiro de Freitas, Cândido Ron Ferreira, Carlos S. Wertwood, G. H. Weitzmann, João Augusto Ferreira de Almeida, João Batista da Fonseca, João Sequeira Dias, João José de S. Paulo, José dos Reis Castro Portugal, José Joaquim Maia, José Peixoto de Faria Azevedo, Luiz Gonçalves da Silva Filho, João Bernardo Roiz Silva como representante da firma Manoel da C. Faria & Cia., Mariano Procópio Ferreira Lage, Ricardo Soares da Costa Guimarães, Simão Marcolino Fragoso, e Manoel Corrêa de Aguiar representando todos sete mil e vinte e nove ações e havendo por consequência grande maioria o sr. barão de Mauá na qualidade de presidente

abriu a sessão, e procedendo o secretário a leitura da ata da última sessão em 29 de abril do ano próximo passado, foi aprovada. O sr. presidente passou a ler o relatório que foi impresso e distribuído pelos srs. acionistas, e concluída a leitura propôs que se procedesse à eleição da nova diretoria, e dos membros da comissão de exame das contas, e para esse fim nomeou os srs. João Augusto Ferreira de Almeida e Joaquim da Fonseca Guimarães (que também se achava presente) para servirem de escrutinadores. Tendo alguns dos srs. acionistas instado com o sr. barão de Mauá para continuar a ocupar o cargo de presidente da companhia, declarou o mesmo sr. não poder anuir por ter de se ausentar temporariamente do país, não lhe parecendo conveniente como indicavam alguns Srs. acionistas, que na sua ausência servisse o vice-presidente, por isso que talvez a sua demora fora do país seja prolongada. Procedendo-se à eleição da diretoria reuniram-se 31 cédulas, das quais uma foi inutilizada por não declarar nem o número de ações, nem de votos, e feita a apuração obtiveram votos para presidente, os srs. Manoel Ferreira Pinto 205, Alexandre Taylor 30, e Antônio José Domingues Ferreira 10, foi portanto eleito presidente o sr. Manoel Ferreira Pinto; para vice-presidente obtiveram votos os senhores Alexandre Taylor 205, o sr. Manoel Ferreira Pinto 30, e o sr. José Maria do Amaral 10, foi portanto eleito vice-presidente o sr. Taylor; para secretário obtiveram votos os Srs. José de Miranda Ribeiro 235, e João Antônio de Miranda e Silva 10, foi eleito secretário o sr. Miranda Ribeiro para diretores obtiveram votos os srs. João Antônio de Miranda e Silva 225, G. H. Weitzmann 215, Antônio José Domingues Ferreira 181, Joaquim da Fonseca Guimarães 30, João Batista da Fonseca 24, José Maria do Amaral 10, Cândido Roiz Ferreira 10, Bernardo Casimiro de Freitas 10, Bernardo Ribeiro de Carvalho 10; Antônio José Domingues Ferreira 10, foram eleitos diretores os srs. João Antônio de Miranda e Silva, G. H. Weitzmann, e Antônio José Domingues Ferreira. Procedendo-se à eleição dos três membros para a comissão de exame de contas, receberam-se 29 cédulas, e fazendo-se a apuração obtiveram votos os srs. Antônio Aranaga 185, João Batista da Fonseca 179, e Carlos S. Westwood 133, dr. Adolfo Manoel Vitória da Costa Azevedo 48, Bernardo Casimiro de Freitas 34, Joaquim da Fonseca Guimarães 22, Antônio Joaquim Dias Braga 20, João de Sequeira Dias 18, Bernardo Ribeiro de Carvalho 14, José Joaquim Maia 12, e G. H. Weitzmann 10, foram eleitos membros da comissão de exame de contas os srs. Aranaga, J. B. da Fonseca, e Westwood. O sr. presidente agradecendo a benevolência com que continuava a ser tratado pelos srs. acionistas, levantou a sessão; e eu na qualidade de secretário lavrei a presente ata que assino.

Manoel Corrêa de Aguiar.

10^a

Aos doze dias do mês de outubro do ano de mil oitocentos e cinquenta e sete, em virtude da convocação feita pelos jornais, reuniram-se na casa nº 52 da rua Direita os srs. acionistas da Imperial Companhia de Na-

vegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis a saber; barão de Mauá por si, como representante da firma Mauá, M. Gregor & Cia. e como procurador de Pedro José da Rocha, Ricardo Carruthers, T. B. Dodgson, Manoel Augusto Ferreira de Almeida, Antônio Ribeiro Queiroga, e visconde de Carvalhido, Antônio Joaquim Vieira de Carvalho, Antônio Xavier de Noronha Torrezão, Bernardo Ribeiro de Carvalho, Sebastião Antônio José Ribeiro, Simão Marcolino Fragoso, Manoel Ferreira Pinto, G. H. Weitzmann, Ricardo Soares da Costa Guimarães, Alexandre Taylor por si e como procurador de seu filho, e de G. Bragg., Joaquim da Fonseca Guimarães, João Antônio de Miranda e Silva, João Augusto Ferreira de Almeida, Bernardo Joaquim Alves Pereira, Bartlett James por si e como procurador de Cristóvão James, José Teixeira de Abreu e Silveira, d. Antônio Aranaga como representante da firma Aranaga & Brijan, João de Sequeira Dias e Manoel Corrêa de Aguiar; representando todos seis mil e duzentas ações: e havendo por consequência grande maioria para se constituir em assembléia geral, o sr. barão de Mauá, na qualidade de presidente abriu a sessão, e procedendo o secretário à leitura da ata da última sessão em 25 de setembro próximo passado, foi aprovada.

Tendo o sr. presidente dado a palavra ao sr. Antônio Aranaga, como relator da comissão de exame de contas, o mesmo Sr. passou a ler o seguinte parecer – Srs. acionistas – A comissão que nomeastes para interpor o seu parecer acerca do estado da empresa e da gestão de sua administração no período decorrido do 1º de janeiro de 1856 a 30 de junho de 1857, vem dar-vos conta da sua missão. É sem dúvida satisfatório a notícia que tivestes pelo relatório da presidência, quanto ao estado das obras e da estrada em geral: as reparações que vão ocorrendo são dirigidas com tino, em ordem a não interromper o trânsito; e as reedificações se fazem com materiais os mais duráveis, aproveitando-se as lições da experiência. A receita do último semestre deixou um lucro líquido apenas de 2 % do capital, o que não deve surpreender-nos, tendo-se gasto no semestre Rs 25:458\$581 com a reconstrução das pontes, que não constitui propriamente despesa de conservação. A falta de boas estradas de Petrópolis para o interior, e o espírito de rotina que ainda conduz muitas cargas para a Estrela, com evidente prejuízo da lavoura, são as causas da pequena receita da nossa linha férrea, que se conserva em inação muito maior tempo do que em serviço. Daqui se segue que melhorado o trânsito além da serra pela conclusão das obras da Companhia União & Indústria, cuja linha é continuação da nossa, este estado de coisas terá de cessar, e não pode ser duvidosa a prosperidade da nossa empresa.

Ainda assim, o progresso é constante: a renda de fretes que foi em 1855 R.^s 80:828\$910, em 1856 R.^s 91:429\$660, no corrente ano a julgar-se pelos 78:000\$000 do 1º semestre, e pelo aumento que o segundo tem sempre apresentado em relação ao primeiro, deve a renda orçar de 180 a 200 contos.

A despesa, não incluída a reconstrução das pontes, subiu a 65% da receita bruta, algarismo que de nenhum modo desabona a gestão da companhia. Em estradas de ferro de grande extensão e vasto tráfego a despesa ordinariamente regula de 40 a 50% da receita bruta mas sendo a

linha curta e o tráfego limitado, a proporção da despesa é necessariamente mais forte, porque muitos artigos, como o serviço das estações terminais, e os ordenados de muitos empregados, não sofrem redução proporcional; as despesas de tração dão lugar a maiores perdas, já pelas freqüentes paradas, já por não conduzir cada trem toda a carga de que é capaz a locomotiva, pelo que devemos também crer que aumentando o tráfego diminua a proporção da despesa com a receita.

A comissão examinou os livros e a escrituração da companhia, que achou montada com regularidade, clareza e asseio, sendo as despesas devidamente documentadas.

Foi tomado na mais séria consideração o fato do naufrágio de um saveiro da companhia dando lugar à perda dos gêneros no valor de Rs. 12:750\$092 indenizados pelo ex.^{mo} presidente da companhia. Nenhuma dúvida há, segundo as regras de direito e os estilos comerciais, que uma empresa de navegação cobrando os fretes e não segurando as mercadorias, não pode ser responsável pelos sinistros do mar, salvo se se mostrassem culpados de tais sinistros os prepostos da companhia. Contudo, sendo a indenização deliberada pelo ex.^{mo} presidente um arbítrio adotado com o fim de sustentar o crédito e força moral da companhia, é claro que semelhante desembolso lhe deve ser levado em conta. E para que deste fato não resultem más conseqüências para o futuro, pode estatuir-se que a companhia responderá pelos gêneros, nos mesmos casos e pelo mesmo modo porque o fazem as companhias de seguro, a todos aqueles que quiserem pagar mais cinco réis por arroba, o que a respeito do café representa de 1/8 a 1/10 por cento do valor. Poderia fixar-se este seguro em relação ao valor de cada gênero, limitando-o de 1/8 a 1/10, mas entende a comissão que é preferível a simplicidade da regra geral – cinco réis por arroba. O projeto de lei autorizando o governo a garantir aos capitais empenhados em nossa empresa um juro mínimo de 7% deve esperar-se que seja aprovado no Senado: semelhante medida, se não é de rigorosa justiça, é pelo menos uma bem merecida equidade para com os capitais que se aventuraram à construção da primeira estrada de ferro do Brasil, a qual chegou a funcionar antes de se ter podido achar uma solução à estrada para o vale do Paraíba: tão fortes motivos não podem deixar de merecer a atenção dos nossos senadores na seguinte sessão legislativa.

Pelos esforços feitos neste sentido, e por todos os mais serviços prestados à companhia, deve esta a maior gratidão ao seu presidente e fundador o ex.^{mo} sr. barão de Mauá, e atualmente que s. ex.^a. declara não poder continuar na presidência, a ocasião é oportuna, para lhe tributarmos um voto de agradecimento.

Resumindo a comissão as suas conclusões, propõem:

1º. Que se aprovem as contas apresentadas.

2º. Que se abone ao ex.^{mo} sr. presidente a quantia de R. \$ 12:750\$092 paga pelo sinistro de um saveiro em viagem de Mauá para a Prainha.

3º. Que se cobre daqui em diante mais 5 réis por arroba daquelas mercadorias que desejarem ficar seguras contra os riscos de mar.

4º. Que se votem agradecimentos ao ex.^{mo} sr. barão de Mauá, manifestando-se-lhe o pesar com que os acionistas da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis, lhe permitem que deixe a presidência.

Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1857. Assinados: João Batista da Fonseca – C. S. Westwood – Antônio de Aranaga.

Sendo posto este parecer em discussão o sr. Bernardo Ribeiro de Carvalho expôs que lhe parecia pouco regular o aumento de 5 réis por arroba em todos os gêneros, e que por isso mandava uma emenda substituindo o art. 3º das conclusões do parecer da comissão pelo seguinte – Que a diretoria fique autorizada a fazer uma tabela que porá logo em execução aumentando o preço do frete dos gêneros que quisessem ter a vantagem de ser seguros pela companhia; em relação ao seu valor.

Não havendo mais ninguém que quisesse fazer reflexões o sr. presidente pôs à votação o parecer da comissão, salva a emenda do sr. Ribeiro de Carvalho, e foi aprovado unanimemente; pondo a votos a emenda foi também aprovada unanimemente.

Não havendo mais nada a tratar o Sr. presidente agradecendo aos Srs. acionistas, levantou a sessão, e eu na qualidade de secretário lavrei esta ata que assino.

Manoel Corrêa de Aguiar.

11^a

Aos vinte oito dias do mês de dezembro do ano de mil oitocentos cinqüenta e oito, reuniram-se, em virtude de anúncios feitos pelos jornais, na casa do sr. vice-presidente, cita à rua da Quitanda nº 127 os senhores acionistas em número de trinta e quatro, da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis; a saber: Adolfo W. Vitório da Costa Azevedo, Alexandre Taylor, Alexandre Wagner, Amaro Emílio da Veiga, Antônio Alves Ferreira, Antônio Joaquim V.^a de Carvalho, Antônio Ribeiro Queiroga, e como representante do Banco Mauá, Mac Gregor & Cia., barão de Mauá por si, e por Manuel Augusto Ferreira de Almeida e de Bartlett James, Bento Joaquim Alves Pr.^o, Bernardo Casimiro de Freitas, Bernardo J. Luiz de Sá, Bernardo Ribeiro de Carvalho, Francisco Lage & Maia, Guilherme Frederico Vitório da Costa, João Antônio Ferreira Pinheiro, João Antônio de Miranda e Silva, João de Siqueira Dias, João Inácio Tavares, Joaquim Antônio Ferreira Pinheiro, José Antônio Mar.^a F.^o & Cia., José Bernardo Brandão C.^a, José de Almeida Ribeiro, Luís Peixoto de Lacerda Werneck, Manuel Correia de Aguiar, Manuel Hilário Pires Ferrão, Mariano Procópio Ferreira Lage, Pedro José da Rocha, Plomes F.^o & Cia. por procuração, Ricardo Carruthers S.^o, [ilegível] & Cia., e Sebastião Antônio José Ribeiro Soares de Sá, e visconde da Estrela, representados todos por si e pelas procurações apresentadas cinco

mil e trinta e uma ações, maioria suficiente, pelo que o sr. vice-presidente Alexandre Taylor, julgou aberta a sessão, e mandou ler a ata da última em 12 de outubro de 1857, que foi aprovada.

Em seguida leu o relatório, que impresso foi distribuído pelos srs. presentes. Indo votar-se para a comissão incumbida de dar o seu parecer sobre o relatório e contas, o sr. barão de Mauá, pela ordem, pediu a palavra, para que antes de se votar, fosse lida a proposta que abaixo se transcreve, e remetida à mesma comissão para conjuntamente sobre ela dar a sua opinião; o que foi unanimemente aprovado, depois de terem faltado os srs. Vitório, Mauá, Siqueira Dias, Ribeiro de Carvalho e Casimiro de Freitas.

Apontada a eleição para a comissão saíram eleitos os srs. Joaquim da Fonseca Guimarães com 153 votos, Bernardo Casimiro de Freitas 130, Alexandre Wagner 121; obtendo também o sr. Bernardo Ribeiro de Carvalho 50, Bragge 8 e Vitório 2.

Proposta

A diretoria da companhia fica especialmente autorizada.

1º. A requerer nos termos mais eficazes à Câmara dos srs. senadores logo no começo da seguinte sessão do corpo legislativo uma solução favorável ao projeto que lá existe votado pela Câmara dos srs. deputados há três anos garantindo juros por dez anos ao capital empregado nas obras desta companhia e mais a quantia precisa para melhorar o serviço de viação na serra, que é o único embaraço à prosperidade desta empresa, bem como da Companhia União e Indústria.

2º. Obtida a garantia de juros procederá a diretoria da companhia a executar o plano que os exames acurados feitos e os que se fizerem até 30 de junho do ano próximo futuro demonstrarem ser preferível para se conseguir um trânsito econômico e rápido na serra, seja para passageiros e cargas, ou somente para estas; contanto que a despesa que se tenha de fazer em caso algum exceda à quantia sobre que for definitivamente votada a garantia de juros.

3º. Se infelizmente for rejeitado pelo augusto Senado, ou mesmo adiada a concessão do favor que esta companhia obteve da Câmara dos srs. deputados, deverá a diretoria da companhia declarar imediatamente em liquidação a empresa, cessando desde logo o respectivo tráfego, e anunciando com antecipação nunca menos de trinta dias, que recebe propostas para a venda das ações da companhia.

4º. Se o preço oferecido não alcançar um mínimo de 50% do valor realizado das ações emitidas não será aceita proposta alguma.

5º. Decorrido o prazo marcado para a apresentação das propostas, e não aparecendo nenhuma aceitável prosseguirá a diretoria a novos anúncios para a venda em leilão mercantil, pelos melhores preços que forem oferecidos de todos os valores existentes devidamente inventariados, vendendo-se em lotes separados os trilhos, leito da estrada e mais objetos existentes, bem como as propriedades cada uma de per si.

6º. Realizada a venda de todos os valores existentes, e pagas as reclamações que possam existir contra a empresa o restante será dividido pro rata na razão das ações emitidas, ficando assim definitivamente liquidada a Imperial Companhia a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis. Sala das sessões da Assembléia Geral dos acionistas aos 28 de dezembro de 1858. (Assinados) José de Miranda Ribeiro; Bernardo Casimiro de Freitas, Antônio Alves Ferreira.

Nada havendo mais a tratar o sr. vice-presidente, agradecendo aos srs. acionistas, preveniu-os que de novamente seriam convocados para ouvirem ler o parecer da comissão eleita; e a elegerem a nova diretoria.

E deu a seção por concluída; pelo que na qualidade de secretário, fiz a presente ata e a assino.

José de Almeida Ribeiro.

12ª

Aos vinte e quatro dias do mês de janeiro do ano de mil oitocentos e cinqüenta e nove, reuniram-se por convite do sr. vice-presidente da companhia Alexandre Taylor, feito pelos jornais, na casa da rua da Quitanda nº 121, trinta e três senhores acionistas, representando por si, e como procuradores de outros, cinco mil novecentas e sessenta e duas ações. O sr. vice-presidente tomando a presidência da assembléia convidou o acionista Joaquim da Fonseca Guimarães a servir de secretário, visto não ter podido comparecer o sr. secretário da diretoria José de Miranda Ribeiro. Aberta a sessão foi lida a ata da sessão antecedente e não tendo havido sobre ela nenhuma observação foi aprovada. O sr. presidente convidou o relator da comissão de exame de contas a ler o seguinte respectivo parecer.

Senhores Acionistas

A comissão a quem incumbistes o exame das contas da nossa companhia, vem hoje vos apresentar o resultado do seu trabalho. A escrituração da companhia encontramos em boa ordem, havendo a necessária clareza, e as despesas, nas quais recomendamos a maior economia, estão regularmente documentados, demonstrando o balanço com exatidão a posição da nossa empresa.

Entre as medidas adotadas pela administração da companhia, com o fim de melhorar o serviço ocupa um lugar importante o contrato com o sr. diretor presidente da Companhia União & Indústria, pelo qual se obrigou este gratuitamente a dirigir os trabalhos de viação de nossa companhia, a fim de harmonizá-los com a da União & Indústria. A comissão apreciando devidamente o louvável empenho de S. S. e reconhecendo que lhe deve a nossa companhia um voto de agradecimento pelos esforços empregados, é todavia de opinião, que no intuito de firmas e definir a respon-

sabilidade do serviço de viação, que tem as duas companhias a desempenhar é preferível que a Companhia União & Indústria carregue com todos os ônus a responsabilidade do serviço até entregar os produtos na estação da Raiz da Serra, e que desde esse ponto fique exclusivamente à cargo da administração da nossa companhia o trânsito até a entrega dos produtos na estação da Prainha, e vice-versa. No trânsito para o interior a nossa companhia responde pela presteza e regularidade do serviço até a sua estação da Raiz da Serra, e a Companhia União & Indústria toma o encargo do seu ulterior destino – assim disposto e organizado o trânsito, existirá uma mútua fiscalização e emolucão conveniente da parte das duas companhias no que toca ao importante serviço que ambas são chamadas a desempenhar, auxiliando-se mutuamente em bem dos interesses que representam. Folgou pois a vossa comissão de saber que o ilustre diretor presidente da Companhia União & Indústria está de acordo a respeito desta separação e disposto a rescindir o contrato que fez com a nossa empresa. O balanço que examinamos deixa com efeito ver uma exígua receita líquida, e se bem que um tal resultado nada tem de extraordinário em empresas desta ordem no seu começo, enquanto senão desenvolvem os elementos que lhe dão vida, e é mesmo justificado debaixo de outros pontos de vista – todavia, tendo decorrido quase cinco anos depois, que foi aberto ao trânsito público o caminho de ferro de Mauá, clamorosa se torna a posição de nossos capitais empregados tanto tempo sem fruir interesse, mormente tendo todas as outras empresas de viação de algum vulto obtido apoio e proteção dos poderes do Estado, entende a vossa comissão que com efeito é tempo de ser também a nossa companhia atendida como merece, e neste sentido não hesita em exprimir um voto de plena adesão à proposta que nos foi submetida, apresentada por alguns srs. acionistas, tendente a definir claramente a posição da nossa companhia, liquidando-a mesmo se a proteção de que carece lhe não for outorgada. A vossa comissão entende que o augusto Senado não hesitará em conceder-nos o pequeno favor que a lei votada na Câmara dos senhores deputados em 1855 nos conceder; porém se a fatalidade que nos persegue o contrário determinar, não há por que hesitar em salvar a parte do nosso capital que for realizável sem mais demora. Em conclusão a vossa comissão termina propondo-vos: 1º. Que aproveis as contas que vos foram apresentadas; 2º. Que se aprove a proposta apresentada em assembléia geral de vinte oito de dezembro de mil oitocentos e cinqüenta e oito por vários Srs. acionistas estabelecendo as regras para o caso da liquidação da nossa companhia; 3º. Que se votem agradecimentos à administração atual, assim como ao senhor diretor presidente da companhia União & Indústria. Rio de Janeiro, vinte e quatro de janeiro de mil oitocentos cinqüenta e nove – Joaquim da Fonseca Guimarães, Bernardo Casimiro de Freitas, Alexandre Wagner – O Sr. João de Siqueira Dias pediu a palavra: observou, que precisava de alguns esclarecimentos sobre o sistema de administração da companhia; porém notava no relatório mais que uma entidade administrativa, assim mais fazendo algumas observações sobre altaneira por que estava escriturado o balanço da companhia. Em seguida tomou a palavra o sr. Manoel Hilário Pires Ferrão que respondendo ao precedente orador, em um desenvolvido discurso procurou explicar a posição da companhia sobre o seu atual estado administrativo, aproveitando

também a ocasião para justificar se de algumas acusações que como empregado da companhia lhe tinham sido feitas, algumas das proposições deste sr. acionista foram explicadas pelo sr. comendador Mariano Procópio Ferreira Lage. Seguiu-se o sr. barão de Mauá defendendo e desenvolvendo o pensamento do parecer da comissão, concluindo, pedindo a aprovação do parecer em todas as suas partes. Não havendo mais quem pedisse a palavra, o sr. presidente a requerimento do sr. Bernardo Rodrigues da Silva, pôs a votação por partes a conclusão do parecer, que foi aprovado, tendo a 1ª um voto contra, e a 2ª dois. O sr. Siqueira Dias obteve a palavra pela ordem e apresentou uma proposta para que a nova diretoria, no caso da continuação da companhia fosse encarregada de apresentar na primeira reunião ordinária da companhia um novo projeto de estatutos, o que foi unanimemente aprovado. Em seguida passou a eleição da nova diretoria, obtiveram votos os seguintes senhores: para presidente; os senhores barão de Mauá 255, Mariano Procópio Ferreira Lage 10; para vice-presidente; os senhores Alexandre Taylor 112, Mariano Procópio Ferreira Lage 112, João de Siqueira Dias 16, João Augusto Ferreira de Almeida 11, João Antônio de Miranda e Silva 10, Joaquim da Fonseca Guimarães 10, José Peixoto de Faria Azevedo 10, José Bernardo Rodrigues da Silva 6. Para secretário os senhores José de Miranda Ribeiro 104, Joaquim da Fonseca Guimarães 62, João Antônio de Miranda Silva 58, Manoel Hilário Pires Ferrão 20, Joaquim José Soares da Silva 6, José Bernardo Rodrigues da Silva 5. Para diretores os srs. Joaquim da Fonseca Guimarães 138, João Antônio de Miranda e Silva 116, Bernardo Casimiro de Freitas 112, Alexandre Wagner 104, José de Miranda Ribeiro 90, José Maria do Amaral 41, Alexandre Taylor 41, João de Siqueira Dias 40, Joaquim Antônio Fernandes Pinheiro 36, Francisco Sammann 20, João Augusto Ferreira de Almeida 20, Antônio da Rocha Miranda Silva 18, Antônio Alves Ferreira 7. Em consequência de terem obtido para vice-presidente o mesmo número de votos os Srs. Alexandre Taylor e Mariano Procópio Ferreira Lage procedeu-se à sorte, e esta decidiu a favor do sr. Alexandre Taylor. Ficaram portanto eleitos: presidente barão de Mauá. Vice-presidente Alexandre Taylor. Secretário José de Miranda Ribeiro. Diretores: Joaquim da Fonseca Guimarães, João Antônio de Miranda e Silva e Bernardo Casimiro de Freitas.

Não havendo mais nada a tratar o sr. presidente levantou a sessão, que para constar eu Joaquim da Fonseca Guimarães como secretário da assembléia geral subscrevi e assino.

Joaquim da Fonseca Guimarães.

13ª

Aos três dias do mês de março de mil oitocentos e sessenta, por convite do ex.º sr. presidente da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis, transcrito nos jornais, reuniram-se na casa

da rua da Quitanda nº 185, à meia hora depois do meio-dia, vinte e nove senhores acionistas representando por si e como procuradores de outro cinco mil novecentos trezentos e setenta e uma ações, a saber: por si Alexandre Taylor, Alexandre Wagner, Antônio Alves Ferreira, Antônio José G.^{lz} Crespo, Antônio Manoel da Fonseca, Antônio Pereira Ribeiro Guimarães, Antônio da Rocha Miranda Silva, Bartlett James, Bento Joaquim Alves Pereira, João Antônio de Miranda Silva, João Bernardo Roiz da Silva, Joaquim da Fonseca Guimarães & Cia., José de Miranda Ribeiro, Manoel Moutinho de Avilez Carvalho, Samman C.^a, Simão Marcolino Fragoso, barão de Mauá e como procurador de José Augusto Ferreira de Almeida, de Manoel Augusto Ferreira de Almeida, de Manuel Correia de Aguiar, de Manoel Ferreira Pinto, de Pedro José da Rocha, de Ricardo Carruthers, do visconde do Carvalhido, e do visconde da Trindade, e como chefe da Casa Mauá, Mac Gregor & Cia.; Francisco de Sales Pacheco & Cia., Antônio Damazo Pacheco; formando maioria suficiente pelo que o ex.^{mo} presidente ex.^{mo} sr. barão de Mauá deu a sessão por aberta. Em seguida, o secretário leu a ata da seção anterior, sobre a qual não havendo observação alguma, foi unanimemente aprovada.

Leu o ex.^{mo} sr. presidente o relatório (que estando impresso) foi distribuído pelos srs. acionistas presentes, no qual concluía pedindo a eleição da comissão de contas; e enviando para a mesma comissão um projeto dos novos estatutos; para que sobre ele desse o seu parecer. Logo depois seguiu-se a eleição, saindo eleitos Samman com oitenta e dois votos (82), João Bernardo Rodrigues Silva, oitenta e dois (82), Antônio da Rocha Miranda e Silva cinquenta e quatro (54), e imediatamente Alexandre Wagner cinquenta (50), João de Siqueira Dias (24) Antônio Manoel da Fonseca (10) Bernardo Ribeiro de Carvalho (10) Antônio Pr.^a Ribeiro Guimarães (6); deixando de ser contador os seguintes por serem membros da diretoria: Joaquim da Fonseca Guimarães 44, José de Almeida Ribeiro 34, João Antônio de Almeida e Silva 22, e Alexandre 10.

Nada havendo a tratar mais, o ex.^{mo} sr. presidente entregou aos membros eleitos para a comissão os relatórios e projetos de estatutos; e agradecendo aos srs. acionistas, preveniu os que de novamente seriam convocados, para ouvirem ler o respectivo parecer da comissão e darem a sua opinião. E deu a sessão por concluída; pelo que eu na qualidade de secretário fiz a presente ata, e assino.

José de Almeida Ribeiro.

14^a

À meia hora depois do meio-dia do dia 24 de março do ano de mil oitocentos e sessenta, compareceram na casa à rua da Quitanda nº 183, por convite do ex.^{mo} sr. barão de Mauá, presidente da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis, vinte quatro senhores acionistas representando por si e como procuradores de outros cinco mil cento e cinquenta e nove ações; a saber: Por si. Samman, Antônio da Rocha Almeida e Silva, Alexandre Taylor, João Antônio de Almeida e

Silva, João Bernardes Roiz Silva, Manoel Moutinho de Avilez Carvalho, Reidner, Joaquim da Fonseca Guimarães, Diogo Law, Bento Joaquim Alves Pereira, José de Miranda Ribeiro, barão de Mauá; e como representante de Mauá, Mac Gregor & Cia., e procurador de Manoel Ferreira Pinto, de Southen, de Bartley James, de Antônio Ribeiro Queiroga, de Manoel Moreira de Aguiar, de Carruthers, de João Augusto Ferreira de Almeida, de Manoel Augusto Ferreira de Almeida, de Antônio Alves Ferreira, do visconde da Trindade, do visconde de Carvalhido; e como com tal número se achou maioria absoluta, considerou o ex.^{mo} sr. presidente a sessão aberta, e incontinenti leu o secretário a ata da última reunião, à qual se não oferecendo duvida alguma foi unanimemente aprovada. O ex.^{mo} sr. presidente, convidou ao relator da comissão do exame de contas a ler o seu relatório, que é o seguinte:

Senhores acionistas.

A comissão que elegestes em assembléia geral de 3 do corrente mês para exame de contas, e dar sua opinião a cerca do projeto de reforma dos nossos estatutos apresentado pela ilustre diretoria, vem hoje vos dar conta do encargo com que a honrastes.

Passamos em revista a escrituração compreendendo o período do 1º de outubro de 1858 at'e 1 de dezembro do ano findo, e folgamos de declarar-vos que a achamos com toda a regularidade e asseio, fazendo honra às pessoas que dela se acham encarregadas. Também as quantos representadas no balanço por débito e crédito correspondem precisamente com as respectivas contas donde foram extraídas. Entendemos que bem andou a diretoria na aplicação que fez dos lucros líquidos que apresentou a conta – Lucros & Perdas – na importância de duzentos cinqüenta e cinco contos, duzentos quarenta cinco mil, duzentos noventa e dois réis (Rs. 255:245\$292) por que assim o valor de nossas ações está melhor representado.

É muito para desejar que sinta bom efeito a máquina locomotora novamente descoberta na Europa, e que s. ex.^a. o sr. presidente mandou vir para o fim de trabalhar na serra; se porém falhar, e não haja mais recurso para tomarmos esse trabalho, então desnecessário é a conservação da estação de Vila Teresa, e nos parece de maior conveniência dispor dela aproveitando qualquer preço. Partilhamos a mesma opinião de s. ex.^a o senhor presidente, que uma nova era principia para a nossa companhia, mormente se continuar a ser administrada por uma diretoria inteligente, dedicada e econômica no preciso como a atual. Senhores, pensamos ter satisfeito o mandato que nos incumbistes, o exame das contas, mas se julgardes que mais nos competia, temos a satisfação de dizer-vos que, por mais que trabalhássemos e estudássemos nada poderíamos adiantar ao minucioso relatório apresentado por s. ex.^a. o nosso digno e ilustrado presidente. Cabe ainda aqui fazer sobressair uma idéia que a todos deve estar presente, e vem a ser que, trabalhando a nossa estrada a posto de seis anos ainda não sofreu um desastre, idéia que se não depõem a favor de sua boa e sólida construção, e da pessoa, ou pessoas que dirigem este serviço, então senhores vela sobre ela a Providencia Divina, e seremos de certo felizes.

Resta-nos consignar neste lugar os nossos sinceros agradecimentos aos dois srs. empregados no escritório pela delicadeza com que nos trataram e boa vontade em dar-nos os esclarecimentos que precisamos. Falaremos agora do projeto de reforma dos nossos estatutos. Senhores, estudamos a matéria na esfera de nossa compreensão, e chegamos à conclusão de que nenhuma alteração lhe podíamos fazer; e nem outra coisa se podia esperar a um trabalho a que presidiu a inteligência, a experiência e a boa vontade. Concluímos, pois assinando a assembléia geral o nosso reconhecimento pela confiança que em nós depositou, pedindo-lhe a sua indulgência; e propondo:

- 1º. Que sejam aprovadas as contas.
- 2º. Que seja aprovada a reforma dos estatutos.
- 3º. Que sejam votados louvores à diretoria.

Rio de Janeiro 22, de março de 1860. (Assinados) F. Sammann, João Bernardo Roiz da Silva, Antônio da Rocha Miranda e Silva.

Acabada a leitura o ex.^{mo} sr. presidente pôs a votação, cada uma de per si, as três conclusões do parecer, que todas foram unanimemente aprovadas. E mandou ler o projeto da reforma dos estatutos, que no fim desta ata vai transcrito, para ser levado ao governo de S. M. I., para que sendo aprovado se possa por em execução os artigos 8º e 9º do mesmo projeto. E agradecendo a reunião, levantou a sessão.

E eu na qualidade de secretário fiz esta ata e assino.

José de Miranda Ribeiro.

14 A

Projeto de reforma dos estatutos apresentado em assembléia geral dos acionistas da companhia no dia 3 de março de 1860; e aprovado em assembléia geral de 24 de março de 1860.

Art. 1º. A sociedade anônima organizada sob a denominação de Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis tem por objeto manter a navegação a vapor entre esta corte e o porto de Mauá, bem como o tráfego da estrada de ferro que construiu desde esse porto até a Raiz da serra da Estrela, em conformidade dos contratos celebrados com os governos geral e provincial, e dos privilégios que lhe foram concedidos.

Poderá também tomar a si o transporte de passageiros e cargas desde o ponto terminal da via férrea até a cidade de Petrópolis, empregando para esse fim os meios de locomoção que melhor se prestem a esse serviço.

Art. 2º. A duração da companhia será a dos mencionados privilégios, podendo ser prorrogada mediante nova autorização do governo.

Art. 3º. O capital da companhia será de dois mil contos de réis, dividido em dez mil ações de duzentos mil réis cada uma, e só poderá ser

aumentado por deliberação da assembléia geral dos acionistas sujeita à aprovação do governo.

Art. 4º. As ações podem ser livremente vendidas, cedidas ou doadas; mas as transferências só serão válidas sendo feitas nos livros da companhia, na presença e com assinatura do cedente e do acionário.

Art. 5º. A responsabilidade dos acionistas é limitada ao valor das ações que possuem.

Art. 6º. A totalidade dos acionistas será representada pela assembléia geral, que se julgará constituída sempre que por convite do presidente, publicado nos jornais de maior circulação, se reúnam acionistas que representem um terço do capital da companhia.

Art. 7º. Se no dia marcado não se reunir número suficiente, será a assembléia geral adiada para outro dia, que se designará por meio de anúncios com a declaração de que nesse dia se julgará constituída a assembléia geral, qualquer que seja o número de acionistas presente.

Art. 8º. A assembléia geral se reunirá ordinariamente até ao mês de fevereiro de cada ano para lhe ser presente o relatório da diretoria, bem como o balanço e contas do ano anterior, que serão submetidas ao exame de uma comissão de três membros, então nomeada.

Logo que esta comissão tenha concluído seus trabalhos, será novamente convocada a assembléia geral para lhe ser lido o parecer, e proceder-se-á a eleição da diretoria.

Art. 9º. O presidente convocará extraordinariamente a assembléia geral toda a vez que o julgar necessário a bem dos interesses da companhia, e sempre que para um fim designado lhe seja requerida essa convocação por acionistas, que representem uma quinta parte do fundo social.

Art. 10. Nas reuniões extraordinárias não se permitirá discussão sobre objeto algum estranho ao da convocação.

Art. 11. A assembléia geral será presidida pelo presidente da companhia ou por quem o substituir, servindo de secretário o da diretoria.

Art. 12. Os votos serão contados na razão de um por cada cinco ações até ao número de dez votos, máximo que poderá ter qualquer acionista por si ou como procurador de outrem. Em caso de empate terá o presidente o voto de qualidade. Só terão direito de votar aqueles acionistas cujas ações tiverem sido averbadas em seu nome, pelo menos sessenta dias antes da reunião.

Art. 13. Os acionistas ausentes poderão fazer-se representar por procuradores que para terem voto deverão ser também acionistas da companhia.

Art. 14. Na sua primeira reunião ordinária chegará anualmente a assembléia geral entre os acionistas de 50 ou mais ações, a comissão de exame de que trata o artigo 8º.

Art. 15. A companhia será administrada por uma diretoria composta de um presidente e dois diretores consultivos, que serão eleitos anualmente pela assembléia geral, na sua segunda reunião ordinária, a pluralidade de votos.

Os membros da diretoria deverão ser acionistas de cem ações pelo menos, as quais serão inalienáveis enquanto durarem suas funções.

A diretoria perceberá pelo seu trabalho uma comissão de cinco por cento sobre os lucros líquidos, a qual será dividida na proporção de duas partes para o presidente, e uma para cada diretor consultivo.

Art. 16. A diretoria se reunirá sempre que o presidente o julgar necessário, e toda a vez que isso lhe for requerido pelos dois diretores consultivos.

Art. 17. O presidente da companhia será substituído em seus impedimentos pelo diretor mais votado.

Art. 18. Compete ao presidente da companhia:

1º. Solicitar do governo imperial a aprovação dos presentes estatutos.

2º. Nomear e demitir livremente os empregados da companhia, fixando seus ordenados e gratificações.

3º. Celebrar todos os contratos necessários para o bom desempenho do serviço e aumento de trafego.

4º. Determinar e regular o método da escrituração, que será feita com a necessária clareza e conservada rigorosamente em dia.

5º. Fazer aquisição de tudo quanto possa interessar à empresa, incluindo bens móveis, semoventes, ou de raiz; bem como vendê-los ou por qualquer forma aliená-los quando isso convenha aos interesses da companhia.

6º. Fazer os regulamentos necessários para a boa execução do serviço, pondo-os logo em vigor.

7º. Convocar ordinária e extraordinariamente a assembléia geral dos acionistas, a que presidirá, bem como as reuniões da diretoria.

8º. Representar a companhia em todos os seus direitos e interesses, exercendo livre e geral administração com plenos poderes compreendidos e outorgados todos sem reserva alguma.

9º. Fazer recolher diariamente a receita apurada aos cofres de um banco acreditado, com o qual terá conta corrente aberta.

Art. 19. Servirá de secretário aquele dos diretores que o presidente para tal fim designar, competindo-lhe:

1º. Lavrar as atas das reuniões da assembléia geral e da diretoria nos respectivos livros.

2º. Autenticar com sua assinatura os termos de transferência das ações da companhia.

Art. 20. Dos lucros líquidos da empresa se deduzirá a comissão da diretoria, bem como quantia equivalente à deterioração do material, e a que for necessária para criar um fundo de reserva, que em caso algum poderá exceder a dez por cento do capital social: o resto dos lucros se dividirá semestralmente pelos acionistas. Rio de Janeiro, 3 de março de 1860.

(Assinado) *Barão de Mauá.*

15ª sessão

Presidência do ex.^{mo} sr. barão de Mauá

Aos três quartos de hora depois do meio-dia do dia 22 de janeiro do ano no nascimento de N. S. Jesus Cristo de 1867, por convite transcrito nos jornais, compareceram à casa da rua da Quitanda nº 183 os seguintes senhores acionistas em número de dez, representando por si e como procuradores de outros ausentes, o número de cinco mil duzentos quarenta e quatro ações da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis; a saber: o ex.^{mo} barão de Mauá, por si e como procurador de Mauá Mac Gregor & Cia., de Ricardo Carruthers, de Manoel Augusto Ferreira de Almeida, de Antônio Alves Ferreira, de visconde de Carvalhido, de João Augusto Ferreira de Almeida, de Roberto Miligan, de Manoel Moreira de Aguiar, de Guilherme Bragge, de João Inácio Tavares, de Antônio Ribeiro Queiroga, do visconde de Trindade, e de E. B. Webb; e por si o Sr. Alexandre Taylor, José de Miranda Ribeiro, Joaquim da Fonseca Guimarães, Augusto Pereira Basto, Diogo Law, João de Siqueira Dias, Bernardo Casimiro de Freitas, Antônio Xavier de Noronha Torrezão; e como tal número de ações excedesse ao que exige os novos estatutos no art. 6º, o sr. presidente dá a sessão por começada; seguindo-se pelo secretário a leitura da ata da última sessão, sobre a qual não se suscitando dúvida alguma foi unanimemente aprovada.

Pelo sr. presidente foi lido o relatório, que estando impresso, e os novos estatutos aprovados pelo governo foram distribuídos pelos srs. acionistas presentes e em execução ao artigo 8º elegeram-se a respectiva comissão de exame das contas, obtendo votos os srs. José Peixoto de Faria Azevedo 50 votos, Jordan Creuzet 46 e Gerber 46, seguindo-se: Antônio Alves Ferreira 10; João de Siqueira Dias 10; Joaquim Antônio Ferreira Pinheiro 10; Antônio Ribeiro Queiroga 4, e João Inácio Tavares 4. O mesmo sr. presidente agradecendo aos srs. acionistas o haverem comparecido, lhes previne que serão novamente convidados por ouvirem ler o parecer da comissão nomeada; e dar-se execução ao art. 15 e deu a sessão por concluída, pelo que eu na qualidade de secretário fiz a presente ata, e assino.

José de Miranda Ribeiro.

16ª sessão

Presidência do ex.^{mo} sr. barão de Mauá

A uma da tarde do dia, digo, à uma hora da tarde do dia 28 de fevereiro do ano do nascimento de N. S. Jesus Cristo de mil oitocentos e sessenta e um, por convite transcrito nos jornais, compareceram à casa da rua da Quitanda nº 185, quinze senhores acionistas da Imperial Com-

panhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis, representando por si e como procuradores de outros ausentes o número de cinco mil, duzentos e vinte cinco ações; a saber: o ex.^{mo} sr. barão de Mauá, por si, como representante da Mauá, Mac Gregor & Cia. e como procurador de Ricardo Carruthers, de Manoel Augusto Ferreira de Almeida, dos viscondes de Carvalhido e da Trindade, de Roberto Milligan, de Manoel Moreira de Aguiar, de Guilherme Bragge, de João Inácio Tavares, de Antônio Ribeiro Queiroga, de F. Samman, e por si os Srs. Joaquim da Fonseca Guimarães, Antônio Pereira Ribeiro Guimarães, Alexandre Fortuna, Gerber Creuse, Avilez, João Augusto Ferreira de Almeida, Alfredo Augusto Pereira Basto, Antônio Manoel da Fonseca, Alexandre Taylor, Antônio Alves Ferreira, J. J. Soares da Silva, José Peixoto de Faria Azevedo, e José de Miranda Ribeiro; e como estivessem representadas ações em número excedente ao exigido nos estatutos, deu o sr. presidente por aberta a sessão, começando pelo secretário a leitura da antecedente ata, que não havendo sobre ela dúvidas foi unanimemente aprovada. O sr. presidente convidou a comissão de contas a que desse o seu respectivo parecer, que pelo seu relator o sr. Faria Azevedo foi aceito lendo o seguinte:

Senhores acionistas.

A comissão que nomeastes para examinar as contas e os livros da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis, vem hoje vos apresentar o seu parecer.

Cônsua da sua insuficiência procurou ela contudo satisfazer o encargo do vosso honroso mandato, reconhecendo a importância do ato que lhe cometestes. Procedeu ela ao mais minucioso exame possível, e folga em poder hoje vir aqui vos dizer que não encontrou nada que mereça censura.

O escritório e os livros foram-lhe completamente franqueados; achou-se tudo na melhor ordem; a escrituração bem organizada e feita com precisão e clareza, segundo o método praticado desde o começo da empresa e continuado por um hábil guarda-livros.

As diferentes verbas e quantias combinam exatamente com aquelas exaradas no balanço que vos foi apresentado, dando em resultado o saldo distribuído de que já tendes conhecimento.

Sendo a comissão nomeada para examinar a escrituração, não pôde entrar na indagação do estado das estações, trem rolante e marítimos, e se estas propriedades valem as quantias que figuram no balanço; pela análise entretanto das somas aplicadas às verbas “Deterioração do material”, e “Fundo de Reserva” pareciam elas distribuídas com cuidado e reflexão de maneira que a comissão aceitou as avaliações com toda a confiança.

E assim, srs. acionistas, já vedes que a comissão com fundamento pode felicitar-se convosco pela posição próspera da nossa companhia, única deste gênero que nasceu e vive sem auxílio alheio, e principalmente quando se lembra de que muitos desesperaram do bom êxito, e outros desanimaram vendo cair em depreciação as ações, desatendendo que nossa empresa se liga estreitamente a primeira fonte da riqueza pública, à produção, que

em um país abençoado como o nosso, facilitando-se-lhe o transporte, deve sempre crescer.

Se pois por algum tempo parecia que as avultadas quantias que confiastes à nossa empresa corriam risco apesar de todos os esforços e de toda a perseverança de uma administração inteligente, ainda mais devemos-nos congratular, senhores acionistas, porque os nossos capitais, os primeiros que se afrontaram a trazer ao país um dos maiores melhoramentos deste século a comissão o crê, estão salvos! Estão salvos porque progredindo as estradas no interior em seguimento da nossa, esta se tornou uma necessidade de que hoje não se pode prescindir mais, e por isso um belo futuro parece aguardar a companhia.

Todos nós acionistas devemos sentir uma grande satisfação nesta esperança, mas maior deve ser aquela que sente a digna e dedicada diretoria e seu zeloso presidente, que por tanto tempo tem guiado a marcha dos negócios sem esmorecer entre os tropeços, sem perder ânimo e perseverança lutando com as contrariedades; e que agora vê seus trabalhos coroados com a tão anelada prosperidade.

Concluindo, senhores acionistas, parece à comissão que sejam aprovadas as contas e que se reconheçam os valiosos serviços prestados pela digna diretoria.

Sala da comissão, 28 de fevereiro de 1867. (Assinados) José Peixoto de Faria Azevedo, Jordan Creuse, Gustavo Gerber.

O sr. Antônio Manoel da Fonseca, pediu esclarecimento sobre os armazéns da Vila Teresa; e lhe foram satisfatoriamente dados pelo sr. Faria Azevedo e presidente; que também agradeceu o sr. presidente por si e pela diretoria as maneiras delicadas por que era [ilegível] o mesmo parecer; que depois foi votado, e unanimemente aprovado. Seguiu-se a eleição da nova diretoria, obtendo os Srs. barão de Mauá cento e um votos, José de Miranda Ribeiro cento e um, Joaquim da Fonseca Guimarães setenta e um, Alexandre Taylor vinte, Alfredo Bartody, Gerber dez, Jordan Creuse dez; e para presidente Joaquim da Fonseca Guimarães dez. Ficando pois a diretoria composta dos três acionistas que maior número de votos obtiveram; e são: barão de Mauá, José de Miranda Ribeiro e Joaquim da Fonseca Guimarães. Isto concluído, e nada havendo mais a tratar, o sr. presidente levantou a sessão.

Pelo que eu que servi como secretário fiz a presente ata, e assino.

José de Miranda Ribeiro.

17ª sessão

À meia hora depois do meio-dia do dia 29 de janeiro do ano de N. S. J. C. de 1862, por convite feito pelos jornais, compareceram na casa à rua da Quitanda nº 185, e sob a presidência do ex.^{mo} sr. barão de Mauá, quinze Srs. acionistas da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis, representando por si e como procuradores de outras cinco mil, setecentos e noventa e cinco ações; a saber: por si, Alexandre

Wagner, Alfredo Basto, Antônio Xavier Noronha Torrezão, Bernardo Casimiro de Freitas, Cristiano Reidner, Diogo Grace Taylor, João Augusto Ferreira de Almeida, Joaquim da Fonseca Guimarães, José Maria do Amaral, José de Miranda Ribeiro, José Teixeira de Abreu Silveira, Luiz Tavares Guerra, Manoel Moutinho de Avilez Carvalho; como gerente da firma de Estevão Benk & Cia., Jorge Creuse, barão de Mauá, também como gerente da Mauá, Mac Gregor & Cia. e como procurador de Amaro Emílio da Veiga, de Antônio Ribeiro Queiroga, de João Inácio Tavares, de Manuel Correia de Aguiar, de Manoel Augusto Ferreira de Almeida, de R. Carruthers e do visconde da Trindade.

E como com tal número de acionistas estivesse preenchido o art. 12 dos estatutos, considerou o Sr. presidente aberta a sessão. Foi depois lida a ata da sessão antecedente, sobre a qual não se suscitando duvida alguma, foi unanimemente aprovada.

Foi lido pelo sr. presidente e distribuído pelos Srs. acionistas presentes, o relatório anual impresso e imediatamente depois se procedeu à eleição dos membros para a comissão do exame de contas, obtendo os srs. Jorge Creuse 66 votos, João Augusto Ferreira de Almeida 62, e José Peixoto de Faria Azevedo 52; seguindo-se Gerber 42, Antônio Alves Ferreira 30, Reidner 24, Pennell 16, Alfredo Basto 14, Henrique José Vieira 10, e Grani 10. Proclamou o Sr. presidente a eleição, pedindo aos respectivos membros houvessem de com oportunidade de darem o seu parecer, para o que seriam de novamente convidados os srs. acionistas para nova reunião.

E agradecendo-lhes deu por finda a sessão. E eu José de Miranda Ribeiro, que como secretário faço, e assino a presente ata.

José de Miranda Ribeiro.

18ª sessão

À uma hora da tarde do dia 27 de fevereiro de 1862, sob a presidência do ex.^{mo} sr. barão de Mauá, por convite feito pelos jornais, compareceram quinze srs. acionistas da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis, representando por si e como procuradores de outros ausentes cinco mil, novecentos e vinte e uma ações; a saber: por si Alexandre Fortuna, Alexandre Wagner, Alfredo Basto, Antônio Alves Ferreira, Cristiano Reidner, Eduardo Augusto Ferreira Braga, João Augusto Ferreira de Almeida, Joaquim da Fonseca Guimarães, José de Miranda Ribeiro, José Peixoto de Faria Azevedo, Luís Tavares Guerra, Manoel Moreira de Aguiar, Manuel Moutinho de Avilez Carvalho, W. H. Holman, barão de Mauá, e como representante de Mauá, Mac Gregor & Cia. e procurador de Bartlett James, Cristiano James, Henrique José Vieira, João Inácio Tavares, Manoel Augusto Ferreira de Almeida, Ricardo Carruthers, visconde da Trindade e Amaro Emílio da Veiga; Jorge Creuse como representante de Estevão Busk, e Joaquim José da Silva Soares, de Soares Sá; e como com tal número estivesse preenchido o que determina o artigo 6º dos nossos esta-

tutos, deu o sr. presidente a sessão por aberta. E dia que se ia ouvir ler o parecer da ilustre comissão de contas; dando a palavra ao respectivo relator, leu o sr. Jorge Creuse, o seguinte:

Senhores acionistas.

A comissão eleita por vós para o exame das contas da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis, vem hoje vos dar conta da sua missão.

Tendo procedido a um exame minucioso nos livros e escrituração da companhia; e conferenciado as verbas com os resultados exarados no relatório, achou tudo exato e conforme com a escrituração. Os livros são escritos com muito asseio e em boa ordem, prestando-se assim com tanta maior facilidade ao exame de qualquer conta. Passando a inspecionar a escrituração durante o período decorrido desde o ultimo relatório, a comissão achou as diversas transações e movimentos da companhia regularmente registrados, e com a clareza conveniente; e parece à comissão que o sistema seguido preenche o fim desejado.

Como a companhia toma sobre si o seguro dos vapores e saveiros, tanto contra o fogo como contra o risco marítimo, a comissão lembra a conveniência de aplicar uma pequena porcentagem à verba do seguro, ou então de aumentar com o equivalente o fundo de reserva, passando a considerar incluído neste o risco do seguro. No mais, as quantias aplicadas às verbas “Deterioração de material”, e “Fundo de reserva” pareciam distribuídos com cuidado e critério.

A comissão, portanto, é de parecer que as contas apresentadas no relatório sejam aprovadas.

Ao terminar o seu trabalho, não pôde a comissão prescindir de uma palavra de felicitação pelo estado de prosperidade não interrompida da companhia; e de uma pequena nuvem aparece no horizonte do futuro, no vaticínio que a Estrada de Ferro de D. Pedro II virá a fazer concorrência à da União e Indústria; esperemos que os esforços do nosso zeloso o ex.^{mo} presidente consigam fazê-la desvanecer, esclarecendo a questão, e tornando manifesto, a quem compete, quão contrário seria aos sãos princípios de economia política permitir que duas belas empresas de vias de comunicação, ambas subvencionadas pelos cofres públicos, mutuamente se guerreassem, dirigindo-se ao mesmo ponto; mormente havendo outras localidades de igual ou maior importância que jazem no isolamento, e para as quais uma destas estradas seria de tão transcendente utilidade e vantagem.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1862 (Assinados) Jordan Creuse, José Peixoto de Faria Azevedo, João Augusto Ferreira de Almeida.

Concluída a leitura, convidou o sr. presidente aos srs. acionistas presentes a elegerem a nova diretoria, fazendo-lhes sentir, que encontrando discordância entre a novíssima lei de agosto de 1860 e o seu respectivo regulamento, hesitava qual a sua verdadeira execução; ao que os Srs. acionistas declararam que se efetuasse a eleição, e depois que o mesmo senhor impetrasse do governo imperial explicações a respeito. Passou-se pois à eleição, obtendo os seguintes votos os srs. barão de Mauá para pré-

sidente 124; e para diretores Joaquim da Fonseca Guimarães 94, e José de Miranda Ribeiro 94; seguindo-se Alfredo Basto 10, Manoel Moreira de Aguiar 10 e José Peixoto de Faria Azevedo 10. Pelo que o sr. presidente por si e pela diretoria agradeceu esta nova prova de estima que acabava de receber; e deu por finda a sessão. Não estando presente o secretário na ocasião da abertura da sessão, não se leu a ata da última reunião, que com a desta se lerá na futura.

Que eu José Miranda Ribeiro, como secretário fiz e assino.

José de Miranda Ribeiro.

19ª sessão

Aos três quartos de hora depois do meio-dia do dia 27 de janeiro de 1863, sob a presidência do ex.^{mo} sr. barão de Mauá a convite feito pelos jornais, compareceram quatorze srs. acionistas da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis, representando por si e como procuradores de outros ausentes cinco mil, setecentos e sessenta e quatro ações; a saber: por si Alfredo Basto, Antônio Joaquim Vieira de Carvalho, Eduardo Augusto Ferreira Braga, Estevão Busk & Cia., John Wilson, Croker Pennell, Joaquim da Fonseca Guimarães, José Maria do Amaral, José de Miranda Ribeiro, José Teixeira de Abreu Silveira, José Xavier Ferreira, W. H. Holman, Roberto Milligan e João Augusto Ferreira de Almeida, barão de Mauá e como representante de Amaro Emílio da Veiga, de Bartlett James, de Cristóvão James, de João Inácio Tavares, de Manoel Augusto Ferreira de Almeida, de Manoel Moreira de Aguiar, de Ricardo Carruthers, de visconde da Trindade e de Mauá, Mac Gregor & Cia., e de Porfírio Ferreira Nunes; e como com tal número estivesse legalizada a reunião deu o sr. presidente por aberta a sessão. Leu o secretário as atas da penúltima e última sessão, que unanimemente foram aprovadas.

O sr. presidente apresentou o relatório anual, que tendo sido publicado nos jornais no mesmo dia, foi dispensado da leitura pelos srs. acionistas; que o receberam.

Foram depois convidados para a eleição da comissão de contas, saindo eleitos:

Os srs. Jordan Creuse 70 votos

Dr. Pennel 70 votos.

José Maria do Amaral 46 votos.

Seguindo-se João Augusto Ferreira de Almeida 20, Bernardo Casimiro de Freitas 15, e Antônio Al. Ferreira.

Foi proclamada a comissão, pedindo o sr. presidente aos respectivos membros que houvessem de com oportunidade de darem o seu parecer, para o que lhes estavam franqueados todos os livros e mais pertences da companhia; e por ser marcada a nova reunião, para o que desde já ficavam convidados todos

os srs. acionistas presentes. E agradecendo-lhes deu por concluída a presente sessão. E eu José de Miranda Ribeiro, como secretário fiz e assino.

José de Miranda Ribeiro.

20ª sessão

À uma hora da tarde do dia vinte um de fevereiro de mil oitocentos e sessenta e três, sob a presidência do ex.^{mo} sr. barão de Mauá, por convite feito pelos jornais, compareceram dez senhores acionistas da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis, representando por si e como procuradores de outros ausentes cinco mil, quinhentos e noventa e uma ações; a saber: por si Alfredo Basto, Antônio Joaquim Vieira de Carvalho, Bernardo Casimiro de Freitas, João Augusto Ferreira de Almeida, Joaquim da Fonseca Guimarães, José Maria do Amaral, Soares & Sá, W. H. Holman, barão de Mauá, e como representante de Mauá, Mac Gregor & Cia., e procurador de Antônio Alves Ferreira, Antônio Ribeiro Queiroga, de Bartlett James, de C. James, de João Inácio Tavares, de Manoel Augusto Ferreira de Almeida, de Manoel Moreira de Aguiar, de R. Carruthers, de R. Milligan, do visconde da Trindade, José de Miranda Ribeiro por si e como procurador de Porfírio Ferreira Nunes, e Jordan Creuse como representante de Estevão Busk & Cia., sendo tal número mais do que exige os estatutos, julgou o Sr. presidente a reunião legalizada, e deu a sessão por aberta.

Em seguida leu o secretário a ata antecedente, que posta pelo Sr. presidente a votação fora unanimemente aprovada.

Seguiu-se pelo relator da comissão a leitura do respectivo parecer que é o seguinte:

II^{mos}. srs. acionistas.

A comissão eleita para examinar as contas e o relatório apresentados pela diretoria da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis, vem agora vos submeter o seu parecer.

Os livros continuam a ser escritos com o mesmo asseio e ordem como até agora; seguindo-se na escrituração o mesmo sistema que, pela clareza e conveniência, já tem sido louvado em exames anteriores.

As verbas e quantias exaradas no balanço apenso ao relatório, conferem com as mesmas contas nos livros; e tudo relativo à escrituração mereceu a aprovação da comissão.

O mesmo não acontece porém a idéia apresentada pela diretoria no seu relatório, de converter o fundo de reserva em ações da mesma companhia.

A comissão hesita em aprovar esta medida, e é de parecer que se a não deva adotar sem larga discussão, e não se acha de todo convencida pelas razões expendidas no relatório.

É um principio reconhecido de utilidade e de prudência conservar o fundo de reserva em dinheiro, e deste princípio se não deva desviar sem o mais acautelado exame; a comissão, sem desenvolver mais a matéria, lembra o inconveniente que haveria se por acaso acontecer algum desastre, ou circunstancia imprevista, que obrigue a companhia a gastos extraordinários; ela se veria sem recursos ou estaria na necessidade de realizar repentinamente as ações que pelo plano proposto, formariam o seu fundo de reserva, e obrigada a lançar mão deste meio, juntamente numa ocasião que o mesmo desastre, e conseguinte depreciação das ações tornaria extremamente inoportuna.

À comissão parece pois que converter o fundo de reserva em ações da própria companhia é desvirtuar a dita verba, que já não seria fundo de reserva porém seria caixa de amortização, que é coisa diversa.

No balanço existe também a verba Locomotoras, na importância de 34:000\$000 rs., que como parece ser empate inútil, a comissão é de parecer que, se a diretoria não tiver alguma bem fundada esperança de em breve utilizar-se delas; seria melhor realizar quanto antes o seu valor, lançando qualquer prejuízo, que houver, ao debito do fundo de reserva.

No mais, a vossa comissão aprova as contas e o relatório. Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1863. (Assinados) – Jordan Creuse, dr. Pennell e José Maria do Amaral, com restrições.

O qual deu as razões por que votara com restrições, não envergando com a comissão do fundo de reserva em ações da companhia, males alguns à companhia, porquanto, no caso de algum imprevisto desastre, o que Deus não preserve, que a companhia encontraria no seu presidente os mesmos recursos, que em outras ocasiões, e estas muito piores do que atualmente, sempre achou, e que ao contrário julgara ser altamente vantajoso à empresa a idéia lembrada pela diretoria. No mesmo sentido falaram os acionistas Bernardo Casimiro de Freitas, Alfredo Basto e o sr. presidente. O sr. Creuse defendeu a sua opinião exarada no parecer, que afinal sendo votado por partes foi unanimemente aprovado o que se refere à aprovação das contas do ano passado; e rejeitada a conclusão contrária ao emprego do fundo de reserva em ações, pelo que só votou o relator da comissão. Em seguida leu o ex.^{mo} sr. presidente, o ofício do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas datado em 30 de janeiro de 1863, que é o seguinte:

Foi presente a Sua Majestade o Imperador o ofício de V. S. de 3 de março do ano passado, no qual comunico conter assembléia geral dos acionistas da Companhia de Navegação por Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis reeleito integralmente sua diretoria, em cuja posse V. S. sobrestara até que o governo imperial decidisse sobre a regularidade do ato da referida assembléia geral. E o mesmo augusto senhor, conformando-se por sua imediata resolução de 16 de julho, com o parecer da Seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado, exarado em consulta de 26 de abril do referido ano, manda declarar que a disposição do § 11 do artigo 2º da lei nº 1.083 de 22 de agosto de 1860 não é aplicada às companhias da natureza da que se trata e que portanto é valida e legítima a reeleição da

diretoria da mencionada companhia. O que comunico a V. S. para seu conhecimento e em resposta ao seu citado ofício. Deus guarde a V. S. (Assinados) João Luiz Vieira Cansanção de Sinimbu. Sr. presidente da Companhia de Navegação e Estrada de Ferro de Petrópolis.

Procedeu-se depois a eleição da diretoria, saindo eleitos: para presidente o sr. barão de Mauá com 75 votos.

José de Miranda Ribeiro 10 votos.

Para diretores: Joaquim da Fonseca Guimarães 75 votos.

José de Miranda Ribeiro: 65 votos.

Alfredo Basto: 20 votos.

Bernardo Casimiro de Freitas: 10 votos.

Compondo-se pois a diretoria das mesmas pessoas que já estavam em exercício; esta pelo órgão do seu presidente agradecendo a nova prova de consideração deu a sessão por concluída.

E eu como secretário lancei esta ata, e assino.

José de Miranda Ribeiro.

21ª sessão

Não se tendo reunido por falta de número no dia 27, compareceram à uma hora da tarde do dia 29 de janeiro de 1864, à Rua da Quitanda nº 185, por convite dos jornais onze Srs. acionistas da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis, representando por si e como procuradores de diversos cinco mil, setecentos e sessenta e duas ações; a saber: por si Alfredo Basto, dr. Caetano Alberto Soares, Diogo G. Taylor, Eduardo A. F. Braga, Joaquim da Fonseca Guimarães, José Xavier Ferreira, barão de Mauá por si e como representante de Mauá, Mac Gregor & Cia., e procurador de Antônio Alz. Ferreira, Antônio Ribeiro Queiroga, João Augusto Ferreira de Almeida, João Inácio Tavares, Manoel Augusto Ferreira de Almeida, Manoel Garcia de Aguiar, Ricardo Carruthers, Roberto Milligan, visconde de Carvalhido, visconde da Trindade, W. H. Holman e da Companhia Petrópolis; Adolfo Manoel Vitório da Costa por si e por Guilherme Frederico Vitório da Costa; José de Miranda Ribeiro por si e por Porfírio Ferreira Nunes; Francisco da Rocha Miranda por si e por d. Ana Leocadia da Costa Moreira; James Bartlet por si e por Cristóvão James.

Com cujo número foi aberta a sessão. Tendo-se já publicado e distribuído o relatório, foi dispensado da leitura. O secretário leu a ata da sessão anterior, que foi aprovada sem nenhuma observação.

Foram convidados os srs. acionistas para votarem em três para a comissão de contas, obtendo os seguintes:

José Pereira de Faro,	72	
José Peixoto de Faria Azevedo	66	São os membros da comissão
Francisco da Rocha Miranda	54	de contas

Seguindo-se:

Alfredo Basto	10
J. Creuse	6
B. C. de Freitas	6
Dr. Victorio	2

Durante o recebimento dos votos, o ex.^{mo} sr. presidente convidou ao diretor Joaquim da Fonseca Guimarães para o substituir, visto como lhe era preciso ir à Câmara dos Deputados. Continuou pois, na presidência o sr. Guimarães; que concluída a apuração declarou membros da comissão os três mais votados; e depois prevenindo aos Srs. acionistas que oportunamente seriam avisados para ouvirem ler o respectivo parecer de contas, deu a sessão por concluída. E eu José de Miranda Ribeiro, que como secretário esta fiz e assino.

José de Miranda Ribeiro.

22^a sessão

À uma hora da tarde do dia vinte nove de fevereiro do ano de mil oitocentos e sessenta e quatro (29 de fevereiro de 1864), compareceram à rua da Quitanda nº 185, por convite feito pelos jornais, nove senhores acionistas da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis, representando por si e como representante e procuradores de diversos cinco mil, setecentos e trinta e cinco ações; a saber: por si Alfredo Basto, Eduardo A. F. Braga, Joaquim da Fonseca Guimarães, José Maria do Amaral, Luiz Tavares Guerra; barão de Mauá, por si, como representante de Mauá, Mac Gregor & Cia. e procuração, e digo como presidente desta mesma companhia, e procuração de Antônio Alz. Ferreira, de Antônio Ribeiro Queiroga, de João Augusto Ferreira de Almeida, de J. Inácio Tavares, de Manoel Augusto Ferreira de Almeida, de Manoel Moreira de Aguiar, de Ricardo Carruthers, de Roberto Milligan, de W. H. Holman, de visconde de Carvalhido, de visconde da Trindade; Bartlett James por si e por Cristóvão James; Francisco da Rocha Miranda por si e por d. Ana Leocádia da Cunha Moreira; José de Miranda Ribeiro por si e por Porfírio Ferreira Neves. Julgando o sr. presidente o ex.^{mo} sr. barão de Mauá, que era número de ações mais do que o exigido nos nossos estatutos deu por aberta a sessão. O secretário leu a ata da última sessão, que unanimemente foi aprovada. Em seguida o ex.^{mo} sr. presidente convidou ao membro presente da comissão de contas, para ler o respectivo parecer, e o sr. Francisco da Rocha Miranda leu: Senhores acionistas.

Honrados com a vossa eleição para examinarmos as contas relativas do ano findo, na forma do artigo 8º dos estatutos que rezam a companhia, procedemos à inspeção dos livros e a confrontação deles com os respectivos documentos, e cumpre-nos declarar que achamos tudo de perfeito

acordo sendo o balanço que vos foi apresentado uma fiel demonstração do estado da companhia.

Pelo que toca à aplicação dada aos lucros líquidos, que importaram Rs. 181:894\$074, de que só se distribuíram Rs. 120:000\$000 em dividendos, acompanhamos o previdente pensar da administração que preferiu cautelosamente reservar mais larga soma para fundo de reserva e deteriorações, resistindo à natural tendência de fazer avultados dividendos, embora com sacrifício do futuro.

As medidas adotadas no intuito de aumentar o tráfego são de crer produzam o resultado que se deseja, e a generosidade com o Sr. barão de Mauá cedeu dois veículos de sua propriedade para a condução de passageiros, entre Inhomirim e a Estrela, a fim de atrair maior número de viajantes é uma nova prova do cavalheirismo de s. ex^a., e do seu constante desvelo pelos interesses sociais.

Resumindo as precedentes considerações é a comissão de parecer:

1^o. Que se aprovem as contas apresentadas.

2^o. Que se votem agradecimentos ao sr. presidente pela solicitude com que continua a promover os interesses da empresa. Rio de Janeiro, 29 de fevereiro de 1864. (Assinados) Francisco da Rocha Miranda e José Peixoto de Faria Azevedo.

Posto a discussão, nenhuma observação sofrendo, deu-se por unanimemente aprovado.

Convidou o ex.^{mo} sr. presidente para a eleição da nova diretoria, aos Srs. acionistas presentes, dando em resultado para presidente, reeleito o ex.^{mo} sr. barão de Mauá 64 votos. José de Miranda Ribeiro 10 votos. Joaquim da Fonseca Guimarães 64 votos. Para diretores, reeleitos: José de Miranda Ribeiro 44 votos, seguindo-se Alfredo Basto 20 votos, José Correia de Aguiar 20 votos.

Reconhecida que fora reeleita a mesma diretoria, esta pelo seu natural órgão o ex.^{mo} sr. presidente, agradeceu mais esta prova de consideração e bondade; e deu-se a sessão por concluída.

Eu, que pelos estatutos sirvo de secretário fiz a presente ata, e a assino.

José de Miranda Ribeiro.

23^a sessão

À uma hora da tarde do dia vinte e oito de janeiro de mil oitocentos e sessenta e cinco, compareceram à rua da Quitanda nº 185, em virtude de convite que se havia feito pelos jornais, onze senhores acionistas da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis, representando por si e por procurações de diversos srs. acionistas cinco mil, oitocentos e cinco ações; a saber: os srs. dr. Adolfo Manoel Vitório da Costa por si e por Guilherme T. Vitório da Costa; Alfredo Basto

por si e por d. Margarida A. Pereira Basto, d. Margarida C. Pereira Basto, barão de Mauá, Antônio Ribeiro Queiroga, Amaro Emílio da Veiga, Antônio Alves Ferreira, João Augusto Ferreira de Almeida, João Inácio Tavares, Manoel Augusto Ferreira de Almeida, R. Carruthers, R. Milligan, visconde de Carvalhido, e visconde da Trindade; Bartley James por si e por Mauá Mac Gregor & Cia., Cristóvão James e W. H. Holman; Bernardo Casimiro de Freitas por si e por Antônio da Silva; José de Miranda Ribeiro por si e por Porfírio Ferreira Nunes; Antônio Joaquim Vieira de Carvalho; Cristiano Rudner; diretoria da companhia pelas suas ações do fundo de reserva; Eduardo Augusto Ferreira Braga; Joaquim da Fonseca Guimarães e José Correia de Aguiar. Estando ausente o presidente o ex.^{mo} sr. barão de Mauá, e presidindo na forma dos estatutos o sr. Joaquim da Fonseca Guimarães, como diretor mais votado, deliberou que como havia número de ações representadas maior do que as exigidas pelos nossos estatutos, dava a sessão por começada. Ofereceu aos srs. acionistas presentes o relatório impresso, pelo que dispensaram a leitura. Seguiu-se pelo secretário a leitura da última ata; sobre a qual não havendo quem fizesse objeção e sendo votada foi unanimemente aprovada. Os srs. acionistas foram convidados a votar em três dentre todos para formar a comissão de exames das contas: obtendo os srs. Bernardo Casimiro de Freitas 67 votos, José Correia de Aguiar 56, José Peixoto de Faria Azevedo 53. Seguindo-se: os Srs. Francisco da Rocha Miranda 120 votos, Samman & Cia 10. votos, Cristiano Rudner 10 votos, José Maria do Amaral 6 votos, Bartley James 5 votos.

Foram pois reconhecidos os três mais votados como formando a dita comissão; e aos que estavam presentes pediu o Sr. presidente que depois de haverem concluído com os seus trabalhos de exames, que houvessem de lhe participar para se poder anunciar a nova reunião da assembléia geral.

Em seguida ponderou o sr. presidente que, conquanto a nossa companhia não tivesse até agora recebido favor algum dos poderes do Estado (isto por indicação do secretário), tinha a diretoria concordado em oferecer ao governo de S. M. I., para facilitar os encargos do Tesouro o transporte gratuito pela estrada de ferro a tudo quanto o governo tivesse de expedir para aquela direção, inclusive tropas e artigos bélicos. E conquanto ela se julgasse autorizada a fazer, dentro dos estatutos, este e outros oferecimentos que podem resultar em bens futuros para nossos acionistas, desejava, para ter toda a força, que os Srs. sócios presentes, que formavam a assembléia geral emitissem francamente a sua opinião. Foi esta idéia muitíssimo bem recebida, unânime e fervorosamente aprovada. Pelo que em seguida se leu o ofício que a diretoria ia dirigir ao governo imperial, que é do teor seguinte:

Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis. Rio, 28 de janeiro de 1865. Il.^{mo} e ex.^{mo} sr.

Diretoria da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis tendo noticia de que o governo imperial tenciona remeter artigos bélicos para a província de Minas Gerais em consequência da invasão de Mato Grosso; e considerando que nas circunstâncias atuais do país é dever comum contribuir cada qual com o seu contingente para aliviar os encargos do Tesouro e facilitar a ação do governo, resolveu ofe-

recer transporte gratuito pela estrada de ferro a tudo quanto o governo imperial por semelhante motivo tenha de expedir naquela direção. E aproveitando a circunstância de reunir-se hoje a assembléia geral dos acionistas, para comunicarlhe a resolução que tomara, em virtude dos plenos poderes administrativos que os estatutos da companhia conferem ao seu presidente; teve a indizível satisfação de ver essa idéia acolhida com o mais patriótico entusiasmo por todos os acionistas presentes, o que se apressa a trazer ao conhecimento de v. ex.^a para os devidos efeitos. Deus guarde v. ex.^a il^{mo}. e ex.^{mo} sr. conselheiro Henrique de Beaurepaire Rohan, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra.

(Assinados).

Joaquim da Fonseca Guimarães.

José de Miranda Ribeiro.

Alfredo Basto.

O sr. presidente agradecendo, deu por finda a sessão. E eu como secretário fiz a presente ata e a assino.

José de Miranda Ribeiro.

24^a sessão

À uma da tarde do dia dezesseis de março de mil oitocentos e sessenta e cinco, a convite, pelos jornais, compareceram à rua da Quitanda nº 185, nove senhores acionistas da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis, representando por si e por procurações de diversos srs. acionistas cinco mil, oitocentos e dezessete votos, digo cinco mil, oitocentos e dezenove ações; a saber: Alfredo Basto, por si e por procuração de barão de Mauá; de Mauá, Mac Gregor & Cia.; de Antônio Alves Ferreira; de Antônio Ribeiro Queiroga; de José Augusto Ferreira de Almeida; de Amaro Emílio da Veiga; de R. Milligan; de João Carlos de Mariz Sarmiento; de João Inácio Tavares; de visconde de Carvalhido; de visconde da Trindade; de Ricardo Carruthers; de Margarida Carlota Pereira Basto; de Margarida Pereira; Augusto Bastos; Bartlett James por si e por Cristóvão James; e W. H. Holman; Bernardo Casimiro de Freitas por si e por Antônio Lara da Silva; Joaquim da Fonseca Guimarães por si e por d. Carolina Hett e d. Michaela Buis; José Peixoto de Faria Azevedo por si e por Banco Rural; José Correia de Aguiar por si e por José Jerônimo Pereira de Mesquita; e d. Maria Júlia de Aguiar Almeida; José de Miranda Ribeiro por si e por Porfírio Ferreira Nunes; Manoel Moutinho d'Ávila Carvalho; José Maria do Amaral; e presidindo o Sr. Joaquim da Fonseca Guimarães, deu a sessão por aberta, começando-se no expediente. O secretário leu a ata antecedente, que foi unanimemente aprovada. O sr. presidente convidou aos membros da comissão para lerem seu relatório; e o sr. José Correia de Aguiar leu o seguinte:

Relatório da comissão de exame das contas e balanço da Companhia de Navegação e Estrada de Ferro de Petrópolis do ano de 1864. Senhores acionistas.

Os membros da comissão por vós eleita para proceder ao exame das contas e balanço do ano findo, vem hoje vos dar conta da sua missão. Procurando satisfazer consciências am.º, a honrosa tarefa que dignastes confiar-lhe, a comissão procedeu a um minucioso exame nos livros da companhia e nos seus respectivos documentos, e lisonjeia-se em poder assegurar-vos que tudo se acha na mais perfeita regularidade, sendo toda a escrituração feita de maneira a dar-nos mais uma prova da inteligência com que é dirigida. O relatório apresentado pela diretoria já vos deve ter orientado sobre o estado de prosperidade em que marcha a nossa empresa, notando a comissão que é ele devido à economia que tem presidido na administração, e à dedicação da diretoria tão bem secundada pelo nosso distinto gerente o sr. Roberto Milligan. Não pode tão pouco a comissão deixar de aprovar a deliberação tomada pela diretoria, da oferta de transporte gratuito para auxiliar o governo imperial nas difíceis emergências em que se acha, certa de que o governo não deixará de apreciar o patriotismo e generosidade desta empresa, que tendo sido a primeira a resolver o problema do estabelecimento de vias férreas no Brasil, foi criada e tem sido sustentada sem o menor sacrifício para os cofres do Estado. Concluindo, é a comissão de parecer que: sejam aprovadas as contas do ano findo; propondo também um voto de agradecimento ao nosso digno presidente. Rio, 16 de março de 1865. (Assinados). Os membros da comissão: José Correia de Aguiar, Bernardo Casimiro de Freitas e José Peixoto de Faria Azevedo.

Posto em discussão, e não havendo quem sobre o parecer se opusesse, e sendo votado foi unanimemente aprovado. Em seguida foram convidados, pelo sr. presidente, os Srs. acionistas presentes a eleger a nova diretoria dando eu resultado a reeleição da mesma diretoria, obtendo o ex.º sr. barão de Mauá votos 79, Joaquim da Fonseca Guimarães 69, José de Miranda Ribeiro 69, Alfredo Basto 20.

Concluída e proclamada a eleição, o sr. presidente lembrou o autorizar-se ao nosso digníssimo presidente o ex.º sr. barão de Mauá para que possa fazer venda e traspasse da referida companhia com todas as suas propriedades, dependências, material e mais haveres, direitos e obrigações a qualquer indivíduo ou associação dentro ou fora do país, como mais conveniente julgar aos interesses sociais, assinando para esse fim as necessárias escrituras.

O que sendo muito bem recebido, e votado unanimemente, deliberou-se que os presentes assinassem tal autorização, e se fosse ouvir aos acionistas presentes para com suas assinaturas poder seguir pelo paquete.

E agradecendo o Sr. presidente em seu nome e da diretoria os favores que lhe foram dispensados, deu a sessão por acabada. E eu como secretário, que esta fiz e assino.

José de Miranda Ribeiro.

Transcreve-se em frente a lista dos acionistas que autorizaram a venda que acima se fala.

24 A

Os abaixo assinados acionistas da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis reunidos nesta data em assembléia geral, pela presente autorizam e dão todos os poderes em direito necessários, sem reserva alguma, ao ex.^{mo} sr. barão de Mauá, e na sua ausência aos srs. Mauá, Mac Gregor & Cia., de Londres, para fazer venda e traspasse da referida companhia com todas as suas propriedades, dependências, material e mais haveres, direitos e obrigações a qualquer indivíduo ou associação, dentro ou fora do país, como mais conveniente julgar aos interesses sociais, assinando para esse fim as necessárias escrituras e documentos, e dando quitação do preço porque efetuar a referida venda: prometendo os abaixo assinados haver por firme e valioso tudo quanto for praticado em virtude dos poderes conferidos nesta procuração.

Rio de Janeiro, 15 de março de 1865.

Acionistas	Ações
pp. Barão de Mauá, Alfredo Bastos	1.435
Mauá, Mac Gregor & Cia.	2.252
pp. Antônio Alves Ferreira	100
pp. Antônio Ribeiro Queiroga	10
pp. de José Carlos de Mariz Sarmiento	10
pp. visconde de Carvalhido	70
pp. visconde da Trindade	20
João Inácio Tavares	30
pp. Augusto Leopoldo de Noronha Torrezão, José Inácio Tavares	20
Joaquim da Fonseca Guimarães	100
José Peixoto de Faria Azevedo	60
José de Miranda Ribeiro	245
José Correia de Aguiar	25
Bernardo Casimiro de Freitas	20
pp. Antônio Lins da Silva, Bernardo Casimiro de Freitas	10
M. M. de Ávila Carvalho	62
Bartlett James	22
pp. de Cristóvão James, Bartlett James	25
Roberto Milligan	180
Alfredo Basto	100
Margarida Augusta Pereira Basto	50
Margarida Carlota Pereira Basto	50
pp. de Amaro Emílio da Veiga	10
pp. de Manuel Augusto Ferreira de Almeida Alfredo Basto	100

pp. de Ricardo Carruthers	200
Eduardo Augusto Ferreira Braga	40
Willian H. Holman	10
Simão Marcolino Fragoso	12
Francisco da Rocha Miranda	40
Como procurador de minha mãe D. Ana Leocádia da C. Moreira	80
José Maria do Amaral	20
Aranaga & Brojan, em liquidação	10
Antonio José Marques de Sá	10
Bento Joaquim Alves Pereira	20
Dr. Adolfo Manoel Vitória da Costa	25
Guilherme Frederico Vitória da Costa	25
Dr. Pennell	200
João Augusto Ferreira de Almeida	50
José Antônio Moreira Filho, em liquidação	50
James G. Taylor	30
pp. de Guilherme Braga A. Taylor	30
José Antônio de Figueiredo Jr.	20
João Antônio Fernandes Pinheiro	40
Caetano Alberto Soares	20
José Mendes de Oliveira Castro	68
pp. F. A. Pecot Lecon & Cia.	25
Cristiano Reidner	58
José Teixeira de Abreu Silveira	100
Luiz Tavares Guerra	33
Joaquim Pereira Vianna de Lima Jr.	20
Militão Máximo de Souza	20
Félix Emilio Taunay	47
Manoel Ferreira Xavier dos Santos	20
Mariano Procópio Ferreira Lage	40
Na qualidade de tutor dos menores filhos do falecido: Francisco Antônio de Carvalho Ribeiro, Antônio Martins Lage	136
José Bernardino Teixeira	200
Luiz Gonçalves da Silva Filho	110
Manoel Francisco Albernaz	20
Como presidente interino da Cia. Joaquim da Fonseca Guimarães	508
Total de ações	7.343

25ª sessão

À uma hora da tarde do dia 5 de fevereiro de mil oitocentos e sessenta e seis, compareceram à rua da Quitanda nº 185, em virtude de convite que pelos jornais se havia feito, nove senhores acionistas da Imperial Companhia de N. a V. e Estrada de Ferro de Petrópolis, representando por si e como procuradores de diversos acionistas cinco mil, setecentos e setenta e quatro ações, sob a presidência do sr. Joaquim da Fonseca Guimarães, que na ausência do ex.^{mo} sr. barão de Mauá a ele pertencia presidir.

Foram os acionistas que compareceram os srs. Joaquim da Fonseca Guimarães, José Correia de Aguiar, Manoel M. de Avilez Carvalho, José Maria do Amaral, Bernardo Casimiro de Freitas, Bartlett James, Alfredo Basto, Eduardo Augusto Ferreira Braga e José de Miranda Ribeiro.

E como já se passasse mais de meia hora além da designada pelos anúncios, resolveu o sr. presidente dar a sessão por aberta, visto ser o número de ações representadas mais do que o exigido pelos estatutos. Seguiu-se pelo secretário a leitura da ata anterior, que foi unanimemente aprovada.

Distribuiu-se o relatório anual, cuja leitura foi dispensada. O senhor presidente convidou aos Srs. acionistas a votarem em três dos que tivessem mais de 50 ações, em observância ao art. 14, para comporem a comissão de exame de contas; saindo eleitos os Srs. José Correia de Aguiar com 48 votos, José Peixoto de Faria Azevedo 34 votos, João Augusto Ferreira & Almeida 30 votos.

Seguindo-se: Bernardo Casimiro de Freitas 24 votos, José Maria do Amaral 20 votos, M. M. Avilez Carvalho 18 votos.

Foram pois reconhecidos os srs. três mais votados para membros de tal comissão, e convidados pelo sr. presidente, para que depois que houvessem feito todos os precisos exames e participassem para se poder marcar o dia da nova reunião da assembléia geral.

Nada mais havendo a tratar deu a sessão por finda. E eu José de Miranda Ribeiro, que como secretário fiz e assino esta ata.

José de Miranda Ribeiro.

26ª sessão

À meia hora depois do meio-dia do dia três de março de mil oitocentos e sessenta e seis, reuniram-se à rua da Quitanda casa nº 185, em virtude do convite pelos jornais, dezoito acionistas da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis, representando por si e como procuradores de diversos acionistas seis mil, quatrocentos e vinte e quatro ações; a saber: Joaquim da Fonseca Guimarães, Alfredo Basto, dr. Adolfo Manoel Vitério da Costa, Antônio Joaquim Dias Braga, Antônio Jerônimo Vieira de Carvalho, Samann, Estevão Busk, Luiz Glz. da Silva Filho, José Antônio Moreira Filho & Cia., José Bernardo Brandão, José Correia de Aguiar, José Jerônimo Pereira de Mesquita, Manoel Moutinho de Avilez Carvalho, José Peixoto de Faria Azevedo, José Pereira de Almeida, como cabeça do seu [*ilegível*] a ex.^{ma} d. Maria Júlia

de Aguiar Almeida, Antônio José Marques de Sá, Francisco da Rocha Miranda e José de Miranda Ribeiro. Representando o sr. Alfredo Basto por: barão de Mauá, Antônio Alz. Ferreira, visconde da Trindade, visconde de Carvalhido, Antônio Ribeiro Queiroga, Manoel Augusto Ferreira de Almeida, R. Carruthers, dr. Vitório por Guilherme Frederico Vitório da Costa, e a diretoria pelas ações da companhia que formam parte do fundo de reserva. Presidiu o senhor Joaquim da Fonseca Guimarães, que deu a sessão por instalada. Lida pelo secretário a ata da última sessão, foi posta a votos, e unanimemente aprovada. O sr. presidente convidou ao relator da comissão de exame de contas para ler o respectivo parecer, que imediatamente pelo sr. José Correia de Aguiar, foi lido o seguinte:

Parecer da comissão de exame de contas da Imperial Companhia de Navegação e Estrada de Ferro de Petrópolis.

Srs. acionistas.

Honrados com a vossa confiança para membros da comissão de exame de contas do ano findo, na forma do art. 8 dos estatutos que regem a nossa associação, procedemos a um minucioso exame nos livros da companhia e seus respectivos documentos, e com prazer podemos assegurar-vos que toda a escrituração se acha na mais perfeita regularidade, sendo o balanço apresentado fiel demonstração do estado da companhia.

A conversão do fundo disponível em ações, cujo principio já foi estabelecido, apresenta vantagens que autorizam a continuação desta transação. Não pode tão pouco a comissão deixar de aplaudir a criação de bilhetes mensais para Petrópolis, tornando assim mais econômica essa viagem; assim como a deliberação comunicada pela diretoria do oferecimento de transporte gratuito aos produtos que concorrendo a Exposição Nacional tenham de transitar por esta estrada.

Concluído é a comissão de parecer que dado um voto de agradecimento ao sr. presidente, sejam aprovadas as contas. Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1866. (Assinados): José Correia de Aguiar, José Peixoto de Faria Azevedo.

O sr. presidente, depois de agradecer a maneira galharda por que foi tratado pela comissão; põe em discussão o mesmo parecer, sobre o qual não havendo quem pedisse a palavra, foi por votação unânime aprovado.

Em seguida foram pelo sr. presidente convidados os srs. acionistas a votarem na eleição da diretoria, em execução ao artigo 15 dos nossos estatutos. Recolheram-se dezessete cédulas, contendo trezentos e cinqüenta e quatro votos; obtendo a [*ilegível*] presidente, o ex.^{mo} barão de Mauá 116; para diretores José de Miranda Ribeiro 96; José Correia de Aguiar 88. Seguindo-se o sr. Alfredo Basto 32; Joaquim da Fonseca Guimarães 22. Total 354 votos.

Proclamada a diretoria, é chamado para ela o sr. Alfredo Basto, para preencher o número exigido pela lei, em consequência da ausência do excelentíssimo Sr. barão de Mauá. E nada havendo mais a tratar deu a sessão por finda. Agradecendo-se aos srs. acionistas a pontualidade nesta reunião. E eu José de Miranda Ribeiro, que como secretário assisti à sessão, faço a ata e a assino.

José de Miranda Ribeiro.

Ata 27^a

Aos dezoito dias do mês de fevereiro de mil oitocentos e sessenta e sete, em virtude do convite feito pelos jornais, achando presentes no escritório da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis à rua Direita nº 52 os Srs. acionistas Alfredo Basto, Bernardo Casimiro de Freitas, Antônio Lira da Silva, Eduardo Augusto Ferreira Braga, José de Miranda Ribeiro, João Inácio Tavares, Antônio Joaquim Vieira de Carvalho e José Corrêa de Aguiar representando por si e como procuradores de diversos acionistas seis mil, cento e vinte e três ações, número suficiente para formar assembléia de acionistas o sr. presidente interino José de Miranda Ribeiro abriu a sessão, e procedendo o secretário à leitura da ata anterior por ela aprovada unanimemente.

Em seguida o sr. presidente distribuiu o relatório anual cuja leitura foi dispensada, convidando depois os srs. acionistas a procederem à eleição da comissão de exame de contas cuja apuração deu o seguinte resultado.

José Peixoto de Faria Azevedo	49 votos
Joaquim da Fonseca Guimarães	49 votos
José Maria do Amaral	41 votos

seguinte-se em votos os srs. Bernardo Casimiro de Freitas 12 e Alfredo Basto 2.

Nada mais havendo a tratar-se o sr. presidente levantou a sessão da qual lavrou a presente ata e como secretário assinou.

José Corrêa d'Aguiar.

Ata 28^a

Aos dois dias do mês de março de mil oitocentos e sessenta e sete, reuniram-se por convite prévio, os acionistas da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis, Alfredo Basto, Bernardo Casimiro de Freitas, Antônio Lira da Silva, Bartlett James, Eduardo Augusto Ferreira Braga, João Inácio Tavares, José Pereira de Almeida por cabeça de sua mulher d. Maria Júlia de Aguiar e Almeida, José Jerônimo Pereira de Mesquita, José de Miranda Ribeiro, José Corrêa de Aguiar, Joaquim da Fonseca Guimarães, José Maria do Amaral, José Peixoto de Faria Azevedo, Manoel Moutinho de Avilez Carvalho, W. H. Holman representando por si e como procuradores de outros acionistas, seis mil, duzentas e oitenta e cinco ações. Havendo número suficiente de ações para formar a assembléia o sr. presidente interino abriu a sessão, sendo lida em seguida pelo secretário a ata da sessão antecedente que foi unanimemente aprovada.

O sr. presidente interino convidou depois a comissão de exame de contas a apresentar o seu trabalho sendo lido o seguinte:

Srs. acionistas.

A comissão por vós eleita na reunião de dezoito de fevereiro próximo passado, para exame das contas desta companhia vem hoje vos dar conta do resultado da sua missão.

Do exame a que procedeu nos livros da companhia, verificou que a escrituração que se acha feita com o maior asseio, está em dia e em completa harmonia com o balanço que foi apresentado.

A comissão tendo tomado na devida consideração a proposta da diretoria a fim de se elevar a 50% o fundo de reserva, continuando como até aqui a empregar-se um fundo em ações da mesma companhia é de parecer que a proposta da diretoria deve ser aprovada.

Em vista, pois, do que a comissão tem a honra de propor-vos.

1º. Que sejam aprovadas as contas fechadas em 31 de dezembro de 1866.

2º. Que seja autorizada a diretoria a requerer ao governo imperial o seguinte aditamento aos nossos estatutos.

O fundo de reserva de que trata o art. 20 dos estatutos aprovados por decreto nº 2.646 de 19 de setembro de 1860 poderá elevar-se até 50% do capital social, continuando a ser empregado em ações da própria companhia; atingido porém aquele máximo cessará a acumulação e os dividendos correspondentes às ações que a companhia possui, entrarão na [ilegível] geral dos lucros partíveis.

Rio de Janeiro, 2 de março de 1867. Assinados: Joaquim da Fonseca Guimarães; José Maria do Amara e José Peixoto de Faria Azevedo.

Posto em discussão o parecer da comissão de contas e não havendo quem pedisse [ilegível] foi aprovado.

O sr. presidente convidou depois os srs. acionistas a procederem à eleição da diretoria que tem de funcionar no presente ano sendo eleitos os srs. barão de Mauá (presidente) 70 votos, José de Miranda Ribeiro 60, José Corrêa de Aguiar 60, (diretores).

Seguindo-se em votos o sr. Alfredo Basto, 20. Proclamada a diretoria e nada mais havendo a tratar o sr. presidente interino levantou a sessão da qual lavro a presente ata e como secretário assino.

José Corrêa de Aguiar.

Ata 29ª

Ao meio-dia de quatro de março de mil oitocentos e sessenta e oito, em virtude do convite pelos jornais, acharam-se presentes na casa à rua Direita nº 52, onze senhores acionistas da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis, presididos pelo respectivo sr. presidente o ex.^{mo} sr. barão de Mauá, representando por si, e como

procuradores; a saber: o ex.^{mo} presidente, por si e como representante da companhia; e como procurador de Alfredo Basto, Antônio Lira da Silva, Bernardo Casimiro de Freitas, Bartley James, Cristóvão James, Manoel Augusto Ferreira de Almeida, Ricardo Carruthers, Roberto Miligan, visconde de Carvalhido e visconde da Trindade, José de Miranda Ribeiro por si e por Porfírio Ferreira Nunes, João Inácio Tavares, José Correia de Aguiar, Eduardo Augusto Ferreira Braga, Antônio Joaquim Vieira de Carvalho, Antônio José Marques de Sá, Samman & Cia., Manoel Martins de Avilez Carvalho, Jordan Creuse, Antônio Ribeiro de Queiroga e W. H. Homann, representando pois seis mil, setecentas e vinte quatro ações, número excedente ao exigido pelo art. 6 do nosso estatuto, quer sejam admitidas quer sejam excluídas as que pertencem à mesma companhia. Pelo que der o ex.^{mo} presidente a assembléia por instalada, fazendo distribuir pelos senhores acionistas o relatório, depois de ter sido pelos mesmos Srs. dispensado da leitura. O secretário leu a ata última, que unanimemente foi aprovada.

Em observância ao art. 14, passou-se a proceder entre os Srs. acionistas de cinquenta e mais ações à eleição da comissão de exame de contas; obtendo maioria absoluta dos presentes; os seguintes srs: José Peixoto de Faria Azevedo, votos 61; Antônio Alves Ferreira, votos 59; Gustavo Gerber, votos 41, seguindo-se-lhe o imediato em votos Jordan Creuse 22

O que sendo proclamado, foi pelo sr. presidente dito aos membros presentes que todos os livros e mais papéis estavam à disposição da comissão; que sobre eles fazendo o seu juízo pudessem designar o dia para que seria convocada novamente a assembléia geral.

E nada havendo mais a tratar, deu-se a sessão por finda. E eu secretário que a tudo assisti, e esta ata faço e assino.

José de Miranda Ribeiro.

Ata 30^a

No dia primeiro de julho de mil oitocentos e sessenta e oito em virtude de convocação feita pelos jornais, reuniram-se no escritório da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis os seguintes senhores acionistas, uns pessoalmente outros representados por seus procuradores, a saber: os senhores barão de Mauá, José de Miranda Ribeiro por si e como representante da companhia, Alfredo Basto, Antônio Lira da Silva, Antônio Ribeiro Queiroga, Bartlett James, Bernardo Casimiro de Freitas, Cristóvão James, Eduardo Braga, João Inácio Tavares, Manoel Augusto Ferreira de Almeida, Manoel Moutinho de Avilez Carvalho, Porfírio Ferreira Nunes, Ricardo Carruthers, Roberto Milligan, Samman & Cia. visconde de Carvalhido e visconde da Trindade, representando todos seis mil, quatrocentos e setenta e oito ações e sendo esse número superior ao exigido pelos estatutos para constituir a assembléia geral, o Sr. José de Miranda Ribeiro, presidente interino da companhia, declarou aberta a sessão e chamou o acionista abaixo assinado para ocupar o lugar de se-

cretário. Lida e aprovada a ata da sessão antecedente o senhor presidente convidou os membros da comissão de exame de contas a apresentar o seu parecer, sendo lido pelo respectivo relator, o sr. José Peixoto de Faria Azevedo, o seguinte: “Senhores acionistas”: a comissão que elegestes na precedente sessão para examinar as contas do último ano social desta companhia, vem vos dar satisfação do honroso encargo que lhe confiastes. Senhores acionistas, o balanço apresentado pela digna administração é o fiel extrato da receita e despesa da companhia, cujas verbas convenientemente documentadas e escrituradas clara e metodicamente, mostram tanto a sua precisão, como o zelo que a diretoria continua a despender com todo o serviço da companhia. Se a comissão tratasse somente da verificação de cifras, nada mais teria ela a expor, porque, como disse, sua exatidão é completa; não podia porém ela deixar de ponderar o período do relatório que nos foi presente, que trata da possibilidade de ser a companhia forçada a liquidar-se e por isso cumpre-lhe acrescentar duas palavras. É certo, senhores acionistas, que a nossa empresa se acha ameaçada de um tão precário fim, visto que cortada em Entre Rios a Estrada União e Indústria pela linha férrea de D. Pedro 2º, esta certamente atrairá grande parte do tráfego que alimenta a de Mauá e assim a redução de interesses a tanto nos pode obrigar; porém se atendermos a solicitude da administração e ao estado da companhia, apresentando a amortização de quatro mil ações e um material conservado e descrito por muito menos do seu custo, em razão da muito louvável dedução anual que tem sofrido, a comissão julga que com um limitado auxílio poderá ela subsistir. Este auxílio, senhores acionistas, nós o devemos esperar da benevolência, equidade e justa apreciação do governo imperial, que não permitirá a extinção de uma empresa que tem prestado anual e gratuitamente serviços ao Estado; a primeira entre todas que se apontou a assentar trilhos de ferro no país, e sem a menor proteção para seus capitais, não baseada em cálculos aéreos mas bem justificados, como o demonstra a receita em nossos balanços, a qual seria suficiente para seguimento da companhia a não ter-se autorizado o aludido encruzamento na Estrada União e Indústria. E se tais considerações não fossem bastante valiosas, aí temos Petrópolis, inquestionavelmente o primeiro lugar salubre nas imediações da corte, quase todos os anos honrado com a presença da augusta família imperial e onde tantos interesses se criaram na confiança da duração de nossa empresa, que não pode nem deve perecer, já pela importância que adquiriu, já porque hoje a comunicação pela nossa estrada é uma necessidade pública. Conclui portanto, a comissão que, com agradecimentos sejam aprovadas as contas apresentadas, e que se recomende à digna diretoria o empenho de sua dedicação para obter do governo imperial o socorro estritamente preciso à manutenção da companhia. Rio de Janeiro, 27 de maio de 1868. (Assinados) José Peixoto de Faria Azevedo, Gustavo Gerber, Antônio Alves Ferreira.

Posto a votos o parecer e aprovadas unanimemente suas conclusões, procedeu-se à eleição da diretoria, sendo o resultado o seguinte: para presidente o sr. barão de Mauá com sessenta votos e para diretores os srs. Alfredo Bastos com sessenta e José de Miranda Ribeiro com cinqüenta,

seguindo-se o sr. Antônio Alves Ferreira com dez votos. Nada mais havendo a tratar o sr. presidente encerrou a sessão de que lavrei esta ata como secretário.

Eduardo Braga.

Ata 31^a

Aos três de março de mil oitocentos e sessenta e nove, em virtude de convocação feita pelos jornais para reunião da assembléia geral da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis, acharam-se representadas sob a presidência do sr. Alfredo Basto sete mil, duzentas e quatro ações pertencentes aos seguintes senhores acionistas: Alfredo Basto, por si e como representante da companhia; José de Miranda Ribeiro, Antônio Joaquim Vieira de Carvalho, Antônio Lira da Silva, barão de Mauá, Bartlett James, Bernardo Casimiro de Freitas, Cristóvão James, Eduardo Braga, João Inácio Tavares, Joaquim Pereira Viana de Lima, John Wilson Croker Pennell, Jordan Creuse, José Blanchoud, José Maria do Amaral, José Xavier Ferreira, Manoel Augusto Ferreira de Almeida, Porfírio Ferreira Nunes, Ricardo Carruthers, Ricardo Soares da Costa Guimarães, Roberto Milligan, Samman & Cia., visconde de Carvalhido, visconde da Trindade e W. H. Holman. Achando-se portanto, constituída a assembléia geral na forma do artigo sexto dos estatutos, o sr. presidente abria a sessão e depois de lida e aprovada sem debate a ata da anterior, apresentou o relatório das operações do ano passado, de que a assembléia dispensou a leitura. Pediu então a palavra o Sr. acionista Viana de Lima e expendeu algumas considerações fundamentando uma moção que mandou à mesa, concebida nos seguintes termos: “Demonstrando o relatório que pela deram o seguinte resultado: os srs. dr. Adolfo Manoel Vitória da Costa, panhia, entregue unicamente a seus recursos, continuar o transporte a vapor de passageiros e cargas, que há quinze anos, com reconhecida vantagem do público e sem auxílio algum do Estado, estabeleceu entre esta Corte e a Raiz da Serra de Petrópolis, proponho que até ao fim do corrente mês se suspendam esses transportes, caso a diretoria, que para esse fim fica desde já autorizada, não possa obter dos interessados na continuação desse sistema de serviço uma compensação que faça face aos prejuízos que ameaçam consumir o resto dos capitais que nesta malfadada empresa empregamos. Rio, 3 de março de 1869. Viana de Lima”. – Depois de algumas observações do sr. presidente e do sr. diretor Miranda Ribeiro, respondidas pelo sr. acionista autor da moção, foi esta submetida à votação e unanimemente aprovada para ser remetida à comissão de exame, que terá de dar parecer a respeito. Passou-se em seguida à eleição dessa comissão e recolheram-se onze cédulas, representando oitenta e dois votos, que apuradas deram o seguinte resultado: os srs. dr. Adolfo Manoel Vitória da Costa, Ricardo Soares da Costa Guimarães e dr. Antônio Alves Ferreira com sessenta e dois votos cada um; seguindo-se na ordem da votação os Srs. José Maria do Amaral e Bernardo Casimiro de Freitas com vinte votos cada um e os srs. Joaquim Pereira Viana de Lima e Jordan Creuse com dez votos

cada um. Proclamado o resultado da eleição e nada mais havendo a tratar, levantou o sr. presidente a sessão de que se lavrou esta ata que vai assinada pelo diretor secretário.

José de Miranda Ribeiro.

Ata 32^a

Aos dezoito de março de mil oitocentos sessenta e nove, em virtude de convocação feita pelos jornais para reunião da assembléia geral da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis, acharam-se representadas sob a presidência do senhor Alfredo Basto sete mil, duzentas trinta e uma ações pertencentes aos seguintes senhores acionistas, uns presentes outros representados por seus procuradores, a saber: Alfredo Basto por si e como representante da companhia, José de Miranda Ribeiro, doutor Adolfo Manoel Vitório da Costa, Antônio Joaquim Vieira de Carvalho, Antônio José Marques de Sá, barão de Mauá, Bartlett James, Cristóvão James, Eduardo Braga, João Inácio Tavares, John Wilson Croker Pennell, Jordan Creuse, José Blanchoud, José Xavier Ferreira, Manoel Augusto Ferreira de Almeida, Manoel Moutinho de Avilez Carvalho, Porfírio Ferreira Nunes, Ricardo Carruthers, Ricardo Soares da Costa Guimarães, Roberto Milligan, Sammann & Cia., visconde de Carvalhido, visconde da Trindade e W. H. Holman. Sendo mais que suficiente esse número para constituir assembléia geral, segundo o artigo sexto dos estatutos, o senhor presidente abria a sessão e, depois de lida e sem debate aprovada a ata da reunião anterior, deu a palavra ao senhor doutor Vitório, relator da comissão de exame de contas, que leu o seguinte parecer: Senhores acionistas. A comissão que foi honrada com vossos sufrágios em assembléia geral de três do corrente mês, vem hoje vos apresentar o resultado de seus trabalhos e pesquisas e sujeitá-lo à vossa ilustrada apreciação. A vossa comissão examinou os livros da companhia com toda a atenção e achou-os escritos com clareza, ordem e nitidez. As contas estão exatas em todas as suas partes. A comissão estudou as novas fases a que a companhia foi repentinamente reduzida pelo decreto nº 4.320 de 13 de janeiro próximo passado, pelo qual o governo imperial em sua sabedoria concedeu favores à Estrada União e Indústria, favores que mataram infalivelmente a nossa empresa, e em prazo muito breve, se a sabedoria do mesmo governo não vier em nosso auxílio. A primeira parte é de simples intuição; com efeito, a Imperial Companhia de Petrópolis está tão ligada à Estrada União e Indústria que uma não podia viver sem a outra; as cargas e passageiros de uma alimentavam a outra. Agora, porém, seguindo os passageiros e cargas pela Estrada de Ferro de D. Pedro 2^o é evidente que a nossa companhia não se pode sustentar. Além do que contém o relatório da presidência, a vossa comissão pede licença para vos apresentar as seguintes considerações. A Estrada de Ferro de D. Pedro 2^o não tem ainda armazéns e vagões suficientes para transportar e arrecadar todas as mercadorias,

com que repentinamente viu aumentar o seu tráfego; e por isso no mês de fevereiro ainda a nossa companhia transportou 14.360 sacos de café: a receita de fevereiro foi de 22:967\$245, sendo a despesa do dito mês 25:398\$810 ficando-nos um déficit de 2:431\$565. A Estrada de Ferro de D. Pedro 2º dirigida agora por um cavalheiro de grande atividade, tenacidade e inteligência, e com os meios que possui o governo geral, bem depressa superará estas dificuldades momentâneas; e nós perderemos este resto de cargas. Os 14.360 sacos de café deram o frete de 6:893\$000; e a importação correspondente deu-nos 50% desta quantia, isto é: 3:446\$000, o que perfaz a soma de 10:339\$000, cuja quantia, junta ao déficit supra de 2:431\$565, faz a soma de 12:770\$565, a qual nós perderemos mensalmente, logo que as cargas faltarem. Esta perda mensal dará por ano cerca de 153:000\$000, juntando o dividendo dos acionistas de 6% em 6.000 ações ou 72:000\$000, temos o nosso alcance anual de 225:000\$000. Ora, tendo a diretoria pedido ao governo uma subvenção anual de 240:000\$000, restaram apenas 15:000\$000 para fundo de reserva, deterioração do material e comissão da diretoria. É portanto óbvio que o nosso pedido é muito racional e apenas para tirar o módico lucro de 6% ao ano.

O governo imperial auxiliando a nossa empresa, não só pratica um ato de equidade, mas também de justiça. A nossa companhia foi a primeira que abriu o caminho para esta grande rede de estradas de ferro, que vai felizmente cobrindo a superfície do Império; nunca recebeu favor algum monetário dos altos poderes do Estado; tem feito grandes serviços do país no tempo de 14 anos; tem tido sempre prontos pontualmente os seus trens especiais para a família imperial, e muitas vezes para os membros do governo; economizou aos cofres públicos grandes somas pelo transporte gratuito de tropas e objetos bélicos, desde o princípio da guerra contra o ditador Lopez; tem feito grandes serviços à corte, a Petrópolis e aos territórios circunvizinhos e se não fosse o supracitado decreto nº 4.320, ela continuaria a viver vida segura, dando a seus acionistas o módico lucro de 6% ao ano, único que recebemos. Enfim senhores acionistas, a nossa companhia acaba de prestar um assinalado serviço na noite de 7 do corrente mês, transportando com grande velocidade e segurança, as 2 ½ horas da manhã Suas Majestades Imperiais para junto do leito do senhor dom Augusto, ansiosos de ver seu neto e neste transe doloroso com os corações partidos, como só pode bem avaliar quem tem filhos. De tudo que fica dito, se deduz o nosso direito. Se a companhia cair pela falta de auxílio pedido, muita gente da corte, de Petrópolis e de suas circunvizinhanças perde consideravelmente; e por fim a nova cidade de Petrópolis desaparecerá. O ilustre presidente foi solícito em reclamar logo do governo imperial algum auxílio para evitar a morte da companhia; qualquer dos três alvitres lembrados pelo presidente satisfaz as nossas necessidades; a vossa comissão viu todos os passos dados pelo presidente em prol dos interesses da nossa companhia, e declara em sua consciência que tem feito quanto humanamente podia fazer. A vossa comissão também atendeu à proposta do nosso honrado consócio Viana de Lima, e julga que é ela quem nos pode salvar de uma perda total, próxima e inevitável. Assim pois a vossa comissão tem a honra de vos propor a seguinte conclusão. 1ª. Que sejam aprovadas as contas e o

relatório da nossa companhia no ano findo; 2º. que o senhor presidente interino seja louvado pelo bom andamento que deu aos negócios da companhia; 3º. que se espere até 31 de março corrente a solução do governo imperial; 4º. que no dia 31 de março pare o serviço da companhia, se a decisão do governo imperial for nula, avisando o público pelos jornais desta resolução desde 25 do corrente março; 5º. que se a decisão for contrária ao nosso pedido, a companhia liquide imediatamente; ficando outrossim a diretoria autorizada com plenos poderes para tratar com o governo; mas sem poder diminuir a quantia estipulada em qualquer dos três quesitos da proposta. Sala das sessões da Estrada de Ferro de Petrópolis, 18 de março de 1869. Assinados: doutor Adolfo Manoel Vitório da Costa; Ricardo Soares da Costa Guimarães; doutor Antônio Alves Ferreira. Posto o parecer em discussão, tomou a palavra o senhor presidente e fez algumas considerações acerca da suspensão do tráfego no fim deste mês, a que respondeu o senhor doutor Vitório, relator da comissão, sendo em seguida unanimemente aprovado o parecer. Passando-se à eleição da diretoria, obtiveram maioria: para presidente o senhor barão de Mauá com cento e doze votos; para diretores os senhores Alfredo Basto com cento e dois votos e José de Miranda Ribeiro com cento e dois votos, seguindo-se os senhores Eduardo Braga e doutor Adolfo Manoel Vitório da Costa com dez votos cada um. Proclamado o resultado da votação, e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente por si e por seus colegas agradeceu a benevolência da assembléia geral e levantou a sessão de que se lavrou esta ata que vai assinada pelo diretor secretário.

José de Miranda Ribeiro.

Ata 33ª

Aos quinze dias do mês de abril do ano de mil oitocentos e sessenta e nove, em virtude de convocação feita pelos jornais para uma reunião extraordinária da assembléia geral da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis, acharam-se representadas sob a presidência do senhor Alfredo Basto sete mil, quinhentas e setenta e nove ações pertencentes aos seguintes senhores acionistas, uns presentes outros representados por seus procuradores, a saber: Alfredo Basto por si e como representante da companhia, José de Miranda Ribeiro, doutor Adolfo Manoel Vitório da Costa, Amaro Emílio da Veiga, doutor Antônio Alves Ferreira, Antônio Joaquim Dias Braga, Antônio Joaquim Vieira de Carvalho, Antônio Ribeiro Queiroga, Augusto Henriques Gonzaga, barão de Mauá, Bartlett James, Bernardo Casimiro de Freitas, Cristóvão James, Estevão Busk & Cia., João Batista da Fonseca, Joaquim Pereira Viana de Lima, John Wilson Croker Pennell, Jordan Creuse, José Maria do Amaral, José Peixoto de Faria Azevedo, José dos Santos Ferreira, José Teixeira de Abreu Silveira, José Xavier Ferreira, Luiz Tavares Guerra, Manoel Augusto Ferreira de Almeida, Manoel Moutinho de Avilez Carvalho, Mariano Procópio Ferreira Lage, Porfírio Ferreira Nunes, Ricardo Carruthers, Ricardo Soares da

Costa Guimarães, Roberto Milligan, Sammann & Cia., Simão Marcolino Fragoso, visconde de Carvalhido e W. H. Holman. Constituída assim a assembléia geral na forma do artigo sexto dos estatutos, o senhor presidente abriu a sessão e, depois de lida e aprovada a ata da reunião anterior, apresentou uma exposição de todas as ocorrências relativas à pretensão da companhia para com o governo imperial, que não tendo sido ainda deferida deu em resultado a suspensão do tráfego no dia trinta e um de março, como fora resolvido pela assembléia geral anterior. Dispensou-se a leitura dessa exposição, que se achava impressa em folheto e se mandou transcrever no *Jornal do Commercio* do dia seguinte. Posta em discussão, pediu a palavra o senhor Ferreira Lage, que fundamentou e mandou à Mesa a seguinte proposta: Proponho. Primeiro. Que a Companhia da Estrada de Ferro de Petrópolis, entre em liquidação, concedendo-se à sua diretoria plenos e ilimitados poderes para desfazer-se como entender mais conveniente de todo o material, que não for estritamente necessário ao serviço de passageiros, bagagens, que poderem ser transportadas na barca de passageiros. Segundo. Que se restabeleça desde já o serviço de passageiros e bagagem três vezes por semana, ida e volta, entre a Prainha e Raiz da Serra, marcando a diretoria as horas em que tal serviço deve ser feito, tendo em vista a maior economia de combustível e de pessoal. Terceiro. Que a diretoria conserve unicamente dois vapores para o transporte de passageiros para Mauá, nos dias designados, empregando-os nos outros dias em serviços dentro da baía com o fim de criar renda; e que alugue para depósito, embarque e desembarque a sua estação da Prainha, reservando somente o espaço necessário para o serviço de passageiros e bagagem. Quarto. Que postas as coisas nestes termos e reduzidas as despesas ao mínimo que for possível, se faça o serviço por administração ou por empresa, segundo for mais conveniente. Quinto. Que a diretoria leve mensalmente ao conhecimento do governo o balancete de sua receita e despesa, suprimindo o déficit (se o houver) com a sua reserva, ou com o produto da venda dos objetos de que possa dispor, a fim de que o governo apreciando o verdadeiro estado da companhia e os sacrifícios a que é obrigada para satisfazer o único serviço que na atualidade pode prestar ao público, resolva o que entender de equidade a favor de uma empresa, que construiu a primeira estrada de ferro no Brasil, sem nunca pesar sobre os cofres públicos e antes lhes granjeando assinaladas economias, e que se hoje não é necessária para o tráfego das cargas do interior, absorvidas pela Estrada de Ferro de Dom Pedro Segundo, nela para o da cidade e município de Petrópolis, que sem prejuízo do público pode ser feito pela Estrela, é todavia indispensável, para o cômodo transporte de passageiros e bagagens entre a Corte e Petrópolis, mormente durante a estação calmosa, que presta relevantes serviços à população da Corte. Em assembléia geral dos senhores acionistas, 15 de abril de 1869. – M. P. Ferreira Lage. – O senhor presidente disse que acabava de receber uma outra proposta, que hesitava se devia ou não apresentar, porquanto seu autor desejava que seu nome só fosse revelado no caso de ser aceita a proposta. Consultada a assembléia geral, opinou o senhor Ferreira Lage pela leitura da proposta sem o nome do proponente e sendo apoiado pelos acionistas presentes, leu o senhor presidente o seguinte: “O abaixo assinado propõe-se a contratar por dez anos o arrendamento do serviço de transportes da

Companhia da Estrada de Ferro de Petrópolis, garantindo a execução do contrato com fiança idônea, ou com uma caução no valor que for arbitrado pela mesma companhia. Sendo porém indispensável que, antes da celebração desse contrato, o proponente possa por si avaliar até que ponto são admissíveis as economias que ele pretende realizar, e qual será o resultado provável da substituição do material rodante e das inovações que ele julga necessário introduzir no serviço quando este for definitivamente contratado, entende o abaixo assinado que primeiramente deve tomar, como ensaio, por dois, quatro ou seis meses, conforme convier à companhia, a administração sob a imediata fiscalização da diretoria, de cuja aprovação ficará dependendo a execução de qualquer ato que houver ele de praticar com relação a esta empresa. Deste modo ficará a companhia habilitada para fazer um contrato que ofereça garantia de boa e fiel execução, e ao mesmo tempo conhecerá qual a soma que deve exigir do proponente como retribuição anual do usufruto da empresa, porque dentro de dois a três meses o corpo legislativo terá deliberado sobre o quantum da subvenção que o Estado deve pagar à companhia. Fica entendido que o proponente durante o tempo de sua administração provisória será responsável pelo déficit que possa ocorrer. Se for aceita a idéia, assinar-se-á um contrato provisório para o fim indicado, prestando o abaixo assinado nessa ocasião uma caução no valor de vinte contos de réis. Rio, 15 de abril de 1869.” – O senhor Ferreira Lage felicitou a assembléia geral e a si próprio pelo aparecimento dessa segunda proposta, que de modo algum contrariava a sua, nem impedia que a diretoria tomasse ambas em consideração. O senhor Viana de Lima fundamentou e mandou à Mesa a seguinte proposta: Proponho que seja nomeada uma comissão de três membros a qual sejam apresentadas as duas propostas que se acabaram de ler, a fim de que à vista do seu parecer a assembléia geral resolva o que julgar melhor a bem dos seus interesses. Rio, 15 de abril de 1869. – Viana de Lima. – O senhor doutor Vitório opinou que a própria diretoria resolvesse a questão à vista das duas propostas, no que foi apoiado pelo senhor Ferreira Lage. O senhor presidente agradeceu em nome da diretoria essa nova prova de confiança, que declarou não poder aceitar por isso que, se convocada esta assembléia geral, foi para que os senhores acionistas, devidamente orientados; deliberassem por si mesmos no sentido que seus interesses lhes aconselhassem. Após mais alguma discussão, em que ainda tomaram parte os senhores Ferreira Lage, Viana de Lima, doutor Vitório, Xavier Ferreira e Gerber, insistindo a diretoria na sua recusa, foi unanimemente aprovada a proposta do senhor Viana de Lima. Indo a proceder-se a eleição da comissão, declarou o senhor Ferreira Lage que, para não se perderem votos, preferia que sendo autor de uma das propostas, não poderia fazer parte da comissão. O senhor presidente instou com aquele senhor acionista para que não privasse a comissão do auxílio de suas luzes, procurando convencê-lo de que não havia aí incompatibilidade; persistindo, porém, o senhor Ferreira Lage na sua opinião, por motivos de delicadeza que cumpria respeitar, convidou o senhor presidente os acionistas presentes a mandarem à Mesa as suas cédulas. Receberam-se dezenove, com cento e trinta e três votos, que apuradas deram o seguinte resultado: Alfredo Basto, sessenta e seis votos; Viana de Lima, sessenta e um; doutor Vitório, quarenta e sete; doutor

Alves Ferreira, quarenta e quatro; Jordan Creuse, quarenta e quatro; Bernardo Casimiro, quarenta; Ferreira Lage, trinta e sete; Queiroga, vinte; Holman, vinte; Guerra, dez; Dias Braga, oito; Gerber, dois; total trezentos noventa e nove votos. O senhor Alfredo Basto declarou que sendo membro da diretoria, não podia fazer parte da comissão; o senhor doutor Alves Ferreira pediu dispensa em atenção a seus muitos afazeres; ficou portanto a comissão composta dos senhores Viana de Lima, doutor Vitório e Jordan Creuse. Anunciado este resultado e nada mais havendo a tratar, levantou o senhor presidente a sessão, de que se lavrou esta ata que vai assinada pelo diretor secretário.

José de Miranda Ribeiro.

Ata 34^a

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de mil oitocentos e sessenta e nove, em virtude de convocação feita pelos jornais para reunião extraordinária da assembléia geral da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis, acharam-se representadas sob a presidência do senhor Alfredo Basto sete mil, cento e dezessete ações pertencentes aos seguintes senhores acionistas, uns presentes outros representados por seus procuradores, a saber: Alfredo Basto por si e como representante da companhia, José de Miranda Ribeiro, doutor Adolfo Manoel Vitório da Costa, Antônio Joaquim Dias Braga, Antônio Joaquim Vieira de Carvalho, Antônio Ribeiro Queiroga, barão de Mauá, Joaquim Pereira Viana de Lima, Jordan Creuse, José Blanchoud, José dos Santos Ferreira, José Teixeira de Abreu Silveira, José Xavier Ferreira, Luiz Tavares Guerra, Manoel Augusto Ferreira de Almeida, Manoel Moutinho de Avilez Carvalho, Mariano Procópio Ferreira Lage, Porfírio Ferreira Nunes, Ricardo Carruthers, Ricardo Soares da Costa Guimarães, Roberto Milligan, Sammann & Cia., visconde de Carvalhido, visconde da Trindade e W. H. Holman. Constituída assim a assembléia geral em número muito superior ao que exige o artigo sexto dos estatutos, o senhor presidente abriu a sessão, lendo o senhor secretário a ata da anterior que foi aprovada sem debate. O relator da comissão ultimamente nomeada apresentou e motivou o seguinte parecer e voto em separado, de que foi dispensada a leitura por já terem sido publicados esses documentos no *Jornal do Commercio* do mesmo dia: “Senhores acionistas. A comissão que na vossa reunião extraordinária em 15 do corrente mês designastes para dar parecer sobre as duas propostas então apresentadas, havendo-as estudado detidamente e conferenciado acerca do seu conteúdo com a diretoria, vem hoje vos submeter o resultado de seus trabalhos. A primeira proposta assinada pelo honrado acionista o Sr. Ferreira Lage, além de algumas idéias de economia já previstas e postas em prática pela diretoria, até onde elas eram exequíveis, encerra mais as seguintes: 1.º. que a companhia entre em liquidação; 2.º. que estabeleça o serviço três vezes por semana. A comissão não pode concordar com a primeira por entender que, antes de liquidar a companhia, con-

viria esperar a decisão final dos poderes do Estado, e que só depois de esgotada toda a esperança de obter o auxílio indispensável é que a companhia se resignará a sua sorte. Quanto a segunda, não pode ter lugar enquanto não houver novação de contrato. Passando a apreciar a segunda proposta, deve a comissão declarar que a julgaria aceitável, se a garantia oferecida pelo proponente fosse realizável logo que o déficit se verificasse, e que infelizmente se não daria. Aqui deveria a comissão, em rigor, terminar o seu trabalho; considerando, porém, a conveniência de indicar-vos algum expediente que, na falta dos propostos, concilie tanto quanto for possível as conveniências públicas e os nossos interesses sociais, anima-se vos apresentar mais algumas considerações. Declarou a diretoria, e consta mesmo do requerimento em que ela solicitou o auxílio do governo, e dos ofícios que subseqüentemente lhe dirigiu, que para determinar o *quantum* da subvenção necessária para a companhia manter-se, tomou por base o serviço cumulativo de passageiros e de cargas, tal qual era desempenhado desde a inauguração do tráfego no 1º de maio de 1854; mas que, tendo recentemente tomado corpo a idéia de restringir-se o nosso serviço ao transporte exclusivo de passageiros e suas bagagens, e constando ser essa ida bem aceita pelo público, conviria proceder a um ensaio para reconhecer tanto o governo como a companhia, exatamente, qual o resultado que daria o serviço assim limitado. Concordando a comissão, portanto, com este pensamento, após madura reflexão, e dando-lhe o desenvolvimento necessário, entende que, a título de experiência, conviria restabelecer por um prazo curto o tráfego de passageiros e suas bagagens, exclusivamente, uma vez que, no intuito de bem avaliar as circunstâncias a que esta empresa ficou reduzida desde que teve execução o contrato celebrado pelo governo imperial com a Companhia União e Indústria, o mesmo governo se digne nomear um agente seu para fiscalizar toda a receita e despesa da companhia e propor toda e qualquer medida que julgar útil, apresentando ao governo um relatório mensal, de que ao mesmo tempo dará cópia à diretoria. Conclui pois, a comissão a sua tarefa, submetendo ao vosso critério a proposta que passa a articular: 1º que se autorize a diretoria a comunicar ao governo imperial que, como experiência, poderá estabelecer-se o tráfego pela forma acima declarada, se o mesmo governo consentir na exclusão das cargas; 2º que apenas lhe seja comunicado o consentimento do Governo e a nomeação do fiscal, faça a diretoria restabelecer o serviço de passageiros e suas bagagens com a maior economia possível; 3º que a experiência de que trata o artigo 1º não poderá durar além de três meses, tempo mais que suficiente para avaliar-se o resultado do serviço assim limitado; 4º que findo o prazo marcado no artigo precedente, se a companhia não tiver obtido o auxílio indispensável, ou uma encampação razoável convoque a diretoria novamente a assembléia geral para resolver definitivamente acerca do futuro da mesma companhia. Rio de Janeiro, 28 de abril de 1869. Assinados: Joaquim Pereira Viana de Lima – vencido quanto à disposição do artigo 3º, por se não haver nele fixado o quantum que se poderá despende com a experiência. Doutor Adolfo Manoel Vitória da Costa, Jordan Creuse”. Senhores acionistas. Divergindo da opinião dos meus honrados colegas na parte do parecer que, marcando o tempo que deve durar a experiência que a comissão vos propõe que se faça, não

fixa igualmente o máximo da soma que em tal experiência se poderá gastar; submeto à vossa apreciação, como voto parcial em separado, a redação que entendi deveria ter o artigo 3º do parecer, a fim de que o aditamento que proponho possa ser discutido separadamente de todas as outras disposições do parecer em que concordei: “Artigo 3º. Que a experiência de que trata o artigo 1º não poderá durar além de três meses, *nem a soma que com ele se despende exceder de vinte contos*, sendo esse prazo de tempo mais que suficiente para avaliar-se o resultado do serviço assim limitado”. Rio, 28 de abril de 1869. Assinado: Joaquim Pereira Viana de Lima. – Postos em discussão o parecer e voto em separado, pediu a palavra o senhor Ferreira Lage para se opor à limitação do prazo e quantia em relação ao ensaio proposto pela comissão; opinando que se desse ampla faculdade à diretoria para proceder a tal respeito conforme as circunstâncias aconselhassem. O senhor doutor Vitório combateu aquela opinião e declarou que, concordando aliás com a restrição expressa no voto em separado anuíra todavia a não consigná-la no parecer, a pedido e sob promessa formal do senhor presidente de que em caso algum a despesa excederia de vinte contos de réis; mas que entendia não se poder prescindir de marcar um limite aos sacrifícios desta empresa. O senhor Geber propôs que se gastasse no ensaio a quantia necessária para se adquirir um conhecimento exato das necessidades da companhia. O senhor Creuse declarou que como membro da comissão, se opusera também à limitação da quantia a despende no ensaio, confiando no critério da diretoria. O senhor Viana de Lima fundamentou o seu voto em separado e declarou que não concordara com os seus honrados colegas em deixar em silêncio o ponto de divergência, apesar da confiança que lhe merece a palavra da diretoria, por ser avesso a tudo quanto são negócios ocultos tratando-se de interesses alheios. O senhor presidente observou que o precedente orador, justificando o seu voto, se servira de expressões que poderiam ser interpretadas de modo desairoso à diretoria; e que tanto ele como o senhor doutor Vitório, aludindo a um incidente que se dera entre a comissão e a diretoria, e que o senhor presidente pedira e obtivera da comissão a promessa de o não fazer público, o obrigavam a completar a confidência explicando tudo quanto se passara e que acabava de merecer do nobre relator da comissão uma qualificação mal soante: declarou pois que, entendendo que o ensaio proposto devia ser livre de restrições para se conhecer com exatidão qual a despesa necessária para manter o serviço, se comprometera com a comissão a indenizar a companhia qualquer excesso de despesa além da soma que ela pretendia fixar; e que ao mesmo tempo pedira que esse compromisso não se tornasse público, o que a comissão lhe prometera. O senhor Viana de Lima, explicando o seu pensamento, declarou que não tivera nem podia ter a menor intenção de ofender a diretoria, mas que retirava a expressão que soara mal ao senhor presidente e assegurava não ter idéia alguma de que se houvesse pedido segredo acerca do compromisso. O senhor doutor Vitório, para cujo testemunho o senhor presidente apelou, declarou que, por haver esquecido essa circunstância, é que aludira ao compromisso, mas que agora se recordava efetivamente do pedido e da promessa de segredo, no que foi acompanhado pelo outro membro da comissão o senhor Creuse.

O senhor Ferreira Lage disse que, parecendo a matéria suficientemente discutida e a assembléia desejosa de votar, pedia que antes do parecer da comissão se pusesse a votos a proposta que apresentara na sessão anterior e que consultava melhor os interesses da empresa por isso que dava mais atitude à diretoria. O senhor presidente ponderou que a proposta do senhor Ferreira Lage fora remetida à comissão cujo parecer era hoje submetido à assembléia geral, e que sobre esse parecer é que devia recair a votação; que por outro lado, também, a diretoria desejava compreender bem o pensamento da assembléia geral para dar-lhe fiel execução; e que se ela tinha incorrido nas censuras de alguns senhores acionistas, não tendo feito mais do que executar as deliberações tomadas em assembléias gerais com o voto desses mesmos acionistas que depois as reprovavam em público, muito mais se exporia a ser censurada se aceitasse o fatal presente de uma autorização ilimitada como a que o precedente orador quisera conferir-lhe. O senhor Ferreira Lage mandou então à Mesa a seguinte emenda: “Proponho que o artigo 3º da proposta da comissão se modifique com a seguinte alteração: em lugar de três meses, diga-se seis meses. Ferreira Lage”. Passando a votar-se o parecer da comissão, salva a emenda do senhor Ferreira Lage, foi aprovado por unanimidade; o voto em separado do senhor Viana de Lima foi rejeitado; e a emenda do senhor Ferreira Lage aprovada por grande maioria. Nada mais havendo a tratar, declarou o senhor presidente que ia imediatamente officiar ao Governo no sentido do parecer e da emenda, e levantou a sessão, de que se lavrou esta ata que vai assinada pelo diretor secretário.

José de Miranda Ribeiro.

Ata 35ª

Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de mil oitocentos e sessenta e nove, em virtude de convocação feita pelos jornais para reunião extraordinária da assembléia geral da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis acharam-se representadas no salão da rua Direita número noventa e dois sob a presidência do senhor Alfredo Basto sete mil, quatrocentas e trinta ações pertencentes aos seguintes senhores acionistas, uns presentes e outros representados por seus procuradores, a saber: Alfredo Basto por si e como representante da companhia, conselheiro doutor Adolfo Manoel Vítório da Costa, coronel Amaro Emílio da Veiga, dona Ana Leocádia da Cunha Moreira, Antônio Joaquim Dias Braga, Antônio Joaquim Vieira de Carvalho, Antônio Lira da Silva, Antônio Ribeiro Queiroga, Aranaga & Bryan, barão de Mauá, Bartlett James, Bernardo Casimiro de Freitas, Cristóvão James, Eduardo Braga, Francisco da Rocha Miranda, Guilherme Frederico Vítório da Costa por seu inventariante, João Carlos de Mariz Sarmiento, João Inácio Tavares, Joaquim Pereira Viana de Lima, John Wilson Croker Pennell, Jordan Creuse, José Corrêa de Aguiar, José Maria do Amaral, José Peixoto de Faria Azevedo, José Teixeira de Abreu Silveira, José Xavier Ferreira, Luiz Tava-

res Guerra, Manoel Maria Bregaro por seu inventariante, Moisés Gomes Travassos e sogro, Ricardo Carruthers, Ricardo Soares da Costa Guimarães, Roberto Milligan, Sammann e Companhia, visconde da Trindade e W. H. Holman. Sendo este número muito superior ao que exige o artigo sexto dos estatutos para constituir assembléia geral, o senhor presidente abriu a sessão e, lamentando o falecimento do honrado diretor o senhor José de Miranda Ribeiro, que por tantos anos prestara seus serviços à companhia, e cuja vaga teria de ser preenchida na primeira sessão ordinária, convidou o senhor W. H. Holman a servir de secretário e ler a ata da reunião anterior que foi aprovada sem debate. O senhor presidente apresentou uma exposição de todas as ocorrências havidas desde a última reunião da assembléia geral, a qual foi impressa no *Jornal do Commercio* de hoje, e pela qual se vê que o serviço tal qual se acha montado deixa um saldo de receita que, embora ténue, tende a crescer e permite esperar o auxílio solicitado dos poderes competentes, concluindo portanto com a recomendação de que o tráfego seja mantido nas condições atuais. Vieram à Mesa as três seguintes propostas: “Proponho: primeiro, que a Companhia da Estrada de Ferro de Petrópolis continue, até que os poderes do Estado resolvam a respeito da subvenção pedida; segundo, que se distribua o dinheiro que está em caixa. Salva a redação. Sala das sessões vinte e oito de novembro de mil oitocentos e sessenta e nove. Conselheiro doutor Vitório.” – “Considerando à vista da dura experiência de que nossos capitais têm sido vítimas, que, depois do pacto entre as estradas de Dom Pedro Segundo e União e Indústria, à nossa companhia impossível lhe é, entregue unicamente a seus recursos, continuar o tráfego para que, com doces ilusões no futuro, foi estabelecida; e considerando mais, que com delongas em informações e averiguações de qual o poder competente para auxiliar a companhia nas suas justas pretensões, assim como que, com o apelo da receita na razão de menor tráfego para a de maior, que se aproxima, e vice-versa, somente procrastinamos uma resolução que finalmente, desenganados, seremos forçados a tomar para salvar de lenta e completa ruína um material, que Deus sabe se terá menos paciência do que nós, proponho que, depois de prévios avisos pelos jornais, se suspenda o tráfego em quinze de dezembro próximo, entrando a companhia desde logo em liquidação. Salva a redação. Rio, vinte e sete de novembro de mil oitocentos e sessenta e nove. Viana de Lima”. – “Proponho que se distribua já um rateio igual o de seis por cento, retirado do fundo disponível, salva a redação. Sala das sessões em vinte e oito de novembro de mil oitocentos e sessenta e nove. Jordan Creuse. – Doutor Vitório”. – Após alguma discussão entre os autores destas propostas e os senhores acionistas Aguiar e Veiga, observou o senhor presidente que, dos fundos existentes em caixa, sessenta contos de réis pertenciam ao fundo de reserva, que na forma do número dezessete do artigo quinto do decreto número dois mil setecentos e onze de dezanove de dezembro de mil oitocentos e sessenta é *exclusivamente destinado para fazer face às perdas do capital social ou para substituí-lo*, não podendo portanto ser distribuído; que dos noventa e seis contos de réis restantes, também não se podia fazer dividendo, visto que o parágrafo oitavo da lei número mil e oitenta e três de vinte e dois de agosto de mil oitocentos e sessenta determina que *só poderão fazer parte dos dividendos dos bancos e*

sociedades anônimas de qualquer natureza os lucros líquidos provenientes de operações efetivamente concluídas no respectivo semestre e que os lucros líquidos do último semestre sendo apenas de um conto trezentos noventa e dois mil trezentos sessenta e nove réis não permitiam um dividendo de seis por cento sobre o capital atual que observaria setenta e dois contos de réis; finalmente, que a distribuição dos fundos existentes só podia ser feita como rateio por conta do capital e que importando isso uma modificação dos estatutos, dependia de aprovação do governo essa diminuição do fundo social; a menos que previamente se resolvesse a liquidação da companhia. Procedendo-se à votação das propostas, foi aprovada a primeira parte da do senhor conselheiro doutor Vitório para que continue o serviço da companhia, julgando-se prejudicada a segunda parte pela proposta que o mesmo senhor assinou conjuntamente com o senhor Jordan Creuse, e igualmente prejudicada a do senhor Viana de Lima, que pediu que ela fosse consignada na ata: a proposta assinada pelos senhores Jordan Creuse e doutor Vitório foi rejeitada. O senhor conselheiro doutor Vitório pediu que se declarasse na ata ser sua opinião que nenhuma aplicação deve ser dada aos noventa e seis contos existentes em caixa, visto não poderem ser distribuídos por fazerem parte do capital, e bem assim que nesta declaração não havia intenção alguma de ofender o melindre da diretoria. O senhor presidente respondeu que o pedido do senhor acionista seria satisfeito e que, agradecendo a sua explicação, devia entretanto declarar que independente dela nada via de ofensivo para a diretoria na manifestação daquela opinião. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão, de que se lavrou esta ata que vai assinada pelo acionista servindo de secretário.

W. H. Holman.

Ata 36^a

Aos dezenove dias do mês de janeiro do ano de mil oitocentos e setenta, em virtude de convocação pelos jornais, reuniram-se no escritório da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis, sob a presidência do senhor comendador Alfredo Basto os seguintes senhores acionistas presentes ou representados por seus procuradores, a saber: os senhores Alfredo Basto por si e como representante da companhia, doutor Adolfo Manoel Vitório da Costa, Amaro Emílio da Veiga, doutor Antônio Alves Ferreira, Antônio Ribeiro Queiroga, barão de Mauá, doutor Bento José Martins, Guilherme Frederico Vitório da Costa, João Inácio Tavares, Jordan Creuse, doutor José Corrêa de Aguiar, José Jerônimo Pereira de Mesquita, José Maria do Amaral, José Peixoto de Faria Azevedo, José Teixeira de Abreu Silva, d. Maria Júlia de Aguiar de Almeida, Ricardo Carruthers, Ricardo Soares da Costa Guimarães, Roberto Milligan, Samman & Companhia e visconde da Trindade representando todos seis mil, quinhentos cinquenta e cinco ações, número muito superior ao que exige o artigo sexto dos estatutos para constituir assembléia geral. O senhor presidente abriu a sessão e convidou o senhor doutor José Corrêa de Aguiar

a servir de secretário. Lida a ata da sessão anterior, que foi aprovada sem debate, apresentou o senhor presidente o relatório das operações do ano passado, que foi distribuído impresso pelos acionistas presentes e remetido às autoridades e pessoas do estilo, dispensando-se a sua leitura. O senhor presidente leu uma proposta do inspetor do tráfego da companhia, o senhor Ricardo Hayden, e propondo que ela fosse submetida ao estudo da comissão de exame assim se venceu. Passando-se em seguida à eleição da comissão de exame recolheram-se quatorze cédulas, sendo oito de dez votos, duas de cinco votos, uma de quatro votos, e três de dois votos cada uma, completando assim cem votos, que apurados deram o seguinte resultado: senhores conselheiro doutor Vitório da Costa, oitenta votos, doutor Bento José Martins sessenta e oito votos, comendador José Peixoto de Faria Azevedo quarenta e oito votos, seguindo-se os senhores Antônio Ribeiro Queiroga vinte e dois, doutor José Corrêa de Aguiar vinte, Ricardo Soares da Costa Guimarães vinte, Jordan Creuse vinte, coronel Amaro Emílio da Veiga dez, Gustavo Gerber dez, Ferreira Alves dois. Proclamado o resultado da votação, o senhor presidente levantou a sessão de que se lavrou esta ata que vai assinada pelo acionista servindo de secretário da assembléia geral.

José Corrêa de Aguiar.

Ata 37^a

Aos quatro dias do mês de fevereiro do ano de mil oitocentos e setenta reuniram no escritório da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis, em virtude de convocação feita pelos jornais, dezesseis senhores acionistas sob a presidência do senhor barão de Mauá, representando todos seis mil, setecentas vinte e cinco ações pertencentes aos seguintes senhores: barão de Mauá por si e como representante da companhia, Alfredo Basto, conselheiro doutor Adolfo Manoel Vitório da Costa, Antônio Joaquim Vieira de Carvalho, Antônio Ribeiro Queiroga, Aranaga & Bryan, doutor Bento José Martins, Guilherme Frederico Vitório da Costa, João Inácio Tavares, Jordan Creuse, José Maria do Amaral, José Peixoto de Faria Azevedo, José Teixeira de Abreu Silveira, Luiz Tavares Guerra, Manoel Moutinho de Avilez Carvalho, Ricardo Carruthers, Ricardo Soares da Costa Guimarães, Roberto Milligan, Sammann e Companhia e visconde da Trindade. Constituída assim a assembléia geral na forma do artigo sexto dos estatutos, abriu o senhor presidente a sessão e convidou o diretor secretário a ler a ata da sessão anterior que foi aprovada sem debate. Pediu então a palavra o senhor doutor Bento José Martins para ler o seguinte parecer: “Senhores acionistas. A comissão nomeada para examinar as contas da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis, e dar o seu parecer relativamente (*o seu parecer relativamente*) à proposta apresentada pelo senhor Ricardo Hayden que se oferece de encarregar-se da administração da mesma companhia sob as condições que constam da mesma proposta, tendo procedido

ao devido exame na escrituração da companhia, é de parecer que as mesmas contas devem ser aprovadas visto como estão conformes a escrituração, e esta pela sua regularidade exclui toda e qualquer dúvida. A comissão entende que a proposta apresentada pelo senhor Ricardo Hayden não pode ser aprovada porque não favorece os interesses da companhia, como melhor será desenvolvido em assembléia geral. A diretoria pela sua inteligência, dedicação e zelo empregados na administração, pelas medidas constantes do relatório a bem da companhia, pela regularidade e ordem que se encontra em todos os livros da escrituração, e pela cessão que fez da comissão a que tinha direito pelos estatutos, merece um voto de agradecimento da parte dos senhores acionistas, a quem a comissão tem a honra de propor. Rio de Janeiro, 1º de fevereiro de 1870. Assinados: conselheiro doutor Adolfo Manoel Vitório da Costa, doutor Bento José Martins, José Peixoto de Faria Azevedo. “Posto este parecer em discussão, explicou o senhor doutor Martins as razões em que se fundara a comissão para julgar inaceitável a proposta do senhor Ricardo Hayden e dando-se a assembléia por satisfeita com essas explicações, pôs o senhor presidente a votos as conclusões do parecer, que foram unanimemente aprovadas. Tomando o senhor presidente a palavra, leu o seguinte discurso: “Senhores acionistas. Achando-me de passagem nesta corte após prolongada ausência e cabendo-me a honra de presidir a esta assembléia geral, aproveito o ensejo para dizer-vos algumas palavras acerca das circunstâncias em que nos colocou o contrato que o governo imperial celebrou com a Companhia União e Indústria a 13 de janeiro do ano passado a fim de chamar para a Estrada de Ferro de D. Pedro 2º a máxima parte do tráfego que alimentava a nossa empresa. Exposições minuciosas que vos foram apresentadas na minha ausência, informaram-vos cabalmente das providências que têm sido adotadas para reduzir ao mínimo a despesa de custeio e aproveitar as fontes de renda que nos restam. Conquanto a receita cubra amplamente a despesa, a sobra ainda assim é insuficiente para o dividendo e fundo de amortização indispensáveis, a fim de que o nosso capital não se aniquile. Por essa razão solicitou-se dos poderes do Estado o auxílio a que se podia julgar com direito a primeira companhia organizada no Brasil para construir e custear uma estrada de ferro, que depois de seis anos de sacrifícios sem jamais ser pesada aos cofres públicos, soube contentar-se com o módico dividendo de seis por cento para constituir um fundo de reserva que aplicou ao resgate de cinquenta por cento das ações emitidas, e que prejudicada agora em seus interesses pede apenas que se lhe garanta às ações restantes aquele módico juro. Circunstâncias que vos são notórias obstaram a que esse auxílio nos fosse concedido já, é, porém minha firme convicção que o obteremos em tempo oportuno, não só pelos títulos que esta companhia tem a algum favor, como porque abandoná-la é aniquilar Petrópolis, onde há valiosos interesses criados na fé de que os poderes competentes jamais deixaram ao desamparo uma povoação fundada sob tão brilhantes auspícios e de que a população desta corte já não pode prescindir, mormente durante a estação cálida. Quando porém, contra a minha expectativa, não prevalecesse a idéia de conceder-nos a insignificante subvenção requerida, sobram meios indiretos de sustentar a companhia criando em Petrópolis asilos, estabelecimentos de instrução e outros que ali se acha-

riam muito mais vantajosamente colocados e que aumentando o tráfego da nossa empresa lhe restituíram as condições de existência de que foi privada. Um governo esclarecido e justo não pode deixar de compreender a necessidade de medidas que assegurem o futuro de Petrópolis e o desta companhia, tão intimamente ligados entre si; cumpre, porém, que a diretoria desta empresa seja incansável em promover essas medidas e em estudar simultaneamente quaisquer meios conducentes à prosperidade da associação. Quanto a mim, sinto profundamente não poder continuar a tomar parte na administração desta empresa, uma das primeiras que me orgulho de haver criado e pela prosperidade da qual farei sempre sinceros votos. Dos dois diretores eleitos no ano passado, é falecido o senhor José de Miranda Ribeiro, a cuja memória nesta ocasião me permitireis pagar o devido tributo de saudade e consideração. O senhor Alfredo Basto, que durante a minha ausência presidiu interinamente a companhia, já vos declarou no seu relatório de 19 do mês findo, que seu mau estado de saúde não lhe permitia continuar a servi-la. Convido-vos portanto a eleger três cavalheiros que reúnam as condições necessárias para o bom desempenho do honroso mandato que ides conferir-lhes e peço-vos que aceiteis a singela expressão do meu reconhecimento pela nunca desmentida confiança que durante tantos anos me haveis dispensado”. O senhor doutor Martins pedindo novamente a palavra propôs que se consignasse na ata um voto de reconhecimento ao senhor barão de Mauá, fundador da companhia, à qual desde a sua criação prestara relevantíssimos serviços na qualidade de seu presidente e que igualmente se fizesse menção na ata do pesar que causa à assembléia a declaração de que tanto o senhor barão como o senhor Alfredo Basto resolveram não aceitar a reeleição. Apoiada esta moção pelos senhores conselheiro Vitório, Queiroga e Guerra, foi posta a votos e unanimemente aprovada. Os senhores presidente e diretor agradeceram esta nova demonstração do apreço e benevolência que acabavam de receber e passando-se à eleição da diretoria vieram à Mesa quinze cédulas representando cento e vinte votos, sendo dez cédulas de dez votos, duas de seis, uma de quatro e duas de dois votos, que apuradas deram o seguinte resultado: para presidente, doutor Bento José Martins, cento e dez votos e barão de Mauá, dez; para diretores, Jordan Creuse, noventa; José Peixoto de Faria Azevedo oitenta; Gustavo Gerber, cinqüenta; conselheiro Vitório, dez e Alfredo Basto dez votos; sendo portanto proclamados: presidente, o senhor doutor Bento José Martins e diretores, os senhores Jordan Creuse e José Peixoto de Faria Azevedo. Concluídos por esta forma os trabalhos da assembléia geral levantou o senhor presidente a sessão, de que se lavrou esta ata que vai assinada pelo diretor secretário.

Alfredo Basto.

Ata 38^a

Aos treze dias do mês de fevereiro do ano de mil oitocentos e setenta e um reuniram-se no escritório da Imperial Companhia de Navegação a

Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis, em virtude de convocação feita pelos jornais, dezoito senhores acionistas, sob a presidência do senhor doutor Bento José Martins, representando seis mil, cento e cinqüenta e nove ações pertencentes aos seguintes senhores: doutor Bento José Martins por si e como representante da companhia, comendador José Peixoto de Faria Azevedo, Ricardo Soares da Costa Guimarães, José Fernando de Almeida, capitão-tenente Antônio Mariano de Azevedo, Simão Marcolino Fragoso, Thomaz Gould, Augusto de Oliveira Peixoto, Antônio Joaquim de Souza, Bento José Martins Filho, João José Vilas Boas, Joaquim Pereira Viana de Lima Júnior, doutor Carlos Conrado de Niemeyer, Sammann & Cia., Luiz Antônio Martins, José Teixeira de Abreu Silveira, Francisco Antônio de Carvalho Ribeiro e José Xavier Ferreira. Assim constituída a assembléia geral, na forma do artigo sexto dos estatutos, o senhor presidente abriu a sessão, e leu uma carta do senhor acionista conselheiro doutor Adolfo Manoel Vitória da Costa em que comunicava não poder assistir à reunião e pedia para não ser contemplado em qualquer votação, visto com que os seus afazeres lhe não permitiam aceitar comissão alguma. Em seguida, a convite do mesmo senhor presidente, passou o senhor diretor secretário a fazer a leitura da ata da sessão anterior, que foi posta em discussão. O senhor Viana de Lima Júnior, pedindo a palavra, fez, sobre o fato de se contar com as cinco mil ações, de propriedade da companhia, para a constituição da assembléia, algumas considerações que foram refutadas pelo senhor Augusto Pinto. Não havendo mais quem falasse sobre a matéria foi a ata aprovada. O senhor presidente apresentou então o relatório das operações do ano passado, que foi distribuído impresso pelos senhores acionistas presentes e remetido às autoridades e pessoas do estilo, sendo dispensada a sua leitura a requerimento do senhor Viana de Lima Júnior. Passando-se depois à eleição da comissão de exame de contas, de que trata o artigo oitavo dos estatutos, recolheram-se dezoito cédulas, sendo treze de dez votos, uma de nove, uma de seis, uma de quatro e duas de dois, completando assim cento e cinqüenta e três votos, que, apurados, deram o seguinte resultado: senhores capitão-tenente Antônio Mariano de Azevedo, cento e dezessete votos; comendador Manoel José de Bessa, cento e onze; comendador José Corrêa de Aguiar, cento e nove; seguindo-se os senhores: conselheiro doutor Adolfo Manoel Vitória da Costa, quarenta e quatro votos; Gerber (sócio representante da firma Sammann & Cia.), quarenta e dois votos; Joaquim Pereira Viana de Lima Júnior trinta e dois votos, e Ricardo Soares da Costa Guimarães quatro votos. Proclamado o resultado da eleição o senhor presidente levantou esta sessão, de que se lavrou a presente ata, que vai assinada pelo diretor secretário e pelo presidente.

Dr. Bento José Martins.

José Peixoto de Faria Azevedo.

Ata 39^a

Aos sete dias do mês de março de mil oitocentos e setenta e um reuniram-se no escritório da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e

Estrada de Ferro de Petrópolis, em virtude de convocação feita pelos jornais, e sob a presidência do sr. dr. Bento José Martins, vinte e sete senhores acionistas, representando seis mil, oitocentas e vinte e uma ações, a saber: Dr. Bento José Martins por si e como representante da companhia, José Fernando de Almeida, comendador José Corrêa de Aguiar, Carlos de Azevedo Cunha, João José Vilas Boas, Joaquim Pereira Viana de Lima Júnior, por si e como procurador do conselheiro dr. Adolfo Manoel Vitório da Costa, capitão-tenente Antônio Mariano de Azevedo, José Xavier Ferreira, Bento José Martins Filho, Antônio Joaquim Vieira de Carvalho, Ricardo Soares da Costa Guimarães, José dos Santos Ferreira, Augusto de Oliveira Pinto, comendador José Peixoto de Faria Azevedo, Luiz Antônio Martins, Thomaz Gould, Simão Marcolino Fragoso, comendador Manoel José de Bessa, Francisco Corrêa da Conceição, Carlos Conrado de Niemeyer, Augusto Henrique Gonzaga, João Martins Cornélio dos Santos, Gustavo Gerber, Manoel Moutinho de Avilez Carvalho e Luiz Tavares Guerra. Achando-se assim constituída a assembléia geral, na forma do artigo sexto dos estatutos, o Sr. presidente declara aberta a sessão.

Procedendo-se à leitura da ata da sessão anterior é aprovada, depois de algumas observações do Sr. Viana de Lima Júnior por não se ter feito nela menção do seu protesto contra a compra das últimas cinco, digo das últimas mil ações, para fundo de reserva, efetuada em 11 de janeiro do ano passado.

O sr. Antônio Mariano de Azevedo, relator da comissão de exame de contas lê o seguinte:

Parecer:

“Srs. acionistas: a comissão, por vós eleita para proceder ao exame das contas e balanço do ano findo, vem hoje vos comunicar o resultado de sua missão.

Para desempenhar conscienciosamente a tarefa que lhe confiastes, procedeu a comissão a minucioso exame nos livros e documentos da companhia, e ficou assim habilitada para garantir-vos que tudo se acha na mais perfeita regularidade, estando a escrituração feita de modo que testemunha a inteligência com que é dirigida.

O relatório apresentado pela diretoria já vos deve ter orientado sobre o estado atual da nossa empresa; notando a comissão que só ao zelo, tino, atividade, e rigorosa economia que presida os atos da administração, se deve o ter se podido encerrar o ano sem maiores prejuízos para a companhia. É portanto de parecer:

Que sejam aprovadas as contas.

Que se dirija um voto de agradecimento à diretoria, pela dedicação com que gerir os negócios da companhia.

Rio de Janeiro, 7 de março de 1871. (Assinado): Antônio Mariano de Azevedo, José Corrêa de Aguiar, Manoel José de Bessa”.

Posto a votos, por não haver quem pedisse a palavra para discussão, é o parecer aprovado unanimemente.

Vem à mesa, e é lida pelo sr. secretário a seguinte proposta, assinada por vários senhores acionistas:

Os abaixo assinados, acionistas da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis, considerando que a mesma companhia não pode continuar nas circunstâncias em que se acha desde janeiro de 1869, visto como um tal estado de coisas acarretará infalivelmente, dentro em pouco tempo, a ruína total do minguado resto de seus capitais; considerando, por outro lado, que o fato de já haver passado em 1ª discussão, na Câmara dos senhores deputados, o projeto de lei que subvenciona a companhia com a quantia que for necessária, dentro do limite de sessenta contos de réis, para se distribuir um dividendo anual de 5%, o que faz crer que os poderes do Estado, reconhecendo os serviços que a nossa empresa presta às duas importantes províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, e a esta capital, estão finalmente resolvidos a sustê-la no abismo em que a precipitara um ato do governo imperial, considerando mais que uma liquidação forçada trará aos acionistas prejuízo quase total, ao passo que uma nova, mas pequena dilação de prazo pode salvar ainda os restos de seus capitais e, sobretudo, evitar a morte de uma empresa que iniciou no país o mais importante ramo do progresso industrial, apresentam a seguinte

Proposta:

1º. A companhia continuará a manter o tráfego, requerendo-se ao governo imperial a modificação da condição 3ª do decreto nº 987 de 12 de junho de 1852, de modo a reduzir à metade o número das viagens redondas que se obrigou a fazer entre esta corte e o porto de Mauá, para usar dessa autorização nos meses de maio a *dezembro* digo, de maio a novembro, em que a receita decresce consideravelmente, sem diminuir a despesa.

2º. Se até o encerramento da próxima sessão da Assembléia Geral Legislativa não houver a companhia obtido o auxílio de que necessita para manutenção de seu serviço, proceder-se-á logo à sua liquidação, ficando para tal fim a diretoria autorizada a proceder pela forma que for mais conveniente aos interesses da associação.

Sala das sessões da assembléia geral da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis, em 7 de março de 1871. (Assinados: João José Vilas Boas, José Fernando de Almeida, José Xavier Ferreira, Carlos de Azevedo Cunha, Thomaz Gould.

Após esta leitura o sr. Viana de Lima Júnior fez também a da seguinte proposta, que tomou o nº 2.

Demonstrada pela assaz longa experiência de quase dois anos não poder a Companhia de Navegação e Estrada de Ferro de Petrópolis sustentar-se unicamente atida a seus recursos, e demonstrado não menos evidentemente que dos poderes do Estado auxílio algum pode ela esperar, proponho o seguinte:

1º. Que a companhia se dissolva e liquide, dividindo em tempo pelos seus acionistas, na razão das ações de que nesse ato forem possuidores, tudo quanto se apurar do ativo constante do balanço ultimamente apresen-

tado; e que desde já, pelos atuais acionistas, sejam na mesma proporção divididos os Rs. 180:673\$560 que segundo o mesmo balanço se acham nos bancos do Brasil, Rural e Hipotecário e em cofre.

2º. Que para dar execução ao disposto no artigo antecedente se nomeie desde já uma comissão composta de *três membros*, digo, de três acionistas (qualquer que seja o número de ações que possuam), a qual ficará *ipso facto* investida de todos os poderes necessários para essa liquidação.

E como, aprovada esta parte da proposta os amplos poderes da diretoria passam à comissão que se nomear, proponho que se não nomeie nova diretoria como estabelece o art. 15 dos estatutos.

3º. Que a liquidação da companhia se faça no improrrogável prazo de dois meses, contados do dia em que for suspenso o tráfego o mais breve possível, se considerações de momento aconselharem que o não faça desde já.

4º. Que além das despesas propriamente classificadas de custeio com o leito da estrada e trens marítimo e rodante, se não gaste das somas acumuladas em caixa depois de 31 de dezembro findo, quantia alguma com reparos, retirando-se do serviço tudo quanto deles necessitar.

5º. Que fique ao prudente arbítrio da comissão a escolha do meio mais pronto e vantajoso de se proceder à alienação dos bens móveis, semoventes e de raiz pertencentes à companhia; convocando a assembléia geral dos acionistas para resolver sobre quaisquer embaraços que porventura se possam apresentar à execução desta deliberação.

6º. Que dada à impossibilidade de para a liquidação da companhia se poder fazer o traspasso do contrato existente a qualquer associação, ou mesmo a qualquer particular que o queira tomar a si, e por conseguinte verificada a indeclinável necessidade de serem separadamente alienados todos os bens móveis, semoventes e de raiz nesse caso que a liquidação finalize passando a companhia a sua custa carta de liberdade aos sete escravos que no último balanço figuram entre os semoventes de sua propriedade. E para esse fim fica desde já a comissão que for nomeada investida de todos os poderes em direito necessários para semelhantes atos.

7º. Que a disposição do art. antecedente seja, independente da transcrição que tem de se fazer da íntegra desta proposta, consignada na ata desta sessão.

Rio de Janeiro, 7 de março de 1871. (Assinado) Viana de Lima.

Posta em discussão a primeira proposta depois de pequeno debate em que tomaram parte os Srs. acionistas: Viana de Lima, Aguiar, Luiz Martins Conceição, Augusto Pinto e Xavier, o senhor Conceição traz à mesa a seguinte

Proposta:

Proponho que se nomeie uma comissão de três membros para dar sua opinião acerca das duas propostas que se acham sobre a mesa. (Assinado) – Conceição”.

Lida e apoiada é aprovada sem discussão; e foram para ela eleitos os senhores: José Corrêa de Aguiar, Antônio Mariano de Azevedo e Manoel José de Bessa.

O sr. presidente declara que se vai proceder à eleição da nova diretoria, e convida os senhores acionistas para trazerem à mesa as suas cédulas.

O sr. Viana de Lima, pedindo a palavra pela ordem, propõe que se adie a eleição para depois que a comissão acima designada apresentar o seu parecer. Os senhores presidente e Augusto Pinto combatem o adiamento, por ser isso contrário ao que se acha expresso nos estatutos. Consultada a assembléia resolve pela eleição, que recaiu nos seguinte senhores: para presidente dr. Bento José Martins, com 172 votos; tendo obtido para diretores os senhores comendador José Peixoto de Faria Azevedo com 149 votos, e Gustavo Gerber com 137. Obtiveram também votos os senhores comendador Bessa 105; conselheiro Dr. Vitório 13, e cinco outros senhores acionistas 10 cada um.

Nada mais havendo a tratar-se o senhor presidente levantou a sessão, da qual se lavrou a presente ata, que é assinada pelo diretor secretário.

José Peixoto de Faria Azevedo.

Ata 40^a

No dia dezesseis de maio, do ano de mil oitocentos e setenta e um, reuniram-se em uma das salas do escritório da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis, em virtude de convocação extraordinária feita pelos jornais, dezoito senhores acionistas representando seis mil, cento e quarenta ações, a saber: dr. Bento José Martins por si e como representante da companhia, comendador José Peixoto de Faria Azevedo, Antônio Joaquim de Souza, João José Vilas Boas, Joaquim Pereira Viana de Lima Júnior, Bento José Martins Filho, José Corrêa de Aguiar, Augusto de Oliveira Pinto, Antônio Mariano de Azevedo, Ricardo Soares da Costa Guimarães, Sammann & Cia., conselheiro doutor Adolfo Manoel Vitório da Costa, Luiz Antônio Martins, Manoel José de Bessa, Francisco Corrêa da Conceição, Thomaz Gould, Carlos de Azevedo Cunha e Carlos Conrado de Niemeyer.

Assim constituída a assembléia, na forma do artigo sexto dos estatutos o sr. presidente abriu a sessão.

Procedendo-se a leitura da ata foi esta aprovada sem discussão.

O sr. presidente comunica à assembléia que o Sr. Gustavo Gerber, alegando motivos que o inibiam de aceitar a eleição com que fora distinguido pelos seus consócios, lhe oficiara resignando o cargo de diretor. Que não prevendo o estatuto a hipótese dada propunha ele presidente, para substituir o sr. Gustavo Gerber, ao sr. comendador Manoel José de Bessa que ficara imediato em votos, e que havia reunido muito mais

de metade dos votos representados: sendo aprovada a proposta unanimemente, é o sr. comendador Bessa declarado diretor.

O sr. comendador José Corrêa de Aguiar, relator da comissão eleita para examinar e dar opinião sobre as duas propostas apresentadas na sessão anterior lê o seguinte

Parecer:

“Senhores acionistas – Honrados com a vossa escolha para examinar e dar opinião sobre as duas propostas apresentadas na sessão de 7 de março último, vimos hoje vos apresentar o nosso trabalho.

Depois de acurado estudo e madura reflexão sobre as duas propostas, somos de parecer que é mais conveniente aos interesses da nossa empresa a aceitação da de nº 1, com a seguinte modificação no final do artigo 2º:

Em vez de: “ficando para tal fim a diretoria autorizada a proceder pela forma que for mais conveniente aos interesses da associação”, diga-se:

“... convocando a diretoria a assembléia geral dos acionistas para resolver-se sobre o meio da liquidação”.

Sala das sessões da assembléia geral dos acionistas da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis em 16 de maio de 1871. (Assinados): José Corrêa de Aguiar, A. Mariano de Azevedo e M. J. de Bessa”.

Posto em discussão falam sobre ele os senhores Viana de Lima, conselheiro Vitório e Aguiar, apresentando o Sr. conselheiro Vitório, verbalmente, o seguinte aditivo:

“Que, no caso de liquidação da companhia, fosse aceito o artigo 6º da proposta apresentada na ultima sessão, pelo sr. Viana de Lima, concedendo liberdade aos escravos da companhia”.

Falam ainda sobre a matéria, além daqueles acionistas os senhores Luiz Martins, Augusto Pinto e Conceição; e, depois de pequeno debate, é aprovado o parecer da comissão e rejeitado o aditivo do sr. conselheiro Vitório.

Nada mais havendo a tratar o sr. presidente levantou a sessão, da qual se lavrou a presente ata, que é assinada pelo diretor secretário.

José Peixoto de Faria Azevedo.

Ata 41ª

No dia 27 de maio de 1871, reuniram-se em uma das salas do escritório da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis, em virtude de convocação extraordinária feita pelos jornais, quarenta e dois senhores acionistas, representando 7.489 ações, a saber: Dr. Bento José Martins, por si e como representante da companhia, comen-

dadores José Peixoto de Faria Azevedo e Manoel José de Bessa, Antônio Joaquim de Souza, Bento José Martins Filho, Augusto de Oliveira Pinto, Carlos Conrado de Niemeyer, José Teixeira de Abreu Silveira, Francisco Teixeira de Miranda, Carlos de Azevedo Cunha, dr. Thomaz Alves Júnior, por si e como procurador de José Fernando d'Almeida, Antônio Mariano de Azevedo, Francisco Corrêa da Conceição, Antônio de Calazans Raythe, Joaquim Pereira Viana de Lima Júnior, Bernardo Casimiro de Freitas (barão da Lagoa), herdeiros de Francisco Antônio de Carvalho Ribeiro, José Jerônimo Pereira de Mesquita, Antônio José Marques de Sá, José Bernardino Teixeira, barão de Mauá, João Inácio Tavares, Antônio Ribeiro Queiroga, Antônio Joaquim Vieira de Carvalho, Ricardo Soares da Costa Guimarães, José dos Santos Ferreira, conselheiro Adolfo Manoel Vitorino da Costa, Antônio Joaquim Dias Braga, João Martins Cornélio dos Santos, Luiz Tavares Guerra, João José Vilas Boas, dr. Antônio da Costa Pinto e Silva, Thomaz Gould, Amaro Emílio da Veiga, conselheiro Joaquim Pereira de Faria, Augusto Henrique Gonzaga, Luiz Antônio Martins, Sammann & Cia., e Simão Marcolino Fragoso. Assim constituída a assembléia, na forma do artigo 6º dos estatutos, o sr. presidente declarou aberta a sessão.

Procedeu-se à leitura da ata da sessão anterior, que foi aprovada sem discussão.

O Sr. secretário leu uma representação que Vicente Atanásio Nunes Pinto, que tomara por contrato a condução das cargas pelo tempo de três anos, contados do 1º de janeiro de 1870, dirigia aos srs. acionistas, protestando pelos prejuízos que lhe pudessem resultar da cessação do serviço da companhia. – A arquivar.

O sr. presidente lê a seguinte

Exposição:

“Srs. acionistas. Em sessão de 16 do corrente deliberou esta assembléia que a diretoria continuasse a manter o tráfego da companhia reduzindo à metade, nos meses de junho a novembro, o número das viagens que se achava obrigada a fazer entre esta corte e o porto de Mauá, a fim de que, com a economia que dessa redução devia resultar, minorassem um pouco os sacrifícios que tínhamos ainda de fazer durante o tempo que aguardávamos a solução do auxílio pedido aos poderes do Estado, auxílio já aprovado em 1ª discussão pela Câmara dos senhores deputados; – e que, se até o encerramento da atual sessão legislativa não se houvesse obtido tal solução, se procedesse à liquidação da companhia, convocando a diretoria a assembléia geral, para resolver-se sobre o meio dessa liquidação.

Feliz, ou infelizmente tivemos a solução mais cedo do que todos contavam; porquanto, no mesmo dia 16, em que a nossa assembléia tomava uma tal deliberação, o projeto que devia salvar os restos de nossos capitais, empenhados em uma empresa digna por certo de melhor sorte, era rejeitado em 2ª discussão, na mesma Câmara que o aprovara em 1ª.

Pela primeira vez no espaço de três sessões legislativas, não nos fizeram os poderes do Estado aguardar por longo tempo a solução de nosso pedido;

e se essa solução não foi a que devíamos esperar da equidade, se não da justiça, traz-nos ao menos o benefício de definir-nos a nossa posição.

Bastava-se o fato de não termos solução alguma até o encerramento das Câmaras, isto é, se podendo nutrir ainda alguma esperança, devia a diretoria convocar a assembléia com o fim de tratar da dissolução da companhia mas obrigada se achava ela a fazer essa convocação, logo que teve uma solução, que nenhuma esperança mais nos deixa alimentar.

Tal é, senhores acionistas, o motivo que hoje aqui nos reúne.

Entretanto, como presidente da companhia, eu não corresponderia à confiança que vos tenho merecido em mais de uma eleição, eu faltaria a um dever de consciência, se deixasse de patentear-vos o meu modo de pensar sobre a nossa liquidação.

Quanto a mim, Srs. acionistas, uma liquidação imediata, qualquer que seja o modo de sua realização; vai trazer-nos imensos prejuízos. As circunstâncias especiais da nossa companhia nos colocam em posição muito melindrosa. O seu principal merecimento mais consiste nos privilégios que lhe concedeu o governo, do que nos diferentes valores que hoje constituem o seu ativo. Rasgando os contratos que nos garantem esses privilégios, e rotos ficam eles desde o momento em que nos declaremos em liquidação, teremos deitado fora a melhor parte do que nos resta de nosso capital.

É-nos, pois, necessária a maior calma na discussão, e o maior critério na resolução que imos tomar, a fim de não agravarmos ainda mais, por nossas próprias mãos, a ferida já bastante profunda que recebemos daqueles de quem devíamos esperar auxílio e conforto.

Nos quatro meses decorridos de janeiro a abril último, que é a época da maior renda da companhia, tivemos de receita Rs. 93:131\$070, e de despesa Rs. 50:020\$940, o que mostra um saldo de Rs. 43: 110\$130, que nos permitiu pagar quase toda a dívida que tínhamos em 31 de dezembro último (Rs. 29:588\$180), e elevar ainda à soma de Rs. 197:906\$420 a parte do nosso fundo social que hoje se acha em dinheiro (e que naquela data era de Rs. 180:673\$560), reparando por esta forma, como dispõe o artigo 20 dos estatutos, uma parte da deterioração que vão sofrendo os valores que constituem o nosso ativo.

Com estes esclarecimentos, e com os que já vos dei no relatório das operações do ano passado, tereis, Srs. acionistas, dados bastantes para tomardes uma deliberação acertada”.

O sr. barão de Mauá, pedindo a palavra faz várias considerações tendentes a provar, que não se achava a companhia em tal estado que se tornasse necessária a medida extrema de sua liquidação; que demonstrando a experiência ser a receita suficiente para cobrir a despesa, ficando ainda um saldo para atender-se à deterioração do material, continuava ele a confiar no futuro da companhia e nos representantes da nação, que afinal reconheceriam os serviços que esta empresa tem prestado ao país, sem nunca lhe ter sido pesada, e que se hoje ela pede um auxílio e como uma compensação do prejuízo que lhe acarretou um ato do governo imperial. O sr. barão de Mauá, conclui mandando à Mesa a seguinte proposta, com a adoção da

qual, em sua opinião, *se poderá ainda que*, digo se poderá esperar ainda que os poderes do Estado fiquem bem convencidos da justiça que assiste à companhia.

Proposta

Sendo de esperar que não deixe afinal de ser amparada pelos poderes do Estado a primeira estrada de ferro construída no Brasil, cujas condições de prosperidade foram confiscadas pelo arranjo efetuado entre o governo e a Companhia União Indústria, proponho o seguinte:

1º. Que continuem as operações da companhia por mais tempo, até ficar provado que seu rendimento por um ano inteiro não alcança para pagar o seu custeio, deterioração de material, e algum dividendo aos acionistas.

2º. Que se considerem amortizadas as cinco mil ações da companhia recolhidas com o produto do excesso dos lucros acima de 6% desaparecendo o fundo de reserva, e fazendo no capital social redução correspondente para ficar representado nos valores reais em mil contos, depois de deduzido o dinheiro em caixa.

3º. Que se realize desde já um dividendo de trinta mil réis por ação, do rendimento acumulado até esta data.

4º. Que se recomende à diretoria procurar todos os meios de criar receita e diminuir a despesa compatível com a conservação do material em bom estado.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 1871. (Assinado) Barão de Mauá.

Lida e apoiada é posta em discussão.

O sr. Viana de Lima pede a palavra e diz que nada mais esperando do prometido auxílio, e coerente com a opinião que sempre tem manifestado, opina pela liquidação, que tanto mais ruínosa será quanto mais espaçada for.

O sr. Augusto Pinto enxerga na proposta uma modificação a fazer nos estatutos e sustenta que aceita pela assembléia, carece ela da aprovação do governo, para ser posta em execução.

Prossegue o debate em que tomam parte os srs. barão de Mauá, A. Silveira, conselheiro Vitório, barão da Lagoa, dr. Costa Pinto, conselheiro Faria e dr. Thomaz Alves, que só vê na proposta o art. 2º que importe modificação do estatuto no seu art. 3º.

Posta a votos por artigos, com exclusão do 4º, que foi dispensado, é a proposta aceita pela assembléia, ficando o art. 2º dependente da aprovação do governo.

Nada mais havendo a tratar o Sr. presidente levantou a sessão, às 2 ³/₄ da tarde, lavrando-se a presente ata que vai assinada pelo diretor secretário – *José Peixoto de Faria Azevedo*.

Ata 42^a

Aos dois dias do mês de março de mil oitocentos e setenta e dois, em virtude de convocação feita pelos jornais para reunião da assembleia geral ordinária, de conformidade com o artigo sete dos estatutos (visto não ter havido número na reunião convocada para vinte e quatro de fevereiro próximo passado), acharam-se presentes quinze senhores acionistas representando mil trezentas vinte e seis ações, a saber: doutor Bento José Martins por si e como representante da companhia, Estevão Busk & Cia., D. Maria Mendes Ribeiro (por seu tutor), Antônio Joaquim Vieira de Carvalho, Dr. Francisco Cândido de Bulhões Ribeiro, Carlos de Azevedo Cunha, Antônio Mariano de Azevedo, Luiz Antônio Martins, Francisco Corrêa da Conceição, J. J. Vilas Boas, Antônio José Marques de Sá, Manoel José de Bessa, Augusto de Oliveira Pinto e Ricardo Soares da Costa Guimarães.

Constituída assim a assembleia na forma do citado artigo sétimo, o sr. presidente abriu a sessão.

Procedeu-se à leitura da ata da sessão anterior e foi unanimemente aprovada sem discussão.

A requerimento do sr. F. C. da Conceição foi dispensada a leitura do relatório e balanço do ano de mil oitocentos e setenta e um, por já terem sido publicados no jornal do dia, além de se acharem impressos sobre a mesa.

O sr. presidente convida os Srs. acionistas a levarem à mesa as suas cédulas para nomeação da comissão a que se refere o art. oitavo dos estatutos.

Feita a apuração verificou-se que ficaram eleitos os Srs. Carlos de Azevedo Cunha, com oitenta e sete votos; Francisco Corrêa da Conceição, com oitenta e cinco e comendador Aguiar com oitenta e um.

Nada mais havendo a tratar o sr. presidente levantou a sessão ao meio-dia.

E do ocorrido se lavrou a presente ata, que assino como diretor secretário.

M. José Bessa.

Ata 43^a

Aos vinte e seis dias do mês de março de mil oitocentos e setenta e dois, em virtude de convocação feita pelos jornais para a reunião da assembleia geral ordinária, de conformidade com o artigo sete dos estatutos, visto não ter havido número na reunião convocada para o dia vinte e um deste mesmo mês, acharam-se presentes quatorze senhores acionistas, representando oitocentas e setenta e uma ações. Assim constituída a assembleia, de conformidade com o citado artigo (7^o) sete o senhor doutor Bento José Martins, presidente da companhia, abriu a sessão.

Leu-se e aprovou-se unanimemente, sem discussão, a ata da sessão anterior.

O senhor Carlos de Azevedo Cunha, relator da comissão de exame de contas, leu o seguinte parecer, que foi aprovado sem discussão, por unanimidade de votos.

PARECER

Senhores acionistas. A comissão por vós eleita para examinar as contas e balanços do ano de 1871, vem apresentar-vos o seu trabalho. Examinou a comissão, com o devido escrupulo, todas as verbas da despesa, confrontando-as com os respectivos documentos, e achou tudo em ordem. Verificou igualmente a exatidão do balanço que se acha apenso ao relatório apresentado na última sessão. A escrituração está em dia, é feita com toda a clareza e asseio, e nela são observadas todas as disposições do estatuto. A redução da despesa é a única medida que pode atenuar a precária situação da nossa empresa, e toda aquela administração que o conseguir terá bem merecido dos acionistas. Neste caso está a administração atual, que conseguiu no ano findo uma redução de Rs. 15:924\$700. Assim, pois, é a comissão de parecer: que sejam aprovadas as contas e balanço do ano de 1871; que se louve a diretoria pelo bem que gerir os negócios da companhia. – Rio de Janeiro, 18 de março de 1872. (Assinados): Carlos de Azevedo Cunha, José Corrêa de Aguiar e Francisco Corrêa da Conceição.

Este parecer foi igualmente aprovado, sem discussão; e em seguida o senhor presidente convidou os senhores acionistas para que, em cumprimento do artigo 15, elegessem a diretoria que tem de funcionar no corrente ano.

Receberam-se quatorze cédulas, representando noventa e cinco votos, e feita a apuração obteve-se o seguinte resultado:

Para presidente o senhor doutor Francisco Cândido de Bulhões Ribeiro, com oitenta e cinco votos; para diretores os senhores comendadores Caetano Pinheiro da Fonseca e Rodrigo Delfim Pereira, o primeiro com oitenta e o segundo com setenta e cinco votos.

Nada mais havendo a tratar o senhor presidente levantou a sessão à uma hora da tarde, lavrando-se a presente ata, que vai assinada pelo diretor secretário.

M. José Bessa.

Ata 44^a

Aos três dias do mês de outubro de mil oitocentos e setenta e dois, em virtude de convocação extraordinária feita pelos jornais, reuniram-se dezesseis senhores acionistas representando 1.684 ações. Assim constituída a

assembléia, de conformidade com o artigo nono dos estatutos, o sr. presidente abriu a sessão ao meio-dia.

Foi lida e aprovada a ata da sessão anterior, sem discussão.

O sr. presidente tomando a palavra declarou que o assunto da convocação era sujeitar à deliberação da assembléia geral uma proposta que recebera, de M. P. Vilas Boas & Cia., para tomarem a si, mediante contrato por cinco anos, o serviço da companhia, garantindo aos acionistas o lucro liquido de cem contos de réis por ano, mediante as condições do contrato proposto, e que ali se achava para ser lido pelos srs. acionistas.

Passando a fazer a leitura da mencionada proposta o sr. presidente a pôs em discussão.

Depois de pequena discussão contra a mesma proposta foi ela rejeitada unanimemente.

Nada mais havendo a tratar levantou-se a sessão, da qual se lavrou a presente ata, que vai assinada pelo sr. diretor secretário.

Caetano Pinheiro da Fonseca.

Ata 45^a

Aos quatro dias do mês de março de mil oitocentos e setenta e três, em uma das salas do escritório da companhia, à rua da Alfândega nº 50, reunidos dezoito senhores acionistas, digo em virtude de convocação feita, pelos jornais, para a segunda reunião ordinária, de conformidade com o artigo sétimo dos estatutos, visto não ter havido número na reunião convocada para o dia 27 de fevereiro, acharam-se presentes dezoito senhores acionistas, representando mil, quatrocentos e cinquenta e duas ações, a saber, os senhores: A. José Marques de Sá, dr. Bulhões Ribeiro por si e como representante da companhia, A. O. Pinto por si e como procurador de D. M. A. Andrade de Bulhões Ribeiro, B. J. Martins Filho, L. A. Martins por si e como procurador do visconde de Carvalhido, A. J.^m Vieira de Carvalho, R. S. da Costa Guimarães, comendador C. P. da Fonseca por si e como procurador de Francisco Tavares Bastos, Dr. H.^e José Teixeira, J.^m Monteiro da Luz como tutor da herdeira de Francisco A. de Carvalho Ribeiro, Francisco José Coelho, conselheiro Vitorio, Hermann Haupt representante de Sammann & Cia. e Carlos de Azevedo Cunha.

O senhor presidente abriu a sessão e o sr. secretário, comendador Pinheiro da Fonseca, procedeu à leitura da ata da sessão anterior, ata que foi unanimemente aprovada, sem discussão.

Dispensada a leitura do relatório, por se achar impresso, o sr. presidente convidou os senhores acionistas a apresentarem suas cédulas para a eleição da comissão de contas de que trata o artigo 14.

Recebidas quinze cédulas, e feita a apuração saíram eleitos os senhores João Martins Cornélio dos Santos, comendador José Corrêa de Aguiar e Hermann Haupt, tendo obtido oitenta e sete votos cada um. Também

obtiveram votos os senhores: barão de Mauá, João Inácio Tavares, conselheiro Vitório e A. J. Vieira de Carvalho; os dois primeiros trinta e cinco cada um, o terceiro trinta e último cinco.

Caetano Pinheiro da Fonseca.

Ata 46^a

Aos três dias do mês de abril de mil oitocentos e setenta e três, em uma das salas do escritório da companhia, à rua da Alfândega número cinquenta, reuniram-se, em virtude de convocação feita pelos jornais para a segunda reunião ordinária de conformidade com o artigo sétimo dos estatutos, visto não ter havido número na reunião convocada para o dia vinte e seis de março, – dezenove acionistas representando mil setecentas sendo superiores aos do ano anterior tiveram contudo um excesso de destuída a assembléia o senhor presidente abriu a sessão.

Leu-se e foi aprovada sem discussão a ata da sessão anterior.

O sr. João Martins Cornélio dos Santos, relator da comissão de contas leu o seguinte:

PARECER

“Cumpre-nos, em virtude do artigo oitavo dos estatutos da nossa companhia, vir dar-vos conta do exame geral por nós feito.

Dos livros apresentados e escriturados em perfeita ordem cronológica verificamos que todas as verbas de que se compõe o ativo e passivo estão de perfeito acordo com o balanço.

Mereceu-nos especial atenção a conta de lucros e perdas, lucros que senta e cinco ações, aliás mil setecentas e noventa ações. Assim constipeza de Rs. 30:240\$130, sendo o resultado final do ano de 1872 menor 25:793\$530 do que o de 1871, que deve ser atribuído principalmente às grandes despesas de custeio da estrada e conserto do vapor *Mauá*; à vista de semelhante resultado parece de prudente conselho que se trate de economizar verbas que sejam suscetíveis de economia.

Não tendo sido possível conseguir o menor auxílio dos poderes do Estado, apesar dos esforços empregados não só pela atual como pelas anteriores diretorias, resta-nos somente o alvitre de aconselhar-vos toda a prudência a fim de salvaguardardes os restos do nosso capital, empregado em boa fé em uma empresa que, por ter prestado muitos serviços ao governo e ao público em geral, merecia de certo alguma atenção, tanto mais que, o estado a que ela ficou reduzida é devido a um ato do próprio governo, isto é, ao decreto nº 4.320 de 13 de janeiro de 1869.

Também é nossa opinião que se deve manter a boa prática da compra (por propostas) de novas ações para emprego da quantia de Rs.

60:000\$000 pertencentes ao fundo de reserva, em cumprimento do artigo 20 dos estatutos.

Finalmente julgamos digna de louvor a atual diretoria pelos serviços prestados durante a sua administração.

Resumindo propomos:

1º. Que sejam aprovadas as compras do ano de 1872, digo, as contas do ano de 1872.

2º. Que se empregue o saldo de Rs. 60:000\$000 na compra de novas ações para aumento do fundo de reserva.

Que se louve à diretoria pelos serviços prestados.

Rio de Janeiro, 26 de março de 1873. (Assinados): João Martins Cornélio dos Santos, Hermann Haupt, José Corrêa de Aguiar”.

Posto o parecer em discussão e ninguém pedindo a palavra o senhor presidente o submete à aprovação da assembléia, que o aprova unanimemente.

Em seguida o mesmo senhor presidente até convida os senhores acionistas presentes a trazerem à mesa as suas cédulas para a eleição da diretoria que tem de servir no corrente ano.

Foram recebidas doze cédulas representando cento e dez votos, e procedendo-se à apuração saíram eleitos: presidente o senhor doutor Francisco Cândido de Bulhões Ribeiro, por cem votos; e diretores os senhores comendadores Caetano Pinheiro da Fonseca e Rodrigo Delfim Pereira com cem votos cada um.

O senhor João Martins Cornélio dos Santos obteve também dez votos para presidente e vinte para diretor.

Nada mais havendo a tratar-se o senhor presidente levantou a sessão à uma hora da tarde, e dela se lavrou a presente ata, que é assinada pelo senhor diretor secretário.

Caetano Pinheiro da Fonseca.

Ata 47^a

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de mil oitocentos e setenta e quatro, em virtude de convocação feita pelos jornais para a primeira reunião ordinária da assembléia geral da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferrp de Petrópolis, acharam-se representados no escritório da mesma companhia, à rua da Alfândega (nº 50) número cinquenta, duas mil trezentas e oitenta e quatro ações, pertencentes aos seguintes senhores por si e por seus procuradores: dr. Francisco Cândido de Bulhões Ribeiro, por si e como representante da companhia, conselheiro dr. Vitório, herdeiros de Guilherme Frederico Vitório da Costa, Augusto Pinto, Luiz Antônio Martins, visconde de Carvalhido, Honório de Araújo

Maia, Francisco Joaquim de Castro, Antônio Mariano de Azevedo, Daniel da Silva Machado, A. C. Brack Moraes da Silva, Carlos de Azevedo Cunha, Bento José Martins Filho, dr. Henrique José Teixeira, Antônio Joaquim Vieira de Carvalho, Diogo Gracie Taylor, Ricardo Soares da Costa Guimarães, comendador Caetano Pinheiro da Fonseca, Paulino Pacheco Cornélio de Souza, Estevão Busk & Cia. (Stanley Youle), João Martins Cornélio dos Santos e Joaquim Pereira de Faria.

Assim constituída a assembléia, de conformidade com o artigo sexto dos estatutos, o senhor presidente abriu a sessão.

Procedeu-se à leitura da ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem discussão.

O senhor presidente apresentou o relatório e balanço do ano de mil oitocentos e setenta e três, sendo dispensada a leitura por se achar impresso.

O mesmo senhor presidente propôs que fosse cometido à comissão que tinha de ser eleita para o exame das contas e balanço apresentados, o que ele presidente lembrava em seu relatório se fizesse no material da companhia.

Esta proposta foi aprovada unanimemente sem discussão.

No momento de proceder-se à eleição o senhor conselheiro doutor Vitório pediu a palavra, ponderando-lhe o senhor presidente que lha não podia conceder, por ter já passado a ocasião oportuna.

Correndo o escrutínio foram eleitos os senhores: João Martins Cornélio dos Santos por cento quarenta e oito votos, Stanley Youle por cento quarenta e quatro, e Francisco Joaquim de Castro por cento e vinte e nove.

Também obtiveram votos os senhores: conselheiro Vitório trinta e cinco, Antônio Mariano de Azevedo, Antônio Joaquim Vieira de Carvalho e Joaquim Pereira de Faria, dez cada um, e Ricardo Soares da Costa Guimarães, seis.

O senhor conselheiro Vitório pedindo a palavra pela ordem, disse que tinha por fim explicar os motivos que o levaram a pedir pouco antes a palavra, que lhe fora negada pelo senhor presidente. Que não era sua intenção estabelecer discussão sobre a proposta, mas somente pedir que fossem mais amplos os poderes que se iam conceder à comissão, a qual não se deveria limitar ao exame do material da companhia, sim também de estudar e propor os meios de sair a empresa da apatia em que se achava já por cinco anos, a ver se os acionistas poderiam colher algum benefício dos seus capitais. O senhor presidente justificou com os estatutos a recusa que fora obrigado a fazer a tão distinto consócio, e acrescentou que o pensamento da idéia que sugerira no relatório, e a que se referia o senhor conselheiro Vitório, era o mesmo que sua excelência acabava de indicar; e que supunha havê-lo enunciado.

Nada mais havendo a tratar o senhor presidente levantou a sessão, da qual se lavrou a presente ata, que vai assinada pelo senhor diretor secretário.

Caetano Pinheiro da Fonseca.

Ata 48ª

Aos dezesseis dias do mês de abril de mil oitocentos e setenta e quatro em virtude de convocação feita pelos jornais para reunião ordinária da assembléia geral acharam-se representadas, sob a presidência do senhor doutor Francisco Cândido de Bulhões Ribeiro, duas mil, trezentas e noventa e cinco ações representadas por vinte e quatro senhores acionistas, presentes uns por si, outros por seus procuradores, a saber: doutor Bulhões Ribeiro por si e como representante da companhia, J. M. Cornélio dos Santos, F. J. de Castro, doutor Henrique J. Teixeira, conselheiro Vitório por si e como procurador dos herdeiros de G. F. Vitório da Costa, doutor Joaquim Cornélio dos Santos, Daniel da Silva Machado, Ricardo Soares da Costa Guimarães, Carlos de Azevedo Cunha, Augusto C. Brack Moraes e Silva, Antônio José Marques de Sá, Bento José Martins Filho, Augusto Pinto, Luiz Antônio Martins por si e como procurador do visconde de Carvalhido, comendador C. P. da Fonseca por si e como procurador do conde da Estrela, A. J. Vieira de Carvalho, João Inácio Tavares por si e como procurador de D. Edeltrudes Veiga de Ataíde Moncorvo, Francisco Teixeira de Miranda, Diogo Grace Taylor, Joaquim Pereira de Faria, Hermenegildo Duarte Monteiro, Antônio Mariano de Azevedo, Stanley Youle, representante da Casa Estevão Busk & Cia., Joaquim Corrêa de Azevedo, Paulino Pacheco Cornélio de Souza.

Assim constituída a assembléia geral de conformidade com o artigo sexto dos estatutos o senhor presidente abriu a sessão, e depois de lida, e aprovada sem debate a ata da sessão anterior, deu a palavra ao senhor João Martins Cornélio dos Santos, relator da comissão de contas, que passou a ler o seguinte parecer:

“Senhores acionistas – Além do exame das contas e balanços do ano de 1873, cometeste-nos o do estado de todo o material da companhia, e o encargo de sugerir os meios que entendêssemos convenientes para melhorar as condições desta empresa.

Reconhecendo a nossa insuficiência para semelhante comissão, cujo cabal desempenho exigia conhecimentos profissionais, julgamos todavia dever aceitá-la por deferência para com a assembléia.

Contas e balanço de 1873: o balanço anexo ao relatório apresentado à assembléia em 26 de fevereiro último, confere com o que se acha lançado no livro Diário.

A despesa acha-se toda documentada, a escrituração está em dia e é feita com esmero.

Julgamo-nos dispensados de aduzir aqui novas considerações sobre o contínuo aumento da despesa, além das que já expendeu a presidência no relatório acima citado. O exame do material nos deu a explicação desse aumento progressivo, o qual talvez se possa atalhar com as medidas que abaixo indicamos.

Material: não podia estar na mente da assembléia que indivíduos dedicados ao comércio pudessem por si só satisfazer uma incumbência que demanda conhecimentos especiais de engenharia. Honrando-nos, pois, com

a sua confiança para tão melindroso exame, a assembléa autorizava-nos implicitamente a buscar o auxílio profissional que nos guiasse nesta tarefa.

“Recorremos, pois, a um engenheiro de reconhecida aptidão, o sr. Bartolomeu Hayden, o qual nos apresentou uma circunstanciada exposição que serviu de base para o nosso exame.

“Convém mencionar aqui que a Presidência não havia descurado este ponto. Anteriormente à apresentação do seu relatório deste ano, exigira ela do engenheiro da companhia uma notícia exata de todo o material rodante e flutuante, estações, via férrea e leito da estrada. A informação prestada por este engenheiro, em 30 de outubro do ano passado, e que a Presidência espontaneamente pôs à nossa disposição, está de acordo com o que expendeu o engenheiro por nós encarregado de igual tarefa.

“Entendemos dever expor-vos com franqueza que o estado do nosso material não é lisonjeiro, que parte dele carece desde já de importantes reparos, e parte não pode deixar de ser quanto antes renovado ou substituído.

“Para este estado de coisas concorreram poderosamente as resoluções de passadas assembléas, que tolheram os braços à administração da companhia, *impossibilitando-lhe repetidas vezes*, digo, impondo-lhes repetidas vezes severas economias, que foram talvez um pouco exageradamente observadas.

“Não podem nem devem estas nossas palavras ser consideradas como uma censura à administração da companhia. Ela tem a sua justificação nas citadas resoluções, no excessivo algarismo que apesar disso apresenta a despesa, e finalmente nos reclamamos que fez no relatório de 27 de fevereiro (p. 11) para se libertar dessa peia.

“Deveríamos talvez dar-vos aqui o resumo das opiniões emitidas pelos dois engenheiros; pareceu-nos, porém, mais acertado submeter-vos os próprios relatórios, que a este anexamos, para que os aprecieis por vós mesmos.

“Limitar-nos-emos a dizer-vos que consideramos muito urgente autorizar-se a diretoria a despender o que for necessário para os reparos extraordinários indicados nesses relatórios, e a fazer aquisição de um vapor de reboques, destinado a substituir o *Bonga*, que consome em seu custeio quase toda a importância de seu fretamento, aliás vantajoso.

“Também julgamos que se deve autorizar a substituição do vapor *Mauá* por um outro de máquinas de sistema moderno, que são de muito menor custeio.

“Empregado este novo vapor, de preferência no serviço diário, e conservado o *Petrópolis* como sobressalente, para servir somente nos impedimentos do novo, o custeio há de necessariamente apresentar uma sensível redução.

“Para fazer face aos dispêndios que estas autorizações vêm ocasionar, temos em dinheiro, no Banco Comercial, além dos 40:000\$000 do fundo de reserva, quantia superior a 100:000\$000. Esta soma, com a que produzir a venda prévia dos dois vapores *Mauá* e *Bonga*, deverá chegar para toda a despesa.

“Os nossos estudos não se limitaram ao exame do material; o futuro da nossa empresa ocupou-nos em alto grau a atenção, com o fim de encontrar o meio que nos tire da apatia, em que jazem os nossos capitais, que nada rendem há cinco anos. Entendemos, porém, que a ocasião não é oportuna para tomar uma resolução definitiva que, qualquer que ela seja, demandará necessariamente uma reforma de estatutos.

“A concessão, com garantia de juro de 7%, feita ao nosso consócio o ex.^{mo} sr. barão de Mauá para o prolongamento da linha até Petrópolis, deve trazer-nos vantagens a que não poderíamos por certo atender na medida que agora tomássemos, por que nenhum conhecimento temos do que tenciona fazer aquele concessionário.

“Julgamos, portanto, muito conveniente aguardar a realização do plano do ex.^{mo} sr. barão de Mauá, para resolver-se então convenientemente, ou por acordo, ou por compra da concessão, ou liquidação da nossa empresa por meio de venda.

“Resumindo propomos:

1º. Que sejam aprovados o balanço e as contas do ano de 1873. Que se seja autorizada a diretoria a despende o preciso com os reparos e aquisições a que se refere o presente parecer, providenciando primeiro sobre a venda dos vapores *Bonga* e *Mauá*, e de modo que a companhia não fique alcançada nem tenha de contrair empréstimo algum, devendo o novo vapor para passageiros ser sempre empregado de preferência ao *Petrópolis*, a fim de se economizar no custeio.

Que se aguarde a incorporação da empresa que se propõe construir a estrada da Raiz da Serra a Petrópolis para deliberar definitivamente sobre o que poderá convir aos nossos interesses.

“Rio de Janeiro, 16 de abril de 1874.

“João Martins Cornélio dos Santos. Stanley Youle. Francisco Joaquim de Castro”.

Após esta leitura fez o mesmo relator a dos relatórios dos engenheiros, que ficam arquivados.

Aprovado o parecer sem discussão, procedeu-se a eleição da diretoria para o ano de 1875.

Recebidas vinte e quatro cédulas, e feita a apuração obteve-se o seguinte resultado: para presidente o senhor doutor Francisco Cândido de Bulhões Ribeiro com 133 votos, seguindo-se o sr. barão de Mauá com 36 e A. J. Vieira de Carvalho com 12. Para diretores os senhores Francisco Joaquim de Castro com 143 votos, comendador Caetano Pinheiro da Fonseca com 133; seguindo-se os senhores Vieira de Carvalho com 36, José Miz Cornélio dos Santos com 21, e outros menos votados.

Em vista desta apuração ficou a nova diretoria composta dos senhores dr. Francisco Cândido de Bulhões Ribeiro, Francisco Joaquim de Castro e Caetano Pinheiro da Fonseca.

Nada mais havendo a tratar levantou-se a sessão, da qual se lavrou a presente ata, que vai assinada pelo diretor secretário.

Caetano Pinheiro da Fonseca.

Ata 49^a

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de mil oitocentos e setenta e cinco, em virtude de convocação feita pelos jornais para a reunião ordinária da assembléia geral, acharam-se reunidos quatorze senhores acionistas representando, por si e por procuração duas mil cento trinta e cinco ações.

Assim constituída a assembléia, de conformidade com o artigo sexto dos estatutos, o senhor presidente convidou o senhor diretor secretário para fazer a leitura da ata da sessão anterior, a qual ata foi aprovada sem discussão.

Por indicação do senhor acionista foi dispensada pela assembléia a leitura do relatório e balanço do ano de mil oitocentos e setenta e quatro, visto acharem-se publicados em folheto.

O senhor Francisco Joaquim de Castro apresenta e lê a seguinte proposta; logo depois de haver o senhor presidente convidado os senhores acionistas para procederem à eleição da comissão de exame de contas:

PROPOSTA

“Propomos que a comissão de contas, que se vai eleger, seja investida, pela assembléia, da atribuição de rever e propor à mesma assembléia, na seguinte sessão ordinária, a modificação dos estatutos da companhia. Rio, 24 de fevereiro de 1875. Francisco Joaquim de Castro. Antônio Joaquim Vieira de Carvalho. Vitorino Ferreira da Silva Júnior.

Posta em discussão e ninguém pedindo a palavra, é votada e aprovada unanimemente; e na sua conformidade se procede à eleição.

Receberam-se quatorze cédulas, somando cento e dezenove votos, as quais, apuradas, produziram o seguinte resultado: Antônio Joaquim Vieira de Carvalho, Vitorino Ferreira da Silva Júnior e Stanley Youle, com cento e nove votos cada um; comendador Hermenegildo Duarte Monteiro com trinta votos e barão da Madalena com dez; ficando portanto constituída a comissão com os três primeiros acionistas.

Nada mais havendo a tratar o senhor presidente levantou a sessão à uma e meia hora da tarde, lavrando-se a presente ata que vai assinada pelo senhor diretor secretário.

Francisco Joaquim de Castro.

Ata 50ª

Presidência do sr. dr. Francisco Cândido de Bulhões Ribeiro

Aos dezanove dias do mês de março de mil oitocentos e setenta e cinco, em uma das salas do escritório da companhia, à rua da Alfândega número cinquenta, reunidos os senhores acionistas doutor Francisco Cândido de Bulhões Ribeiro, Francisco Joaquim de Castro, Luiz Antônio Martins, Augusto de Oliveira Pinto, Antônio Joaquim Vieira de Carvalho, Carlos de Azevedo Cunha, doutor Bento José Martins, Antônio Mariano de Azevedo, doutor Henrique José Teixeira, Estevão Busk & Companhia, em liquidação por seu representante e sócio Stanley Youle, conselheiro Joaquim Pereira de Faria, barão da Madalena, Daniel da Silva Machado, Vitorino Ferreira da Silva Júnior, conselheiro Adolfo Manoel Vitorio da Costa, Paulino Pacheco Cornélio de Souza, e Joaquim Corrêa de Azevedo; estando mais representados a companhia por seu presidente, o visconde de Carvalhido por seu procurador o comendador Luiz Antônio Martins, dona Carolina Juanico de Calado, Dona Laura de Assunção Calado, doutor Carlos Tito Calado e Eduardo Calado, por seu procurador Francisco Joaquim de Castro, Harmood Walcot Banner e Alexandre Milligan por seu procurador o senhor Kemp, representante de Finnie Irmãos & Companhia, João Wilson Crooker Pennell por seu procurador Guilherme Henrique Holman, e Guilherme Frederico Vítório da Costa por seu procurador o conselheiro Adolfo Manoel Vítório da Costa, representando todos duas mil, quinhentas e sessenta e sete ações da companhia, o senhor presidente declarou que, na forma dos estatutos, estava aberta a segunda sessão ordinária da assembléia geral do corrente ano, convocada para tomar conhecimento do parecer da comissão de exame de contas, do ano transato e do projeto de reforma dos estatutos da companhia, confeccionado pela comissão especialmente encarregada de organizá-lo e para eleger a nova diretoria.

Procedendo o diretor secretário a leitura da ata da primeira sessão ordinária do corrente ano, foi unanimemente aprovada, sem discussão.

Sendo dada a palavra ao senhor Stanley Youle, como relator da comissão de exame de contas, foi pelo mesmo acionista lido o seguinte parecer, que foi também unanimemente aprovado, sem discussão:

“Senhores acionistas.

“A comissão por vós eleita em sessão de vinte e quatro do mês próximo passado para exame das contas e balanço do ano de mil oitocentos e setenta e quatro, tem a honra de submeter à vossa apreciação o seu parecer.

“Os livros da companhia e os documentos relativos foram-nos franqueados e examinados.

“O balanço anexo ao relatório da diretoria apresentado em vinte e quatro de fevereiro do corrente ano confere com o livro-mestre da companhia e está devidamente lançado no Diário, e a escrituração está em dia.

“Acompanhados pelo digno presidente da companhia percorremos a linha férrea de ponto a ponto, examinando a mesma, as estações e o material; consultando o parecer da comissão de exame de fevereiro de mil oitocentos e setenta e quatro, é-nos evidente que os poderes especiais confiados à diretoria, a instâncias da referida comissão, não foram abusados, mas ao contrário que nas renovações e reparos ali autorizados, a diretoria tem procedido com zelo e com a mais rigorosa economia.

“A ponte e a plataforma do porto de Mauá, a estação e os armazéns da Raiz da Serra hoje apresentam outro aspecto pelas importantes reformas neles efetuadas. As locomotivas, carros e vagões mostram a atenção que prevalece na conservação dos mesmos e em toda a parte da linha vimos, na boa ordem e limpeza que existe, provas da vigilância e zelo da diretoria e do engenheiro e mais empregados da companhia. Não duvidamos que a diretoria com o mesmo zelo prosseguirá à conclusão das obras recomendadas em mil oitocentos e setenta e quatro, sendo algumas destas obras urgentes.

“A substituição do vapor de reboques *Bonga* pelo novo vapor *Bento Martins* está efetuando uma economia muito importante. A construção do novo vapor para passageiros está prosseguindo de uma maneira muito satisfatória.

“A comissão de mil oitocentos e setenta e quatro fez observações sobre a falta de comunicação telegráfica entre as estações da companhia e estando agora concluída a construção de uma linha telegráfica pelo governo imperial, que percorre a linha férrea da companhia em quase toda a sua extensão é de esperar que a diretoria da companhia obtenha do governo imperial a licença necessária para poder levar a efeito as idéias oferecidas pela comissão de mil oitocentos e setenta e quatro.

“Incumbidos igualmente por vós para formular um projeto de reforma dos estatutos da companhia, temos cumprido o nosso dever, e o presidente apresentará à vossa apreciação o resultado do nosso trabalho.

“Consultando com a diretoria a respeito do serviço de cargas e dos carros da serra, estamos convencidos de que existe em ambos estes serviços uma ampla fonte de renda, por isso a comissão abunda nas idéias da diretoria, não só para que se tome o serviço das cargas como também o dos carros da serra, isto na época que a diretoria parecer mais conveniente.

“Resumindo o nosso parecer sobre as contas propomos:

“1º. Que sejam aprovadas as contas e balanço do ano de mil oitocentos e setenta e quatro.

“2º. Que se louve à diretoria, ao engenheiro e mais empregados da companhia pelo zelo e dedicação com que têm atendido aos negócios da companhia a seu cargo.

“Rio de Janeiro, dezoito de março de mil oitocentos setenta e cinco. (Assinados): Stanley Youle. – Vitorino Ferreira da Silva Júnior. – Antônio Joaquim Vieira de Carvalho”.

Em seguida foi pela comissão especial, composta dos senhores Stanley Youle, Antônio Joaquim Vieira de Carvalho e Vitorino Ferreira da Silva Júnior apresentado o seguinte.

“Projeto de reforma dos estatutos da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis.

“Artigo primeiro: a sociedade anônima organizada sob a denominação de Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis, tem por objeto manter a navegação a vapor entre esta corte e o porto de Mauá, bem como o tráfego da estrada de ferro, que construiu desde esse porto até a raiz da serra da Estrela, em conformidade dos contratos celebrados com os governos geral e providencial, e dos privilégios que lhe foram concedidos.

“Poderá também a companhia tomar a si o transporte de passageiros e cargas desde o ponto terminal da via férrea até a cidade de Petrópolis, empregando para esse fim os meios de locomoção que melhor se prestem a esse serviço.

“Artigo segundo: a duração da companhia será a dos mencionados privilégios, podendo ser prorrogada mediante nova autorização do governo.

“Artigo terceiro: o capital da companhia será de mil contos de réis dividido em cinco mil ações de duzentos mil réis cada uma, e só poderá ser aumentado por deliberação da assembléia geral dos acionistas, sujeita à aprovação do governo.

“Artigo quarto: as ações podem ser livremente vendidas, cedidas ou doadas; mas as transferências só serão válidas, sendo feitas nos livros da companhia, na presença e com assinatura do cedente e do cessionário.

“Artigo quinto: a responsabilidade dos acionistas é limitada no valor das ações que possuírem.

“Artigo sexto: a totalidade dos acionistas será representada pela assembléia geral, que se julgará constituída sempre que, por convite do presidente, publicado com antecedência de cinco dias, pelo menos, nos jornais de maior circulação, se reúnam acionistas que representem um terço do capital da companhia.

“Artigo sétimo: se no dia marcado não se reunir número suficiente, será a assembléia geral adiada para outro dia, que se designará por meio de anúncios, com a declaração de que nesse dia se julgará constituída a assembléia geral, qualquer que seja o número de acionistas presentes.

“Artigo oitavo: a assembléia geral se reunirá ordinariamente até o último dia do mês de fevereiro de cada ano, para lhe ser presente o relatório da diretoria, bem como o balanço e contas do ano anterior, que serão submetidas ao exame de uma comissão de três membros então eleita.

“Logo que esta comissão tenha concluído os seus trabalhos será novamente convocada a assembléia geral, para lhe ser lido o parecer e proceder-se à eleição do membro da diretoria que tiver preenchido o seu tempo.

“Artigo nono: o presidente convocará ordinariamente a assembléia geral toda a vez que o julgar necessário a bem dos interesses da companhia, e sempre que, para um fim designado, lhe seja requerida essa convocação por acionistas que representem uma quinta parte do fundo social.

“Artigo décimo: nas reuniões extraordinárias não se permitirá discussão sobre objeto algum estranho ao da convocação.

“Artigo décimo primeiro: a assembléia geral será presidida pelo presidente da companhia, ou por quem o substituir, servindo de secretário o da diretoria.

“Artigo décimo segundo: os votos serão contados na razão de um por cada cinco ações até ao numero de dez votos, máximo que poderá ter qualquer acionista por si ou como procurador de outrem. Em caso de empate terá o presidente o voto de qualidade. Só terão direito de votar aqueles acionistas cujas ações tiverem sido averbadas em seu nome pelo menos sessenta dias antes da reunião.

“Artigo décimo terceiro: os acionistas ausentes poderão fazer-se apresentar por procuradores que, para terem voto, deverão ser também acionistas da companhia.

“Artigo décimo quarto: na sua primeira reunião ordinária elegerá anualmente a assembléia geral, entre os acionistas de vinte ou mais ações a comissão de exame de que trata o artigo oitavo.

“Artigo décimo quinto: a companhia será administrada por uma diretoria composta de um presidente e dois diretores, a qual será recomposta todos os anos por eleição da assembléia geral.

“Os membros da diretoria eleitos para o corrente ano, prosseguirão no exercício de seus cargos até entrarem na ordem seguinte: – Ao findar o primeiro ano será sujeito à eleição o diretor menos votado ou designado à sorte no caso de votação igual; e o diretor então eleito, que pode ser o mesmo, sê-lo-á por três anos; ao findar o segundo ano será sujeito a substituição ou reeleição, também por três anos, o diretor que tiver permanecido; e ao terminar o terceiro ano será ou reeleito por outros três anos o presidente. Assim, sucessivamente elegerá por um triênio a assembléia geral anualmente, à pluralidade de votos, um membro da diretoria.

“Os membros da diretoria deverão ser acionistas de cinquenta ações pelo menos, as quais, enquanto durarem suas funções serão inalienáveis e depositadas no banco em que a companhia tiver sua conta corrente; e exercerão livre e geral administração, celebrando todos os contratos necessários para bom desempenho do serviço e aumento do tráfego, fazendo aquisição de tudo quanto possa interessar à empresa, incluindo bens móveis, semoventes e de raiz; bem como vendê-los ou por qualquer forma aliená-los, precedendo especial consentimento da assembléia geral, quando se tratar de venda ou alienação de bens de raiz.

“Artigo décimo sexto: a diretoria se reunirá pelo menos duas vezes por mês e toda a vez que for necessário para resolver sobre os negócios da companhia, lavrando-se atas dessas reuniões, assinadas por todos os diretores.

“Artigo décimo sétimo: o presidente será substituído, nos seus impedimentos, pelo diretor secretário.

“Artigo décimo oitavo: compete ao presidente da companhia:

“*Primeiro*: executar e fazer executar as resoluções da diretoria;

“*Segundo*: convocar ordinária e extraordinariamente a assembléia geral dos acionistas.

“*Terceiro*: organizar e apresentar à mesma assembléia o relatório e balanço de que trata o artigo oitavo.

“*Quarto*: representar a diretoria em todos os interesses da companhia, com plenos poderes compreendidos e outorgados sem reserva alguma.

“*Quinto*: fazer recolher aos cofres de um banco acreditado, com qual terá conta corrente aberta, a receita apurada logo que exceder a quantia de quatrocentos mil réis.

“*Sexto*: designar o diretor que deve servir de secretário.

“Artigo décimo nono: compete ao secretário:

“*Primeiro*: lavrar as atas das reuniões da assembléia geral e da diretoria nos respectivos livros.

“*Segundo*: autenticar com sua assinatura os termos de transferências das ações da companhia.

“Artigo vigésimo: vagando por qualquer motivo algum lugar de membro da diretoria, o presidente, dentro de dois meses, preencherá a vaga, nomeando acionista que possa depositar o número de ações exigido, e nomeado exercerá o dito cargo por todo o tempo que o exerceria o membro substituído. Do mesmo modo se procederá durante os impedimentos temporários, até que reassuma o cargo o membro impedido.

“Artigo vigésimo primeiro: dos lucros líquidos da empresa deduzir-se-ão:

“*Primeiro*: seis por cento para retribuição da diretoria, contanto que nunca seja quantia inferior a seis contos de réis. Esta porcentagem será dividida na proporção de duas partes para o presidente e uma para cada diretor.

“*Segundo*: uma quota não superior a vinte por cento para constituir o fundo de reserva, exclusivamente destinado a fazer face às perdas do capital social, ou para aumento e reforma do material da companhia; podendo esta quota ser elevada temporariamente, no caso de eventual insuficiência, pela assembléia geral convocada ordinária ou extraordinariamente.

“O resto dos lucros, compreendendo também dividendos de ações e juros do fundo de reserva, será dividido semestralmente pelos acionistas, exceto quando forem insuficientes para constituir, pelo menos, dividendo de um por cento.

“Artigo vigésimo segundo: o fundo de reserva poderá elevar-se até vinte e cinco por cento do capital social; atingido, porém, aquele máximo, cessará a acumulação e todos os lucros serão repartidos pelos acionistas.

“Disposição transitória. Artigo único. A diretoria eleita para o corrente ano fica autorizada a requerer ao governo imperial a aprovação da presente reforma dos estatutos, e a aceitar qualquer modificação que o mesmo governo julgar conveniente fazer, contanto que não altere suas cláusulas principais.

“Rio de Janeiro, dezoito de março de mil oitocentos e setenta e cinco. (Assinados): Stanley Youle. – Vitorino Ferreira da Silva Júnior. – Antônio Joaquim Vieira de Carvalho.

Lido o projeto e apontados os artigos em que ficam alterados ou modificados os estatutos vigentes, e sua disposição transitória, é o projeto posto em discussão.

Ninguém pedindo a palavra o senhor presidente põe a voto e é a reforma unanimemente aprovada, sem emendas e tal qual ela se contém.

Procedendo-se então à eleição da diretoria, na forma dos estatutos, foram eleitos: presidente o senhor doutor Francisco Cândido de Bulhões Ribeiro, (reeleito) com cento trinta e seis votos; diretores os senhores Francisco Joaquim de Castro (reeleito) com cento trinta e seis votos, e Antônio Joaquim Vieira de Carvalho com cento vinte e sete votos.

Obtiveram também votos:

Para presidente: o senhor João Martins Cornélio dos Santos, dez votos; para diretores: os senhores conselheiro Vitório, dez votos; barão da Madalena dez votos; e Stanley Youle nove votos.

Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou a sessão da qual se lavrou a presente ata, que vai assinada pelo diretor secretário.

Francisco José de Castro.

Ata 51^a

Aos onze dias do mês de setembro de mil oitocentos e setenta e cinco, em virtude de convocação feita pelos jornais em virtude aliás para reunião extraordinária da assembléia geral, reuniram-se em uma das salas do escritório da companhia, na Rua da Alfândega número cinquenta, os seguintes senhores, presentes uns por si e outros por seus procuradores devidamente constituídos: dr. Francisco Cândido de Bulhões Ribeiro por si e como representante da companhia, Francisco Joaquim de Castro, E. Busk & Cia., João Batista da Fonseca; d. Carolina J. Calado, C. T. Calado; Eduardo J. Calado; d. Laura de A. Calado, Augusto de Oliveira Pinto, dr. Honório Ribeiro, conselheiro Faria, Francisco José Gonçalves (por seus herdeiros) Roberto Samuel, barão da Lagoa, W. H. Holman e Luiz Antônio Martins, representando todos duas mil, duzentas e três ações.

Achando-se assim constituída a assembléia geral, nos termos do artigo sexto dos estatutos, o sr. presidente abriu a sessão ao meio-dia.

Procedeu-se à leitura da ata da sessão anterior, e foi unanimemente aprovada, sem discussão.

O sr. presidente tomando a palavra declarou que os motivos pelos quais convocara a presente sessão extraordinária constatada exposição que passava a ler, e para a qual pedia toda atenção dos srs. acionistas:

EXPOSIÇÃO

“Senhores acionistas: como órgão da diretoria, como me cumpre, em sucinto relatório, passo a declarar-vos o motivo da convocação da assembléia geral em sessão extraordinária, e a submeter-vos o assunto que deve resumir a discussão, nos termos do artigo dez dos estatutos, e que demanda da vossa parte uma resolução consentânea com os nossos comuns interesses.

“Os nossos novos estatutos, facultando-nos os meios de abrir mais larga carreira à nossa companhia, lançando mão dos elementos que pudemos acumular no período, felizmente passado, de apatia e de desânimo, e aproveitando todas as fontes de renda que o tempo e as circunstâncias têm engrossado, exigem de vós ainda uma determinação que, dando mais desenvolvimento à administração da companhia, não só será a realização e cumprimento do artigo terceiro dos estatutos, que diz “que o *capital da companhia será de mil contos de réis etc. etc.*” e do artigo vinte e um parágrafo segundo, que diz que “o fundo de reserva é exclusivamente destinado a fazer face às perdas do capital social, ou para aumento e reforma do material da companhia”, como será também o meio de completarmos no presente semestre a reorganização do material da companhia, executando entretanto a determinação do segundo alíneo do § 2º do mesmo art. 21, e bem assim de resarcir-vos, Srs. acionistas, dos lucros da nossa associação, de que ficastes privados, em razão das circunstâncias e de dura lei orgânica que revogastes e sabiamente substituístes.

“Essa resolução vem a ser, o rateio proporcional das ações que compõem o nosso fundo de reserva, fundo esse que, à vista dos novos estatutos, se acha atualmente excedido, que se acha constituído de um modo incompatível com as necessidades da companhia, com a sua lei, e prejudicial a vós, srs. acionistas, pois que tendo-se gasto este ano em reforma do material, cento quarenta e dois contos, cento oitenta e oito mil réis, e devendo-se ainda gastar, para completar a mais urgente, e para inteiro desenvolvimento da nossa empresa, cento vinte e um contos, trezentos e noventa e oito mil réis, que perfazem a importante quantia de duzentos sessenta e três contos, quinhentos oitenta e seis mil réis, quantia essa que devia ter saído do fundo de reserva, pela natureza desse mesmo fundo de reserva temos tido necessidade de tirar tão avultada soma dos lucros líquidos da companhia, ficando aliás imutável o fundo de reserva.

“Do orçamento e cálculos que estão sobre a mesa, srs. acionistas vereis as despesas que temos feito, as que nos cumpre ainda fazer, ponderareis a necessidade que, para ocorrer a elas, tem ainda a diretoria de lançar mão dos lucros que deviam ser entre vós partilhados, e resolvereis o que em vossa sabedoria julgardes mais acertado.

“A maior parte dentre vós temos patenteado com toda a franqueza a posição e as necessidades da nossa associação, muitos de vós, portanto, possuem de há muito todos os esclarecimentos para encaminharem qualquer determinação da assembléia geral. Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1875. O presidente da companhia. Francisco Cândido de Bulhões Ribeiro.

“O sr. conselheiro Faria, pedindo a palavra mandou à mesa a seguinte proposta declarando que se abstinha de apresentar os fundamentos, porque eram os mesmos da exposição do Sr. presidente.

PROPOSTA

“Considerando que o fundo de reserva já excede o máximo fixado no artigo 22 dos estatutos e, conseqüentemente, que todo o excesso deve ser distribuído aos acionistas, como prescreve o citado artigo dos estatutos;

“Considerando que o atual fundo de reserva compreende o valor de 1.131 ações da própria companhia, por ela recolhidas à custa dos lucros, das quais os acionistas foram privados por longos anos;

“Considerando mais que um fundo de reserva constituído em grande parte em ações da própria companhia está longe de corresponder aos intuitos com que todas as associações e empresas industriais privam-se de uma quota dos lucros semestrais para opor a possíveis contingências;

“Proponho: 1º. Que a diretoria distribua em janeiro próximo futuro as 1.131 ações da companhia que fazem parte do fundo de reserva, na devida proporção, entre os possuidores das 3.869 ações que estão em circulação;

“2º. Que a diretoria seja autorizada a fazer compreender no valor das 1.131 ações a distribuir, todos ou parte dos lucros líquidos do presente semestre, que devem constituir o respectivo dividendo, caso tenha necessidade de utilizar os lucros ou parte dos lucros deste semestre, para aquisição e melhoramento do material, ou para o desenvolvimento da indústria que a companhia explora. Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1875. – Joaquim Pereira de Faria”.

Submetida a proposta à discussão foi unanimemente aprovada depois de algumas considerações por parte dos srs. Holman e barão da Lagoa.

Nada mais havendo a tratar o sr. presidente levantou a sessão, lavrando-se a presente ata, que vai assinada pelo senhor diretor secretário.

Francisco Joaquim de Castro.

Ata 52ª

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de mil oitocentos e setenta e cinco aliás setenta e seis, em virtude de convocação feita pelos jornais para a reunião ordinária da assembléia geral acharam-se reunidos em uma das salas do escritório à rua da Alfândega número cinquenta, (*reuniram-se*) os seguintes senhores acionistas, uns por si e outros por procuração, representando duas mil, cento e quarenta e nove ações: doutor Francisco Cândido de Bulhões Ribeiro; Francisco Joaquim de Castro por si e como procurador do senhor João Martins Cornélio dos Santos; Luiz Antônio Martins; doutor Bento José Martins por seu procurador doutor Bulhões Ri-

beiro; Antônio Joaquim Vieira de Carvalho; Augusto de Oliveira Pinto; Antônio José Marques de Sá; d. Carolina Juanico Calado, doutor Carlos Tito Calado; Eduardo Calado e d. Laura de Assunção Calado por seu procurador Francisco Joaquim de Castro; Francisco Teixeira de Miranda; Stanley Youle como representante de Estevão Busk & Companhia; conselheiro Joaquim Pereira de Faria; Diogo Gracie Taylor; Manoel Moutinho de Avilez Carvalho e Guilherme W. Holmman.

Assim constituída a assembléia geral nos termos do artigo sexto dos novos estatutos o senhor presidente abriu a sessão ao meio-dia, e convidou o senhor diretor secretário para proceder à leitura da ata da sessão anterior.

Lida e posta a ata em discussão, e ninguém pedindo a palavra foi unanimemente aprovada.

Por proposta do senhor L. A. Martins, verbalmente feita, foi dispensada a leitura do relatório, por se achar impresso e distribuído pelos senhores acionistas.

O senhor presidente usando da palavra declarou à assembléia que, tendo deixado, muito de indústria, de tratar no relatório do insucesso do vapor *Príncipe do Grão Pará*, a diretoria julgava de seu dever aliás a diretoria reservara-se para fazê-lo em assembléia, a fim de justificar o seu procedimento nessa parte de administração.

Fez ver que, fiscalizada a construção por um engenheiro de reconhecida nomeada, a diretoria recebera esse vapor em vista de certificado do mesmo engenheiro de haver sido fiel e escrupulosamente executado o contrato.

Na verdade, nada autorizava a duvidar das condições do navio que, na experiência a que assistira a diretoria, alguns dos senhores acionistas presentes e diversos profissionais, a todos pareceram boas.

Entrado porém, na carreira, mostrara o vapor, na primeira viagem em que avultou o número de passageiros, não possuir as indispensáveis condições de estabilidade.

Expondo as consultas e pareceres de diferentes peritos, e as conferências havidas como construtor e as propostas por este apresentadas, concluiu o presidente pedindo, em nome da diretoria, à assembléia, que recomendando também o estudo deste ponto à comissão que ia eleger para o exame do balanço e contas do ano findo, auxiliasse a mesma diretoria na solução deste assunto.

Em seguida o mesmo senhor presidente leu a seguinte proposta apresentada pelo senhor acionista Luiz Antônio Martins:

“Proponho que a comissão que for eleita para o exame do balanço e contas de 1876, emita também parecer sobre o aumento de capital sugerido no relatório. – L. A. Martins”.

Concordando a assembléia no pedido da diretoria e na proposta acima procedeu à eleição da comissão, a qual ficou composta dos seguintes senhores: comendador João Batista da Fonseca com oitenta e cinco votos, Stanley Youle e Guilherme W. Holmann com setenta e cinco votos cada um.

Nada mais havendo a tratar o senhor presidente levantou a sessão às duas horas da tarde, lavrando-se a presente ata que vai assinada pelo diretor secretário.

Francisco Joaquim de Castro.

Ata 53^a

Aos quatro dias do mês de abril do ano de mil oitocentos e setenta e seis reuniram-se em uma das salas da do escritório da companhia, na rua da Alfândega número cinqüenta, em virtude de convocação feita pelos jornais, e sob a presidência do senhor doutor Francisco Cândido Bulhões Ribeiro, quinze senhores acionistas representando duas mil, quinhentas e nove ações, a saber: doutor Francisco Cândido de Bulhões Ribeiro por si e como procurador do doutor Bento José Martins; Francisco Joaquim de Castro por si e como procurador do doutor Carlos Tito Calado, de Eduardo Calado, de dona Carolina Joanico Calado e de dona Laura de Assunção Calado, Antônio Joaquim Vieira de Carvalho, comendador João Batista da Fonseca; Augusto de Oliveira Pinto; Henrique José Vieira por seu procurador José Joaquim Teixeira de Valença; João Martins Cornélio dos Santos por seu procurador Francisco Joaquim de Castro; Stanley Youle como representante da firma Stephen Busk & Companhia; Guilherme Bragge por seu procurador Alexandre Taylor; Manoel Moutinho de Avilez Carvalho; comendador Luiz Antônio Martins; William H. Holman; conselheiro Joaquim Pereira de Faria; Roberto Samuel; doutor Honório Augusto Ribeiro e barão de Mauá por seus procuradores Mauá e Companhia.

Assim representada a companhia em número suficiente para constituir maioria absoluta o senhor presidente abriu a sessão ao meio-dia, e depois de lida e sem debate aprovada a ata da sessão anterior, deu a palavra ao senhor comendador João Batista da Fonseca, relator da comissão de contas, que leu o seguinte parecer: “Senhores acionistas: nomeados para dar parecer sobre o relatório e contas apresentadas pela diretoria em sessão da assembléia geral de 26 de fevereiro próximo passado temos a honra de submeter à vossa apreciação o resultado do nosso trabalho.

“Procedendo ao exame dos livros da companhia, que nos foram franqueados com os competentes documentos, encontramos a escrituração em dia, feita com clareza e boa ordem, e em tudo de acordo com o balanço anexo ao relatório.

“Em companhia do digno diretor o senhor Francisco Joaquim de Castro, percorrermos toda a linha em viagem especial desde a Prainha até Petrópolis, e verificamos com satisfação o louvável zelo e economia com que a diretoria tem atendido não só a conservação como ao aumento do material e edifícios da empresa.

“O prolongamento da ponte da Prainha construído com toda a solidez, os reparos da ponte de Mauá, e a nova plataforma construída na Raiz da

Serra são melhoramentos de incontestável vantagem para o serviço de embarque e desembarque de passageiros e mercadorias.

“Os vapores e saveiros acham-se em bom estado de conservação e o novo saveiro comprado pela diretoria parece ter sido uma boa aquisição.

“As oficinas de reparação do material situadas em Mauá tem tido alguns melhoramentos e continuam a prestar bons serviços, notando-se em sua direção muito boa ordem.

“O trem rodante da via férrea acha-se bem conservado. Entretanto a comissão reconhece que há necessidade de aumentá-lo com mais locomotivas e carros.

“O leito da estrada está conservado, mas nota-se a necessidade de substituir parte dos trilhos e de renovar e completar o lastro em diversos lugares.

“A estação da Raiz da Serra, tanto na parte destinada aos passageiros, como nos armazéns de mercadorias tem sofrido importante reparos; mas convém ainda aumentar os armazéns e fazer diversos retoques em outros edifícios anexos.

“O abrigo das locomotivas foi também melhorado, mas o dos carros da serra precisa com urgência ser reparado e mesmo aumentado.

“A boa ordem que se observa nos diferentes ramos do serviço da empresa, confiados ao seu engenheiro o sr. Robinson dão testemunho do seu zelo.

“O material empregado no serviço da serra, hoje a cargo da companhia, está em bom estado, sendo os animais bem tratados, e os carros conservados tanto quanto o permitem as condições daquele serviço.

“A respeito do vapor *Príncipe do Grão Pará* depois de estudar os documentos relativos ao contrato de construção e à aceitação por parte da diretoria mediante certificado do hábil engenheiro o senhor Conceição, a quem foi cometida a sua fiscalização, e tendo observado as suas qualidades náuticas em viagem especial, entende a comissão, sem entrar na indagação do grau de responsabilidade que pesa sobre o construtor que, embora a construção do vapor seja satisfatória a outros respeito, não preenche ele o fim para que era destinado por faltar-lhe a condição essencial de estabilidade indispensável ao serviço dos passageiros.

“Nestes termos é nossa opinião que a diretoria seja autorizada a entrar em ajuste com o construtor a fim de que faça um novo casco e modifique a disposição do maquinismo, ou o substitua mesmo, de modo a obter-se um vapor que ofereça as condições de segurança, rapidez de marcha e comodidade de transporte a que têm direito os passageiros.

“A comissão abunda nas idéias emitidas pela diretoria relativamente ao aumento do capital necessário à aquisição do material e outros melhoramentos; e é de parecer que seja ela autorizada a impetrar o referido aumento, assim como a prorrogação dos privilégios e contratos atuais para melhor garantia do futuro da companhia, e obtida que seja do governo imperial a dita prorrogação e o aumento do capital a diretoria não poderá emitir o novo capital sem ouvir a assembléia geral dos acionistas.

“Em conclusão a comissão propõe:

“Que sejam aprovadas as contas do ano findo;

“Que se dê um voto de louvor à diretoria pelo seu zelo na administração da companhia.

“Rio de Janeiro, 4 de abril de 1876. (Assinados: Stanley Youle – João Batista da Fonseca – William H. Holman)”.

Após a leitura ponderou o senhor presidente que, conquanto no corpo do relatório da comissão de contas se leia que a ilustrada comissão é de parecer que a diretoria seja autorizada a impetrar do governo imperial a aprovação do aumento de capital, não formando a proposta desse aumento uma das conclusões do parecer, entrava em dúvida se a comissão, aplaudindo essa idéia, a propunha como lei à assembléia geral.

Declarou o relator da comissão, comendador João Batista da Fonseca, em nome dos seus colegas; que do relatório devia-se concluir que a comissão, fazendo sua a idéia de aumento de capital ou antes de restauração do antigo capital aventada no relatório da diretoria, não só submetia à aprovação da assembléia geral essa resolução com as conclusões e seus fundamentos, como também propunha que a diretoria ficasse autorizada para imediatamente solicitar do governo imperial a necessária autorização aliás aprovação juntamente com a prorrogação dos privilégios concedidos a mesma empresa pelos governos geral e provincial.

Depois de pequeno debate, em que tomaram parte os senhores presidente, comendador Batista da Fonseca, conselheiro Faria, Holman e Augusto Pinto, foi unanimemente aprovado o parecer da comissão de contas em todas as suas partes.

Declarou o senhor presidente que, tendo se de proceder à eleição de um membro da diretoria, nos termos do artigo quinze dos estatutos, convidava os senhores acionistas presentes a apresentarem as suas cédulas.

Recebidas estas em número de onze, representando cento e seis votos, procedeu-se à apuração pela qual ficou eleito diretor o senhor João Martins Cornélio dos Santos com noventa e seis votos, tendo também obtido dez votos o senhor Antônio Joaquim Vieira de Carvalho.

Congratulando-se com os senhores acionistas pela escolha do novo diretor, declarou o senhor presidente, por si e pelo seu colega Francisco Joaquim de Castro, que não podia eximir-se ao dever de tributar ao seu ex-companheiro de trabalhos na diretoria o senhor Antônio Joaquim Vieira de Carvalho, a gratidão de que se achavam possuídos pelo valioso auxílio que lhes prestara com as suas luzes e experiências; sentindo que seus incômodos de saúde e outros trabalhos o tivessem levado a declarar previamente aos seus amigos e consócios a resolução em que se achava de não aceitar a reeleição, que por certo se teria dado sem aquela declaração.

Nada mais havendo a tratar o senhor presidente levantou a sessão às duas horas da tarde, lavrando-se a presente ata que vai assinada por todos os senhores acionistas presentes com menção do número de ações que cada um possui, representando o total de duas mil, quinhentas e nove ações.

Francisco Joaquim Castro	304
Francisco Cândido de Bulhões Ribeiro	143
Dr. Bento José Martins. P. F. C. de Bulhões Ribeiro	119
João Martins Cornélio dos Santos	470
Carlos Tito Calado	2
Carolina Joanico Calado P.p.	13
Eduardo Calado. Francisco Joaquim Castro	2
Laura da Assunção Calado	2
Luís Antônio Martins	279
A. O. Pinto	32
Antônio Joaquim Vieira de Carvalho	200
Joaquim Pereira de Faria	58
João Batista da Fonseca	91
pp. Henrique José Vieira Valença	130
Como procurador do visconde de Mauá pp. Mauá & Cia. Eduardo Braga C. A. de Araújo Silva	130
W. H. Holman	200
Stephen Busk & Cia.	131
Em liquidação	
Roberto Samuel	78
pp. M. Bragge	80
Honório Augusto Ribeiro - por si	39
p.p. de D. Thomazia A. Com.o Leão	13

Ata 54^a

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de mil oitocentos e setenta e sete reuniram-se em uma das salas do escritório da companhia à rua da Alfândega nº 50, em virtude de convocação feita pelos jornais, sob a presidência do sr. Francisco Joaquim de Castro, oito senhores acionistas representando por si e como procuradores de outrem mil novecentas e noventa e cinco ações, a saber: Francisco Joaquim de Castro, por si e como procurador do comendador Luís Antônio Martins; João Martins Cornélio dos Santos; Antônio Joaquim Vieira de Carvalho; Estevão Busk & Cia.; Fimmie Irmãos & Cia. por si e como procuradores de Alexandre Milligan, e Harmood Walcot Banner; William H. Holman; João Batista da Fonseca e Roberto Samuel. Assim constituída a assembléia geral de conformidade com o artigo 6º dos estatutos, o senhor presidente abria a sessão a meia hora depois do meio-dia, e convidou o senhor secretário a ler a ata da sessão anterior.

Lida e posta a ata em discussão e ninguém pedindo a palavra foi unanimemente aprovada.

Em seguida o sr. presidente convidou os senhores acionistas para a eleição de três membros que deviam compor a comissão de exame de contas. Recebidas oito cédulas e procedendo-se à apuração saíram eleitos os senhores barão da Lagoa com 80 votos, Stanley Youle e Guilherme Finnie Kemp com setenta votos cada um, obtendo também vinte votos o senhor comendador João Batista da Fonseca. Nada mais havendo a tratar, levantou-se a sessão da qual se lavrou a presente ata que é assinada pelo diretor secretário.

W. H. Holman.

Ata 55^a

Aos quatorze dias do mês de maio de 1877, reuniram-se em uma das salas do escritório da companhia à rua da Alfândega n^o 50, em virtude de convocação feita pelos jornais, dez, aliás nove srs. acionistas representando mil seiscentas e sessenta e oito ações, sob a presidência do sr. Francisco Joaquim de Castro, a saber: Augusto de Oliveira Pinto, Luís Antônio Martins, Francisco Joaquim de Castro, Estevão Busk & Cia., Finnie Irmãos & Cia., comendador João Batista da Fonseca, João Martins Cornélio dos Santos, William Holman, Antônio Joaquim Vieira de Carvalho e Manoel Moutinho de Avilez Carvalho.

Assim constituída a assembléia geral de conformidade com os estatutos o sr. presidente abriu a sessão às 2 ½ horas da tarde e convidou o Sr. diretor João Martins Cornélio dos Santos, no impedimento do senhor diretor secretário para proceder a leitura da ata da ultima sessão. Lida e posta a ata em discussão e ninguém pedindo palavra foi submetida a votação sendo aprovada unanimemente. Em seguida o sr. presidente convidou o sr. Stanley Youle, membro da comissão de contas, para proceder a leitura do parecer da mesma comissão, visto achar-se impedido o respectivo relator. Leu então o referido sr. Youle o seguinte parecer:

“Srs. acionistas:

“Por vós incumbidos para dar parecer sobre as contas do ano próximo passado e o relatório apresentado pela diretoria em assembléia geral de 28 de fevereiro do corrente ano, submetemos respeitosamente à vossa apreciação o resultado do nosso trabalho.

“Examinamos os livros da companhia e os documentos relativos aos mesmos e encontramos a escrituração em dia e o balanço anexo ao relatório de acordo com os livros.

“Acompanhados pelo digno presidente da companhia o sr. Francisco Joaquim de Castro percorremos a linha da companhia desde a Prainha até os estabelecimentos da companhia em Petrópolis.

“Lisonjeia-nos declarar que em tudo o que examinamos era evidente zelo e atividade e boa administração.

“Encontramos uma economia importante no dispêndio com o pessoal da companhia acima de Rs. 25:000\$000 anuais, e não obstante este fato parecemos hoje ser o serviço mais efetivo do que anteriormente.

“Na Prainha encontramos o armazém da companhia em estado pouco satisfatório, por causa do abaixamento da estacaria sobre a qual está assento o assoalho. Brevemente será necessário algum dispêndio no reparo deste armazém.

“À vista dos importantes reparos efetuados no vapor *Petrópolis* importando em mais de Rs. 23:000\$000, nos parece muito justificável o aumento de valor deste apresentado no balanço, por ser o valor real deste vapor ainda muito superior a essa soma.

“Os mais vapores e saveiros da companhia acham-se em bom estado de conservação.

“A linha férrea está bem conservada e em parte reconstruída sendo este serviço otimamente feito.

“As oficinas da companhia em Mauá e na Raiz da Serra mostram a boa ordem com que tudo é dirigido.

“A cocheira na Raiz da Serra acha-se reedificada e a obra que era de suma necessidade bem feita. A companhia assim aufere bom resultado na conservação de seus carros.

“O trem rodante da serra e os animais mostram sinais de excelente tratamento.

“A cocheira ocupada pela companhia em *Petrópolis* está em estado de ruína e as contemplações do dono para com a companhia não correspondem ao alto aluguel que ele recebe. A respeito disto informou-nos a diretoria que está tomando em consideração os meios de fazer algum melhoramento e nisto julgamos que ela merece o apoio dos srs. acionistas.

“A resolução tomada pela diretoria de não proceder ao aumento do capital da companhia, sem prévia prorrogação dos privilégios concedidos, parece-nos bem acertada.

“Em conclusão, a comissão propõe que sejam aprovadas as contas do ano próximo findo. Rio de Janeiro, 3 de maio de 1877. (Assinados): barão da Lagoa, W. Finnie Kemp, Stanley Youle”.

Posto em discussão o parecer e ninguém pedindo a palavra, foi posto a votos e unanimemente aprovado.

Em seguida o sr. Stanley Youle propôs e foi também unanimemente aprovado um voto de louvor à diretoria, com especialidade ao seu presidente pelo zelo e interesse com que têm sido geridos os negócios da companhia.

Procedendo-se à eleição do diretor que havia completado o seu tempo foi reeleito o sr. Francisco Joaquim de Castro por 76 votos.

Nada mais havendo a tratar o sr. presidente levantou a sessão às 3 ½ da qual se lavrou a presente ata.

J. M. Cornélio dos Santos.

Ata 56^a

Aos 28 dias do mês de fevereiro de 1878 reuniram-se em uma das salas do escritório da companhia à rua da Alfândega nº 50, em virtude de convocação feita pelos jornais, sob a presidência do sr. dr. Francisco Cândido de Bulhões Ribeiro, sete srs. acionistas representando por si e como procuradores de outrem, mil setecentas e treze ações a saber: dr. Francisco Cândido de Bulhões Ribeiro, por si e como procurador da inventariante e herdeiros do Dr. Bento José Martins, Francisco Joaquim de Castro, por si e como procurador do sr. João Martins Cornélio dos Santos, comendador João Batista da Fonseca, Roberto Samuel, por si e por Samuel, Irmãos & Cia., José Gonçalves Pereira, Diogo Gracie Taylor e W. H. Holman.

Assim constituída a assembléia geral de conformidade com os estatutos, tendo também comparecido o acionista Antônio José Marques de Sá, o senhor presidente declarou aberta a sessão e convidou o sr. secretário a ler a ata da última sessão.

Lida e posta a ata em discussão e ninguém pedindo a palavra foi posta a votos e unanimemente aprovada.

Indo-se proceder à leitura do relatório e balanço do ano de 1877, foi dispensada pelos srs. acionistas visto se achar impresso e distribuído entre si.

Convidou então o sr. presidente aos srs. acionistas para procederem à eleição da comissão de exame de contas – Recolhidas sete cédulas e procedendo-se à apuração reconheceu-se terem sido eleitos Stanley Youle com 69 votos e Roberto Samuel e comendador José Batista da Fonseca com 59 votos cada um, pelo que foram declarados os referidos Srs. membros da comissão de contas.

Nada mais havendo a tratar o sr. presidente levantou a sessão à 1 hora da tarde, lavrando-se a presente ata que vai assinada pelo diretor secretário.

Francisco Joaquim de Castro.

Ata 57^a

Aos nove dias do mês de maio de 1878 reuniram-se em uma das salas do escritório da companhia, à rua da Alfândega nº 50, sob a presidência do sr. dr. Francisco Cândido de Bulhões Ribeiro, em virtude de convocação feita pelos jornais, os seguintes srs. acionistas representando 2.141 ações: dr. Francisco Cândido de Bulhões Ribeiro por si e por procurações da inventariante do dr. Bento José Martins, Francisco Joaquim de Castro, João Martins Cornélio dos Santos, Estevão Busk & Cia. em liquidação, Roberto Samuel por si e como procurador de Samuel Irmãos & Cia., Antônio Joaquim Vieira de Carvalho, William H. Holman, comendador João Batista da Fon-

seca, Diogo Gracie Taylor e Antônio José Marques de Sá. Assim constituída a assembléia geral de conformidade com os estatutos o sr. presidente declarou aberta a sessão a ½ hora depois do meio-dia e convidou o sr. diretor secretário a proceder a leitura da ata da sessão antecedente. Lida esta, posta a votos, digo, posta em discussão e ninguém pedindo a palavra foi unanimemente aprovada.

Em seguida, o sr. presidente deu a palavra ao sr. Stanley Youle relator da comissão de exame de contas para proceder a leitura do parecer que era concebido nos seguintes termos: srs. acionistas. A comissão que elegestes para examinar o relatório da diretoria concernente ao ano de 1877 vem informá-los da marcha da administração submete à vossa apreciação o seu parecer.

Examinou o balanço anexo ao relatório e o achou conforme com a escrituração da companhia, que está em dia.

Acompanhada pelo digno diretor Francisco Joaquim de Castro embarcou na estação da Prainha para Mauá, percorreu a linha férrea em toda a sua extensão seguindo para Petrópolis.

Cabe-lhe a satisfação de certificar-vos que os vapores da companhia estão limpos e bem conservados; o de nome *Príncipe do Grão Pará* é lindo vapor e preenche perfeitamente o fim para que foi destinado. Há notável melhoramento neste ramo do serviço.

A comissão concorda com a diretoria na conveniência de dispor-se do vapor *Mauá*. A linha férrea está em muito bom estado, assim como os carros que servem para condução na serra e os animais do tráfego; apesar do pesado trabalho durante a estação do verão apresentam o bom trato que têm tido achando-os nutridos e fortes; entretanto parece à comissão que se deve adquirir mais alguns carros tanto para a condução de passageiros como para transporte de cargas.

No armazém da Prainha fizeram-se os melhoramentos autorizados na nossa última reunião e está em bom estado.

A estação de Mauá e as oficinas anexas correspondem bem ao serviço.

A estação de Inhomirim não carece de reparos, mas é muito acanhada e convém fazer-lhe um desvio e outros melhoramentos que a comissão propõe e pede que autorizeis. O trem rodante testemunha o zelo da sua imediata administração, mas torna-se preciso a aquisição de mais uma locomotiva.

A estação e as oficinas da Raiz da Serra estão em boa ordem.

A cocheira da serra está péssima; não tendo o seu proprietário se prestado a fazer-lhe os melhoramentos, a comissão propõe que se autorize a diretoria a obter terreno em que faça construir mais convenientes acomodações para os animais.

A que tem também por aluguel, em Petrópolis, está em melhor estado do que estava o ano passado, porque o proprietário prestou-se a mandar-lhe fazer alguns reparos.

Por esta ocasião, cumpre à comissão lembrar a conveniência de possuir a companhia estabelecimento seu, em que se reúnam os armazéns, e de-

pósitos e mais dependências em Petrópolis ou em outra parte para o serviço e tráfego da mesma companhia, gastando-se ainda, digo, gastando-se na aquisição do terreno e edificações referidas um capital cujo juro pouco mais ou menos corresponda à importância do atual aluguel e que neste sentido se autorize a diretoria em cujo *aluguel*, aliás, em cujo zelo todos nós confiamos.

Com muito prazer repete ainda a comissão seus agradecimentos à diretoria pelas acertadas economias realizadas no pessoal e mais ramos do serviço da companhia, sem prejuízo do mesmo serviço.

Obtida do governo imperial a prorrogação do prazo do privilégio da nossa empresa e não obstante não ter conseguido o mesmo favor do governo provincial o qual pelas leis existentes está inibido de concedê-lo em condições aceitáveis pela companhia, parece ser chegada a ocasião de tratar-se de indenizar os acionistas da parte da receita de que foram privados nos dividendos para ser como foi aplicada ao indispensável aumento e melhoramento do nosso material, isto está de conformidade com a resolução tomada na assembléia geral que teve lugar em 4 de abril de 1876; nesta sugestão a comissão só tem em vista realizar um ato de justiça, que sem plausível motivo não deve ser procrastinado.

Em conclusão, a comissão propõe que sejam aprovadas as contas apresentadas pela diretoria. Rio de Janeiro, 9 de maio de 1878. Assinados: João Batista da Fonseca, Roberto Samuel, Stanley Youle”.

Posto em discussão e ninguém pedindo a palavra, foi sujeito à votação e unanimemente aprovado.

O sr. presidente diz que uma vez que se achavam reunidos os senhores acionistas aproveitava a ocasião para propor-lhes diversas medidas, sendo a principal a que se referia ao aumento de capital e emissão de novas ações, por isso que era chegada a ocasião de compensar o prejuízo suportado pelos Srs. acionistas nos longos anos em que foram privados de dividendo, que foram empregados no aumento e reforma do material. Nesse sentido, a diretoria tendo estudado a questão, sujeitava a apreciação da assembléia a seguinte proposta: Tendo em vista o parecer da comissão de contas que acaba de ser aprovado, as resoluções da assembléia geral de 4 de abril de 1876, e os artigos aditivos, que se referem ao aumento de capital e que foram aprovados pelo governo imperial por decreto nº 6.342 de 20 de setembro de 1876, propomos à assembléia geral dos Srs. acionistas, que

1º.

Se faça imediatamente uma emissão parcial de ações correspondente ao aumento de material da companhia, que por conveniências do serviço da mesma companhia e para alargar os seus interesses foi pago com lucros que deviam ser distribuídos como dividendos aos acionistas e correspondente também à compra do terreno em Petrópolis, edificações e aumento de material, que acaba de ser aprovado por proposta da comissão de contas.

2º.

Que essa emissão seja feita por distribuição das ações entre os acionistas atuais, indenizando-os assim dos dividendos de que foram privados para serem capitalizados e, seguindo o sistema até aqui seguido, sendo considerados como entrada das novas ações os lucros empregados no aumento do mesmo material.

3º.

Que assim se proceda imediatamente a diretoria.

Assinados: o presidente F. C. de Bulhões Ribeiro, J. M. Cornélio dos Santos, Francisco Joaquim de Castro.

Lida esta o sr. presidente consulta a casa se devia sujeitá-la à votação por partes ou integralmente, ao que manifestou-se a assembléia pela 2ª hipótese.

Pede então a palavra o sr. diretor Cornélio e diz que julgava conveniente antes de ser votada esta proposta, que ficassem bem elucidadas certas idéias emitidas no parecer da comissão de contas relativamente aos melhoramentos a executar-se.

Respondeu o sr. presidente declarando que era da mesma opinião do seu colega quanto à necessidade de ficarem bem elucidadas as idéias emitidas no parecer da comissão, tanto que já havia feito tenção de voltar a elas, não só para esse fim como também para ouvir a opinião dos srs. acionistas sobre outras medidas a tomar-se, tais como a venda do vapor *Mauá*, aquisição de 1 locomotiva, etc., etc., e que julgava não haver inconveniente na apresentação dessa proposta antes das outras, e por isso a havia apresentado; entretanto se assim entendessem conveniente estava pronto a fazê-lo.

Concordando o sr. diretor Cornélio é posta em discussão a proposta da diretoria. Pede a palavra o Roberto Samuel e propõe que seja eliminada a palavra *imediatamente*, que se lê no art. 3º, pois que essa palavra poderia trazer embaraços à diretoria na execução dessa proposta – Ninguém mais pedindo a palavra é sujeita – a votação a proposta da diretoria com a emenda do sr. Roberto Samuel e unanimemente aprovada.

O Sr. presidente diz então que voltando ao parecer da comissão de exame de contas, propunha a aprovação, em separado, das seguintes idéias nele contidas:

Para que a diretoria fique autorizada:

1º. A fazer um desvio em Inhomirim e outros melhoramentos.

2º. A mandar vir da Europa uma locomotiva.

3º. A fazer aquisição de 1 terreno no meio da serra e construir uma cocheira para acomodação dos animais; assim como um outro terreno em Petrópolis e construção de 1 estabelecimento onde se reúnam os armazéns, depósito, cocheira e outras dependências da companhia; orçando-se para

aquisição de tais melhoramentos um capital cujo lucro corresponda pouco mais ou menos aos aluguéis que atualmente paga a companhia.

4º. Finalmente, a dispor da barca *Mauá*, da melhor forma.

Postas a votos estas propostas foram unanimemente aprovadas.

Declarou mais o sr. presidente quanto à ultima parte que trata da venda do vapor *Mauá*, que havia sobre ela uma oferta do construtor Manoel Francisco dos Santos. Essa oferta consistia em comprar-lhe a companhia 1 saveiro coberto, que acabava de construir perfeitamente igual a um que o mesmo sr. construiu para a companhia pela quantia de Rs. 19:000\$ recebendo em pagamento a barca *Mauá* e a quantia de Rs. 11:000\$ em 3 prestações sendo: 1 à vista, outra a 6 e a 3ª a 9 meses de prazo. Acrescentou o sr. presidente que se não fosse a necessidade que tem a companhia de dispor a todo o transe do vapor *Mauá* e portanto de facilitar qualquer transação a respeito, qualificaria de extemporânea tal proposta, tanto mais quanto a companhia não tinha absoluta necessidade de mais um saveiro para o seu serviço, entretanto conquanto estivesse na alçada da diretoria tomar qualquer resolução a respeito, contudo desejava ouvir a opinião dos srs. acionistas.

O sr. Stanley Youle manifestou-se e foi acompanhado por outros srs. acionistas, de opinião que não tendo a companhia necessidade do saveiro, de preferência se vendesse a barca *Mauá* ainda que por menor preço, do que se efetuasse a transação da troca, mormente tendo-se de voltar dinheiro. Tendo-se esgotado a 1ª parte da ordem do dia o sr. presidente declarou que se ia proceder a eleição do presidente de conformidade com os estatutos e convidou os srs. acionistas a trazerem à mesa suas cédulas. Recebidas estas e procedendo-se à apuração saiu eleito o Sr. Francisco Joaquim de Castro por 72 votos; tendo também obtido o sr. dr. Bulhões Ribeiro 24 votos e o sr. Antônio Joaquim Vieira de Carvalho dez votos.

Imediatamente o sr. dr. Bulhões Ribeiro passou a cadeira da presidência ao seu sucessor, o qual nada mais havendo a tratar levantou a sessão da qual se lavrou a presente ata.

Francisco Joaquim de Castro.

Ata 58ª

Aos onze dias do mês de março de 1879 reunidos em uma das salas do escritório da companhia à rua da Alfândega nº 50, em virtude de convocação feita pelos jornais os seguintes Srs. acionistas Francisco Joaquim de Castro, Antônio de Calazans Raythe, Antônio Joaquim Vieira de Carvalho, Manoel Moutinho de Avilez Carvalho, Diogo Gracie Taylor, Samuel, Irmãos & Cia., Jorge Tatam, W. H. Holman, João Batista da Fonseca, Stanley Youle representando mil cento e quarenta e sete ações o sr. presidente declarou aberta a sessão à meia hora depois do meio-dia, a qual ia funcionar de conformidade com o art. 7º dos estatutos visto não se ter reunido número suficiente de srs. acionistas para a sessão convada, digo, convocada em 28 de fevereiro próximo passado.

Lida e posta em discussão a ata da sessão antecedente, 9 de maio de 1878, e ninguém pedindo a palavra, foi posta a votos e unanimemente aprovada.

Em seguida o Sr. presidente declarou que ia proceder à leitura do relatório e balanço do ano próximo passado, o que foi dispensado pelos Srs. acionistas visto se achar impresso.

O sr. presidente fez ainda algumas considerações sobre uma proposta que lhe havia sido feito pela Companhia “Locomotora” relativamente à cessão do contrato do trapiche *Mauá* feito pela mesma companhia com a Câmara Municipal, que quando houvesse de lhe ser entregue depois de terminado o contrato com a Companhia Estrada de Ferro de Petrópolis, mediante uma indenização de cento e dezesseis contos de réis, e resolveu-se que tal proposta não fosse tomada em consideração não só por ser desvantajosa à companhia, como também porque depois de terminada o atual contrato da Companhia Estrada de Ferro de Petrópolis com a Câmara Municipal, tinha ela a preferência em igualdade de condições com outro qualquer concorrente conforme estipula o referido contrato.

Exposta igualmente pelo sr. presidente uma proposta que lhe havia sido feita pelos concessionários da Estrada de Ferro da Raiz da Serra a Petrópolis, resolveu-se que ela fosse sujeita à comissão de contas que tinha de ser eleita, a qual sobre ela daria parecer para oportunamente ser discutida em assembléia geral. Passando-se à eleição da comissão de exame de contas foram recebidas dez cédulas e procedendo-se à sua apuração deu o seguinte resultado: comendador João Batista da Fonseca, sessenta votos, Diogo Gracie Taylor cinquenta e três votos, Manoel Moutinho de Avilez Carvalho e Stanley Youle quarenta votos cada um, seguindo-se o sr. Antônio Joaquim Vieira de Carvalho com vinte sete e barão da Lagoa com dez.

Declarou então o sr. presidente membros da comissão de contas os três primeiros srs., visto não ser preciso o desempate entre o sr. Avilez Carvalho e Stanley Youle por lhe ter declarado previamente este último não poder aceitar qualquer comissão por ter de retirar-se brevemente para a Europa. Nada mais havendo a tratar o sr. presidente levantou a sessão da qual se lavrou a presente ata que é assinada pelo diretor secretário.

W. H. Holman.

Ata 59^a

Aos dez dias do mês de junho de 1879, reunidos em uma das salas do escritório da companhia à Rua da Alfândega nº 50, sob a presidência do Sr. Francisco Joaquim de Castro, em virtude de convocação feita pelos jornais, os seguintes srs. acionistas: comendador João Batista da Fonseca, Manoel Moutinho de Avilez Carvalho, Diogo Gracie Taylor, Francisco Joaquim de Castro, W. H. Holman, Francisco de Figueiredo, Samuel, Irmãos & Cia., Estevão Busk & Cia., barão da Lagoa, Amaro Emílio da Veiga, Francisco C. de Bulhões Ribeiro, conselheiro Joaquim Pereira de Faria, d. Josefina

da Câmara Martins por seu procurador dr. Bulhões Ribeiro, Luís Antônio Martins, João Martins Cornélio dos Santos representado por seu procurador Francisco Joaquim de Castro, herdeiros de José Antônio de Figueiredo Jr. representado por seu procurador Francisco de Figueiredo e José Gonçalves Pereira ao todo mil oitocentas e trinta e oito ações o sr. presidente declarou aberta a sessão à meia hora depois do meio-dia e convidou o sr. acionista Manoel Moutinho de Avilez Carvalho, membro relator da comissão de contas a proceder à leitura do parecer da comissão, que era concebido nos seguintes termos:

“Srs. acionistas:

“A comissão que elegestes em nossa última reunião para examinar o relatório da diretoria, o balanço e contas da companhia do ano passado cumpriu o seu dever e vem dele dar-vos conta:

“Tendo procedido a um minucioso exame nos livros da companhia encontrou a escrituração em regra, os livros escriturados com limpeza e tudo em conformidade com o balanço anexo ao relatório. As barcas de vapor e saveiros que fazem o trajeto, aliás, o transporte de passageiros e cargas entre a corte e Mauá estão em bom estado tendo recebido os reparos que se fizeram precisos.

“No leito da estrada foram substituídos alguns trilhos arruinados, será preciso substituir ainda outros, entretanto está muito bem conservado.

“O trem rodante foi em parte consertado e continua a funcionar convenientemente.

“O local para o desvio na estação de Inhomirim foi aterrado e concluiu-se a obra, prestando-se já o desvio para as manobras exigidas, mas a estação precisa de novos barretes como já indicou o engenheiro.

“As oficinas, conquanto não estejam montadas com todo o material de trabalho que seria para desejar, fazem os concertos que é possível nas locomotivas e carros da companhia com não pequena vantagem e economia, que seria maior ainda se adquiríssemos uma turbina para facilitar o movimento das máquinas, o que aconselhamos.

“As casas de moradia dos empregados na Raiz da Serra, a estação e os armazéns tiveram de ser reparados em parte, mas estão no caso de preencherem perfeitamente o fim para que foram construídos.

“Os carros que fazem o transporte de passageiros na serra estão convenientemente reparados e satisfazem bem o serviço, os animais estão muito bem tratados e fazem o tráfego vantajosamente.

“Em Petrópolis construíram-se o armazém para cargas e as cocheiras para as carroças e respectivos animais com a maior economia, sem prejuízo da solidez e já tem amortizado com o uso que prestam o capital empregado.

“O terreno em que se fundaram estas edificações foi arrendado por dez anos à razão de um conto e duzentos mil réis anuais, podendo a companhia comprá-lo por Rs. 17:000\$000 se assim lhe convier no correr do prazo, como já vos expôs a diretoria em seu relatório. À comissão parece que foi uma boa aquisição.

A comissão deve ainda informa-vos que em geral a nossa companhia é bem administrada, que se tem feito as possíveis economias, o que tem concorrido para que a sua renda se tenha conservado, o que é certamente devida ao zelo da diretoria e particularmente ao seu ativo presidente, merecedor de nossos elogios com seus dignos colegas.

“Tendo os srs. Calógeras Irmãos e Luís Berrini obtido privilégio para construírem um caminho de ferro entre a Raiz da Serra e Petrópolis, que foi recentemente prolongado até a freguesia de S. José do Rio Preto, entenderam-se com a diretoria da companhia para um acordo relativo ao serviço comum entre as duas empresas e nesse sentido assentaram nas bases que retocadas por nós merecem nosso assentimento, mas que temos a honra de sujeitá-las à vossa consideração.

A comissão pensa que por este modo serão satisfeitas as primeiras aspirações da estrada de ferro de Petrópolis, que tem sido retardadas até o presente e se proporcionará ao público e especialmente à lavoura meios de locomoção e transporte mais rápido, mais cômodo e mais barato, merecendo por este modo o apoio da companhia.

A comissão entende que não deve ser adiada por mais tempo a autorização já concedida pela assembléia geral de 9 de maio do ano passado quanto à distribuição e omissão parcial de ações correspondente ao aumento de material da companhia que por conveniência do serviço da mesma e para alargar os seus interesses foi pago com lucros que deviam ser distribuídos como dividendos aos acionistas.

Possuindo a companhia três únicos escravos que já lhe tem prestado longos e bons serviços, sendo dois deles valetudinários, lembrou-se esta comissão de propor-vos sua liberdade, no que está bem certa que interpreta vossos sentimentos de filantropia e como estes mereçam mais pela sua idade toda a proteção, convém que a companhia continue a cuidar deles, mas já como homens livres.

Terminando, a comissão pede-vos desculpa pelas lacunas que encontrardes no presente parecer e propõe:

Que sejam aprovados o relatório e contas do ano passado apresentadas pela diretoria.

Que se faça quanto antes uma distribuição e omissão de ações entre os atuais acionistas, sendo considerados como entradas das novas ações os lucros empregados em aumento de material, conforme já foi resolvido em assembléia geral de 9 de maio do ano passado.

Que sejam libertos os três únicos escravos que a companhia possui.

Rio, 10 de junho de 1879.

(Assinados) *João Batista da Fonseca, Manoel Moutinho de Avilez Carvalho, James Gracie Taylor.*

Posto em seguida em discussão o parecer e ninguém pedindo a palavra é posto a votos e unanimemente aprovado.

Em seguida o mesmo sr. procedeu a leitura das bases do contrato a efetuar-se com a nova empresa da estrada de ferro da Raiz da Serra a

Petrópolis, o qual posto em discussão e ninguém pedindo a palavra é posto a votos e unanimemente aprovado.

O sr. comendador João Batista da Fonseca propôs para que ficasse a diretoria autorizada a tomar um certo número de ações da nova empresa, por conta da companhia, devendo corresponder o número de ações a subscrever, mais ou menos, ao capital que a companhia apurar com a venda do material da serra, que virá a tornar-se dispensável, com a inauguração dessa empresa.

Posta em discussão, esta proposta é rejeitada depois de algumas considerações feitas pelo sr. Francisco de Figueiredo e outros.

Passando-se à segunda parte da ordem do dia, o Sr. presidente declarou que tendo terminado o mandato do Sr. diretor João Martins Cornélio dos Santos, que se achava ausente na Europa, convidava os srs. acionistas a procederem a eleição de quem o deveria substituir.

Recebidas quatorze cédulas e procedendo-se a apuração deram o seguinte resultado:

Francisco de Figueiredo, 90 votos, Diogo Gracie Taylor e barão da Lagoa, 10 votos cada um e Manoel Martins de Avilez Carvalho, 7 votos.

Pelo que o sr. presidente declarou eleito o sr. Francisco de Figueiredo.

Nada mais havendo a tratar, levantou a sessão da qual se lavrou a presente ata.

W. H. Holman.

Ata nº 60

Aos vinte dias do mês de agosto de 1879, reunidos em uma das salas do escritório da companhia à rua da Alfândega nº 50, sob a presidência do Sr. Francisco Joaquim de Castro os seguintes srs. acionistas: Francisco Joaquim de Castro, William H. Holman, Francisco de Figueiredo por si e como procurador dos herdeiros de José Antônio de Figueiredo Júnior, Evaristo Camargo de Ataíde Moncorvo, conselheiro Joaquim Pereira de Faria, barão da Lagoa, José Joaquim de Oliveira Pinto, Amaro Emílio da Veiga, Diogo Gracie Taylor, Antônio Joaquim Vieira de Carvalho, Henrique José Vieira por seus procuradores Valença & Magalhães, Antônio José Marques de Sá, José Gonçalves Pereira, dr. Francisco Cândido de Bulhões Ribeiro, Manoel Moutinho de Avilez Carvalho, João Batista da Fonseca, d. Maria Henriqueta Pacheco Gomes, por seu procurador William de Lara Tupper, Henrique Witcomb por seu procurador Elkin Hime, ao todo dezenove srs. acionistas representando mil setecentas e oito ações (1.708) o sr. presidente declarou aberta a sessão de conformidade com o art. 6º dos estatutos e convidou o sr. diretor secretário a proceder à leitura da ata da última sessão em 10 de junho do corrente ano.

Lida esta, posta em discussão e ninguém pedindo a palavra é posta a votos e unanimemente aprovada. O sr. presidente declara que de conformidade com o art. 9º dos estatutos convocara a presente reunião extra-

ordinária para apresentar uma proposta à assembléia geral dos srs. acionistas pedindo autorização para subscrever ações da nova empresa da serra, em nome da companhia até a quantia de cem contos de réis. Crê que quase todos os srs. acionistas estão convencidos das vantagens que tem a nossa companhia na realização desta empresa, mesmo porque na última reunião da assembléia geral ordinária muitos dos Srs. acionistas se manifestaram a favor dessa idéia.

A diretoria tudo fez para evitar sacrifícios pecuniários por parte da nossa companhia, entretanto na última conferência que tivera com a diretoria da nova empresa da serra, esses srs. declararam que estavam resolvidos a abandonar a idéia da incorporação da companhia se a Estrada de Ferro de Petrópolis não tomasse parte na subscrição das ações. A vista pois desta ultima resolução a diretoria entendeu que devia expor à assembléia geral dos acionistas o estado em que se achavam as negociações para ela resolver o que melhor convém fazer a bem dos interesses da nossa companhia. Ponha pois em discussão essa proposta. Pede a palavra o senhor conselheiro Faria e diz que lhe parecia ilegal qualquer resolução que a assembléia viesse a tomar nesse sentido, porquanto a companhia não podia se envolver em operações alheias ao fim para que fora criado, como lhe impedia o código comercial.

Por esse lado parecia-lhe ter demonstrado a impossibilidade de qualquer resolução e pelo lado financeiro não via que de tal medida pudessem provir vantagens para a companhia. Se a companhia entendia que essa empresa era de um futuro lisonjeiro que a chamasse a si e se não o era, repetia, não compreendia como pudessem provir-lhe vantagens subscrevendo ações da tal empresa.

Responde o sr. presidente declarando quanto ao lado legal que havia consultado, o distinto advogado dr. Antônio Ferreira Viana que lhe havia assegurado poder a companhia subscrever as ações que quisesse e quanto ao lado financeiro, se não podia assegurar à companhia vantagens inevitáveis, nem por isso lhe era dado duvidar do bom futuro daquela empresa; entretanto dada mesmo a hipótese de ser duvidoso o resultado à companhia cumpria fazer algum sacrifício, porquanto era sabido que outras empresas se projetavam com destino a Petrópolis e quaisquer que elas fossem viriam prejudicar-nos seriamente.

Pede a palavra o sr. dr. Bulhões Ribeiro e diz que opinava pelo (*proceder*) digo pelo parecer do sr. conselheiro Faria quanto à legalidade do fato entretanto era sua opinião e acreditava mesmo que o era também da maioria da assembléia que a companhia devia auxiliar aquela empresa. Parecia-lhe pois tudo harmonizar-se da seguinte forma: estando a diretoria autorizada a distribuir aos acionistas cerca de Rs. 100:000\$000 empregados em aumento de material e que foram tirados de dividendos não distribuídos aos acionistas, que a companhia em vez de assim proceder, tomasse ações daquela empresa e as distribuísse aos acionistas, deixando por essa forma a companhia de figurar como acionista da outra empresa. Responde o sr. Holman declarando que a distribuição de que falava o nobre acionista era para fazer-se em ações da própria companhia e não em dinheiro. Tomam parte também no debate a favor da proposta da dire-

toria os srs. barão da Lagoa e Antônio José Marques de Sá e contra os srs. Tupper e Manoel Moutinho de Avilez Carvalho que abundaram nas mesmas idéias do sr. conselheiro Faria. Finalmente ninguém mais pedindo a palavra o sr. presidente dá por encerrada a discussão e declara que vai pôr a votos a seguinte proposta da diretoria: “A diretoria da Companhia Estrada de Ferro de Petrópolis pede autorização à assembléia geral para subscrever ações da Estrada de Ferro da Raiz da Serra a Petrópolis até a quantia de cem contos de réis, da maneira que for mais conveniente e possível.

Posta a votos foi aprovada contra os votos dos srs. conselheiro Faria e Avilez Carvalho tendo mandado o primeiro destes srs. à mesa o seguinte protesto: Declaro que votei contra a proposta da diretoria para ser autorizada a tomar até Rs. 100:000\$000 em ações da empresa da serra e protesto contra essa resolução por considerá-la ilegal – Sala das sessões em 20 de agosto de 1879. Assinado – *Joaquim Pereira de Faria*.

À vista dessa votação, o sr. presidente declarou aprovada a proposta da diretoria e levantou a sessão da qual se lavrou a presente ata que é assinada pelo diretor secretário.

W. H. Holman.

Ata nº 61

Sessão em 20 de fevereiro de 1880

Presidência do sr. comendador Francisco Joaquim de Castro.

Ao meio-dia acham-se presentes os senhores acionistas William H. Holman, visconde de Figueiredo, Francisco Joaquim de Castro, Antônio Joaquim Vieira de Carvalho, Miguel Calógeras, João Martins Cornélio dos Santos (por seu procurador) Samuel Irmãos & Cia., Francisco Carlos Naylor, José Gonçalves Pereira, João Batista da Fonseca, José Antônio de Figueiredo Júnior (pelo Inventariante) Manoel Moutinho de Avilez Carvalho, Luiz Antônio Martins e José Joaquim de Oliveira Pinto, representando todos duas mil e cinqüenta e uma ações.

Achando-se assim constituída, nos termos do art. 8º dos estatutos a assembléia geral ordinária convocada pelos anúncios feitos nos jornais de maior circulação, o senhor presidente abriu a sessão, a qual tinha por fim a apresentação do relatório e balanço das operações da companhia durante o ano findo de 1879, e a eleição da comissão de exame das contas apresentadas.

Pelo senhor secretário é lida a ata da sessão anterior, e não sendo impugnada é aprovada.

Por acharem-se impressos e distribuídos o relatório e balanço a assembléia dispensa a sua leitura.

O senhor presidente expõe circunstanciadamente o fato ocorrido com o guarda-livros Bento Martins da Rocha e do qual resultou o alcance

(de 16:943\$870) mencionado no relatório. Declara que prosseguem as diligências com o fim de reduzir, se não extinguir totalmente, o prejuízo que resultaria à companhia, e que a diretoria tem esperança de conseguir resultado menos desfavorável, do que o que à primeira vista se antolha.

Aprovado pela assembléia o procedimento havido pela diretoria nessa emergência, e nada mais havendo a discutir, por nenhum outro acionista pedir a palavra passa-se à eleição dos membros que devem constituir a comissão de exame das contas.

Recolhidas dez cédulas e procedendo-se à sua apuração verifica-se terem sido eleitos os senhores comendadores João Batista da Fonseca, Antônio Joaquim Vieira de Carvalho e João Martins Cornélio dos Santos, obtendo o primeiro cem votos, o segundo oitenta e o terceiro setenta. Seguiam-se os senhores Francisco Carlos Naylor com vinte votos e Manoel Moutinho de Avilez Carvalho, Stanley Youle e Stephen Busk & Cia., com dez votos cada um.

Nada mais havendo a tratar o senhor presidente levantou a sessão.

W. H. Holman.

Ata nº 62

Sessão em 30 de setembro de 1880.

Presidência do sr. Francisco Joaquim de Castro

Ao meio-dia acham-se presentes, pela convocação feita nos jornais de conformidade com o art. 6º dos estatutos para os fins determinados na última parte do art. 8º, os seguintes senhores acionistas: Francisco Joaquim de Castro, comendador João Martins Cornélio dos Santos, por si e como representante da firma Cornélio & Cia.; Diogo Gracie Taylor, Eduardo Pellew Wilson Júnior; comendador João Batista da Fonseca, Antônio Joaquim Vieira de Carvalho; visconde de Figueiredo; barão da Lagoa; Estevão Busk & Cia. por seu representante R. Norton; Samuel Irmãos; comendador Luiz Antônio Martins; R. S. Guayle; Miguel Calógeras; Antônio Ribeiro Queiroga; William H. Holman; Manoel Moutinho de Avilez Carvalho; Francisco Teixeira de Miranda; Joaquim Pereira de Faria; Francisco Carlos Naylor; Dr. Honório Augusto Ribeiro por si e como procurador de d. Thomazia Augusta Carneiro Leão, Augusto Pinto Alves Pequeno e Domingos Moreira Teixeira Penna e como tutor dos menores João Maria Bregaro e Fernanda Maria Bregaro.

Achando-se assim representados duas mil quatrocentos vinte e nove ações, o senhor presidente declara aberta a sessão. O senhor secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, e não havendo sobre ela discussão é unanimemente aprovada.

O senhor presidente declara que a presente sessão, tendo por fim a representação do parecer da comissão de contas eleita na última sessão,

dá a palavra ao senhor comendador João Batista da Fonseca, relator da comissão, o qual lê o seguinte

Parecer:

“Senhores acionistas: a comissão de exame de contas vem dar-vos solução do seu trabalho. Examinou a contabilidade da companhia e achou em dia, clara e conferindo com o balanço que vos foi presente. A receita do ano passado foi de Rs. 399:4175160, a despesa de Rs. 253:104\$420, a que, adindo o valor da manumissão de 2 escravos, a morte de animais mueres do serviço dos carros, a diferença havida no preço do sal e inutilização de sacos representando tudo Rs. 5:569\$170, sobe a Rs. 288:673\$590, e fica um saldo de Rs. 110:743\$570, ao qual juntando-se o que veio do ano anterior (1878) eleva-se a Rs. 114:565\$490, que foi distribuído pelo modo seguinte:

Comissão da diretoria	5:677\$050
Fundo de reserva	18:814\$420
Quota para aumento do capital	2:574\$020
Dividendos	87:500\$000

“Já sabeis que se fez o rateio das ações correspondentes ao aumento de capital e auferimos um dividendo de cerca de 8% no ano passado, além de 1% em ações beneficiárias.

“Os nossos vapores tiveram importantes reparos que os habilitaram para melhor desempenho do serviço. Quanto à linha férrea está bem conservada, todavia havemos de precisar substituir alguns quilômetros de trilhos e de adquirir uma locomotiva que a diretoria terá de encomendar logo que lhe apareça oportuna ocasião.

“O serviço da serra faz-se regularmente. Vão-se melhorando as carruagens; os animais são bons, estão bem tratados e agüentam bem o pesado serviço que lhes toca.

“A comissão reconhece convosco o zelo da digna diretoria e tem o prazer de informar-vos que ela, inspirando-se nos verdadeiros interesses da companhia, cuida em reduzir quanto for possível as despesas do custeio, tanto dos navios como da linha férrea e dos carros.

“No relatório da diretoria deveis ter lido o protesto por ela apresentado contra a concessão feita, em outubro último, de uma linha que muito prejudicaria a nossa se ela se realizasse.

“Entende a comissão que a diretoria procedeu perfeitamente protestando contra a supracitada concessão, que não só impediria o desenvolvimento natural da nossa linha, conforme sempre cogitaram os organizadores da nossa empresa, como também poderia inutilizar o que já se acha feito com grande sacrifício dos acionistas desta companhia e prejuízo público.

“Com efeito, a experiência nos tem demonstrado que as proporções acanhadas a que ficou reduzida a nossa empresa desde que se lhe desviou o tráfego que lhe servira de base, obriga-a a manter tarifas elevadas tanto nas passagens como nas cargas, e a renda líquida apesar disto mal chega para pagar um dividendo moderado sobre um capital muito inferior ao que foi gasto efetivamente para montar o nosso serviço; a fim de harmonizar os legítimos interesses da nossa empresa com a igualmente justa satisfação do serviço que podemos e devemos prestar aos que alimentam a nossa empresa corre-nos o dever de ampliar o mais possível o tráfego, pois com a mesma despesa ou pouco maior poderemos desenvolver o movimento de passageiros e cargas; as nossas tarifas poderão ser reduzidas sem enfraquecer, antes aumentando o resultado líquido.

“Será isso por um lado benefício público, mas também será uma grande e verdadeira garantia para a nossa empresa, por que enquanto não ficarem satisfeitas as necessidades do tráfego que sempre nos propusemos servir, continuarão a aparecer pretensões e projetos contrários aos interesses desta companhia.

“A organização da Companhia Estrada de Ferro Príncipe de Grão Pará foi adiada por causa da concessão feita posteriormente pelo governo geral, contra a qual protestaram também os cessionários da primeira. Recorreram estes para o Conselho de Estado e aguardam a decisão deste e do governo.

“Seja qual for a solução, está claramente no interesse da nossa empresa auxiliar este prolongamento, que a nossa própria companhia já teve em mente realizar como indispensável, é evidente que ainda realizando-se o prolongamento com capitais pela maior parte estranhos à nossa empresa não deixará ela de colher as mesmas vantagens sem os ônus de semelhante cometimento.

“Convém, por isso, unir os nossos aos esforços de que dispõe os organizadores do prolongamento, a fim de promover e alcançar um grande bem público, e consolidar assim os nossos capitais que desde 1874 são ameaçados por pretensões contrárias.

“Em conclusão, a comissão é de parecer que sejam aprovadas as contas do ano passado.

“Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1880. (Assinados) *João Batista da Fonseca. Antônio Joaquim Vieira de Carvalho. João Martins Cornélio dos Santos.*

Submetido à discussão, e ninguém pedindo a palavra é este parecer aprovado unanimemente.

O senhor barão da Lagoa manda à mesa a seguinte proposta:

“Proponho que a assembléia geral autorize a diretoria a elevar a cento e vinte mil réis (120\$000) mensais a pensão concedida ao empregado Fonseca, que há cerca de vinte anos serve à companhia e acha-se invalidado.

“Sala das sessões em 3 de setembro de 1880. (Assinado) *Barão da Lagoa.*
É aprovada.

O senhor presidente comunica haver recebido da Companhia Locomotora uma proposta de cessão do arrendamento do trapiche *Mauá*, na Prainha, a que aquela companhia se julga com direito por contrato que firmou com a Câmara Municipal, e que deve começar a vigorar quando terminar o usufruto que a esta companhia pertence até 1884.

As condições da proposta – pagamento de 70:000\$000 por presumidas benfeitorias, além do aluguel de 12:000\$000 por ano, parecem ao sr. presidente inaceitáveis; entretanto entendeu do seu dever trazer o fato ao conhecimento da assembléia.

No mesmo sentido falam os srs. João Cornélio e Batista da Fonseca, concluindo ambos que a solução do assunto está dentro das atribuições da diretoria.

O sr. presidente convida os senhores acionistas a trazerem à mesa as suas listas para a eleição de um membro da diretoria para substituir o sr. Holman, que completou o seu tempo.

Recebem-se quinze cédulas representando, aliás dezesseis cédulas representando cento vinte e três votos, dos quais cento e treze para o sr. W. H. Holman, e dez votos para o sr. Diogo Gracie Taylor.

À vista deste resultado, o sr. presidente declara reeleito o sr. diretor W. H. Holman, e nada mais havendo a tratar-se suspende a sessão à uma hora e quarenta e cinco minutos da tarde.

W. H. Holman.

Ata nº 64

Sessão em 15 de fevereiro de 1881.

Presidência do sr. Francisco Joaquim de Castro.

Ao meio-dia, em virtude de convocação feita pelos jornais de maior circulação, de conformidade com o artigo 6º dos estatutos, comparecem os seguintes senhores acionistas, representando duas mil e quatorze ações:

Francisco Joaquim de Castro; comendador João Batista da Fonseca; João Martins Cornélio dos Santos; Carlos Antônio de Araújo Silva; visconde de Figueiredo por si e como procurador dos seguintes: d. Joaquina Carlota Penna de Figueiredo, Luiz Felipe de Souza Leão, Francisco Antônio Gonçalves e João Batista da Rocha Conceição; Miguel Calógeras; Antônio José Marques de Sá; comendador Luiz Antônio Martins; Diogo Gracie Taylor; Samuel Irmãos & Cia., R. Guayle; Manoel Moutinho de Avilez Carvalho; Francisco Carlos Naylor; Boaventura S. Barcellos; José Gonçalves Pereira; Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, Emídio Adolfo Vitório da Costa por si e por procuração de d. Luiza G. Vitório da Costa e d. Delfina M. Vitório da Costa e Luiz Augusto Ferreira de Almeida.

Assim constituída a assembléia, para os fins determinados no artigo 8º dos estatutos o sr. presidente declara aberta a sessão.

O sr. diretor visconde de Figueiredo, servindo de secretário, procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem discussão.

Por proposta do sr. acionista Araújo Silva é dispensada a leitura do relatório da diretoria, visto achar-se impresso e ter sido distribuído à assembléia.

O sr. presidente convida os senhores acionistas presentes a trazerem à mesa as suas listas para a eleição da comissão que tem de proceder ao exame das contas e balanço do ano findo.

São recebidas quatorze cédulas, representando cento e dezesseis votos que, apuradas, apresentam o seguinte resultado:

Comendador João Batista da Fonseca, oitenta e oito votos; Francisco Carlos Naylor oitenta e seis votos; João Martins Cornélio dos Santos cinquenta e seis votos; Diogo Gracie Taylor trinta votos; Antônio Joaquim Vieira de Carvalho e Miguel Calógeras vinte votos; Luiz Augusto Ferreira de Almeida dezoito votos; Samuel Irmão doze votos; dr. Victorio dez votos, e Avilez Carvalho oito.

Em vista deste resultado o sr. presidente declara membros da comissão de exame de contas os senhores: comendador João Batista da Fonseca, Francisco Carlos Naylor e João Martins Cornélio dos Santos.

Nada mais havendo a tratar o senhor presidente levanta a sessão.

Visconde de Figueiredo.

**ÍNDICE DOS VOLUMES
DO ANUÁRIO**

Índice dos volumes I a XV do Anuário do Museu Imperial

Com o presente volume atinge o *Anuário do Museu Imperial* o seu 16º número.

Essa farta e preciosa fonte de informações para os estudiosos da nossa história carecia, contudo, de um índice para facilitar o manuseio da matéria aí publicada.

Coube, assim, à seção de biblioteca, da Divisão de Documentação Histórica, desincumbir-se dessa tarefa, organizando a lista de assuntos, autores e títulos, aqui estampada, e que abrange todos os trabalhos impressos no Anuário a partir do 1º volume até o 15º inclusive.

Na elaboração do índice observamos, com pequenas alterações, as normas adotadas em trabalhos desse gênero. Preferimos reunir em uma única alfabetação os autores, assuntos e títulos, certos de que tal disposição permitirá ao consulente localizar, com a rapidez desejada, o objeto de sua consulta. Para diferenciar as respectivas entradas, estabelecemos o seguinte critério tipográfico: versalete, para os autores; grifo, para os assuntos; redondo, para os títulos, aparecendo os autores em primeira margem, os assuntos em segunda, e os títulos em terceira.

Os nomes próprios entram sempre pelo último sobrenome, inclusive os titulares, fazendo-se, quando for o caso, a necessária remissiva.

Os reis, imperadores e príncipes entram pelo nome de batismo, seguido do respectivo título.

Os assuntos referentes à história do Brasil estão ordenados cronologicamente sob o cabeçalho: *Brasil – História*, seguido do período a que o assunto se refere.

Esperamos que este *Índice* atenda às suas finalidades. Não deixaremos, porém, de levar na devida conta os reparos e sugestões que nos forem apresentados quanto a eventuais deficiências.

Geraldo de Abreu Camargo

Chefe da seção de Biblioteca, Mapoteca e
Filatelia da D.D.H.

ÍNDICE DO ANUÁRIO DO MUSEU IMPERIAL REFERENTES AOS VOLUMES 1 A 15

Agassiz, Louis, 1807-1873 – Correspondência

O imperador do Brasil e os seus amigos da Nova Inglaterra, por David James. XIII, 13.

AIRES, Otávio,

Cartas anônimas à família imperial. IX, 91. ALBUQUERQUE, Manuel Inácio Cavalcanti de

A propósito da condessa de Belmonte. VII, 175.

Amélia de Leuchtenberg, imperatriz do Brasil, 1812-1873 – Biografia

Imperatriz Amélia, por Alcindo Sodr . II, 113.

“Rosa Amélia”: brinde à segunda imperatriz do Brasil, por Afrânio Peixoto. IV, 79.

Américo, Pedro

vide

Melo, Pedro Américo de Figueiredo e, 1843-1905.

Aristocracia

vide

Nobreza

Titulares do Império

Arquivo do Museu Imperial

vide

Museu Imperial, Arquivo

Arquivo nobiliárquico brasileiro, barão Smith de Vasconcelos – Retifica es ao,

Acréscimo e retifica es ao “Arquivo Nobiliárquico”, por Laurentino Lago. XV, 83.

Arte religiosa

Santo Antônio do Recife, por Robert C. Smith. VII, 139.

AULER, Guilherme

Famílias Pernambucanas: os Sousa Leão (nos séculos XVII, XVIII e XIX). IV, 97.

Titulares Pernambucanos. XI, 73.

Titulares Pernambucanos: os irmãos barão da Escada e barão de Utinga. VIII, 39.

Azevedo, Antônio de Araújo, conde da Barca, 1754-1817 – Biografia

Antônio de Araújo Azevedo, o conde da Barca, pela irmã Maria de Loreto, O.P. III, 155.

AZEVEDO, Luís Heitor Correia de

Henrique Oswald. XV, 41.

Bahia (Estado). Viagens dos imperadores a

Visita dos imperadores à Bahia, por Alcindo Sodrê. XI, 97.

BARBOSA, Antônio Lemos (padre), pref. e anot.

“Quelques notes sur la langue tupi”, por D. Pedro II. VI, 169.

Barbosa, Rui, 1849-1923. D. Pedro II – Crítica.

Rui Barbosa e o imperador, por Lourenço Luís Lacombe. X, 161.

Barbosa, Rui, 1849-1923. Ensino – Parecer

Rui Barbosa anotado por Pedro II, por Alcindo Sodrê. X, 151.

Barca, conde da,

vide

Azevedo, Antônio de Araújo, conde da Barca, 1754-1817

Barral, Luisa Margarida Borges de Barros de, condessa de, 1816-1891 – Biografia

A condessa de Barral, por Américo Jacobina Lacombe. V, 5.

BASTOS, Haydée Di Tommaso

Algumas notas sobre miniaturas no Brasil. VI, 237.

Contribuição para o estudo da ourivesaria no Brasil. Adenda: Inventário das jóias de Sua Majestade a Imperatriz – 1887. IV, 239.

Em torno das Ordens de Pedro I e da Rosa. VIII, 185.

Belmonte, condessa de,

vide

Coutinho, Mariana Carlota de Verna Magalhães, condessa de Belmonte, 1779-1855.

Biografias

Vide pelo nome dos biografados seguido da palavra – Biografia

Bispos brasileiros – Correspondência

Cartas de bispos brasileiros a dom Pedro II (Arquivo do Museu Imperial).
X, 261

BOTELHO, Nilza

vide

MEGALE, Nilza Botelho

Branco, Camilo Castelo, 1825-1890 – Correspondência

Pedro II e intelectuais portugueses, por Alcindo Sodr . VIII, 83.

Brasil – Descri es e viagens

Diário do príncipe de Joinville; prefácio e notas de Lourenço Luís
Lacombe. XI, 177.

Brasil – Exército – Organiza o

Documentos relativos ao conde d’Eu, especialmente copiados por ordem
do sr. ministro da Guerra, para o Museu Imperial. II, 229.

Brasil – Exército – Uniformes

Fardas do Reino Unido e do Império, por Wash Rodrigues. XI, 5.

Brasil – História (Ordem cronológica)

Brasil – História – Vinda de D. João VI, 1808

D. João VI, a transmigra o da família real portuguesa e a coloniza o
do Brasil no jornal *O Conciliador do Reino Unido*, do visconde de
Cairu: 1821, por Hélio Viana. II, 37.

Brasil – História – Independência – 1822 – Iconografia

O grito do Ipiranga na concep o dos artistas, por Alcindo Sodr . VII, 199.

Brasil – História – Ministério de 29 de setembro de 1848

Notável documento da história política do Império: o pedido de
exonera o coletiva do ministério de 29 de setembro de 1848, por
Hélio Viana. XI, 53.

Brasil – História – Guerra contra Uribe e Rosas: 1851-1852

Diário do Exército: campanha de 1851-1852 (Arquivo do Museu
Imperial). XII, 203.

Primeiras medalhas militares conferidas por d. Pedro II: campanha contra
Oribe e Rosas; 1851-1852, por Francisco Marques dos Santos. V, 45.

Brasil – História – Proclamação da República – 1889.

A deposição do imperador e a viagem para o exílio; prefácio e notas de Lourenço Luís Lacombe. (Arquivo do Museu Imperial). XV, 221.

A queda da monarquia vista pela legação americana no Rio de Janeiro, por Manuel Cardoso. XV, 25.

Brasil – História – Historiografia

Como se deve entender a nacionalidade na história do Brasil, por Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro (Arquivo do Museu Imperial). IX, 229.

Brasil – História eclesiástica

Cartas de bispos a dom Pedro II (Arquivo do Museu Imperial). X. 261.

Brasil – Limites e fronteiras

Memória sobre os trabalhos que se podem consultar nas negociações de limites do Império, com algumas lembranças para a demarcação destes, por Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro (Arquivo do Museu Imperial). IX, 199.

Rio Branco e a sempre tão limpa e generosa política internacional do Brasil, por Levi Carneiro. IV, 15.

Brasil – Política e governo

Notável documento da história política do Império: o pedido de exoneração coletiva do ministério de 29 de setembro de 1848, por Hélio Viana. XI, 53.

Caçadas

Varnhagen no Paraguai: uma caçada de antas em Petrópolis; Inscrições lapidares de Recife: 1859-1861, por Clado Ribeiro de Lessa. III, 101.

Cachoeira de Paulo Afonso

vide

São Francisco, rio

Cairu, visconde de

vide

Lisboa, José da Silva, visconde de Cairu, 1756-1835.

Calendários

Folhinha nacional brasileira para o ano de 1837, por Paulo Olinto de Oliveira. VI, 259.

Capanema, Guilherme Schüch de, barão de, 1824-1908 – Biografia

Cartas de d. Pedro II ao barão de Capanema; apresentação e notas por Lourenço Luís Lacombe (Arquivo do Museu Imperial). V, 189.

CARDOSO, Manuel da Silveira

A queda da monarquia vista pela legação americana no Rio de Janeiro. XV, 25.

CARNEIRO, Davi

O dragão – símbolo heráldico. V, 25.

CARNEIRO, Levi

Rio Branco e a sempre tão limpa e generosa política internacional do Brasil. IV, 15.

Cartas

vide

Correspondência

Castilho, António Feliciano de, visconde de, 1800-1875 – Correspondência

Pedro II e intelectuais portugueses, por Alcindo Sodr . VIII, 83.

CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE, Manuel Inácio

vide

ALBUQUERQUE, Manuel Inácio Cavalcante de

Cerimonial e protocolo

Uma cerimônia na corte em 1864: o casamento da princesa imperial, por Lourenço Luis Lacombe. II, 131.

Conciliador do Reino Unido, O (jornal)

D. João VI, a transmigra o da família real portuguesa e a coloniza o do Brasil no jornal “O Conciliador do Reino Unido” do visconde de Cairu; 1821, por Hélio Viana. II, 37.

Condecora es

Em torno das Ordens de Pedro I e da Rosa, por Hayd e Di Tommaso Bastos. VIII, 185.

Primeiras medalhas militares conferidas por d. Pedro II: campanha contra Oribe e Rosas: 1851-1852, por Francisco Marques dos Santos. V, 45.

Conselheiros de Estado

Datas de falecimento dos conselheiros de Estado do Império, por Laurênio Lago. XI, 65.

Correspondência

vide também sob nome de pessoas seguido da palavra – Correspondência

Correspondência – Anônimos

Cartas anônimas à família imperial, por Otávio Aires. IX, 91.

Costumes

vide por nomes de países, estados ou cidades, subdividido por:
vida social e costumes. Ex. *Rio de Janeiro – Vida social e costumes*.

Coutinho, Mariana Cartola de Verna Magalhães, condessa de Belmonte, 1779-1855 – Biografia.

A propósito da condessa de Belmonte, por Manuel Inácio Cavalcanti de Albuquerque. VII, 175.

Cristais

Vidros e cristais, por Fortunée Levy. IV, 195.

Cronologia

Datas de falecimento dos conselheiros de Estado do Império, por Laurênio Lago. XI, 65.

A família real portuguesa e imperial brasileira: Efemérides, por José Schiavo. XIV, 111.

CRULS, Gastão

O Rio de Janeiro no primeiro quartel do século XIX. VII, 125.

CRUZ, Mário

O Rio de Janeiro de antanho na iconografia do Museu Imperial. IX, 123.

Vítor Meireles e Pedro Américo. VII, 215.

Danças

Duas velhas danças gaúchas, por Sílvio Júlio. IX, 43.

Dantas, Manuel Pinto de Sousa, 1831-1894 – Correspondência

Dom Pedro II e o conselheiro Dantas; prefácio e notas por Lourenço Luís Lacombe (Arquivo do Museu Imperial). X, 179.

Decretos oficiais (ordem cronológica)

Ano de 1939

Decreto nº 684 de 03/02/39, do interventor federal no Estado do Rio de Janeiro: autorizando a aquisição do Palácio Imperial. I, 319.

Decreto-lei nº 44, de 27/11/39, do interventor federal no Estado do Rio de Janeiro: cedendo à União o Palácio Imperial para nele ser instalado o museu. I, 320.

Ano de 1940

Decreto-lei nº 2.096 de 29/03/40 (Diário Oficial de 30/03/40): criando o Museu Imperial. I, 321.DEL

VECCHIO, Adolfo José – Memórias

As duas últimas festas da monarquia: bodas de prata de Suas Altezas Imperiais, a 15 de outubro de 1889; baile da ilha Fiscal, a 9 de novembro de 1889, por Francisco Marques dos Santos. II, 49.

Diários de Dom Pedro II

vide

Museu Imperial. Arquivo.

DIAS, Antônio Gonçalves, 1823-1864 – Correspondência.

Cartas de Gonçalves Dias (Arquivo do Museu Imperial). XI, 221.

Diplomacia – Brasil

Rio Branco e a sempre tão limpa e generosa política internacional do Brasil, por Levi Carneiro. IV, 15.

Documentos do Arquivo do Museu Imperial

vide

Museu Imperial. Arquivo.

DÓRIA, Luís Gastão D'Escragnolle

Relação dos baronatos concedidos no Brasil, de 1808 a 1886 e comprovados por documentos existentes no Arquivo Nacional. VI, 5.

Efemérides

vide

Cronologia.

Egito: viagem do imperador ao

Voyage du haut Nil, por Dom Pedro II; nota explicativa por Afonso d'Escragnolle Taunay. VIII, 1.

Ensino – Parecer e projeto ao

Rui Barbosa anotado por Pedro II, por Alcindo Sodré. X, 151.

Escada, barão da

vide

Lins, Belmino da Silveira, barão da Escada, 1827-1880.

ESCRAGNOLLE, Luís Afonso D'

Carlos Gomes e Pedro II. VIII, 207.

ESCRAGNOLLE DÓRIA

Vide

DÓRIA, Luís Gastão D'Escragnolle.

Escultura

A “Mima” de Gobineau, por Afrânio Peixoto. III, 23.

Etiqueta

vide

Cerimonial e protocolo.

Eu, conde d'

vide

Orleans, Luís Filipe Maria Fernando Gastão de, conde d'Eu, 1842-1922.

Exército brasileiro

vide

Brasil – Exército.

Família imperial brasileira – Cronologia

A família real portuguesa e imperial brasileira: Efemérides, por José Schiavo. XIV, 111.

Família real portuguesa – Cronologia

A família real portuguesa e imperial brasileira: Efemérides, por José Schiavo. XIV, 111.

Fardas

vide

Brasil – Exército – Uniformes.

Indumentária

FERNANDES, Antônio Pinto de Avelar

Xícaras antigas: notas para um colecionador. X, 1.

FERREZ, Gilberto

Um passeio a Petrópolis em companhia do fotógrafo Marc Ferrez. IX, 25.

FERREZ, Marc, 1843-1923 – Fotografias

Um passeio a Petrópolis em companhia do fotógrafo Marc Ferrez, por Gilberto Ferrez. IX, 25.

Fidalgos

vide

Nobreza

Titulares do Império

Filatelia

Centenário dos primeiros selos do Brasil, por Roberto Thut. III, 41.

Fletcher, James Looley, 1823-1901 – Correspondência

O imperador do Brasil e os seus amigos da Nova Inglaterra, por David James. XIII, 13.

Folclore

Dom Pedro II e a poesia popular, por Walter Spalding. XV, 5.

Duas velhas danças gaúchas, por Silvio Júlio. IX, 43.

Folhinha

vide

Calendários.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo

Paracatu do Príncipe. VI, 87.

Fronteiras e Limites – Brasil

vide

Brasil – Limites e Fronteiras.

GARCIA, Rodolfo

Dom Pedro II e a língua tupi. IV, 5.

Os mestres do imperador. VII, 5.

Genealogia

Famílias pernambucanas: os Sousa Leão nos séculos XVII, XVIII e XIX, por Guilherme Auler. IV, 97.

Titulares pernambucanos, por Guilherme Auler. XI, 73.

Titulares pernambucanos: os irmãos barão da Escada e barão de Utinga, por Guilherme Auler. VIII, 39.

O tronco da família Nabuco de Araújo, por Lourenço Luis Lacombe. XI, 139.

Gobelinos

vide

Tapeçarias.

Gobineau, José Artur de, conde de, 1816-1882 – Biografia

A “Mima” de Gobineau, por Afrânio Peixoto. III, 23.

Gomes, Antônio Carlos, 1836-1896 – Biografia

Carlos Gomes e Pedro II, por Luis Afonso d’Escragnolle. VIII, 207.

Guerra Junqueiro

vide

Junqueiro, Abílio Guerra, 1850-1923.

Guido, José Tomás, 1788-1866 – Correspondência

Um dia de gala no Primeiro Reinado, por Alcindo Sodr . XIII, 5.

Um salão do Primeiro Reinado, por Alcindo Sodr . IX, 237.

HEITGEN, José

Achegas ao armorial brasileiro. IV, 155.

Sinetes: achegas ao armorial brasileiro. V, 85.

Heráldica

Achegas ao armorial brasileiro, por José Heitgen. IV, 155.

Brasões da aristocracia goitacá, por Alberto Lamego. X, 39.

O dragão – símbolo heráldico, por Davi Carneiro. V, 25.

O primeiro brasão de armas do Brasil, por Hélio Viana. X, 159.

Sinetes: achegas ao armorial brasileiro, por José Heitgen. V, 87.

Herculano, Alexandre, 1810-1877 – Correspondência

Pedro II e intelectuais portugueses, por Alcindo Sodr . VIII, 83.

História do Brasil

vide

Brasil – História (com subdivisão dos assuntos por ordem cronológica).

Igreja Católica no Brasil

Cartas de bispos brasileiros a dom Pedro II (Arquivo do Museu Imperial).

X, 261.

Igreja de Santo Antônio do Recife

vide

Recife – Igreja de Santo Antônio.

Independência do Brasil

vide

Brasil – História – Independência – 1822.

Indumentária

Fardamentos imperiais, por Alcindo Sodr . IX, 105.

Fardas do Reino Unido e do Império, por Wash Rodrigues. XI, 5.

Inscri es lapidares

Varnhagen no Paraguai; Uma caçada de antas em Petrópolis; Inscri es lapidares do Recife: 1859-1861, por Clado Ribeiro de Lessa. III, 101.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – Rio de Janeiro – Diretoria

Apontamentos que deixo para o meu sucessor no cargo de 1º secretário do Instituto Histórico, por Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro (Arquivo do Museu Imperial). IX, 221.

Isabel, princesa imperial do Brasil, 1846-1921 – Bodas de Prata

As duas últimas festas da monarquia: bodas de prata de Suas Altezas Imperiais, a 15 de outubro de 1889; baile da ilha Fiscal, a 9 de novembro de 1889, por Francisco Marques dos Santos. II, 49.

Isabel, princesa imperial do Brasil, 1846-1921 – Casamento

Uma cerimônia na corte em 1864: o casamento da princesa imperial, por Lourenço Luís Lacombe. II, 131.

JAMES, David

O imperador do Brasil e os seus amigos da Nova Inglaterra. XIII, 13.
Raimundo Augusto Quinsac Monvoisin (em colaboração com Francisco Marques dos Santos). VII, 27.

João VI, rei de Portugal, 1767-1826 – Casamento

Casamento de dom João VI; prefácio de Lourenço Luís Lacombe (Arquivo do Museu Imperial). IX, 145.

João VI, rei de Portugal, 1767-1826 – Viagens

Excursões do príncipe regente dom João na capitania do Rio de Janeiro: 1809, por Laurênio Lago. VII, 21.

Jobim, José Martins da Cruz, 1802-1878 – Biografia

A ação política do conselheiro Jobim, por Alcindo Sodré. XIV, 5.
Um médico da monarquia, por Alcindo Sodré. VI, 189.

Jóias e joalherias

Contribuição para o estudo da ourivesaria no Brasil: inventário das jóias de Sua Majestade a Imperatriz, 1887, por Haydée Di Tommaso Bastos. IV, 239.

JOINVILLE, François Ferdinand D'Orleans, príncipe de

Diário do príncipe de Joinville; prefácio e notas de Lourenço Luís Lacombe (Arquivo do Museu Imperial). XI, 177.

JÚLIO, Sílvio

Duas velhas danças gaúchas. IX, 43.

Junqueiro, Abílio Guerra, 1850-1923 – Correspondência

Pedro II e intelectuais portugueses, por Alcindo Sodré. VIII, 83.

KUGEL, Jaques

Uma preciosidade de Sèvres: o cofre do príncipe de Joinville. X, 57.

LACOMBE, Américo Jacobina

A condessa de Barral. V, 5. LACOMBE, Américo Jacobina, anot.

Nobreza brasileira: notas prévias acerca dos “Apontamentos de legislação para uso dos procuradores da Coroa e Fazenda Nacional”, pelo conselheiro José Antônio da Silva Maia. I, 47.

LACOMBE, Lourenço Luís,

Uma cerimônia na corte em 1864: o casamento da princesa imperial. II, 131.

Rui Barbosa e o imperador. X, 161.

O tronco da família Nabuco de Araújo. XI, 139.

LACOMBE, Lourenço Luís, pref. e anot.

Cartas de dom Pedro II ao barão de Capanema (Arquivo do Museu Imperial). V, 189.

Cartas de d. Pedro II ao visconde de Sinimbu (Arquivo do Museu Imperial). VI, 277.

Casamento de D. João VI (Arquivo do Museu Imperial). IX, 145.

Cópia autêntica (em francês) do contrato de casamento do príncipe d. Pedro com a arquiduquesa da Áustria Carolina Josefa Leopoldina (Arquivo do Museu Imperial). IV, 269.

A deposição do imperador e a viagem para o exílio (Arquivo do Museu Imperial). XV, 221.

Diário do príncipe de Joinville (Arquivo do Museu Imperial). XI, 177.

Dom Pedro I através de suas cartas aos filhos (Arquivo do Museu Imperial). VIII, 227.

Dom Pedro II e o conselheiro Dantas (Arquivo do Museu Imperial). X, 179.

A educação das princesas (Arquivo do Museu Imperial). VII, 239.

LAGO, Laurênio

Acréscimos e retificações ao “Arquivo Nobiliárquico”. XV, 83.

Datas de falecimento dos conselheiros de Estado do Império. XI, 65.
Excursões do príncipe regente d. João na capitania do Rio de Janeiro:
1809. VII, 21.

Lamas, Andrés, 1817-1891 – Biografia

Andrés Lamas em Petrópolis, por Alcindo Sodré. XII, 11.

LAMEGO, Alberto

Brazões da aristocracia goitacá. X, 39.

LAMEGO, Alberto Ribeiro

Aristocracia rural do café na província fluminense. VII, 51.

Leal, José da Silva Mendes, 1818-1886 – Correspondência

Pedro II e intelectuais portugueses, por Alcindo Sodré. VIII, 83.

Leão, Honório Hermeto Carneiro, marquês do Paraná, 1801-1857 – Biografia

A presidência do Rio de Janeiro em 1842, por H. C. Leão Teixeira Filho.
VI, 137.

LEÃO, Joaquim de Sousa (filho)

Os célebres Gobelins “tecture des Indes”: histórico do presente de quadros
brasileiros a Luís XIV por Maurício de Nassau. V, 67.

Leilão

O leilão do Paço de São Cristóvão, por Francisco Marques dos Santos. I,
151.

Leis e decretos

vide

Decretos oficiais.

LEITE, Berta

vide

SILVA, Berta Leite Campos da.

Leopoldina, imperatriz do Brasil, 1797-1826 – Contrato de casamento

Cópia autêntica (em francês) do contrato de casamento do príncipe d.
Pedro com a arquiduquesa da Áustria Carolina Josefa Leopoldina
(Arquivo do Museu Imperial). IV, 269.

Leopoldina, imperatriz do Brasil, 1797-1826 – Correspondência

Algumas cartas da imperatriz Leopoldina, por Berta Leite. VIII, 71.

Leques

Ligeiras notas sobre leques, por Nilza Botelho. III, 219.

LESSA, Clado Ribeiro de

Varnhagen no Paraguai; Uma caçada de antas em Petrópolis; Inscrições lapidares de Recife: 1859-1861. III, 101.

Leuchtenberg, Amélia de

vide

Amélia de Leuchtenberg, imperatriz do Brasil, 1812-1873.

LEVY, Fortunée

Vidros e cristais. IV, 195.

Lhériveau, Luís André – Requerimento.

Requerimento dirigido a d. Pedro II, em 29 de janeiro de 1859... com o fim de obter licença para formar uma companhia, visando o arrazamento do morro de Santo Antônio e parte do Castelo, o prolongamento da rua dos Ourives até o mar, a construção de um Paço Imperial no local do Convento da Ajuda e de um palácio para o Senado no largo do Rocio (Arquivo do Museu Imperial). III, 247.

Lima, Vítor Meireles de, 1832–1903

Vítor Meireles e Pedro Américo, por Mário Cruz. VII, 215.

Limites e fronteiras

vide

Brasil – Limites e fronteiras.

Lins, Belmino da Silveira, barão da Escada, 1827-1880 – Genealogia

Titulares pernambucanos: os irmãos barão da Escada e barão de Utinga, por Guilherme Auler. VIII, 39.

Lins, Florismundo Marques, barão de Utinga, 1838-1895 – Genealogia

Titulares pernambucanos: os irmãos barão da Escada e barão de Utinga, por Guilherme Auler. VIII, 39.

Lisboa, José da Silva, visconde de Cairu, 1756-1835 – Biografia

Dom João VI, a transmigração da família real portuguesa e a colonização do Brasil no jornal “O Conciliador do Reino Unido”, do visconde de Cairu: 1821, por Hélio Viana. II, 37.

Memória biográfica de José da Silva Lisboa, barão e visconde de Cairu, por Hélio Viana. XII, 3.

Longfellow, Henry Wadsworth, 1807-1882 – Correspondência

O imperador do Brasil e os seus amigos da Nova Inglaterra, por David James. XIII, 13.

LORETO, Irmã Maria de, O. P.

Antônio de Araújo de Azevedo, o conde da Barca. III, 155.

Louça

vide

Porcelana.

MAIA, José Antônio da Silva

Nobreza brasileira: notas prévias acerca dos “Apontamentos de legislação para uso dos procuradores da Coroa e Fazenda Nacional”, pelo conselheiro José Antônio da Silva Maia; introdução de Américo Jacobina Lacombe. I, 47.

MAUL, Carlos Alberto

Nascimento, desenvolvimento e grandeza de Petrópolis. VIII, 57.

Medalhas

Primeiras medalhas militares conferidas por d. Pedro II: campanha contra Oribe e Rosas: 1851-1852, por Francisco Marques dos Santos. V, 45.

MEGALE, Nilza Maria Botelho

Ligeiras notas sobre leques. III, 219.

Meireles, Vítor

vide

Lima, Vítor Meireles de, 1832-1903.

Melo, Pedro Américo de Figueiredo e, 1843-1905

Vítor Meireles e Pedro Américo, por Mário Cruz. VII, 215.

Mendes Leal, José da Silva

vide

Leal, José da Silva Mendes, 1818-1886.

Miniaturas

Algumas notas sobre miniaturas no Brasil, por Haydée Di Tommaso Bastos. VI, 237.

Monvoisin, Raimundo Augusto Quinsac, 1790-1870 – Biografia

Raimundo Augusto Quinsac Monvoisin, por David James e Francisco Marques dos Santos. VII, 27.

Museu Imperial. Arquivo

- Arquivo da Casa Imperial do Brasil. II, 297.
- Arquivo de dom Pedro II. I, 326.
- Carta de bacharel em letras pelo Colégio de Pedro II a Paulino José Soares de Sousa, filho do visconde de Uruguai. III, 245.
- Cartas de bispos a d. Pedro II. X, 261.
- Cartas de d. Pedro II ao barão de Capanema. V, 189.
- Cartas de d. Pedro II ao visconde de Sinimbu. VI, 277.
- Cartas de Gonçalves Dias. XI, 221.
- Cartas de Varnhagen a d. Pedro II e outros escritos. IX, 157.
- Cartas do visconde do Rio Branco. XII, 35.
- Casamento de dom João VI. IX, 145.
- Cópia autêntica do contrato de casamento do príncipe d. Pedro (futuro imperador do Brasil) com a arquiduquesa da Áustria, Carolina Josefa Leopoldina. IV, 269
- Decreto nomeando o futuro visconde de Uruguai plenipotenciário para estipular, concluir e formar uma convenção estabelecendo uma linha de vapores entre a França e o Brasil. III, 244.
- A deposição do imperador e a viagem para o exílio; prefácio e notas de Lourenço Luís Lacombe. XV, 221.
- Diário do Exército: campanha de 1851-1852. XII, 203.
- Diário do príncipe de Joinville; prefácio de Lourenço Luís Lacombe. XI, 177.
- Diários de dom Pedro II, por Hélio Viana. XV, 69.
- Documentos referentes a João Maria Pessoa, que comandou o vapor *Alagoas* na viagem da família imperial para o exílio. III, 252.
- Documentos referentes aos Palácios Imperial e Isabel em Petrópolis, depois dos acontecimentos de 15 de novembro de 1889. III, 241.
- Documentos relativos ao conde d'Eu, especialmente copiados por ordem do sr. ministro da Guerra, para o Museu Imperial. II, 229.
- Dom Pedro I através de suas cartas aos filhos. VIII, 227.
- Dom Pedro II e o conselheiro Dantas. X, 179.
- A educação das princesas; prefácio e notas de Lourenço Luís Lacombe. VII, 239.
- Memória biográfica de José da Silva Lisboa, barão e visconde de Cairu; prefácio de Hélio Viana. XII, 3.
- Notável documento da história política do Império: o pedido de exoneração coletiva do ministério de 29 de setembro de 1848; prefácio de Hélio Viana. XI, 53.

Requerimento dirigido a dom Pedro II por Luís André Lhérideau. III, 247.

Visita de dom Pedro II à cachoeira de Paulo Afonso. X, 85.

Museu Imperial – Arquivo – História

Arquivo da Casa Imperial do Brasil. II, 297.

O arquivo de dom Pedro II. I, 326.

O arquivo do Museu Imperial, por Alcindo Sodré. XI, 155.

Museu Imperial. Doadores do

Volume I, p. 330.

Vide também os relatórios dos diretores.

Museu Imperial – História do

Documentos referentes aos Palácios Imperial e Isabel em Petrópolis, depois dos acontecimentos de 15 de novembro de 1889 (Arquivo do Museu Imperial). III, 239.

Dom Pedro II em Petrópolis, por Alcindo Sodré. I, 7.

O Palácio Imperial de Petrópolis: documentos sobre a sua construção; cópia dos relatórios de 1854, 1855, 1856, 1857, extraída do arquivo do conselheiro Paulo Barbosa em poder do dr. Américo Jacobina Lacombe. II, 203.

Museu Imperial – História – Criação do

A criação do Museu Imperial. I, 321.

Decreto-lei nº 44 de 27/11/39, do interventor federal no Estado do Rio de Janeiro. I, 320.

Decreto-lei nº 2.096, de 29/03/40 (Diário Oficial de 30/03/40). I, 321.

Noticiário: o tombamento do Palácio Imperial de Petrópolis. I, 317.

Museu Imperial – Redação do Anuário

Alcindo Sodré – Necrológio. XIII, 287.

Museu Imperial – Relatório do Diretor

Ano 1940: I, 322. Dr. Alcindo Sodré.

Ano 1941: II, 298. Dr. Alcindo Sodré.

Ano 1942: III, 259. Dr. Alcindo Sodré.

Ano 1943: IV, 283. Dr. Alcindo Sodré.

Ano 1944: V, 203. Dr. Alcindo Sodré.

Ano 1945: VI, 283. Dr. Alcindo Sodré.

Ano 1946: VII, 259. Dr. Alcindo Sodré.

Ano 1947: VIII, 273. Dr. Alcindo Sodré.

Ano 1948: IX, 245. Dr. Alcindo Sodré.

Ano 1949: X, 315. Dr. Alcindo Sodré.

Ano 1950: XI, 271. Dr. Alcindo Sodré.

Ano 1951: XII, 269. Dr. Alcindo Sodré.

Ano 1952: XIII, 288. Dr. Paulo Maurity.

Ano 1953: XIV, 251. Dr. Paulo Maurity.

Ano 1954: XV, 245. Prof. Francisco Marques dos Santos.

Música brasileira

Carlos Gomes e Pedro II, por Luís Afonso d'Escragolle. VIII, 207.

Duas velhas danças gaúchas, por Sílvio Júlio. IX, 43.

Henrique Oswald, por Luís Heitor Correia de Azevedo. XV, 41.

Música brasileira, por Maciel Pinheiro. VII, 191.

Nobreza

vide também

Titulares do Império.

Nobreza

Nobreza brasileira: notas prévias acerca dos – Apontamentos de legislação para uso dos procuradores da Coroa e Fazenda Nacional, pelo conselheiro José Antônio da Silva Maia, por Américo Jacobina Lacombe. I, 47.

OLIVEIRA, Paulo Olinto de

Folhinha nacional brasileira para o ano de 1837. VI, 259.

Ordens honoríficas

vide

Condecorações.

Orleans, Gastão de, conde d'Eu, 1842-1922 – Bodas de prata

As duas últimas festas da monarquia: bodas de prata de Suas Altezas Imperiais, a 15 de outubro de 1889; baile da ilha Fiscal, a 9 de novembro de 1889, por Francisco Marques dos Santos. II, 49.

Orleans, Gastão de, conde d'Eu, 1842-1922 – Casamento

Uma cerimônia na corte em 1864: o casamento da princesa imperial, por Lourenço Luís Lacombe. II, 131.

Orleans, Gastão de, conde d'Eu, 1842-1922 – Correspondência

A deposição do imperador e a viagem para o exílio; prefácio e notas de Lourenço Luís Lacombe (Arquivo do Museu Imperial). XV, 221.

Orleans, Gastão de, conde d'Eu, 1842-1922 – Vida militar

Documentos relativos ao conde d'Eu, especialmente copiados por ordem do sr. ministro da Guerra, para o Museu Imperial. II, 239.

Oswald, Henrique, 1852-1931 – Biografia

Henrique Oswald, por Luís Heitor. XV, 41.

Ourivesaria

vide

Jóias e joalherias.

Palácio Imperial – Petrópolis

vide

Museu Imperial.

Palácio Isabel – Petrópolis

vide

Petrópolis – Palácio da Princesa.

Paracatu (cidade) – História

Paracatu do Príncipe, por Afonso Arinos de Melo Franco. VI, 87.

Paraná, marquês do

vide

Leão, Honório Hermeto Carneiro, marquês do Paraná, 1801-1857.

Paranhos, José Maria da Silva, visconde do Rio Branco, 1819-1880 –

Correspondência

Cartas do visconde do Rio Branco (Arquivo do Museu Imperial). XII, 35.

Paranhos, José Maria da Silva, (Júnior), barão do Rio Branco, 1845-1912 – Biografia

Rio Branco e a sempre tão limpa e generosa política internacional do Brasil, por Levi Cameiro. IV, 15.

Paulo Afonso, cachoeira de,

vide

São Francisco, rio.

Pedro I, imperador do Brasil, 1798-1834 – Contrato de casamento

Cópia autêntica (em francês) do contrato de casamento do príncipe d. Pedro com a arquiduquesa da Áustria Carolina Josefa Leopoldina (Arquivo do Museu Imperial). IV, 269.

Pedro I, imperador do Brasil, 1798-1834 – Correspondência

Dom Pedro I através de suas cartas aos filhos; prefácio de Lourenço Luís Lacombe (Arquivo do Museu Imperial). VIII, 227.

Pedro I, imperador do Brasil, 1798-1834 – Viagens (1826)

Visita dos imperadores à Bahia, por Alcindo Sodré. XI, 97.

PEDRO II, Imperador do Brasil,

Quelques notes sur la langue tupi; apresentação e notas de A. Lemos Barbosa. VI, 169.

Visita de dom Pedro II à cachoeira de Paulo Afonso; introdução e notas de Alcindo Sodr  (Arquivo do Museu Imperial). X, 85.

Voyage du haut Nil (Nota explicativa por Afonso d'Escragnolle Taunay). VIII, 1.

Pedro II, imperador do Brasil, 1825-1891 – Biografia

O casamento de dom Pedro II, por Alfredo Teodoro Rusins. V, 139.

A deposi o do imperador e a viagem para o exílio; prefácio e notas de Lourenço Luís Lacombe. XV, 221.

Documentos referentes a João Maria Pessoa, que comandou o vapor *Alagoas* na viagem da família imperial para o exílio. III, 252.

Dom Pedro II em Petrópolis, por Alcindo Sodr . I, 7.

A educa o de dom Pedro II, por Alberto Rangel. IV, 57.

Os mestres do imperador, por Rodolfo Garcia. VII, 5.

Pedro II: aspectos de sua personalidade, por Wanderley Pinho. II, 7.

Rui Barbosa anotado por Pedro II, por Alcindo Sodr . X, 151.

Pedro II, imperador do Brasil, 1825-1891 – Correspond ncia

Cartas de dom Pedro II ao bar o de Capanema; apresenta o e notas por Lourenço Luís Lacombe (Arquivo do Museu Imperial). V, 189.

Cartas de dom Pedro II ao bar o de Taunay, por Afonso d'Escragnolle Taunay. IX, 5.

Cartas de dom Pedro II ao visconde de Sinimbu; apresenta o e notas de Lourenço Luís Lacombe (Arquivo do Museu Imperial). VI, 277.

Cartas de Gonçalves Dias (Arquivo do Museu Imperial). XI, 221.

Cartas de Varnhagen a Dom Pedro II e outros escritos (Arquivo do Museu Imperial). IX, 157.

Cartas do bar o de Taunay a om Pedro II, por Afonso d'Escragnolle Taunay. III, 1.

Cartas do visconde do Rio Branco (Arquivo do Museu Imperial). XII, 35.

Dom Pedro II e o conselheiro Dantas; prefácio e notas por Lourenço Luís Lacombe (Arquivo do Museu Imperial). X, 179.

O imperador do Brasil e os seus amigos da Nova Inglaterra, por David James. XIII, 13.

Pedro II e intelectuais portugueses, por Alcindo Sodr . VIII, 83.

Pedro II, imperador do Brasil, 1825-1891 – Política

Dom Pedro II, chefe de Estado, por Alcindo Sodr . III, 209.

Pedro II, imperador do Brasil, 1825-1891 – Viagens

Diários, cadernetas e apontamentos de viagem de d. Pedro II, por Hélio Viana. XV, 69.

Dom Pedro II no Rio Grande do Sul durante a Guerra do Paraguai, por Walter Spalding. VI, 129.

Memorial do Rio de Janeiro, por Ferreira da Rosa. III, 149.

Quando a família imperial visitou Pernambuco, por Mário Sete, V, 35.

Visita dos imperadores à Bahia, (1859) por Alcindo Sodré. XI, 97.

Visita de dom Pedro II à cachoeira de Paulo Afonso; introdução e notas de Alcindo Sodré (Arquivo do Museu Imperial). X, 85.

Voyage du haut Nil; nota explicativa por Afonso d'Escragnolle Taunay. VIII, 1.

Pedro II e Rui Barbosa

Rui Barbosa anotado por Pedro II, por Alcindo Sodré. X, 151.

Rui Barbosa e o imperador, por Lourenço Luís Lacombe. X, 161.

Pedro II no folclore nacional

Dom Pedro II e a poesia popular, por Walter Spalding. xv, 5.

PEIXOTO, Afrânio

A “Mima” de Gobineau. III, 23.

“Rosa Amélia”: brinde à segunda imperatriz do Brasil. IV, 79.

PENALVA, Gastão, pseud.

vide

SOUSA, Sebastião de.

Periódicos brasileiros

Dom João VI, a transmigração da família real portuguesa e a colonização do Brasil no jornal “O Conciliador do Reino Unido”, do visconde de Cairu: 1821, por Hélio Viana. II, 37.

Pernambuco (Estado) – Viagem dos imperadores a

Quando a família imperial visitou Pernambuco, por Mário Sete. V, 35.

Pessoa, João Maria – Documentos

Documentos referentes a João Maria Pessoa, que comandou o vapor *Alagoas* na viagem da família imperial para o exílio (Arquivo do Museu Imperial). III, 252.

Petrópolis – Descrições – Vistas

Um passeio a Petrópolis em companhia do fotógrafo Marc Ferrez, por Gilberto Ferrez. IX, 25.

Petrópolis – História

Andrés Lamas em Petrópolis, por Alcindo Sodré. XII, 11.

A elevação de Petrópolis a cidade, por Mesquita Pimentel. II, 91.

Fazendeiros e fazendas de serra acima, por frei Estanislau Schaette, O. F. M. IX, 77.

Nascimento, desenvolvimento e grandeza de Petrópolis, por Carlos Maul. VIII, 57.

Petrópolis – Palácio da Princesa – História

Documentos referentes aos Palácios Imperial e Isabel em Petrópolis, depois dos acontecimentos de 15 de novembro de 1889. III, 239.

Petrópolis – Palácio Imperial

vide

Museu Imperial.

PIMENTEL, Ascânio da Mesquita

A elevação de Petrópolis a cidade. II, 91.

PINHEIRO, Francisco Gomes Maciel

Música brasileira. VII, 191.

PINHO, José Wanderley de Araújo

Pedro II – Aspectos de sua personalidade. II, 5.

Pintura

Algumas notas sobre miniaturas no Brasil, por Haydée Di Tommaso Bastos. VI, 237.

O grito do Ipiranga na concepção dos artistas, por Alcindo Sodré. VII, 199.

Raimundo Augusto Quinsac Monvoisin, por David James e Francisco Marques dos Santos. VII, 27.

Vítor Meireles e Pedro Américo, por Mário Cruz. VII, 215.

Política e governo

vide

Brasil – Política e governo.

Porcelana

Louça da Companhia das Índias, por Alfredo Teodoro Rusins. II, 155.

Louças imperiais, por Alcindo Sodré. IV, 173.

Porcelanas da Casa de Bragança, por Gastão Penalva (pseud.). III, 115.

Uma preciosidade de Sèvres: o cofre do príncipe de Joinville, por Jaques Kugel. X, 57.

Xícaras antigas: notas para um colecionador, por Antônio de Avelar Fernandes. X, 1.

Porto Seguro, visconde de
vide

Varnhagen, Francisco Adolfo, visconde de Porto Seguro, 1816-1878.

Portugal – Torre do Tombo – Documentos

Cartas de Gonçalves Dias: documentos relativos ao Brasil, que segundo os catálogos, existem na Torre do Tombo (Arquivo do Museu Imperial). XI, 238.

Pratas

Objetos históricos brasileiros na corte da Suécia, por Alcindo Sodrê. V, 111.

Princesa Isabel
vide

Isabel, princesa imperial do Brasil, 1846-1921.

Princesas brasileiras – Educação das

A educação das princesas; prefácio e notas de Lourenço Luís Lacombe (Arquivo do Museu Imperial). VII, 239.

Protocolo

vide

Cerimonial e protocolo.

RANGEL, Alberto do Rego

A educação de dom Pedro II. IV, 57.

Recife – Igreja de Santo Antônio

Santo Antônio do Recife, por Robert C. Smith. VII, 139.

Relatórios do diretor do Museu Imperial

vide

Museu Imperial, Relatórios do Diretor.

Rio Branco, barão do

vide

Paranhos, José Maria da Silva (Júnior), barão do Rio Branco, 1845-1912.

Rio Branco, visconde do

vide

PARANHOS, José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco, 1819-1880.

Rio de Janeiro (cidade) Descrições – Vistas

Um passeio a Petrópolis em companhia do fotógrafo Marc Ferrez, por Gilberto Ferrez. IX, 25.

Rio de Janeiro (cidade) – História

O Rio de Janeiro no primeiro quartel do século XIX, por Gastão Cruis. VII, 125.

Rio de Janeiro (cidade) – História – Iconografia

O Rio de Janeiro de antanho na iconografia do Museu Imperial, por Mário Cruz. IX, 123.

Rio de Janeiro (cidade) – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

vide

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro (cidade) – Obras públicas

Requerimento dirigido a dom Pedro II em 29 de janeiro de 1859 por Luís André Lhérideau com o fim de obter licença, visando o arrasamento do morro de Santo Antônio e parte do Castelo, o prolongamento da rua dos Ourives até o mar (Arquivo do Museu Imperial). III, 247.

Rio de Janeiro (cidade) – vida social e costumes

Uma cerimônia na corte em 1864: o casamento da princesa imperial, por Lourenço Luís Lacombe. II, 131.

Um dia de gala no Primeiro Reinado, por Alcindo Sodrê. XIII, 5.

As duas últimas festas da Monarquia: bodas de prata de Suas Altezas Imperiais, a 15 de outubro de 1889; baile da ilha Fiscal, a 9 de novembro de 1889, por Francisco Marques dos Santos. II, 69.

Um salão do Primeiro Reinado, por Alcindo Sodrê. IX, 237.

Rio de Janeiro (Estado) – Descrições e viagens

Excursões do príncipe regente dom João na capitania do Rio de Janeiro: 1809, por Laurênio Lago, VII, 21.

Rio de Janeiro (Estado) – História

A presidência do Rio de Janeiro em 1842, por H. C. Leão Teixeira Filho. VI, 137.

Rio de Janeiro (Estado) – História social

A aristocracia rural do café na província fluminense, por Alberto Ribeiro Lamego. VII, 53.

Rio Grande do Sul (Estado) – Viagem do imperador ao

Dom Pedro II no Rio Grande do Sul durante a Guerra do Paraguai, por Walter Spalding. VI, 129.

Rio São Francisco

vide

São Francisco, rio.

RODRIGUES, José Wash

Fardas do Reino Unido e do Império. XI, 5.

ROSA, Ferreira da

Memorial do Rio de Janeiro. III, 149.

Rosa de Ouro

Memorial do Rio de Janeiro, por Ferreira da Rosa. III, 153.

RUSINS, Alfredo Teodoro

O casamento de dom Pedro II. V, 139.

Louça da Companhia das Índias. II, 155.

SANTOS, Francisco Marques dos

As duas últimas festas da monarquia: bodas de prata de Suas Altezas Imperiais, a 15 de outubro de 1889; baile da ilha Fiscal, a 9 de novembro de 1889, por Francisco Marques dos Santos. II, 49.

O leilão do Paço de São Cristóvão. I, 151.

Primeiras medalhas militares conferidas por d. Pedro II: campanha contra Oribe e Rosas: 1851-1852. V, 45.

Raimundo Augusto Quinsac Monvoisin. (Em colaboração com David James) . VII, 27.

São Francisco (rio) – Descrições

Visita de dom Pedro II à cachoeira de Paulo Afonso; introdução e notas de Alcindo Sodré (Arquivo do Museu Imperial). X, 85.

SCHAETTE, Estanislau, O. F. M.

Fazendeiros e fazendas de serra acima. IX, 77.

SCHIAVO, José.

A família real portuguesa e imperial brasileira: efemérides. XIV, 111.

Selos

vide

Filatelia.

SETTE, Mário

Quando a família imperial visitou Pernambuco. V, 35.

Sigilografia

Sinetes: achegas ao armorial brasileiro, por José Heitgen. IV, 155.

SILVA, Berta Leite Campos da

Algumas cartas da imperatriz Leopoldina. VIII, 71.

Silva Maia, José Antônio da

vide

Maia, José Antônio da Silva, 1789-1853.

Sinetes

vide

Sigilografia.

Sinimbu, João Lins Vieira Cansanção de, visconde de, 1810-1908 –

Correspondência

Cartas de d. Pedro II ao visconde de Sinimbu; apresentação e notas de Lourenço Luís Lacombe (Arquivo do Museu Imperial). VI, 277.

SMITH, Robert C.

Santo Antônio do Recife. VII, 139.

SODRÉ, Alcindo de Azevedo

A ação política do conselheiro Jobim. XIV, 5

Andrés Lamas em Petrópolis. XII, 11.

O Arquivo do Museu Imperial. XI, 155.

Um dia de gala no Primeiro Reinado. XIII, 5.

Dom Pedro II, chefe de Estado. III, 209.

Dom Pedro II em Petrópolis. I, 7.

Fardamentos imperiais. IX, 105.

O grito do Ipiranga na concepção dos artistas. VII, 199.

Imperatriz Amélia. II, 113.

Louças imperiais. IV, 173.

Um médico da Monarquia. VI, 189.

Objetos históricos brasileiros na Corte da Suécia. V, 111.

Pedro II e intelectuais portugueses. VIII, 83.

Rui Barbosa anotado por Pedro II. X, 151.

Um salão do Primeiro Reinado. IX, 237.

Visita dos imperadores à Bahia. XI, 97.

SODRÉ, Alcindo de Azevedo, pref. e anot.

Visita de dom Pedro II à cachoeira de Paulo Afonso (Arquivo do Museu Imperial). X, 85.

Sodré, Alcindo de Azevedo, 1895-1952 – Necrológio

Alcindo Sodré. XIII, 287.

Sousa, Paulino José Soares de, (conselheiro), 1834-1901 – Carta de bacharel

Carta de bacharel em letras pelo Colégio de Pedro II (Arquivo do Museu Imperial). III, 245.

SOUSA, Paulino José Soares de (neto)

O visconde do Uruguai e a consolidação da ordem em 1842. VI, 105.

Sousa, Paulino José Soares de, visconde do Uruguai, 1807-1866 – Biografia

Decreto nomeando o futuro visconde do Uruguai plenipotenciário para estipular, concluir e formar uma linha de vapores entre a França e o Brasil (Arquivo do Museu Imperial). III, 244.

O visconde do Uruguai e a consolidação da ordem em 1842, por Paulino José Soares de Sousa Neto. VI, 105.

SOUSA, Sebastião de

Porcelanas da Casa de Bragança. III, 115.

SPALDING, Walter

Dom Pedro II e a poesia popular. XV, 5.

Dom Pedro II no Rio Grande do Sul durante a Guerra do Paraguai. VI, 129,

Tapeçarias

Os célebres Gobelins “tenture dos Indes”: histórico do presente de quadros brasileiros a Luís XIV por Maurício de Nassau, por Joaquim de Sousa Leão Filho. V, 67.

TAUNAY, Afonso d’Escragnolle

Cartas de dom Pedro II ao barão de Taunay. IX, 5.

Cartas do barão de Taunay a Dom Pedro II. III, 1.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle, anot.

Voyage du haut Nil; nota explicativa por Afonso d'Escragnolle Taunay. VIII, 1.

Taunay, Félix Emílio, barão de, 1795-1881 – Correspondência

Cartas de dom Pedro II ao barão de Taunay, por Afonso d'Escragnolle Taunay. IX, 5.

Cartas do barão de Taunay a dom Pedro II, por Afonso d'Escragnolle Taunay. III, 1.

TEIXEIRA, Henrique Carneiro Leão (filho)

A presidência do Rio de Janeiro em 1842. VI, 137.

THUT, Roberto

Centenário dos primeiros selos do Brasil. III, 41.

Titulares do Império

Acréscimos e retificações ao “Arquivo nobiliárquico brasileiro”, por Laurênio Lago. XV, 83.

A aristocracia rural do café na província fluminense, por Alberto Ribeiro Lamago. VII, 53.

Brasões da aristocracia goitacá, por Alberto Lamago. X, 39.

Famílias pernambucanas: os Sousa Leão nos séculos XVII, XVIII e XIX, por Guilherme Auler. IV, 97.

Relação dos baronatos concedidos no Brasil, de 1808 a 1886 e comprovados por documentos existentes no Arquivo Nacional, por Escragnolle Dória. VI, 5.

Titulares pernambucanos, por Guilherme Auler. XI, 73.

Titulares pernambucanos: os irmãos barão da Escada e barão de Utinga, por Guilherme Auler. VIII, 39.

Torre do Tombo

vide

Portugal – Torre do Tombo.

Trajes

vide

Indumentária.

Tupi – língua

Dom Pedro II e a língua tupi, por Rodolfo Garcia, IV, 5.

“Quelques notes sur la langue tupi”, por d. Pedro II; apresentação e notas por A. Lemos Barbosa. VI, 169.

Uniformes militares

vide

Brasil – Exército – Uniformes.

Uruguai, visconde do

vide

Sousa, Paulino José Soares de, visconde do Uruguai, 1807-1866.

Utinga, barão de

vide

Lins, Florismundo Marques, barão de Utinga, 1838-1895.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo, visconde de Porto Seguro.

Apontamentos que deixo para o meu sucessor no cargo de 1º secretário do Instituto Histórico (Arquivo do Museu Imperial). IX, 221.

Como se deve entender a nacionalidade na história do Brasil (Arquivo do Museu Imperial). IX, 229.

Memórias sobre os trabalhos que se podem consultar nas negociações de limites do Império, com algumas lembranças para a demarcação destes (Arquivo do Museu Imperial). IX, 199.

Varnhagen, Francisco Adolfo, visconde de Porto Seguro, 1816-1878 – Biografia

Varnhagen no Paraguai; Uma caçada de antas em Petrópolis; Inscrições lapidares de Recife: 1859-1861, por Clado Ribeiro de Lessa. III, 101.

Varnhagen, Francisco Adolfo, visconde de Porto Seguro, 1816-1878 – Correspondência

Cartas de Varnhagen a dom Pedro II e outros escritos (Arquivo do Museu Imperial). IX, 157.

Vecchio, Adolfo José Del

vide

Del Vecchio, Adolfo José.

Viagens

vide subdividido por países, estados ou cidades.

VIANA, Hélio

Diário, cadernetas de notas e apontamentos de viagem de d. Pedro II. XV, 69.

Dom João VI, a transmigração da família real portuguesa e a colonização do Brasil no jornal “O Conciliador do Reino Unido”, do visconde de Cairu: 1821. II, 37.

O primeiro brasão de armas do Brasil. X, 159.

VIANA, Hélio, pref.

Memória biográfica de José da Silva Lisboa, barão e visconde de Cairu.
(Arquivo do Museu Imperial). XII, 3.

Notável documento da história política do Império: o pedido de
exoneração coletiva do ministério de 29 de setembro de 1848 (Arquivo
do Museu Imperial). XI, 53.

Vida social e costumes

vide subdividido por países, estados ou cidades.

Vidros

Vidros e cristais, por Fortunée Levy. IV, 195.

Whittier, John Greenleaf, 1807-1892 – Correspondência

O imperador do Brasil e os seus amigos da Nova Inglaterra, por David
James. XIII, 13.

NOTICIÁRIO

Noticiário

Pelo diretor do Museu foi apresentado o seguinte relatório:

“Petrópolis, 31 de dezembro de 1955.

Senhor ministro:

Em obediência ao regimento deste Museu, venho apresentar a vossa excelência o relatório sobre a vida do Museu Imperial, no decorrer do ano de 1955.

1. Serviço auxiliar

Seção de Administração

Foi o seguinte o movimento durante o ano de 1955:

Expedidos:

Ofícios	748
Processos	54
Catálogos (sendo 131 para o exterior)	160
Anuários (sendo 248 para o exterior)	852
Cartas (sendo 37 para o exterior)	65
Cartões (sendo 17 para o exterior)	383
Telegramas	22
Guias de remessa	244
Portarias	36
Ordens de serviço	2
Atestados	30
Circulares	7
Relatórios	2

Recebidos:

Ofícios	77
Cartas	81
Cartões	8
Telegramas	17
Fichas de protocolo	1.542
Contas	28
Circulares	25
Processos	8
Requerimentos	60

2. Serviço fotográfico

Continuou funcionando regularmente o serviço fotográfico.

Foram os seguintes os serviços executados durante o ano de 1955, em número de cópias:

Objetos históricos	333
Fotocópias	516
Microfilmes	478
Conferências e visitas	437
Reproduções	266
Coloridas	2
Interiores e exteriores	215
Ampliações	14

3. Visitação

Durante o ano de 1955, foi o Museu Imperial visitado por 169.174 pessoas, sendo 61.940 homens, 80.446 mulheres, 18.390 crianças e 8.398 pessoas constantes de visitas coletivas. No ano anterior, a visitação foi de 135.758 pessoas, por conseguinte, no ano de 1955, um aumento de 33.416 pessoas, que poderá ser levado em conta em consequência do afluxo durante o Congresso Eucarístico Internacional, realizado no Rio de Janeiro.

Contou o museu com a visita, dentre outras autoridades, de sua excelência o sr. João Café Filho, presidente da República; cardeal Aloísio Masella, legado papal de S.S. Pio XII; prof. Cândido Mota Filho, ministro da Educação e Cultura; dr. Aramis Ataíde, ministro da Saúde; Miguel Couto Filho e Fernando Correia da Costa, respectivamente, governadores dos Estados do Rio e Mato Grosso.



Visita do presidente café Filho ao Museu Imperial, a 3 de março de 1955.

Delegação eclesiástica da Venezuela ao Congresso Eucarístico do Brasil, composta das seguintes pessoas: d. Rafael Areas, arcebispo; coadjutor de Caracas, d. Crispulo Benitez Fonturvel, bispo de Barquesoto, d. Alexandre Fernandez Feo, bispo de Cristobal, d. Segundo Garcia, vigário apostólico de Puerto Ayacucho, acompanhado dos seus respectivos secretários; Colégio da Paróquia de São Gonçalo; Colégio N. Senhora de Lourdes; irmãs e alunas da Congregação dos Santos Anjos; padre João de Deus Rodrigues, acompanhado de seminaristas; comitiva da obra de Santa Rita do Coração Eucarístico de Jesus; delegação de estudantes da faculdade de direito do Uruguai; Colégio Santa Marcelina, de Botucatu; Associação de Escoteiros Manuel da Nóbrega, de Porto Alegre; comitiva do Colégio Maria Auxiliadora, Rio Grande do Sul; caravana do Ginásio Diocesano, de Assis; Congregação de São Camilo de Lelis; Associação Escoteira Santa Teresinha, do Rio de Janeiro; Colégio São Paulo; Colégio Santa Rosa de Lima; comitiva da Casa da Criança nº 2; Escola José Augusto Tomás de Saavedra, chefiada pela irmã Luisa Vasconcelos; Colégio Santa Catarina, de Juiz de Fora; Colégio Leopoldo; Colégio M.A.B.E., chefiado pelo seu diretor; Ginásio Marechal Hermes; Educandário Rui Barbosa; Clube de Excursionistas de Santos Dumont; Clube Cultural Esportivo; delegação da Escola Floriano Peixoto; Instituto de Educação de Niterói; Ginásio São João Nepomuceno; Escola Normal D. Prudenciana; Escola Técnica de Comércio, de Minas Gerais; Jardim da Infância Mariano Procópio; Associação dos Funcionários do Banco da Prefeitura do Distrito Federal; Escola Cascata do Imbuí, de Teresópolis; Colégio N. Senhora Medianeira; Ginásio José Bonifácio; Escola Superior de Ciências Domésticas; Colégio São Judas Tadeu; delegação do C. R. Vasco da Gama; caravana da paróquia de Santa Rita; professoras do Grupo Escolar Joaquim de Macedo; delegação do Náutico de Capibaribe, do Recife; Grupo Escolar Campos Sales, Teresópolis; Escola Normal Regina Pacis; Ginásio Tiradentes; Escola do SENAI, de Cachoeira do Macacu; Ginásio Escola Normal, de Juiz de Fora; Escola Brasileira de Administração Pública; Instituto de Educação, da Paraíba e Santíssima Trindade, de Juiz de Fora; bolsistas do Rio, de São Paulo, do Norte e da Argentina; Clube Excursionista Católico, de Santos Dumont; Colégio Plínio Leite, de Niterói; Ginásio e Escola Normal dos Santos Anjos, de Porto Novo; Colégio Municipal Nilo Pessanha; Colégio Dom Pedro II; Instituto Padre [...]

Entre a visitação em caráter coletivo anotamos as seguintes:

Prof. Francisco Floriano de Paula e 13 escoteiros do Colégio Estadual de Belo Horizonte; Serviço Social de Del Castilho; I.A.P.C., do Distrito Federal; d. Elza do Nascimento Evangelista, orientando 14 crianças; turistas americanos e internacionais; agentes dos produtos Nestlé no Brasil; inspetores federais; Divisão Extra Escolar do M. E. C.; Colégio Nossa Senhora, de Oliveira, Minas; caravana de nipo-brasileiros moradores em Apucarana, Paraná; Associação da Doutrina Cristã da Paróquia da Glória de Juiz de Fora; embaixada da Escola Doméstica de Natal; Colônia de Férias e St. Peter's School de Petrópolis; normalistas da Escola Normal Olavo Bilac, do R. G. do Sul; faculdade de filosofia Santa Úrsula, Rio; Sociedade Hermes S/A.; Escola Aurelino Leal, de Niterói; turistas americanos vindos pelo navio *Brasil*, americano; srta. Marta Rocha e comitiva; faculdade de Serviço Social do Rio de Janeiro; Seminário São Vicente de Paulo; Colégio Nossa Senhora de Sion; Clube Recreativo Esportivo do Diário de Notícias, chefiado pelo sr. César Antônio Pezoeiro, com 600 pessoas; Colégio Nações Unidas, Itaipava; comandante do *Easptian Reefer* e 20 homens da tripulação do mesmo; alunas do Colégio Santa Catarina; grupo de professoras da faculdade de filosofia da Universidade do Distrito Federal; Colégio Stella Matutina; Transporte Nacional Argentino; sr. Herman Huerta Mercado y Chocano e membros do corpo diplomático do Peru; Colégio Pio-Americano; Colégio Pedro II; Ginásio Luisa de Castro; Externato São Francisco; Colégio Bennett; Colégio Daltro Santos; Legião da Boa Vontade; componentes da Reunião Internacional de Estatística; componentes do programa César de Alencar; Escola Técnica do SENAI; excursão de bolsistas do Instituto Nacional de Pedagogia do MEC; Colégio Santa Isabel, Petrópolis; delegados do Congresso de Geografia e Estatística e Congresso Nacional de Hospitais; alunas da Escola Nossa Senhora do Amparo; Escola Normal Carmela Dutra; Escola Industrial Ferreira Viana; estudantes uruguaiois acompanhados pelo sr. Samuel Rosenthal; sr. Leon Vaisburd, acompanhado de várias pessoas do Centro Israelita de Niterói; delegação de professores diplomados pela faculdade de filosofia da Universidade do Distrito Federal; União dos Estudantes do SENAI; caravana de funcionários da Galeria Carioca de Modas S/A; caravana do Congresso Nacional de Economia Doméstica;



Grupo feito por ocasião da visita ao Museu Imperial de s. em. o sr. cardeal legado, d. Bento Aloisi Masella, acompanhado do ex.^{mo} sr. bispo diocesano e do governador do estado do Rio, dr. Miguel Couto Filho. 26 de julho de 1955

Leonardo Carrescia; Escola Abeilard Feijó; Escola Técnica Nacional; Casa dos Protegidos do Meino Jesus; Colégio Nossa Senhora de Fátima; Quinta Convenção da Mesa Redonda Pan-Americana em Porto Alegre, composta de 35 pessoas, promovida pela delegação do Rio de Janeiro; Segundo Congresso de Alergia; Ginásio N. Senhora do Amparo, Instituto Nossa Senhora Auxiliadora; Convenção de Cultura Profissional da Companhia Sul América (240 pessoas) e Ginásio Cordeiro.

4. Discoteca

Embora as precárias condições da discoteca, não só ainda em suas primitivas instalações, bem como a parte técnica, cujo material muito deixa a desejar, foi regular o número de visitantes e ouvintes, que alcançou, durante o decorrer do ano, a cifra de 5.739 pessoas.

5. Impressões de visitantes

No *Livro de Visitantes*, destinado à assinatura e impressões de personagens ilustres, destacaram-se as seguintes:

* * *

“Profundamente impresionado por la minuciosa presentación que hace este Museo de la grandeza imperial del Brasil”. 11 de mayo 1955. – *Julio de la Piedra* – Senador peruano.

* * *

“Fenda emoción y respeto por tan esplendoroso pasado, orgullo de los brasileiros, de una peruana que se honra en anunciar”. – *Berta R. de la Piedra*.

* * *

“Profoundly interesting to see these monuments of the only Empire in the Americas”. – *Arthur A. Ageton* – Ambassador of the United States of America in El Paraguay.

* * *

“One of the richest experiences we have had in South America is our visit to Petropolis and your museum of yesteryears”. 30 May, 1955. – *Jo Lucille Gollion Ageton*.

“A most beautiful location for all the wonderful moments of Brazil’s past.” 20 May 1955. – *Elorne T. Griggs*.

* * *

“A very rich collection of the old Empire”. 29 May 1955. – *G. E. Miggs*, cap. U. S. N.

* * *

“With good wishes and a blessing”. – *J. Carroll Mc. Cormick*, bispo auxiliar de Philadelphia.

* * *

“With deep esteem and cordial regards”. – *Thomas Jone Vonough*, bispo auxiliar de St. Augustine, USA.

* * *

“It was a joy to have had the pleasure of visiting the Museum”. – *Leo C. Sarne*, bispo auxiliar de St. Louis, USA.

* * *

“Bendigo cordialisimamente a los organizadores de este magnífico y rico Museo, gloria del Brasil”. 13 Julio 1955. *Paulo Tobar Gonzalez*, bispo de Cuttack, Índia.

* * *

“Dios bendiga a esta gran Nación y este admirable Museo”. *D. Rafael Arias Blanco*, arcebispo coadjutor de Caracas. 14/07/1955. – *D. Crispulo Benitez Fonturuel*, bispo de Barquisimeto, Venezuela. – *D. Alexandre Fernandez – Feo Tinoco*, bispo de Cristóbal, Venezuela. – *D. Secondo Garcia*, vigário apostólico de Puerto Ayacucho.

* * *

“Que Jesús Sacramentado, a quien el mundo entero va a rendirle homenaje en el XXXVI Congreso Eucarístico Internacional, reine para siempre en la Nación Brasileña y desde allí irradie mis bendiciones de paz sobre toda la América y el mundo entero”. *D. Alfredo Cifuentes Gomes*, arcebispo de la Serena, Chile.

* * *

“Al dejar escritos unos pensamientos en este libro que guarda la palpitación en muchos corazones del mundo entero, quieto sólo consignar mi admiración por este pueblo que si fue grande en tiempo de su Imperio, ha sido más grande por haber vivido siempre bajo la sombra de la Cruz y hoy es glorioso por ser uno altar con los rayos luminosos de la Hostia Santa, nel 36º Congreso Eucarístico Internacional”. *D. Bernardino Echeverria Ruiz*, bispo de Ambato, Ecuador. Julio 15 de 1955.



Visita do ministro da Educação e Cultura, prof. Cândido Mota Filho,
a 31 de agosto

“Desde la ciudad de Potosi, la Villa Imperial de Carlos V, llegué á Río de Janeiro para concurrir al gran Congreso Eucarístico (XXXVI) Internacional para formar parte de la magna concentración de fe católica y entre las bellezas que ofrece el Brasil, sentí la mas grata emoción al visitar el magnífico Museo Imperial, éxito grandioso de historia y arte. Que Dios bendiga al gran país brasileiro”. *D. Cleto Loayza Gumiel*, bispo de Potosi, Bolivia. 15 de Julio de 1955.

* * *

“It has been a great privilege to us, only two Australian Ladies that have come to the Eucharistic Congress, 1955”. *Marre Neder Fadhry*, Melbourne, Australia. – *Mary C. Neuman*, North Sydney, Australia. 18801/1955.

* * *

“Representig the Hierarchy of Australia on the occasion of the International Eucharistic Congress in Rio de Janeiro, we pray that God will bless Brazil and its people”. *Mathew Beotlitch*, arcebispo de Adelaide, Australia. – *James O’Collins*, bispo de Ballarat, Australia. – *Patrick Lyons*, bispo auxiliar de Sydney, Australia.

* * *

“Después de haber visitado el Museo de Dn. Pedro II debo manifestar mi grande admiración por su incomparable belleza y formular mis mejores votos por la grandeza de este heroico pueblo brasileiro, siempre bajo la sombra de la cruz redentora de Cristo”. *Maximiliano Spiller*, vigário apostólico de Napo, Equador. 19 de Julio de 1955.

* * *

“Bispo de Centenária, auxiliar de Santiago de los Caballeros en la República Dominicana, admirando las grandezas del Brasil que pasó, y contemplando el Brasil de hoy que surge cada vez más grande”. *D. Hugo Eduardo Polanco Brito*. 16/07/1955.

* * *

“Con mis felicitaciones más sinceras”. *D. Ramon Mumita Eyzaguirre*, bispo de Puerto Mont, Chile.

* * *

“Felicitations upon the excellent manner in which the museum is preserved”. *Thomas K. Gorman*, bispo de Dallas. Fort Worth, USA, 18/07/1955.

“Con mi más grande admiración por la grande historia del noble pueblo del Brasil, junto con mi simpatía y afecto por el mismo”. *D. Juan Landazuri Ricketts*, arcebispo de Lima e primaz do Peru.

* * *

“Primera vez que he presenciado un Museo histórico de valor inapreciable”. *D. Agustin Arce*, bispo de Santa Cruz de la Sierra, Bolivia. 26/07/1953.

* * *

“Della visita latta a questo interessante Museo conservero sempre il piu grato ricordo”. *B. Card. Aloisi Masella Legato a latere*. Petrópolis, 26 luglio 1955.

* * *

“Nós, irmãs franciscanas hospitaleiras portuguesas, ficamos maravilhadas visitando o interessante e lindo Museu Imperial onde vivemos por alguns instantes as páginas mais tocantes da nossa querida história pátria”. *Irmã Maria Carmélia da Ascensão, Irmã Maria Evangelina da Assunção, Irmã Maria Branca do Cordeiro Imaculado*. 27/07/1955.

* * *

“Fue para mi una de las más grandes satisfacciones de mi vida recorrer, seda por sala, este magnífico Museo Imperial, orgullo de esta gran Nación Brasileña”. *D. Julio Laschi*, bispo auxiliar de Concepcion, Paraguai.

* * *

“Visitando o Museu Imperial em Petrópolis tive a melhor impressão e a mais viva recordação do tempo áureo deste grande país”. *D. Aureliano*, bispo de Limoeiro do Norte, Ceará.

* * *

“Recordaré siempre la gratísima impresión recibida al visitar este Museo, expresión de la altura del espíritu delicado y artístico de este pueblo del Brasil”. *D. Octavio Antônio Beras*, arcebispo de Santo Domingo (República Dominicana). 31 de julio de 1955.

* * *

“Con vivo agradecimiento por la gentileza con que roímos atendidos en esta histórica casa”. *Cardeal Crisanto Luque*, arcebispo de Bogotá, Colômbia

* * *

“Después de visitar el Museo Imperial, siento la necesidad de expresar la profunda emoción que ha dejado en mi espíritu. A través de las diversas salas recorridas se comprende que la grandeza del Brasil tiene de funda-

mental el Imperio. La República no hubiera realizado el progreso actual sin la base de la construcción espiritual y material del Imperio”. *José P. Guggiari*, ex-presidente do Paraguai. 5 de agosto de 1955.

* * *

“Ante este hermoso Palacio recuerdo de un pasado glorioso conservarlo con cariño por quienes siguen laborando por un pueblo cada día más grande, cada día mejor, me complace en hacer mis mejores votos para que este querido Brasil para todos los peruanos, siga por el camino ascendente de gloria y de felicidad para todos y cada unos de los amables hijos de esta gran Nación, uniendo su pasado glorioso con un porvenir cada vez más grande y venturoso”. *D. Buenaventura León de V. Bengoa*, bispo apostólico de Ucayali, Peru.

* * *

“Avec ma bien vive et profonde gratitude à l’égard du Brésil, de la berveillance parfaite, de son accueil et de son amitié pour la France”. *Julien Le Conédic*, bispo de Troyes (França). Vice-presidente do Comitê Internacional dos Congressos Eucarísticos.

* * *

“He viajado, por todo el mundo, por Europa y América; he visto muchos museos, del Vaticano, de Louvre, Madrid, y Londres, pero puedo asegurar que este museo, donde se guardan objetos preciosos y de mucho valor histórico, que relatan las pasadas glorias de los Imperadores me ha causado profunda impresión. Al mismo tiempo al contemplar tanta gloria y esplendor, de que sólo queda el recuerdo, no puedo dejar de exclamar: “Sic transit gloria mundi!”. *José Maria Cuenco*, arcebispo de Jara, Filipinas. 22 Julio 1955.

* * *

“Con gran admiración por la riqueza y belleza de este admirable Museo que nos fue dado visitar en testimonio de nuestra gratitud al gentil Director”. *D. Annibal Mena Porta*, arcebispo de Asunción, Paraguai.

* * *

“Aqui se respira a grandeza de nossa querida pátria. Deixo as mais sentidas impressões de quem pode ufanar-se de tamanhas belezas. Desejo guardar para sempre os primeiros momentos vividos neste esplendoroso recanto”. *D. Manuel Pereira*, bispo auxiliar da Paraíba.

* * *

“Pela segunda vez visito esta casa e como da primeira vez sinto a seriedade dos homens do passado, virtude bastante rara em nossos dias. Queira Deus que os nossos homens públicos se inspirem nas virtudes dos antepassados para melhores dias para a nossa querida pátria, o Brasil”. *D. Benedito Zorzi*, bispo de Caxias. 25 de julho de 1955.

“Verdaderamente maravillado por los gratos recuerdos y reliquias de este Museo, recuerdos imperecedores del pasado; con motivo de esta gratísima visita que nos deja maravillados”. *José Fernandez Gayol Pbro.* cônego da Catedral de Havana. Cuba.

6. Doações

Fizeram doações ao Museu, durante o corrente ano: o senhor embaixador Carlos Magalhães de Azeredo, uma bengala; Secretaria Geral de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal, uma medalha comemorativa do 4º centenário da chegada ao Brasil do padre Anchieta e respectivo diploma; frei Estanislau Schaette, atestado da escola primária de Eltville; binóculo de teatro, de madrepérola e metal dourado, que pertenceu a d. Benta Dournay Koeler, nora do major Júlio Koeler, doado pela senhora Hilda de Azevedo Koeler; leque de baralho de madrepérola, da mesma procedência acima, doado pela senhora Olga Cunha Chiaffitelli; leque de fabricação chinesa, com dezoito varetas de marfim, e inscrições românticas em português, doado pela senhora Cecília Leitão da Cunha; três óleos, sendo um de Emílio Bauch, e os outros dois de Vienot, representando respectivamente o primeiro barão de Nova Friburgo, o conde de São Clemente e o segundo barão e depois conde de Nova Friburgo, doados pelo senhor Otávio de Sousa Dantas; seis carabinas alemãs F.G. Mod. 60, uma carabina de retrocarga, sistema Miniê, e uma espingarda de pederneira, sistema inglês, para fuzileiros, constantes do legado do dr. Francisco Romano Pereira, residente no Pará.

Tela a óleo de Edmundo Viancin, representando o dr. Manuel de Valadão Pimentel, barão com grandeza de Petrópolis, doada por d. Maria de Lourdes Cata Preta; duas aquarelas, representando aves, pintadas pelo médico petropolitano dr. Moreira da Fonseca, doados pela Sra. Carlota Fonseca Cesário Alvim; uma carta da princesa d. Januária, doada pela sra. Leonor Aguiar; uma carta do príncipe d. Augusto Leopoldo, doada por mons. Geraldo Melo; um documento autógrafo de d. Pedro II datado do exílio, doado pelo dr. Iseu de Almeida e Silva; trinta e três filmes documentários do Brasil, doados por Francisco Marques dos Santos

Legado Tobias Monteiro: um retrato a óleo de d. Pedro II, encanecido, considerado como feito para figurar na Exposição In-

ternacional de Paris, em 1889; quatro retratos de d. Pedro II, adolescente, em excelentes litografias, sendo uma colorida; dois retratos de d. Pedro II e d. Teresa Cristina, em perfeitas água-fortes de Brocos; um retrato a óleo do conde do Rio Pardo, em corpo inteiro, pintado por Simplício, no Rio de Janeiro, em 1830; um retrato de d. Pedro I, de corpo inteiro, manto e cetro, grav. de H. José da Silva; um retrato de d. Pedro I, quando príncipe real do Reino Unido, pintado por Debret e grav. de Pradier, colorida; um quadro a óleo, *Quinta da Boa Vista*, como era em 1889; d. Pedro I, então IV de Portugal, estampa, reprodução de pintura; um retrato de d. Miguel, gravura feita em Viena; uma grav. em cor, representando o embarque da princesa d. Francisca, após o seu casamento com o príncipe de Joinville, cópia do quadro existente no Museu Histórico de Versalhes; rico vaso, estilo império de Napoleão, sem uma asa: chegada da imperatriz Amélia, recebida, ao desembarcar, por d. Pedro I, com vestido ornado de rosas, origem da Ordem desse nome; quatro alabardas da Guarda Imperial dos Archeiros; quatro espadins com distintivos do Império, em bronze dourado; um distintivo de camarista e outro de veador, este da imperatriz e aquele do imperador; um sofá de cinco assentos, com coxins de seda vermelha; quatro tamborettes, sendo dois pequenos, um grande e outro maior de todos, igualmente com coxins de seda idêntica; seis cômodas, todas perfeitas, mais duas delas primorosas; quatro mesas de encostar, numa das quais pousa um espelho, a ela anexo; uma mesa de centro, de oitenta e nove centímetros, por sessenta e um centímetros e meio; um catre de repouso, coberto com um colchãozinho de seda vermelha; mesa de trabalho, com um metro e cinquenta e oito centímetros de comprimento por um de largura; duas mesas menores, sendo como a precedente de bolachas e torcidos, para centro; uma dúzia de cadeiras iguais, estilo d. João V, e uma cadeira semelhante do mesmo estilo; quatro cadeiras pequenas, estilo diretório, com assento de palhinha; uma cadeira de assento perfurado, esta, como as demais e acima arroladas, com coxim de seda, amarelado; duas arcas de tamanho médio, obra perfeita; quatro tocheiros de cedro, dourados; uma pequena secretária com tampo móvel; uma pequena cômoda e um pequeno oratório; uma pequena mesa de centro, com pés de bolachas

7. Aquisições

Por verba própria foram adquiridos os seguintes objetos: uma antiga coroa de Nossa Senhora, em prata, ricamente cinzelada e repuxada, pesando 850 gramas, com contraste do prateiro fluminense Antônio José Maria Soares; um antigo broche, camafeu de concha, em duas cores, moldura de ouro de lei, com retrato do barão do Rio Preto; um sinete com o selo das armas do Império do Brasil, de bronze dourado; uma tela a óleo, representando a neta de um dos titulares do Império, pintado por João Batista Borelli; pequena e antiga bandeja de prata, pesando 77 gramas, com o contraste de artista baiano; bandeja de prata, com contraste baiano, pesando 182 gramas; um coco de tirar água do pote, em prata, pesando 417 gramas; uma garrafa de vinho, cor de rubi, com medalhão ostentando a inicial P e a coroa de conde, que pertenceu ao barão de Paraguaçu; coleção de relatórios do Ministério dos Negócios Estrangeiros, quase completa; coleção da *Ilustração*, revista universal impressa em Paris, com a colaboração especial dos primeiros escritores e artistas de Portugal e Brasil; um volume em alemão, encadernado *Viagem ao Brasil* de J. M. Rugendas, com 40 litografias – ano 1836; quatro volumes da *Nova Numeração dos Prédios da cidade do Rio de Janeiro* ano de 1878; dois volumes *Voyages pittoresques en Amérique* – Paris, 1846; um volume *Notas e contribuições de um bibliófilo*; uma placa de madeira esculpida com as armas imperiais e os dizeres Guimarães – Fotógrafo da Casa Imperial; trinta cartas autógrafas do conde d’Eu, datadas de diversos anos; um cabo de espadim de corte da época joanina, em riquíssimo cinzelado, peça em ouro de lei, pesando 320 gramas; quatro daguerreotipos, representando a princesa d. Leopoldina, a princesa d. Isabel, as princesas d. Isabel e d. Leopoldina e d. Pedro II; três resplendores de prata com as iniciais I.N.R.I. da época de d. José I; dois pequenos consolos Luís Filipe com tampo de mármore e gaveta; uma cômoda de jacarandá, estilo império com gavetas; um toucador de jacarandá, estilo império, com espelho e gavetas; uma pintura a óleo, *Cascatinha*, por Firmino Monteiro; uma pintura a óleo, *Paisagem*, por Vasquez; estampas antigas, constantes da obra de Alberto de Sousa, *Os Andradas*; idem, em *Panteon Fluminense*, 1880; idem, em *Biblioteca Americana* – 1878; vinte e nove estampas (Walsh, J. Arago e Landolpho); estampas e uma carta geográfica (Eschwege); idem, (Richard Burton); estampas raras do Império do Brasil; seis litogra-

fias e uma carta geográfica (Hinchliff); álbum com onze gravuras, de Burmeister; álbum com estampas sobre igrejas do México: retrato a óleo, com moldura dourada, do pintor Jules Le Chevrel, datado de 1855, representando o barão do Rio Preto; um par de consolos de vinhático, com caneluras e pés torneados, 1840; um par de consolos, com tampos de mármore salmão, época: 1840; um consolo de vinhático, em forma de meia-lua, do começo do séc. XIX; um medalhão do séc. XVIII, montado em prata e diamantes, com decoração ao gosto francês, peça de joalheria da época de Dona Maria I; facão de carnear, gaúcho, de prata lavrada, aros de ouro na bainha e no cabo, peça do séc. XIX, pesando 555 gramas, com iniciais de seu fabricante; naveta de prata, com contrastes do Porto e Bahia, séc. XIX, pesando 450 gramas; duas navetas de prata, com contrastes da Bahia, pesando, respectivamente, 930 e 277 gramas cada; uma vara de prata, de procissão, da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, começo do século passado, 5.20 gramas; um antigo leque de marfim e Chantilly, com favores e gravados; duas caixas de madeira, plaqueadas de tartaruga, com guarnições de prata, século XIX, feitas em Pernambuco; um hissope de prata, do começo do século XIX, com contraste, peça rara de arte sacra, pesando 223 gramas.

8. Divisão de Documentação Histórica

Na *Divisão de Documentação Histórica*, que se compõe das seções de *Biblioteca* e *Arquivo*, subdivididas pelas seções de filatelia, mapoteca, estampas, documentação fotográfica, publicações e intercâmbio cultural, apesar do caráter provisório da sua instalação, por não se encontrarem concluídas as obras do edifício anexo, os trabalhos de rotina vão se desenvolvendo na medida do possível.

Foram classificados 182 vols. da Biblioteca, utilizando na catalogação dos mesmos 1115 fichas. O livro de tombamento das obras impressas registrou 268 obras, num total de 413 vols., entre permuta, compra e doação.

No livro da seção do Arquivo foram registrados 127 documentos.

Foram atendidos 844 consulentes que compulsaram, respectivamente, 2.250 obras e 1.409 documentos.

Durante o ano foram registrados, entre permutas, aquisições e doações, documentos, impressos, publicações e etc., na impor-

tância de Cr\$ 177.702,00 (cento e setenta e sete mil; setecentos e dois cruzeiros).

a) Intercâmbio Cultural

Realizaram-se, no decorrer do corrente ano, neste museu, as seguintes conferências, que tiveram por assuntos: *O Teatro em Paris depois de 1945* pelo sr. Bernard Simiot, sob os auspícios da Associação Franco Brasileira de Petrópolis; *Joaquim Nabuco em Petrópolis*, pela sra. Carolina Nabuco, a 3 de julho; *O Visconde de Uruguai em Petrópolis*, pelo sr. José Antônio Soares de Sousa, a 8 de outubro; *O conde d'Eu no panorama imperial*, pelo dr. Herbert Canabarro Reichardt, a 3 de dezembro. Além das três conferências acima o Instituto Histórico de Petrópolis, promoveu duas reuniões, comemorando a data da fundação da cidade, numa homenagem ao seu sócio fundador Alcindo Sodré, a 16 de março, em que se fizeram ouvir os seguintes oradores: drs. Pedro Calmon, Henrique Leão Teixeira Filho e Ascânio Dá Mesquita Pimentel, e outra por ocasião do Congresso Eucarístico de Petrópolis, a 28 de abril, sendo oradores os doutores Ascânio Dá Mesquita Pimentel, Guilherme Auler e professor Lourenço Luís Lacombe.

Elevação de Petrópolis à Cidade, pelo prof. Lourenço Luís Lacombe, promovida pelo Centro Acadêmico Rui Barbosa, da faculdade católica de direito de Petrópolis, a 24 de setembro.

Por ocasião do encerramento da Exposição de História e Arte Religiosa, promovida pelo Museu Imperial, realizou-se uma palestra no próprio salão da exposição, em torno da *Arte Sacra no Brasil*, em que se fizeram ouvir, os srs. Francisco Marques dos Santos e frei Estanislau Schaette O. F. M.

b) Publicações

Apesar de imprevistos, principalmente pelo acúmulo de serviços confiados à Imprensa Nacional, conseguimos dar à publicidade e iniciar a distribuição do *Anuário* nº XII, referente ao ano de 1952. Outrossim, à referida Imprensa, foram entregues os originais para o volume nº XIV da mencionada publicação. Entretanto, consideramos que o ponto alto desse setor, foi o lançamento da *Iconografia Petropolitana*, obra especializada, com 227 páginas em papel couché, ótimos clichês e material iconográfico coligido da



Inauguração da Exposição de História e Arte Religiosa, vendo-se o exmo. sr. bispo de Valença, cortando a fita simbólica, 28 de abril de 1955.

Exposição do Primeiro Congresso de História, promovida pelo Instituto Histórico de Petrópolis e realizada no Museu Imperial em janeiro e fevereiro de 1954. A *Iconografia* representa um trabalho do estudioso de arte brasileira, senhor Gilberto Ferrez.

c) Exposições

Constituiu verdadeiro acontecimento a Exposição de História e Arte Religiosa, realizada por ocasião do 2º Congresso Eucarístico de Petrópolis.

Além dos objetos sacros das coleções do museu, conseguimos reunir elevado número de peças pertencentes ao bispado de Petrópolis e aos seus diocesanos. Para se dar uma idéia da iniciativa, é bastante divulgar o número dos visitantes: 24.234 pessoas, durante o período de 28 de abril a 16 de agosto.

Por iniciativa do Ministério da Educação e Cultura, o museu se fez representar na Exposição de História e Indústria do Estado do Rio que se realizou em Quitandinha. Em estande localizado na parte central da exposição, reuniu-se parte do material histórico das nossas coleções referentes a Carlos Gomes, constituindo interessante mostra em torno do notável compositor patricio, destacando-se manuscritos originais de suas peças, documentos fotográficos e aquarelas de cenários de suas óperas.

Ainda, por determinação do senhor ministro da Educação, o Museu Imperial enviou para Paris, a fim de figurarem na exposição dos Arquivos de França, realizada em maio do corrente ano, preciosa documentação constante de fotocópias e originais de cartas de intelectuais franceses a d. Pedro II.

9. Divisão da Monarquia Brasileira

Prosseguiu normalmente o serviço de rotina relativo a fichas e etiquetas, notando-se a classificação do legado Tobias Monteiro, constituído, entre outras peças, de notável mobiliário brasileiro de jacarandá dos séculos XVIII e XIX.

Foi iniciada a elaboração do catálogo da pinacoteca do museu, a ser editado proximamente.

Deram entrada na divisão objetos na importância total de Cr\$ 1.145.000,00 (um milhão, cento e quarenta e cinco mil cru-

zeiros), sendo Cr\$ 200.900,00 (duzentos mil e novecentos cruzeiros), por aquisições e Cr\$ 944.100,00 (novecentos e quarenta e quatro mil e cem cruzeiros), por doações.

10. Divisão de Ourivesaria

A Divisão de Ourivesaria continuou o trabalho de classificação do material histórico a fim de manter em dia os respectivos fichários.

Foram registrados na divisão objetos na importância total de Cr\$ 370.773,00 (trezentos e setenta mil e setecentos e setenta e três cruzeiros), sendo Cr\$ 364.358,00 (trezentos e sessenta e quatro mil e trezentos e cinquenta e oito cruzeiros), por aquisições e Cr\$ 6.415,00 (seis mil, quatrocentos e quinze cruzeiros), por doações.

11. Reunião da seção brasileira do Conselho Internacional de Museus

Tivemos a satisfação de receber grande número de membros da seção brasileira do Conselho Internacional de Museus, constituída de funcionários técnicos e administrativos de diversas instituições federais, à frente dos quais o próprio diretor geral do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade e presidente da aludida associação que, após percorrer minuciosamente as dependências da casa, reuniram-se para troca de impressões e debates em torno das finalidades dos museus.

Na ocasião, o dr. Rodrigo M. F. de Andrade, agradecendo, pronunciou as palavras que transcrevemos em anexo, bem como a resposta do diretor.

12. Aparelhagem para gravação, microfilmagem e projeção

No sentido de desenvolver as atividades culturais, foram adquiridas no presente exercício uma completa aparelhagem para microfilmagem de documentos e sua projeção, além de máquina cinematográfica, que deverá ser usada no auditório do Museu logo que se concluírem as suas obras, e um aparelho de gravação.



Inaugura o do busto de Alcindo Sodr , no parque no Museu a 16/03/1955. A viúva do saudoso diretor desta Casa, sobre o monumento.

13. Inauguração do busto de Alcindo Sodré

É-nos grato consignar a inauguração do busto de Alcindo de Azevedo Sodré, erigido no parque do Museu Imperial, em solenidade realizada em 16 de março, com a presença do senhor embaixador J. C. Macedo Soares, presidente perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, autoridades, todo o funcionalismo da casa e grande número de parentes, amigos e admiradores do saudoso realizador e primeiro diretor do Museu Imperial.

14. Cooperação com outros museus

A família da baronesa de Bonfim doou ao Museu da Inconfidência, por indicação do Museu Imperial, um retrato a óleo representando o marquês de Bonfim, ilustre titular nascido em Minas Gerais.

15. Correspondentes do Museu

De acordo com o art. 15 do nosso regimento, foi designado membro correspondente do Museu o sr. Luís Soroa Filho, em Madri, Espanha.

16. Festa da Bandeira

Restabelecendo antiga praxe comemorou-se condignamente o dia 19 de novembro, hasteando-se, solenemente, às 12 horas, o pavilhão nacional, com a presença dos servidores do museu e de alunos do Instituto Carlos A. Werneck, acompanhados do professor João Francisco Stumpf, ouvindo-se no momento a oração patriótica proferida por um jovem daquele educandário, após palavras do diretor do Museu.

17. Obras

Além das obras do anexo, sob a orientação da diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que trataremos em capítulo à parte, foram realizadas as seguintes: reforma dos sanitários do parque e respectivas redes de esgotos e água; construção de paredes externas no prédio da carpintaria e outros serviços, a fim de adaptar alojamento para hospedar estudiosos em assuntos de história e arte que se vejam obrigados a uma permanência longa

nesta cidade. Adaptação de uma laje em concreto armado, com colunas, sapatas e vigas, para arrimo de área no fundo do parque, num total de 11.411m³. Reparo no paredão ao lado esquerdo da alameda para veículos; conserto do piso do viveiro de pássaros e adjacências e 710m² de caiação em diversas paredes. Adaptação de lajotas de granito numa extensão de 101 metros; substituição de uma rede de manilhas para captar as águas pluviais nos fundos do parque. Adaptação de um paredão de arrimo em concreto armado e preparo do terreno a fim de proteger o prédio do gabinete fotográfico, numa extensão de 14 m³.

18. Edifício anexo ao Museu

Em 1948 obtive o Museu Imperial, da diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o projeto para a realização de obras novas, sendo aprovado pelo ministro de então e votada pelo Congresso Nacional a verba correspondente à primeira quota das despesas necessárias. Tratava-se da construção de um imóvel em área adequada, existente no parque do Museu, em frente ao bosque do Imperador. Esta construção representava um imperativo da ampliação do Museu, nos seus fins culturais, qual o de dotá-lo de auditório, arquivo, biblioteca, discoteca, secretaria e sala de conservadores, permitindo assim que o edifício nobre – a residência imperial antiga – se destinasse unicamente às exposições permanentes de todo o seu material histórico e artístico e, sobretudo, para poder acomodar valiosas doações e aquisições que sempre ocorrem.

Em 1949 iniciaram-se as obras, e são decorridos cinco anos, em alguns dos quais este museu não recebeu dotação para prosseguimento das mesmas. Neste ano de 1955, por falta de verba também continuaram paralisadas as obras. Esperamos que no próximo ano, dada a nossa insistência em diversos setores, possa o museu inaugurar o referido imóvel cujo funcionamento é absolutamente indispensável ao desenvolvimento que esta casa vem tendo durante os seus quinze anos de existência.

19. Inventário

Deram entrada no Museu, no decorrer do ano, entre doações e aquisições, objetos históricos no valor de Cr\$ 1.693.475,00 (um

milhão, seiscentos e noventa e três mil, quatrocentos e setenta e cinco cruzeiros), de acordo com o apurado pela Comissão de Inventário designada para o referido fim.

São estas, senhor ministro, as principais ocorrências havidas no Museu Imperial, durante o ano de 1955.

Aproveito a oportunidade para apresentar a vossa excelência os protestos da minha mais alta estima e elevada consideração.

Francisco Marques dos Santos

Diretor

A sua excelência o sr. dr. Abgar Renault

D. D. ministro de Estado da Educação e Cultura

Anexo nº 1

Palavras do dr. Rodrigo M. F. de Andrade, presidente da seção brasileira do Conselho Internacional de Museus e diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no Museu Imperial.

Caro diretor Marques dos Santos e prezados colegas do Museu Imperial.

Em nome dos membros associados da seção brasileira do Conselho Internacional de Museus hoje aqui reunidos e na qualidade de presidente temporário desta organização, agradeço-vos cordialmente a gentileza com que nos acolheis em vossa casa e, em particular, pelo obséquio generoso deste almoço em que requintou vossa hospitalidade.

Vimos ao Museu Imperial com o propósito de prosseguir na realização do programa que adotamos de nos reunir periodicamente na sede de um dos museus nacionais, não só a fim de conhecer melhor cada um destes, mas sobretudo de estabelecer ou estreitar relações com o respectivo pessoal. A presente visita se reveste de uma importância especial, pelo que representa este museu em nosso meio e, ainda, pelos temas que ele oferece ao nosso estudo e à nossa meditação.

O Museu Imperial é o maior empreendimento da administração pública federal no domínio que nos interessa, desde a criação do Museu Histórico Nacional em 1922. Formulo este asserto uma vez que, dos três museus federais instituídos anteriormente a ele, o Museu Nacional de Belas-Artes, não se pode considerar esforço criador muito notável de parte da União, pois consistiu apenas no estabelecimento de uma diretoria autônoma para velar pelo acervo antigo da pinacoteca da Escola Nacional de Belas-Artes no próprio edifício da respectiva sede, ao passo que o Museu da Inconfidência e o Museu das Missões foram iniciativas ainda muito mais modestas. Bastará compararmos o que custou a instalação do Museu Imperial ao que foi despendido com a dos 3 museus anteriores, somados, para nos certificar do fato do estabelecimento onde nos encontramos ter constituído obra de envergadura incomparavelmente maior atacada por nossos poderes públicos. Em verdade, enquanto para instalar e manter os Museus de Belas-Artes, da Inconfidência e das Missões, nos seus primeiros anos, a União gastou apenas algumas centenas de milhares de cruzeiros, aplicou milhões em proveito do Museu Imperial, durante período equivalente, auxiliado ainda valiosamente pelo Estado do Rio de Janeiro, ao qual coube a despesa avultada correspon-

dente à aquisição deste palácio esplêndido. Desde então e não obstante houvesse esta instituição sido muito mais beneficiada que suas congêneres com doações preciosas e freqüentes de diversas procedências, sobretudo da família imperial, foi também excepcionalmente favorecida com recursos consignados nos orçamentos anuais e créditos especiais para aquisições de obras de arte e objetos históricos.

Menciono essas circunstâncias tão reveladoras do interesse e do empenho extraordinários que a administração federal manifestou em beneficiar o Museu Imperial, não com sentimento semelhante ao despeito de irmão menos estremecido em relação ao caçula aquinhoado pela predileção paterna, mas com o propósito de assinalar que a liberalidade dos poderes públicos produziu neste caso, como por certo não deixará de produzir quando favorecer outros museus, os resultados mais felizes e brilhantes. Quer pela afluência enorme de visitantes, quer pela notoriedade e o prestígio, que a instituição não tardou a adquirir no país e no estrangeiro, quer pelas numerosas e riquíssimas doações que logo principiou a receber, o esforço do governo da República foi plenamente recompensado. Todos os que somos ligados aos demais museus criados pela União, os Estados, os municípios e as instituições particulares só podemos, pois, considerar o Museu Imperial como o exemplo mais significativo e convincente a invocar dos benefícios materiais e culturais que resultarão de não serem regateados com timidez ou mesquinharia os recursos necessários para um empreendimento como este.

Entretanto outras reflexões ocorrem aqui, relacionadas com os problemas que nos incumbe estudar. O Museu Imperial constitui também o exemplo entre nós de uma das mais excelentes adaptações de edifício histórico à finalidade de museu. Obra muito expressiva da arquitetura brasileira do século XIX, vinculada à memória do magnânimo Pedro II e de sua família, foi restaurada escrupulosamente e aproveitada para sua destinação atual sem sacrifício de nenhum dos elementos característicos da construção original e sem que a exposição do acervo opulento aqui reunido se ressentia do zelo posto na preservação dos traços genuínos do palácio.

A par dessa lição, mais uma nos ministra o Museu Imperial em sentido à primeira vista divergente, mas ao cabo acorde com o do ensinamento anterior. Quero aludir à nova dependência edificada para serviços auxiliares e atividades de difusão cultural da instituição: biblioteca, arquivo, auditório, discoteca, etc. Embora parte integrante do museu, essa dependência reclamava construção especial para atender a seu programa. Erigi-la, porém, à imitação da residência imperial, visando a uma harmonia arquitetônica pretendida para o conjunto, seria acrescer o monumento histórico genuíno de uma construção importante e falsificada, incompatível com o critério acertado de proteção e valorização das obras de arte antiga. Se tinha sido admissível o ajustamento de outra dependência menor e mais próxima do palácio a uma feição semelhante a este último, – pela consideração que de tal construção precisava ser utilizada e não poderia ser mantida com o aspecto pseudo-gótico que a caracterizava – seria entretanto reprovável e desastroso levantar o novo edifício ainda à imitação do estilo do museu. Tanto mais que, devendo ser construído no alinhamento de uma via pública e, assim, desagregado do parque imperial, não havia fundamento para se pretender que



Grupo feito por ocasião da reunião da Seção do Conselho Internacional de Museus, realizada no Museu Imperial, a 7 de junho de 1955, sob a presidência do dr. Rodrigo M. F. de Andrade, diretor geral do P.H.A.N.

o prédio novo viria quebrar a unidade arquitetônica do monumento. A fábrica moderna obedece, portanto, a uma traça também de arte moderna, de forma concisa e pura.

A nova dependência deste museu leva-nos a indicar outro tema semelhante à consideração dos caros colegas que tenho o prazer de acompanhar na presente visita. É o da contribuição que esta casa já principiou a prestar e prestará cada vez mais, por meio de seu acervo documental e de suas instalações em fase de acabamento, aos eruditos e interessados, no campo dos estudos históricos, bem como, no plano das atividades culturais e artísticas de vária natureza, à população permanente e temporária da cidade de Petrópolis.

Dissertou-se muito nos últimos anos com o objetivo de sustentar que os museus não se devem limitar à simples exposição das peças das respectivas coleções e sim, exercer ação cultural e didática muito mais ativa e intensa sobre o meio. Temo que se tenha defendido essa tese com maior profusão de palavras que com verdadeiro conhecimento de como realizar efetivamente a ação reclamada. De fato, os dirigentes e conservadores de um museu, que logram expor em condições adequadas e atraentes obras de arte, objetos históricos ou espécimes de coleções científicas de valor, só com isto já exercem uma atividade de maior alcance no domínio da educação extra-escolar. Quanto à atividade editorial, oratória ou exercida por outros processos impressionantes, como filmes, etc., nascida da iniciativa dos museus, nem por ser realizada materialmente com perfeição será com efeito proveitosa. Sem dúvida há conveniência dos museologistas fazerem publicações, conferências, *shorts* ou películas de longa metragem sobre assuntos de sua especialidade, mas sob a condição dessa produção conter matéria substancial e efetivamente de certa importância e valor para fins educativos e culturais. Uma revista, um auditório e um recinto de projeções de museu podem ser da maior utilidade ou da mais completa inutilidade pública, ou mesmo da mais efetiva perniciosidade. Precisamos, pois, nesse terreno mantermo-nos severos na crítica de nossas próprias iniciativas e trabalhos, de modo a não imprimir ou transmitir ao público senão o que, em rigor, mereça divulgação.

Espero que as publicações, as conferências, os concertos e espetáculos de arte a serem realizados pelo Museu Imperial constituam sempre contribuições do mais alto mérito em proveito de todo o país e do povo petropolitano, em particular. Do acervo riquíssimo de objetos artísticos e históricos desta instituição, de seu estupendo arquivo, de sua excelente biblioteca, de seu notável auditório e sobretudo, de seus servidores dotados e zelosos podemos contar com uma produção cada vez mais aprimorada e útil.

Já me estendi demasiado e imprudentemente nesta arenga de sobremesa, que deveria ser breve, por todos os motivos. Não quero terminá-la, no entanto, sem acrescentar algumas palavras de homenagem aos dois principais criadores do Museu Imperial e uma de suas dedicadas colaboradoras, os quais tivemos o grande pesar de perder.

O presidente Getúlio Vargas foi realmente não apenas o chefe do governo que assinou o decreto instituindo este Museu e expediu os demais atos

administrativos provendo-o dos recursos que lhe permitiram tornar-se no que é hoje em dia, mas o grande animador da obra aqui realizada. Sua presença pessoal freqüente nesta casa, o interesse espontâneo que demonstrou sempre pelo desenvolvimento da instituição assim como a predileção manifesta com que a tratava, fazem do ilustre chefe de Estado extinto o benemérito e inesquecível patrono do Museu Imperial.

Em Alcindo Sodr e esta casa encontrou o diretor mais dedicado, extremoso e persistente no propósito de servi-la que poderia existir. Talvez houvesse oportunidade de colocar-se   frente deste museu homem mais erudito, especialista mais provento, orientador de maior imagina o ou organizador de serviço público de maior experiência. Mas estou certo de que ninguém conseguiria obter e realizar o que o primeiro diretor do Museu Imperial alcançou,   força de zelo, de tato, de amor absorvente   sua obra. Foi mais do que o fundador do museu: foi a alma e a vida deste até que se convertesse num dos mais destacados institutos de cultura do país.

Hayd e Di Tommaso Bastos prestou ao Museu Imperial serviços preciosos, posto que mais discretos. Pertenceu, creio, que ao primeiro grupo de conservadores trazidos a esta casa por Alcindo Sodr e, diplomada recentemente no curso de museologista e, logo em seguida, aprovada em concurso para a respectiva carreira no serviço público. Tinha ao mesmo tempo o capricho do labor bem feito e o entusiasmo, a flama que distingue as voca es aut nticas em qualquer profissão. Deixara este museu para estudar na Escola Nacional de Belas-Artes e exercer sua atividade na Casa de Rui Barbosa, mas permanecia integrada no Museu Imperial não apenas na chamada lota o de seus funcionários de quadro permanente, senão também no espírito da institui o.

Rendido este tributo de admira o, de reconhecimento e de saudade   memória dos servidores que esta casa perdeu, saído calorosamente seus servidores atuais,   altura de prosseguirem na obra realizada até aqui, de desenvolvê-la e aprimorá-la.

Meu caro diretor e prezados colegas do Museu Imperial:

Reiterando-vos nossos efusivos agradecimentos pela hospitalidade generosa com que nos favorecestes, formulo os melhores votos pelo engrandecimento desta institui o e pelo brilho da carreira de cada um de vós, em proveito do país.

Anexo nº 2

Resposta do diretor do Museu Imperial ao diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional:

Senhor presidente da seção brasileira do Conselho Internacional de Museus, dr. Rodrigo M. F. de Andrade, digníssimo diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; caros conservadores e funcionários dos diversos museus e instituições aqui representados; senhor príncipe dom Pedro Gastão; caros auxiliares:

Foi, sem dúvida, com o maior desvanecimento que ouvi as palavras que acabam de ser pronunciadas. Fazia-se necessária ao Museu Imperial esta visita coletiva – diferente das que temos todas as semanas – pela necessidade que sentimos da cooperação dos colegas das repartições congêneres, pelo intercâmbio de conhecimento, em verdadeira mesa redonda, daqueles que labutam em prol dos museus brasileiros.

O surto da criação de museus data de 1930 para cá, pela necessidade de proteção do opulento patrimônio histórico e artístico nacional. Assim, vimos criados a diretoria do Patrimônio do qual v. s. é o provedor diretor, os Museus da Inconfidência, do Ouro e das Missões, além do estímulo a outros em elaboração.

Realmente, digna é de ser cultuada a história da nossa pátria, pelo conjunto de feitos heróicos dos homens que lançaram as bases da nossa nacionalidade. A par disto, os portugueses, únicos colonizadores do Brasil, para aqui trouxeram, com os seus misteres, a sua arte, reflexo de tudo quanto no gênero existia no antigo continente, porque esta terra, ao revés do México, Peru ou Bolívia pré-colombiana, não dispunha de monumentos de arte anteriormente à descoberta cabralina. Registraremos que, do seicentos ao momento atual, a evolução da arte no Brasil se processou paralelamente à nossa evolução histórico-social, daí a necessidade de custodirmos todo esse valioso patrimônio magnificado na época do barroco, quer no domínio da arquitetura sacra e civil, quer na esfera da escultura religiosa e da torêutica.

Em verdade, senhor dr. Rodrigo M. F. de Andrade, o que v. s. diz sobre este Museu Imperial é bem certo. Nasceu ele sob os melhores auspícios, sobretudo porque teve, no seu início, o entusiasmo, o carinho e a colaboração do seu primeiro diretor, dr. Alcindo de Azevedo Sodré. Os que labutam nesta casa, juntamente com tantos amigos que ele deixou por toda a parte, agradecidos e reconhecidos, erigiram-lhe no bronze perene a herma, há pouco inaugurada neste parque que se descortina em torno de nós.

Sodré deixou elaborada a organização e o regimento deste Museu, e de tal modo se houve que até nos parece que nada mais se poderia acrescentar! Gaba-se, com razão, o nosso ministério de que o Museu Imperial é a repartição mais bela do país, e uma das que primam pela perfeita organização. Creio que isso seja verdade, pois que sou testemunha da grande dedicação, do zelo indefeso dos seus funcionários, os quais, residentes nesta cidade tão tranqüila e propícia às evocações históricas, outras preocupações, dir-se-ia, não possuem senão a de dedicar-se a esta casa.

Falou-nos v. s. do anexo deste museu, ou seja a construção em estilo funcional superintendida pela diretoria que v. s. dirige, constante da Divisão de Documentação Histórica, discoteca e auditório, que virão completar o conjunto necessário ao desenvolvimento cultural desta casa. Iniciado o edifício em 1951, ainda não conseguimos ver terminadas as obras, prejudicando-nos imensamente esse fato, pela necessidade imperiosa que temos de dar execução ao programa delineado pelo saudoso Alcindo Sodré.

De nossa parte, louvamos, e precisamente por sermos tradicionalista, a arquitetura funcional do *anexo*, pois não é mais tempo de se admitirem pastichos ou seja a fatura de *coisas antigas* ou em *estilo antigo*, como seria o caso se o anexo fosse copiado do estilo neoclássico do edifício do museu mandado construir por dom Pedro II, para sua residência de verão nesta cidade.

O *anexo*, uma vez concluído, trará a este museu e a esta cidade efetiva contribuição no plano cultural, quanto a música, declamação, teatro, exibição de *shorts* e filmes sobre matéria artística estrangeira e especialmente brasileira, pois, apesar de não funcionar ainda o nosso cinema, já possui a sua futura filmoteca mais de 30 películas sobre assuntos brasileiros, de arte e história.

No começo deste ano, com a cooperação do nosso fotógrafo e com o técnico Paulo Stille. Mecenas deste museu, pudemos elaborar um filme de regular metragem, em que aparecem todas as salas com a descrição dos mais importantes objetos que nelas figuram. Tiraram-se três cópias dessa película, a fim de permitir a divulgação do acervo do Museu em regiões onde não seja conhecido. Nosso desejo seria de mandar a cada universidade ou faculdade dos estados um exemplar, proporcionando, destarte, o conhecimento do patrimônio histórico e artístico da casa de d. Pedro II a todos os interessados. Em matéria de divulgação do museu através do cinema, não nos queixamos, pois inúmeros são os visitantes que o filmam, assim estrangeiros como nacionais.

O amigo desta casa, sr. Vital Ramos de Castro, elaborou para os cinemas de sua propriedade ou jurisdição um *short* magnífico, de 5 minutos de projeção, que mereceu encômios nossos e de todos quantos o viram. Do mesmo modo o dr. Pinto Duarte, desta cidade, brindou-nos com um esplêndido filme.

Através da elaboração de películas, visamos a organizar uma documentação pormenorizada do nosso acervo. É este um campo de interesse cultural para os estudantes brasileiros, mostrando-lhes com minúcia a nossa pinacoteca, descrevendo suas teias e traçando o esboço biográfico dos nossos

artistas; o histórico das nossas condecorações, das nossas medalhas e seus gravadores, bem como o histórico da porcelana antiga do Brasil, da louça imperial e dos titulares da monarquia, e ainda o histórico do mobiliário. Estamos certos de que os filmes desta categoria promoverão o conhecimento pela imagem das nossas artes plásticas, e deveriam incorporar-se às filmotecas das instituições culturais, notadamente as universitárias.

Apesar de o Museu Imperial encontrar-se fora do perímetro urbano do Rio de Janeiro, sua visitação, além de avultada, é constituída de grande número de pessoas cultas que se interessam pelas nossas coleções artísticas.

Do ponto de vista do apreço histórico, temos sempre a maior emoção quando o móbil das visitas é a evocação do nosso passado e suas figuras, a evocação do ambiente imperial, sua sociedade, homens e costumes.

Certas peças do museu despertam nos visitantes impressões que bem gostaríamos de fixar; por exemplo, a expressão fisionômica das pessoas quando vêem o telefone de dom Pedro II; quando, na sala do Senado do Império, observam os seus magníficos quadros e suntuosa mobília. A impressão dos brasileiros e especialmente dos estrangeiros, ante a coroa imperial exornada de 639 brilhantes de pura água, girando dentro do escrínio de cristal iluminado! Não se dirá que a admiração seja do efeito cenográfico, pois é oriundo do que a coroa representa como fator de evocação histórica.

Ao vê-la, os estrangeiros tecem seus comentários sobre o passado do Brasil em tom de sincera exaltação, e esses comentários têm um colorido próprio quando partem de um uruguaio ou de um norte-americano. As impressões registradas no nosso livro de visitantes são bem a súpula da verdade histórica de uma fase do nosso passado. Não ignoramos que há nisso certa intenção lisonjeira ditada pela boa educação, mas a verdade é que este museu, como as paisagens e as riquezas de nossa terra, produzem uma impressão decisiva a respeito da nossa nacionalidade. O Museu Imperial, como os demais museus fundados no país são e serão marcos imperecíveis da nossa civilização e da nossa cultura.

Sentimos que nos alongamos em nossa divagação, mas queremos ainda dizer a v. s. que nesta casa o passado é passado vivo – se há reminiscências, há vida e movimento. Tantos visitantes nos dizem que os antigos donos desta casa, parece, habitarem-na ainda! Isto decorre, sem dúvida, da limpeza absoluta, da ordem, da arrumação periodicamente renovada dos objetos, do entusiasmo dos próprios visitantes, da iluminação, da majestosa tranqüilidade do ambiente!

Não é esta casa um Muro das Lamentações, senão fonte eterna de sugestões e ensinamentos cívicos, evocadora de um passado que é o estímulo e mostra de vitalidade do que fomos e do que somos.

Compenetrem-se os nossos conservadores de museus da necessidade de se manter vivo o acervo patrimonial de sua terra, e vê-lo-ão crescer mais e mais.

De grata memória será sempre nos anais desta casa a auspiciosa visita que hoje aqui registramos de tão grande número de especialistas e interessados pelos assuntos de museologia, modernos em nosso país, mas absolu-

tamente necessários, índices que são da extensão cultural que devemos atingir.

E assim, caro dr. Rodrigo, nós lhe diremos que não é de hoje o entusiasmo que ora nos possui, porque, desde a fundação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, foi o nosso nome lembrado por v. s. para integrar o Conselho Consultivo da repartição que v. s. tão superiormente dirige, isto há 25 anos. Hoje, com a responsabilidade da direção desta casa, sentimo-nos penetrados do sentido espiritual da grandeza do seu acervo, da responsabilidade de zelar por ele, de entregá-lo intacto ao nosso sucessor e desejar que assim procedam todos aqueles que tiverem responsabilidades neste Museu, onde mercê de Deus, encontramos a cooperação de todos os servidores, dos mais humildes aos mais graduados.

